ISSN 2177- 3424

Rascunhos CULTURAIS

Revista do Curso de Letras • Campus de Coxim/UFMS

Volume 12 • Número 24 • 2021

Rascunhos CULTURAIS

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

CURSO DE LETRAS - CÂMPUS DE COXIM

REITOR

Marcelo Augusto Santos Turine

VICE-REITORA

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

DIRETORA DO CÂMPUS DE COXIM

Silvana Aparecida da Silva Zanchett

**COORDENADORA DO CURSO DE
LETRAS**

Ivanildo José da Silva

EDITORA-CHEFE

Geovana Quinalha de Oliveira

EDITORA-CHEFE da área de Literatura

Marta Francisco de Oliveira

EDITORA-CHEFE da área de Linguística

Tiana Andreza Melo Antunes

IMAGEM DE CAPA

O espelho Manicongo.

Obra de Kaio Luan Pereira de Aquino

Original Papel A4 Pautado com caneta esferográfica azul e vermelha 2007. Modificação digital Lightoom 2021.

A tela está ligada aos aspectos transformatorios da auto imagem, onde ao olhar o reflexo no espelho surgem as ligações ancestrais que permeiam a expressão ideológica de um corpo disforme que se expande para fora do próprio entendimento de simetria.

Imagem cedida pelo autor.

REVISÃO

A revisão linguística e ortográfica é de responsabilidade dos autores

CÂMARA EDITORIAL

Eliene Dias de Oliveira Santana

Flávio Adriano Nantes Nunes

Geovana Quinalha de Oliveira

Marta Francisco Oliveira

Marcos Amorim

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Paula Squinelo (UFMS)

Agnaldo Rodrigues da Silva (UNEMAT)

Alberto Pinto (ULHT)

Amarino Oliveira de Queiroz (UFRN)

Clelia Maria Lima de Mello e Campigotto (UFSC)

Edgar César Nolasco dos Santos (UFMS)

Francisco Pereira Smith Júnior (UFPA)

Fulvia Zega (AREIA - Itália)

Gláucia Mumiz Proença (UFMG)

Heloisa Helena Pacheco Cardoso (UFU)

José Batista de Sales (UFMS)

Luis Abel dos Santos Cezerilo (UEM)

Maria Adélia Menegazzo (UFMS)

Marcio Markendorf (UFSC)

Marcos Menezes (UFG)

Sheila Dias Maciel (UFMT)

Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra (UFMS)

Rosângela Patriota (UFU)

Vera Lúcia Puga (UFU)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Revista rascunhos culturais / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. – v.
1, n. 1 (2010)- . Coxim, MS : A Universidade, 2010- .
v. ; 22 cm.

Semestral
ISSN 2177- 3424

1. Cultura - Periódicos. 2. Línguas e linguagem – Periódicos. I.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CDD (22) 050

Sumário

- 5 **Apresentação**
Flávio Adriano Nantes
Regiane Corrêa de Oliveira Ramos
Sara Wagner York / Sara Wagner Pimenta Gonçalves Jr.

Dossiê: A era do Traviarcado

- 11 **Diálogos TRANSversais: a Travesti quer um beijo**
Entrevista com Letícia Carolina Nascimento
Flávio Adriano Nantes

- 39 **Um Pouco Além do Cistema: reflexões queer a partir do**
Pantanal de MS
Tiago Duque

- 63 **As Fronteiras do Feminino na Metrópole: um olhar para a**
relação do espaço com as personagens trans e prostitutas
de Elvira Vigna e Carlos Henrique Schroeder
Luana Della-Flora

- 91 **Corpos Trans e Violência: a arte como instrumento de**
denúncia na música de Jup do Bairro e na poesia de
Nena Callejera
Roberta Moura Cavalcanti
Paula Korey da Silva
Natanael Duarte de Azevedo

- 114 **Uma Leitura Transfeminista da Morte de Personagens**
Trans como Desfecho Cisnormativo em Três Narrativas
Brasileiras Contemporâneas
Virgínea Novack Santos da Rocha

133 *Georgette*, de Cassandra Rios: os sujeitos da existência precária
Flávio Adriano Nantes

150 “Mas a Rua é Rua, né, Então a Luta Continua”: considerações sobre o papel do movimento trans brasileiro na resistência à violência transfóbica e na luta por uma vida vivível
Daniella Chagas Mesquita
Jow Oliveira Araujo
Esmael Alves de Oliveira

170 As Vias Sócio-Política da Transexualidade e da Travestilidade sob a Luz da Psicanálise e da Psicologia Social
Fernanda de Moraes da Silva

189 Transcrição Literária de Elvis e Madona
Luiz Roberto Lins Almeida

209 Travestilidades e Psicanálise: corpo fetichizado, violência e o (in)familiar
Rosilene Caramalac
Angelo Luiz Ferro

Temáticas Livres

232 Traces of Lesbian Existence in Adrienne Rich’s “Twenty-One Love Poems”
Janaina Mirian Rosa
Ketlyn Mara Rosa

248 A Autorreferência e a Tematização da Mãe Judia nas Crônicas de Moacyr Scliar
Lemuel de Faria Diniz
Grasiele Reisdörfer

265 Desvelamentos do Discurso Literário
Eduardo de Lima Beserra
Maria do Socorro Pereira de Almeida

Apresentação

“...seres de difícil identificação e com hábitos noturnos”, descrição designada a uma travesti segundo Exmo. Juiz de Direito da Comarca de Cuiabá em sua decisão.

Diante do exposto, Keila Simpson, a presidente da Associação Nacional de Travestis e pessoas Trans – ANTRA - ressalta: *“Envelhecer será a nossa vingança!”*

Há um tropo corrente em muitas sociedades ao redor do mundo de viés patriarcal-elesiástico de que um deus (o dos judeus e cristãos) criou o homem (leia-se a pessoa humana), dividindo-o única e exclusivamente em macho e fêmea; e este discurso por diferentes razões e legitimado por instituições sociais foi levado à última consequência por muitos Estado-nações. O Estado brasileiro que detém o 1º lugar no *ranking* mundial em assassinatos a mulheres trans pelo 13º ano consecutivo, conforme relatório de 2021/2022 ANTRA e replicados pelo TGEU. Em 29 de janeiro de 2022 este relatório foi entregue em mãos aos cônsul de vários países em reunião promovida pela OPAS/OMS Brasil, em Brasília – DF.

O sujeito, então, que escapa a este tropo binário, homem *vs.* mulher é lançado a toda sorte de violência empreendida pela cisgeneridade heterossexulizadora compulsória, como afirma York (2020). A cisge-

neridade atua como governança sobre o registro subjetivo e individual de cada pessoa, enquanto a heterossexualidade passa a agir como única forma de ação afetiva, tornando-a compulsória, como afirma Rich (2010). Rich, Adrienne. “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica.” *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades* 4.05 (2010).

A filósofa estadunidense Judith Butler assevera que o fato de travestis e mulheres trans corporificarem o conceito de performatividade de gênero fora da lógica operacional cishetero, elas não passam incólumes – a média de idade de mulheres trans/travestis mortas no Brasil está abaixo dos 27 anos, quando o recorte leva em consideração a maioria racializada. Pessoas trans/travestis pretas/pardas ainda vivem menos que a grande maioria dos brasileiros. Uma pesquisa que afirma que a expectativa de vida não ultrapassa 35 anos de idade, segue não sendo desmentida pelas agências governamentais. Ainda sobre a performatividade e a repetição dos atos que justificam os corpos, Butler reflete que,

A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 2015, p. 26)¹.

Antes mesmo de Butler, Simone de Beauvoir já havia lançado as bases para o pensamento acerca do gênero, com a clássica proposição: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, evidenciando desde 1949,

¹ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

com a publicação de *O segundo sexo*, que o gênero é uma construção cultural-social-histórica e que está para além da parafernália corpórea (a genitália e/ou os demais signos que nos constituem).

Por que essas mulheres (trans/travestis) são vítimas de transfeminicídio? Elas são vítimas de uma sociedade pautada sistematicamente por uma estrutura cisheteronormativa. Desde 2018, o registro cível de qualquer pessoa que considere dissonante do gênero atribuído lhe ao nascimento pode buscar sua retificação. Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou crime a prática transfóbica, no entanto, nem a vigência da lei, nem o desenvolvimento das pesquisas no âmbito dos Estudos de Gênero, conseguiram aplacar o *continuum* de violência que culmina com a eliminação do corpo contra sujeitos trans, sobretudo mulheres. O contexto letal é reiterado pelo Estado ao não fomentar políticas de vida e pela sociedade ao se calar à letalidade (POCAHY, 2017).

Por ser uma pauta urgente na agenda política brasileira, reunimos pesquisadoras/es de diferentes áreas do saber para discutir as questões pertinentes às corpos Trans. O escopo da **Rascunhos Culturais** centra-se na área de Letras (Estudos Literários e Linguísticos), mas as diferentes pesquisas no âmbito das Ciências Humanas têm empreendido excelentes contribuições para pensarmos a temática. Assim, o dossiê **A era do Traviarcado** está estruturado de modo TRANSversal, *i.e.*, um pensamento de base horizontal com o intuito de desbaratar os condomínios teórico-acadêmicos, aliando forças, alargando o repertório teórico-crítico, instaurando a política da pluralidade de ideias para destronar não apenas a transfobia/travestifobia – mas também – a lesbo-gay-bifobia. O termo **Traviarcado** para a estruturação deste dossiê veio de empréstimo do título homônimo da música² da compositora e rapper trans Naty Silva, de

² <https://open.spotify.com/album/0JagbsYGXn6qDZHmNK1BMM?si=VJb4QzWmQMKV9AeLH2Vn4A>

nome artístico Killauea. A primeira menção acadêmica foi apresentada por Renata Carvalho (Atriz, diretora, dramaturga, transpóloga e fundadora do Movimento Nacional de Artistas Trans – MONART) no texto “O Corpo Transvestigênera – O Corpo Travesti – Na Arte” encomendado por Sara Wagner York, em 2019³.

A palavra ainda não está dicionarizada, e o material crítico para consulta é escasso apesar da menção, mas já entrou em uso sobretudo por mulheres trans/travestis acadêmicas e ativistas, além de pessoas cis-aliadas. Aparentemente este termo demonstra a mesma raiz semântica de patriarcado, a supremacia/ o poderio do homem, no entanto, o termo se constitui na luta frente ao patriarcado e a outras formas de opressão contra a corpa T. O **Traviarcado**, deste modo, se apresenta como um modelo para a diversidade corpórea que problematiza um corpo hegemônico para a masculinidade e a feminilidade; questiona o binarismo, o reflexo do sexo enquanto constituinte do gênero; reivindica a mulheridade para a sujeita, independentemente da genitália, e também a masculinidade para os sujeitos incoadunantes a suas genitais (leia-se aqui as muitas formas visibilizadas pelos corpos Intersexo). O **Traviarcado** não busca instaurar uma nova ordem comandada por sujeitos trans, tampouco implementar, como muitos ainda pensam, a ideologia de gênero, mas ocupar os espaços no interior da sociedade sonogados historicamente para as corpos T, desterritorializar o Brasil do primeiro lugar no *ranking* mundial em assassinatos a mulheres trans, proporcionar que homens e mulheres trans circulem de forma democrática em espaços públicos, fazer valer a lei contra a transfobia. Em **A era do Traviarcado** está apenas começando e há um grupo de pessoas trans/travestis e cis-aliadas, reivindicando este tempo-lugar porque já não admitimos mais o transfeminicídio, o assédio constante, a injúria, a falta de acessibilidade ao bem estar social, o *continuum* de violência.

³ <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/41816>

As herdeiras de Xica Manicongo⁴, Cintura Fina e tantas outras, exigem que paremos de matá-las! Esse Dossiê é sobre lançar luz a uma parte desta transepistemologia.

Agradecemos a generosidade de Kaio Luan Pereira de Aquino pessoa Queer, enfermeira, fotógrafa e produtora Cultural das Periferias do DF por nos ceder a imagem da capa deste número da Revista. Kaio trabalha os processos de autorretrato em diversas linguagens como a Fotografia, artes visuais, literatura e áudio visual sempre de um ponto de vista transgressor dos padrões estéticos e corporais esperados principalmente de pessoas LGBTQIA+.

Boa leitura para todas, todes, todos, todxs!

Flávio Adriano Nantes (UFMS)

Regiane Corrêa de Oliveira Ramos (UEMS)

Sara Wagner York / Sara Wagner Pimenta

Gonçalves Jr. (UERJ)

⁴ XICA MANICONGO: A TRANSGENERIDADE TOMA A PALAVRA. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/41817>.

Rascunhos CULTURAIS

Dossiê:
A era do Traviarçado

Diálogos TRANSversais: a Travesti quer um beijo*

Entrevista com Letícia Carolina Nascimento

Flavio Adriano Nantes

“É urgente destruir certas palavras,/ ódio, solidão e crueldade, [...] É urgente inventar alegria/ multiplicar os beijos, as searas, [...] É urgente o amor, é urgente/ permanecer”. As aspas são para o poeta Eugénio de Andrade, em cujas palavras queremos pousar as nossas, as da professora/pesquisadora Letícia Carolina Nascimento, mulher travesti, que dedicou parte de seu tempo escasso pelos compromissos acadêmico-institucionais, além da divulgação do seu recente livro *Transfeminismo*, para se debruçar sobre as perguntas e respondê-las com o aprofundamento necessário. Letícia, em conluio com pesquisadorxs de diferentes instituições brasileiras, coloca em debate o corpo T, a corpa Trans, o corpo Travesti, e/ou outras nomenclaturas que ainda não foram postas em circulação; comunga com o texto do poeta português: É urgente nossa sobrevivência! É urgente destruir o transfeminicídio! É urgente que nossas corpas circulem de forma democrática pelas ruas da cidade! É urgente arrancar do Brasil o 1º lugar no *ranking* mundial em assassinatos a mulheres Trans! É urgente que nossas vidas ultrapassem os 35 anos de idade! É urgente que sobrevivamos!

* A entrevista concedida pela profa. Letícia Carolina Nascimento foi organizada por Flávio Adriano Nantes, um dos responsáveis pelo dossiê *A era do Traviarcado*, com a participação de pesquisadorxs atuantes em diferentes instituições brasileiras.

Nossa querida Letícia, por costume do ofício, nos dá uma aula; uma aula urgente e necessária: tirando-nos de nossos lugares confortáveis no interior da academia quando aponta que nossas pesquisas, quase com maciça exclusividade, são branca-cisheteronormativas; demonstrando os privilégios que os corpos cishéteros, brancos, médios, urbanos, magros, sem deficiência, gozam socialmente; regulando nosso olhar para determinadas corpos que estatisticamente vivem entre 32 a 35 anos de idade. Esta mulher Travesti empreende uma fala-protesto, exigindo, por herança de Xica Manicongo, um lugar que lhes é (a si e as suas iguais) de direito, mas que desde sempre foi subtraído por um sistema-patriarcal-eclesiástico-hegemônico que rege os engendramentos das instituições sociais. Neste sentido, o Estado que deveria promover o bem-estar social, zelando pela existência de todxs, assume, ao não empreender políticas sociais eficientes, a necropolítica (Mbembe), sistema político onde determinadas vidas têm o direito a existir e outras não.

Letícia trata, ademais, do riso, da alegria, da gongação, do humor, empreendidos pelas corpos T, para além das estereotípias que nada dizem sobre as mulheres não-cis, objeto de pesquisa desta entrevista e, por conseguinte, do dossiê. A corpa T, portanto, não lida apenas com a dor, a injúria, o desprezo, a abjeção, a violência, a morte, mas também com a felicidade, os sonhos, a esperança de que podem se vingar do sistema, envelhecendo. “Nossa vingança vai ser envelhecer!” (Keila Simpson).

Carolina nos convoca, então, ao longo da entrevista a penetrar surdamente no reino do Traviarcado para que assim desbastemos preconceitos, estereótipos, proposições inadequadas...

Boa leitura a todos, todas, todes, todxs, e viva o Traviarcado!

Flávio Adriano Nantes¹: Embora a etimologia das palavras patriarcado e Traviarcado pertença, excluindo as respectivas bases *matr*, *patr*, ao mesmo campo semântico (*arc*, *arqui*, *arch*: ter a primazia), a primeira indica a supremacia do homem (leia-se branco, cishétero, médio, urbano), onde tudo é articulado pelo homem e para o homem, instituindo assim, a hierarquização de gênero e a subalternização de corpos que não o do homem ora mencionado. Neste sentido, segundo a sua opinião, levando em consideração a etimologia da palavra, qual a proposta do Traviarcado para a sociedade, sobretudo na agoridade, com o recrudescimento e a rigidez da violência em relação a determinados corpos?

Leticia Carolina Nascimento²: As travestis entendem que a linguagem é um importante dispositivo de saber e poder, não por acaso, criaram o *bajubá*, uma língua na qual elas poderiam se comunicar nas ruas sem serem compreendidas pela polícia e outras pessoas alheias e perigosas às suas existências. Então brincamos com as palavras, produzindo outras, no intuito de, ao reinventá-las, também possamos reinventar outros mundos. Nessa perspectiva, é menos o que a pa-

¹ Flávio Adriano Nantes é Doutor em Teoria e Crítica Literária e uma bicha cisaliada. E-mail: fa.nantes@gmail.com.

² Leticia Carolina Nascimento é mulher travesti, negra e gorda. Filha de Xangô no Candomblé Ketu e de Cabocla na encantaria da Jurema. Leonina com lua em capricórnio. Feiticeira decolonial de devires e bruxa mestiça da Sociopoética. É terapeuta com formação em Reiki e Arteterapia. Pedagoga e Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutoranda em Educação (UFPI). Autora do livro *Transfeminismo*, na Coleção Feminismos Plurais, coordenada por Djamilia Ribeiro. Vinculada ao NEPEGE/UFPI; RIMAS/UFRPE; POCs/UFPEL. Pesquisadora vinculada a ABPN e AINPGP. É ativista social atuando como co-fundadora e articuladora do Acolhe Trans e junto à coordenação executiva nacional do FONATRANS. Em suas investigações a ativista produz cartografias entre corporalidades transvestigêneres e/ou negras a partir de perspectivas mestiças de encontros entre ideias decoloniais, feministas e da filosofia da diferença.

lavra representa etimologicamente, e mais o que ela pode mobilizar nas estruturas sociais. O Traviarcado, ao modo como eu compreendo, instaura um modo de organização política de corporalidades transvestigêneres de modo a enfrentar e subverter o patriarcado, dissolvendo hierarquias sexuais e de gênero, apontando que se sexo e gênero não são naturais, e sim artificiais, quaisquer hierarquias são resultados da produção humana e, portanto, podem ser desfeitas.

A guerra não é contra homens cisheterossexuais brancos, burgueses, urbanos, sem deficiências, magro; é contra o regime de poder que lhes garante superioridade em todas as esferas do campo social. Assim, o Traviarcado se torna menos um regime de poder universal, e mais um modo de articulação política. Por isso mesmo, quando pensamos o Traviarcado, não significa que nós, transvestigêneres, estejamos exclusivamente nas estruturas de tomada de decisão, todavia, iremos participar ativamente, assim como outros grupos historicamente sub-representados. Assusta quem sempre esteve no poder com 100% de representação, saber que poderá ficar com 10% dessa representação, em razão de outros grupos sociais reivindicarem participação igualitária.

O Traviarcado não é um regime de vingança, é antes, uma articulação capaz de dissolver as hierarquias sociais produzidas pela naturalização e essencialização binária do corpo, do sexo e do gênero; não (re)produz violências, sua maquinaria está a serviço de uma reparação histórica. A generosidade é a marca da transancestralidade; esta completamente execrada pelo movimento gay estadunidense, mas Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera seguiam firmes na luta mantendo a *STAR House* que acolhia pessoas LGBTs em situação de rua; outras travestis lendárias abriram casas de acolhimento, mesmo marcadas pelas violências. O Traviarcado não tem qualquer fundamento opressor, ele não inverte estruturas, implodi para reconstruir.

Claudicélio Rodrigues da Silva³: Você cunhou o neologismo “outrerdades” para refletir, além da alteridade, sobre as Outras da Outra, pensando na mulher branca heterossexual, o segundo sexo de que Simone de Beauvoir fala; e na Outra da Outra, a mulher negra em relação à branca, de que tratou Grada Kilomba. Nesse sentido, a mulher trans seria a Outra da Outra da Outra? Explícite melhor a abrangência do conceito de “outrerdades”.

Leticia Carolina Nascimento: A categoria *outrerdades* é uma releitura transfeminista das análises apontadas por Beauvoir e Kilomba, é atravessada pela interseccionalidade, o foco principal é destacar que não somos a *Outra* apenas em relação a um, ou dois sistemas de dominação. Então eu sou a *Outra* para a cisgeneridade, para o machismo, para a branquitude, para a burguesia, para o norte global, para o sul-sudeste nacional, para o padrão estético magro. Deste modo eu não sou a *Outra*, possuo *outrerdades* que produzem vulnerabilidades diversas dentro de um regime colonial que articula classe, raça e gênero como eixos estruturantes de opressão e hierarquização social. Além disso, a ideia da *Outra*, da *Outra*, da *Outra*, não me parecia atrativa, a possibilidade instaura uma ordem, uma linearidade, eu prefiro pensar em encruzilhada, em movimento, vários conceitos no livro *Transfeminismo* são pensados de maneira movediça e não fixa.

Tiago Duque⁴: “Cisgênero” é uma nomenclatura cara ao transfeminismo. Ela tem sido usada de diferentes formas e nos mais

³ Claudicélio Rodrigues da Silva é professor/pesquisador da Universidade Federal do Ceará, dá aulas de Literatura Brasileira na graduação e é membro do PPGLetras, com pesquisa sobre o erotismo dos sujeitos dissidentes nas antologias brasileiras. E-mail: claudicelio@gmail.com.

⁴ Tiago Duque é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus Pantanal e na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Líder do Impróprias – Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Diferenças. E-mail: tiago.duque@ufms.br.

variados contextos, inclusive por quem não se identifica como transfeminista. Parte da reflexão que você desenvolve em seu livro *Transfeminismo* é dedicada a ele. Você aposta em uma reflexão analítica complexa, não o tomando como uma categoria acusatória, e nem defendendo que ele seria obrigatório em qualquer estudo com travestis e transexuais, como já o vi sendo reivindicado. Sendo ele parte analítica de todo um conjunto normativo de produção de “corpos/corpas”, e, portanto, de tipos de vida, sabemos que há posturas de travestis e transexuais que são, na verdade, mais “cisgêneras” que “transgêneras”. Sabemos que, como ocorre com o racismo e o machismo, “sujeitos/sujeitas” não estão acima do “sistema/cis-tema” que os/as produzem e/ou que eles/elas enfrentam. Considerando a sua acertada aposta analítica nesse conceito, pergunto: para além da crítica necessária e urgente às próprias experiências identitárias de “corpos/corpas” de “pessoas cis”, a “cisgeneridade” pode contribuir também para críticas às próprias “identidades trans”?

Letícia Carolina Nascimento: A categoria Cisgeneridade ocupa centralidade na epistemologia Transfeminista, uma vez que nos possibilita analisar relações de saber e poder que produziram as transvestigeneridades numa perspectiva patológica, imoral, criminosa, localizada em posições inferiores dentro das esferas sociais. Como toda categoria epistêmica, ela não é universal, nem absoluta, ela produz efeitos nas análises, bem como se articula com interseccionalidade produzindo diferentes opressões e privilégios (ou acessos/oportunidades). Assim, por exemplo, dentro do feminismo negro, embora se faça crítica à masculinidade de homens negros, entende-se que estes sofrem frente ao racismo estrutural. Do mesmo modo, é necessário compreender que lésbicas, gays, bissexuais e pansexuais cisgêneres sofrem com regulação dos gêneros também, a categoria

cisgeneridade assinalará, todavia, que apesar dessas opressões existem acessos que essas pessoas possuem que são impensáveis para pessoas transvestigêneres. Não se trata de estabelecer ranqueamento de opressões, nisto a lésbica negra latino-caribenha, Audre Lorde, tece uma análise fundamental: “não existe hierarquia de opressão”, o que não nos impede de analisar os modos pelos quais as opressões dentro de um regime de regulação do gênero impactam diferentes corporalidades de maneiras distintas, essa análise é imprescindível para estudos realizados na área de gênero e sexualidade.

Talvez pareça radical afirmar que todas as pesquisas sobre transvestigeneridades, e vou além, de modo geral, as pesquisas sobre gênero e sexualidades, devam usar a categoria Cisgeneridade, todavia, se as transvestigeneridades são identidades de gênero, e se entendemos que todas as identidades são relacionais, me parece coerente que pensemos as implicações das relações entre cis e trans dentro das pesquisas que desenvolvemos. Recusar-se a usar a categoria Cisgeneridade pode comprometer as análises na medida em que nomeamos apenas o que está além da norma, deixando a norma isenta de análise, quando não a nomeamos. De certo modo me questiono: que interesses aqueles e aquelas que se recusam a utilizar a categoria Cisgeneridade possuem? Não estariam reforçando o transpistemicídio ao deliberadamente desconsiderarem uma série de produções acadêmicas de pessoas transvestigêneres que defendem contundentemente a categoria cisgeneridade?

Parece-me que as histórias se repetem de outros modos, homens que se negam a entender o machismo, brancos e brancas que não assumem a branquitude. Depois, entra-se em um jogo binário simplista no qual uma categoria de análise parece determinar vítimas e opressores de maneira estática, como se Foucault, brilhante filósofo branco e gay francês, não já tivesse nos ensinado que as relações de poder são pulverizadas. Ora, mulheres são criadas dentro de relações

sociais marcadas pelo cisheteropatriarcado colonial, portanto podem apresentar práticas machistas. Ser uma mulher feminista é exatamente identificar os modos pelos quais o (cis)sexismo, o machismo produzem violências e assimetrias sobre nossas vivências e também a partir de nossas experiências. A experiência com o feminismo requer não apenas a reinvenção das masculinidades, mas também das feminilidades.

As pessoas transvestigêneres produzem suas identidades dentro do Sistema e não fora dele, se olhamos para essas pessoas e percebemos posturas que poderiam ser reconhecidas como “cisgêneras”, reforça-se aqui a importância desta categoria de análise. Já ouvi várias histórias de crianças que desejam pintar a pele de branco para serem aceitas, assim como eu desejei por muito tempo ser uma mulher cisgênera, ou pensei ainda que só seria aceita, se mesmo sendo uma travesti, me assemelhasse às ditas práticas cisgêneras. Mas, a partir do Transfeminismo entendo que todos os gêneros são fabricados a partir de práticas reiterativas e citacionais, como afirma a judia norte-americana Butler, deste modo é um erro pensar que as feminilidades e masculinidades hegemônicas sejam propriedades da cisgeneridade, tais performances circulam socialmente e todes sem exceção fazemos nossos gêneros a partir dessas relações.

Brincando com o pensamento do psiquiatra e filósofo negro da Martinica, Frantz Fanon, poderíamos pensar: “corpes transvestigêneres, máscaras cisgêneras”, esse fascínio que pessoas trans podem ter por aquilo que socialmente é estabelecido como cisgênero é certamente parte da analítica que a categoria Cisgeneridade busca empreender. Há, todavia outro fascínio, o das pessoas cis pelas trans*, que as levam a ocultar o próprio gênero, naturalizando-o, enquanto exotificam as produções de gênero das pessoas trans*. Através do Transfeminismo, operando com a categoria Cisgeneridade, passamos a perceber que o gênero das pessoas cis é tão fictício como o nosso,

pois não existe gênero original, ou primeiro. Não por acaso, a frase “Eu não sou Cis” é tão celebrada entre militantes transvestigêneres, afinal, não desejamos ser Cis, estamos produzindo nossos gêneros a partir das negociações com as normas cisheteronormativas, todes estamos.

Sara Wagner York⁵: Algumas pessoas trans/travestis/intersexo estão situadas na condição de passabilidade (Pamela L. Caughie, 2010) e/ou prolepCIS (Sara Wagner York, 2020) e podem fazer uso deste dispositivo como agência e/ou autoproteção. Tais conceitos são relacionados, por algumas instâncias sociais às discussões do colorismo. Como você percebe essa relação?

Leticia Carolina Nascimento: Eu sou uma pesquisadora, então quando entro em contato com um conceito eu avalio em que contextos ele é aplicável e que análises ele pode mobilizar, deste modo nenhum conceito é absoluto, universal, de outro modo, os conceitos todos

⁵ Sara Wagner York /Sara Wagner Pimenta Gonçalves Júnior é deficiente visual, pai, avó e apresenta-se como Travesti da/na Educação - em razão da decisão judicial (de 2017) que concede o direito ao uso de um nome feminino, mas não a readequação de gênero. Doutoranda (FFP/UERJ), Mestra em Educação (GENI/ ProPEd / UERJ - com bolsa CNPq), Especialista em Gênero e Sexualidades (CLAM / IMS - UERJ). Graduada em Letras - Literatura Inglesa (Licenciatura / UNESA), Pedagogia (Licenciatura / UERJ) e Letras Vernáculas (UNESA). Apesar de ainda cursar Jornalismo (UNESA/2021) é considerada a primeira âncora do jornalismo brasileiro através da mídia (pós TV) Brasil 247. Voluntária na ONG Britânica Sahir House no Reino Unido (2011/2012) onde trabalhou em ações de inclusão social e permanência de refugiados oriundos do Oriente Médio, América Latina e África. Recebeu a Medalha ALUMNI da Universidade Estácio de Sá (2017). Membro da Associação Nacional de pessoas trans e travestis - ANTRA, Comissão de Acessibilidade da ANPED e da Rede Campanha Pelo Direito à Educação. É professora mediadora na disciplina de Informática em Educação no curso de Pedagogia / Ensino à Distância na UERJ. Membro cofundadora da CIPAAI - Câmara de Implementação de Políticas Afirmativas Antirracistas e Interseccionais da UERJ. Bolsista CAPES.

podem possuir limites e possibilidades. Assim é o conceito de passabilidade, o que me preocupa nele é considerar que corporalidades transvestigêneres “com passabilidade” estariam seguros, isto é uma mentira, sempre somos matáveis. Se a passabilidade permite alguns trânsitos e acessos, sempre que a transvestigeneridade for revelada seremos reduzidos a um alvo de violência. Mas, não posso negar que a passabilidade amplia e muito o acesso de pessoas trans*, entretanto, é importante inverter a lógica da análise.

Não podemos considerar simplesmente que pessoas trans* querem ser passáveis, antes precisamos analisar: a) o agenciamento coletivo do desejo, pois, vivemos numa sociedade que impõe padrões de gênero feminino e masculino, durante a formação do desejo estes padrões são socialmente introjetados em nós, dessa forma, a crítica não deve meramente recair sobre a pessoa no singular, é preciso denunciar e fraudar a cisheteronormatividade; b) considerando que os papéis de gênero masculino e feminino circulam socialmente, não podemos presumir que uma pessoa trans* esteja tentando se “passar por alguém cis”, essa pessoa trans* só está construindo seu próprio gênero em relação às normas regulatórias, assim como fazem as pessoas cis, portanto, não existe original e cópia, qualquer performance de gênero é artificial; c) é importante questionar como parte da transfobia estrutural o fato de a sociedade conceder qualquer tipo de acesso às pessoas trans* apenas se estas trouxerem em suas performances estilos que podem ser identificados como reflexo dos padrões de gênero hegemônicos, as estéticas transvestigêneres são diferentes e precisam ser respeitadas.

A passabilidade entendida como o ato de uma pessoa transvestigêner se passar por cis é um ideia bastante equívoca; é preciso ampliar a lente para compreender que a sociedade cisheteronormativa oferece tratamento diferente a uma pessoa trans* com base em sua performance ao invés de respeitar todas as estéticas transvestigêneres

possíveis. Ao passo que considerar pessoas trans* “passáveis” continuam mantendo todes em uma sub-representatividade perigosa. Por fim, não fazemos nossos gêneros em relação às pessoas cis para sermos seus reflexos inferiores, tampouco a cisgeneridade é proprietária das feminilidades e masculinidades, todes fabricamos nossos gêneros e devemos ter nossas singularidades respeitadas e validadas.

Esmael Oliveira⁶: Em diferentes momentos de sua produção intelectual (cito “Monstra-Florescer: feminilizando práticas educativas” e “Aprendizagens em educação e as diferenças – resistências ao heteroterrorismo cultural: que só os beijos te tapem a boca”), há uma atenção muito especial com o “chão da escola”. Não podemos esquecer, como você mesma reconhece, que é na escola que corpos dissidentes são interditadas e/ou violentadas. Em tempos de intensos pânico morais, no seu ponto de vista, enquanto educadora-pesquisadora, qual a importância da escola nas pautas dos ativismos transfeministas contemporâneos? Quais os caminhos para a produção de linhas de fuga em um espaço tão normativo?

Leticia Carolina Nascimento: Essa é uma pergunta que pode originar diversas respostas, mas, primeiramente cabe destacar que o movimento transvestigêner brasileiro tem historicamente tentado adentrar o espaço escolar das mais diversas formas, majoritariamente com ações pontuais, como palestras. Desde quando adentrei à militância, visito escolas de ensino médio tratando sobre essas questões por meio de palestras, em especial no mês do orgulho LGBTQIAP+.

⁶ Esmael Alves de Oliveira é Doutor em Antropologia Social (PPGAS/UFSC), docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: esmaeloliveira@ufgd.edu.br.

Embora interessantes, ações pontuais são insuficientes para a transformação que queremos.

Então, quero começar do início, do topo, é inadmissível o esvaziamento de políticas para inclusão e diversidade no presente governo federal (2018-2022). Desde antes do golpe político de 2016, que culminou com a destituição da presidenta Dilma Rouseff, os diários da população LGBTQIAP+, em especial dentro da educação, se transformaram em uma faca afiada pronta para degolar um governo centro-esquerda que de modo cambaleante se mantinha no poder. O resultado é que mesmo em um governo progressista assistimos ao veto do Programa Brasil sem Homofobia, que nos anos seguintes com os governos pós-golpe foi completamente apagado do Ministério da Educação.

Por isso afirmo que é urgente uma retomada democrática no nosso país, elegendo governos que não abram mãos dos direitos da comunidade LGBTQIAP+ apesar da constante pressão da bancada fascista, conservadora e religiosa que se amplia nas casas legislativas, e agora inclusive presente no Supremo Tribunal Federal (STF). As pautas LGBTQIAP+ precisam se materializar em um projeto educativo nacional no MEC, afinal este é o órgão responsável pelo direcionamento da política nacional de educação. Precisamos ter um programa nacional que articule as questões de gênero e sexualidade numa perspectiva interseccional, considerando não apenas as pautas do movimento LGBTQIAP+, mas também do movimento feminista e negro.

Acredito que um programa como este teria condições de produzir, inclusive como era intenção do Programa Brasil sem Homofobia: cartilhas, vídeos e materiais didáticos diversos sobre o tema, além de formação de professores urgente. Aliás, essa seria mais uma ação relacionada ao MEC. É urgente, ademais, repensar as grades curriculares dos cursos de licenciatura que ainda relutam em inserir as questões

de gênero e sexualidade. Para além do MEC, temos tentando fazer isso em nossos departamentos, às vezes como disciplinas optativas, mas precisamos fortalecer a abrangência dessas ações em todas as licenciaturas. Não se faz transformação a partir da educação sem formação docente de qualidade.

O amparo a alunes transvestigêneres dentro da escola demanda engajamento de toda a equipe escolar, pois vai desde o registro escolar, passando pelo uso do banheiro, pelo cotidiano da sala de aula, relação entre alunes e professorias, enfim uma complexidade de relações. Embora existam dispositivos jurídicos a partir dos quais ês transativistes garantam o respeito ao nome social, uso do banheiro a partir da identidade de gênero, combate às violências transfóbicas, o engajamento da comunidade escolar é fundamental. Nessas situações, tem sido fundamental a atuação do movimento social transvestigêneres que rapidamente inicia o diálogo com a escola, se não recebe resposta favorável aciona os órgãos superiores da educação (secretárias e gerências regionais), e persistindo as violências uma denúncia na defensoria pública pode ser realizada, além da judicialização dos casos. Os movimentos sociais já estão familiarizados com esses processos, infelizmente. Expor as violências sempre produz efeitos, como nos ensinou Audre Lorde, o silêncio não irá nos proteger.

Flávio Adriano Nantes: “Ser um homem feminino/ Não fere o meu lado masculino/ Se Deus é menina e menino/ Sou masculino e feminino” As aspas são para Pepeu Gomes, na canção *Masculino e feminino*, e, enquanto trabalhava no dossiê *A era do Traviarçado*, ouvi muitas vezes essa música e pensava no gesto irônico, no jogo de palavras – masculino/feminino; menina/menina – entendidos pelo cantor/compositor acerca de Deus, o judaico-cristão, (vide a grafia maiúscula) em cujo imaginário ocidental está inscrito. Neste sentido, enquanto uma mulher

travesti, *i.e.*, uma sujeita que tem a mulheridade marcada no corpo, na subjetividade, comente sobre os assédios, a falta de direitos, as injúrias, o *continuum* de violência, praticados contra os corpos LGBTs em nome do Deus judaico-cristão:

Letícia Carolina Nascimento: As pessoas cristãs afirmam que “Deus” nos fez a sua imagem e semelhança, todavia me questiono se não é exatamente o oposto, nós que fizemos um “Deus” a nossa imagem e semelhança, tão nossa imagem e semelhança que pode ser utilizado para justificar machismo, racismo, LGBTQIAP+fobia. A religião precisa urgentemente ser entendida como uma prática cultural, marcada pelas relações de poder, ela não anuncia nenhuma verdade, ela molda a sua própria verdade a partir da vontade de homens situados historicamente. Para tanto, é preciso expor genealogias das práticas religiosas cristãs que evidenciem as inúmeras violações de direitos humanos as quais o pensamento ocidental cristão é utilizado como justificativa. Eu sou bastante cética em relação a projetos que buscam “humanizar” o cristianismo, utilizando uma expressão contemporânea, eu não vou “passar pano” para o que o cristianismo fez. O poeta negro martinicano, Aimé Césaire, afirma que “A Europa é indefensável”, para mim assim também é o cristianismo, indefensável. É cruel que se omita a sangrenta história da cristandade, que pensadores, artistas, professores, etc. se sintam tão confortáveis em exercer esse credo. Precisamos urgentemente exorcizar o deus judaico-cristão (com “d” minúsculo, ele é apenas uma divindade entre tantas mil adoradas pelos mais diversos povos), da política, do Estado; e isso não significa negar às pessoas o direito à religião, mas a espiritualidade deve se restringir ao espaço privado. A Bíblia em João 8:32 professa “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”, assim como precisamos expor publicamente os arquivos da ditadura civil-militar brasileira e nazista, entre outras atrocidades

contra a humanidade, precisamos contar abertamente a verdadeira história da cristandade. Eu sou herdeira de Xica Manicongo inquirida e ameaçada de morte pelo Tribunal do Santo Ofício no século XVI. EU NÃO ME ESQUECEREI.

Regiane Corrêa de Oliveira Ramos⁷: Ao se autoidentificar como filha de Xangô e Oyá, você lida com práticas nas quais deuses, espíritos ou o sobrenatural têm atuação/agência no mundo. Gostaria que você comentasse sobre a tríade Candomblé, corpo e identidade de gênero, já que a identidade trans* é um dos marcadores sociais da diferença que contribui para a desestabilização dos modelos binários de gênero no cerne do Candomblé.

Leticia Carolina Nascimento: A forma como eu me apresento ao mundo é marcada por decisões políticas, anuncio constantemente de onde falo, pois como apontam Djamila Ribeiro e Donna Haraway só podemos produzir saberes localizados. Eu compreendo que o Candomblé está atravessado pela normatização binária e essencialista de gênero, por isso, mesmo que eu me afirmo como uma travesti de axé, que bebe na afroancestralidade a partir do Candomblé e da Ciência dos Encantados da Jurema, eu digo, apesar desse limite imposto, eu estou aqui! O Candomblé se cria dentro de um contexto no qual a população negra incorpora nas suas relações o binarismo ocidental de gênero, crítica presente nas elaborações de algumas feministas negras brasileiras. Nesse contexto a mulher negra paga um preço alto, uma vez que as relações de dominação entre homens e mu-

⁷ Regiane Corrêa de Oliveira Ramos é professora adjunta da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Doutora em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês pela Universidade de São Paulo, com estágio de pesquisa na Jawaharlal Nehru University – Índia, e na University of Surrey - Guildford, Inglaterra. E-mail: regianeramosuems@gmail.com.

Iheres cisheternormativos vividas no contexto branco burguês são incorporadas às sociabilidades negras. Então se gênero é um modo normativo de organização social marcadamente branco-europeu, por quais motivos o Candomblé insiste em reproduzir essas assimetrias em suas práticas?

É fundamental descolonizar o gênero no Candomblé e demais práticas religiosas afradiaspóricas no Brasil. Nisto, me parece fundamental a obra da nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí que falando sobre as tradições iorubas entende que entre estas o gênero não era a principal categoria de organização social como é nas sociedades no norte global. Para Oyěwùmí, é a dimensão etária a principal categoria de divisão, todavia quando analisamos o candomblé, percebemos que a dimensão etária existe, mas o gênero também está lá, uma vez que as funções são divididas por gênero no barracão. É fundamental que o Candomblé possa refletir sobre os modos pelos quais o colonialismo se infiltrou em suas práticas e crenças, para que possamos expurgar aquilo que nos limita enquanto produção das diferenças.

Esmael Oliveira: Após a leitura do seu livro, lembrei de um dos *insights* da pesquisadora Berenice Bento em seu clássico “A reinvenção do corpo”. Na obra, Bento aponta para a impossibilidade de se pensar transexualidade no singular. De acordo com ela, as *trans* seriam múltiplas. Mais recentemente o filósofo Paul Preciado fala em termos de uma “multidão Queer”. Assim sendo, lhe pergunto: O uso que você faz do termo “Transfeminismo” no singular (e que intitula a obra), não resultaria numa homogeneização do movimento e do ativismo trans? Afinal, Transfeminismo ou TransfeminismoS? O que você pensa em relação a isso?

Leticia Carolina Nascimento: O Transfeminismo é um lugar de encontro para tantas corporalidades transvestigêneres que pensam o Feminismo a partir de suas próprias materializações, ele é plural estando no singular. Defendo o seu uso no singular como uma corrente do feminismo, o próprio feminismo estando no singular é composto de variadas correntes. Eu penso o Transfeminismo como um quilombo, um lugar de encontro, trazemos nossas similaridades e divergências. O Transfeminismo é como uma grande *House Ballroom*, somos de uma mesma casa, uma mesma família, mas temos estilos diferentes, existem as especialistas em vogue e as que servem carão: *face, face, face!* Pensar o Transfeminismo no singular, mas como um movimento, não uma unidade estática, pois um único caleidoscópio não mobiliza uma quantidade imensa de feixes coloridos de luz? Assim, o uso do singular não é uma homogeneização, é um modo de armar uma tenda e convidar todas as irmãs para tomar um *omi dundun* ou um *otin* e *batermos uma indaga* que pode ser *odara* ou com muito *ejó*. Podemos ser uma comunidade divergente consigo mesma, unidade e universalidade são paradigmas ocidentais, o Transfeminismo é uma ciranda dissonante de vozes.

Tiago Duque: Ao ler o seu livro *Transfeminismo*, pude identificar referências a autoras feministas que também são as referências de muitas pesquisas com travestis e transexuais no Brasil, especialmente na área das Ciências Humanas e Sociais. Antes da valiosa emergência do transfeminismo nas universidades, essa produção acadêmica nacional não apenas trouxe para os espaços das análises acadêmicas as categorias (saberes) encontradas em campo durante o diálogo e convivência com travestis e transexuais, como também levou para a arena dos movimentos sociais algumas categorias (saberes) que foram usadas por travestis e transexuais em busca por direitos no enfrentamento às violên-

cias. Os trânsitos de saberes produziram efeitos tanto na luta por reconhecimento, como no campo da produção do conhecimento. Na sua visão, hoje, como o transfeminismo tem lidado com essas pesquisas que o antecede, das Ciências Humanas e Sociais que trabalharam com travestis e transexuais?

Letícia Carolina Nascimento: A pesquisa é uma prática de composição, selecionamos categorias, teorias, fontes, campo, sujeitos, tudo passa por um processo de escolhas realizadas para manter uma coerência epistêmica que garanta a cientificidade do trabalho. Assim, entendo que podemos percorrer variados caminhos. Os saberes que foram produzidos antes do Transfeminismo podem ser úteis? Bem, isso dependerá dos diálogos que pretendemos realizar e as mais diversas transfeministas têm tentado produzir esses diálogos. Todavia, muitas de nós têm insistido em apontar o recorrente transepistemicídio, pois no período em que muitos destes trabalhos foram desenvolvidos “não existiam pesquisadorias transvestigêneres”, embora numa perspectiva decolonial, as vozes das travestis putas ouvidas por inúmeros pesquisadorias cisgêneres poderiam ser consideradas vozes epistêmicas, e não como é comum, a sua marcação como meras informantes da pesquisa. Esta característica de diminuição do potencial epistêmico não é uma característica isolada, a ciência colonial funciona assim.

Então, “não existiam pesquisadorias transvestigêneres” naquele período, mas estamos falando de agora, ainda é comum lermos trabalhos sobre nós, sem nós! De outro modo, enquanto tais trabalhos não nos citam, é bastante comum encontrar nestes inúmeras referências cisgêneras que pesquisaram sobre nós. Quando escrevi o livro *Transfeminismo*, eu optei por citar poucos desses trabalhos, exatamente para fazer o caminho inverso, a questão não é que não acho importante citar estes trabalhos; minha opção é um protesto; se pesquisadorias

cisgêneres se sentem confortáveis em nos excluir de suas produções, por quais motivos eu irei incluir nos meus trabalhos suas pesquisas? O que estamos pedindo é uma reparação histórica, não é anular o que já foi feito, mas quando trazemos aqueles trabalhos não podemos parar neles, é preciso produzir diálogos entre aquelas vozes e as vozes das transfeministas. É um trabalho que inclusive pretendo desenvolver, analisar tais pesquisas, trazer pontos importantes, possíveis lacunas.

Eu gosto do morde e assopra, toda travesti tem malícia para morde e beijar, do mesmo modo que questiono a cisgeneridade, gosto de abrir as portas do transfeminismo para dialogarmos. É necessário interesse de ambos os lados, quando uma não quer, duas não beijam. Gosto de produzir diálogos possíveis, em minhas investigações cito várias feministas negras cisgêneras que tanto não trabalham com a categoria cisgeneridade, como também não citam transvestigêneres. Quando as trago eu evidencio que o nosso diálogo é possível: a travesti quer um beijo! Quero que nossas epistemologias produzam trocas, convido todas, todos e todes! Leiam, citem, referenciem, indiquem transvestigêneres!

Juliana Berlim⁸: A hormonização infantil é alvo de muita polêmica no exterior, mas, dentro do Brasil, a questão não parece ser alvo de ampla discussão na sociedade, a não ser dos círculos mais interessados em debates de gênero. Qual sua opinião a respeito?

Leticia Carolina Nascimento: As crianças têm sido alvo de uma cruzada cruel contra a livre expressão de gênero no Brasil, acusam

⁸ Juliana Berlim é Professora de Língua Portuguesa e Literatura do Colégio Pedro II. Mestra em Ciência da Literatura (UFRJ). Escritora publicada no Brasil e no exterior. Co-organizou *Transliteraturas* (Editora Oficina Raquel). E-mail: juliananberlim@gmail.com.

feministas e o movimento LGBTQIA+ de tentarem intervir na “personalidade”, na identidade das crianças, impondo as questões de gênero. Essas pessoas não pensam nas crianças, elas desejam seguir pensando sobre as crianças, desejam continuar governando as infâncias. A palavra infância tem origem no latim *infantia*, *in* é um prefixo de negação, *fan* significa falante, podemos traduzir como aquele que não fala, contudo as crianças não apenas falam, elas expressam de diversos modos seus desejos, inclusive em relação à expressão de seus gêneros. O que fazer quando uma criança identificada com o sexo masculino pede como presente de Natal uma boneca? A criança fala, ela pede, ela deseja a boneca, não foi nenhuma militante feminista ou LGBTQIA+ que incentivou o pedido aparentemente inusitado. Precisamos aprender a respeitar os desejos da infância, da adolescência.

Sobre a hormonização, desde a infância precisamos conduzir um debate a partir do conhecimento médico científico, mas sem um viés moralizante, é fundamental que estudos experimentais sejam desenvolvidos de maneira ética. Para tanto, as ciências da saúde precisam ouvir os anseios das pessoas transvestigêneres, tanto das crianças do agora, como das crianças do passado. As crianças que não tiveram a oportunidade de experimentar seus gêneros de outros modos, hoje, como adultas, se erguem para reivindicar os direitos das crianças e adolescentes transvestigêneres. Em uma primeira análise parece-me razoável que crianças comecem utilizando bloqueadores hormonais que suprimem temporariamente e de maneira reversível características corporais secundárias associadas ao sexo cromossômico, tais como o aparecimento da barba.

Todavia, se esta for uma criança que se percebe transvestigênera desde os 5 anos de idade e já adota a identidade de gênero que se sente confortável, por quais motivos ela não poderia na adolescência passar gradativamente a tomar hormônios? O recurso dos bloqueadores pode ser um paliativo viável entre adolescentes que a partir

dos 11, 12, 13 anos passam a se afirmar transvestigêneres. É um momento de descoberta, se instaura um processo de escuta: a família, a equipe médica multiprofissional precisa ter sensibilidade para ouvir os apelos e estabelecer o momento de iniciar a hormonização.

É preciso considerar as dores vividas por crianças e adolescentes transvestigêneres que inseridas em espaços de sociabilidades com pessoas cisgêneras se tornam estrangeiras de si ao perceberem que suas corporalidades não mudam como as das demais: desejar ter uma barba ou ver os seios crescerem. Atualmente o protocolo experimental do Conselho Federal de Medicina institui a idade de 16 anos, se consideramos o exemplo anterior, da criança de 5 anos, serão 11 longos anos de espera. Nós estamos todes cansades de esperar! Nós queremos fazer nossas corporalidades para além desse moralismo que impregna a ciência, faz uma ginecologista receitar anticoncepcional para uma menina cis de 12 anos, mas proíbe, sobre a premissa de proteção de uma adolescente transvestigênera, de ter acesso a hormônios que irão impactar positivamente sua vivência social. Do que nós estamos protegendo essas crianças e adolescentes quando impedimos seus sonhos?

É preciso um esforço coletivo que coloque crianças e adolescentes transvestigêneres no centro do processo. As famílias e a medicina devem participar como coadjuvantes garantindo condições seguras e avaliadas de forma ética para o uso responsável dos hormônios na medida em que as questões corporais atravessam o campo do desejo desses pueris dissidentes de gênero. Crianças e adolescentes transvestigêneres falam, elies irão expressar se possuem desejos de modificação em relação as suas corporalidades; se esse desejo emerge nós precisamos garantir formas saudáveis de experimentação, para além da moral, dentro de uma ética de cuidado que garanta o florescimento de uma estética da existência de fruição do gênero.

Claudicélio Rodrigues da Silva: Para discutir o conceito de transfeminismo você partiu da história do movimento feminista, tendo como ponto de partida as questões “e eu não sou uma mulher?”, do século XIX, e “não se nasce mulher, torna-se...”, da primeira metade do século XX. Ou seja, foi nos posicionamentos de épocas diferentes, um de uma mulher negra estadunidense, o outro de uma filósofa branca cishétero francesa. Essas questões não só serviram para tensionar o programa do feminismo, permitindo o abandono da noção de mulher como abstração universal, como pluralizaram o movimento. Mas como explicar que em pleno século XXI ainda haja uma parcela radical dentro do feminismo que não aceita mulheres trans e travestis? Não são ainda marcadas por um pensamento biológico, essencialista? Não é estranho que enquanto Preciado esteja discutindo que qualquer parte do corpo pode ter a mesma função do pênis, pode ser um dildo, há feministas que ainda reduzem a mulheridade à existência da vagina?

Letícia Carolina Nascimento: Não é apenas estranho, é incoerente. Quando leio alguns textos de Joan Scott, Donna Haraway, Teresa de Lauretis, Linda Niconlson, autoras cisgêneras, constato que todas apontam que o atrelamento da categoria gênero, de modo exclusivo, à dimensão biológica, é uma limitação do pensamento feminista. Desde sua origem, a categoria gênero tem sido utilizada de diferentes modos para demarcar que são as relações históricas de saber-poder que produzem as assimetrias relacionadas aos modos pelos quais produzimos nossas corporalidades. Nem a vagina, nem o pênis são órgãos estáticos, não é sua suposta natureza biológica que determina os nossos lugares sociais. Não posso negar, no entanto, que a vagina tem sido utilizada como marcador de violência para mulheres cisgêneras. Todavia, é limitante reduzir essas violências à vagina. Assim

preciso considerar que são relações sociais que produzem a vagina enquanto um órgão sexual de passividade e fragilidade; são essas relações de produção que a categoria gênero articula em sua analítica.

Nós vivemos nossas mulhereridades e feminilidades de formas distintas, as opressões são produzidas pelo patriarcado cisheteronormativo colonial, ser mulher não é só ter vagina, existem mulheres de vagina, assim como existem “mulheres de pau”, ou identidades de gênero que vivem as feminilidades sem se reivindicarem mulheres. A força da luta feminista está exatamente em compreendermos a necessidade de erguemos não apenas as nossas bandeiras, mas as bandeiras umas das outras. Como transfeminista me sinto bastante chocada com a pobreza que atinge, entre outros elementos, a menstruação; sou professora e nunca imaginei que meninas cisgêneras faltassem aula por conta da menstruação; tomei para mim esta bandeira, assim como sou contundentemente a favor da descriminalização do aborto. Eu sou uma aliada das pautas das mulheres cisgêneras. Em nenhum momento nego que a vagina, ou as relações sexuais de reprodução produzam opressões, apenas não naturalizo e universalizo esses importantes marcadores.

A categoria gênero produz uma analítica, ainda mais complexa, quando a atravessamos com a interseccionalidade. A categoria gênero em sua dimensão política, cultural e histórica não pode ser reduzida a uma suposta biologia, assim como a dimensão de raça/etnia não é restritamente relacionada a carga de melanina e outros fatores fenotípicos. A raça e o gênero são dispositivos históricos de hierarquização social, os elementos que podem ser compreendidos como parte de uma anatomia humana não são os determinadores dessa categoria, pelo contrário, são produtos daqueles dispositivos. Como transfeminista, sou uma pesquisadora da área de Ciências Humanas e Sociais, não irei reforçar essencialismos e universalismos em minhas pesquisas, eu debato categorias situadas e produzidas

historicamente a partir de relações de saber-poder, não me sinto motivada a discutir com quem não entendeu o *metier* básico da pesquisa em humanidades.

Sara Wagner York: Ainda sobre produção de arquivos (FOUCAULT, 2004; YORK, 2020, BOURCIER, 2021), em 2019, o FONATRANS produziu uma série de *lives* que apresentavam pessoas trans/travestis de diferentes áreas dialogando sobre o que chamamos de “ocupação dos espaços”. Poderia fazer um balanço desse movimento que foi encabeçado por você, junto aos movimentos sociais?

Letícia Carolina Nascimento: As *lives* do FONATRANS se iniciaram no período pandêmico, o isolamento social era severo para muitas de nós que se isolavam durante o dia e à noite permaneciam expostas à pandemia durante a prostituição, única forma de sobrevivência. Nesse contexto de morte, nós sabemos que na maior parte dos casos só podemos contar com a nossa própria comunidade transvestigênera. Por mais que eu me esforce, jamais conseguirei descrever a força de vida da nossa comunidade reunida; nós queríamos sentir isso mais uma vez para termos esperança de que poderíamos permanecer vivas. O objetivo maior das *lives* era promover entre nós a esperança que só era alimentada por nossas trocas afetivas. No ano de 2020 eu assumi o posto de apresentadora e articuladora das *lives* do FONATRANS, projeto com coordenação de Jovanna Baby, nossa presidenTRA, as temáticas eram variadas e convidades de todo o país. As *lives* aconteciam pelo instagram (@fonatrans), nos comentários muitas mensagens de carinho, ao final sempre encerrava mandando beijos para todes que acompanhavam a *live* de suas respectivas cidades e movimentos sociais, além de trocas de conhecimentos, havia uma intensa troca afetiva.

No início realizamos *lives* avulsas semanais, depois vieram 3 edições do Festival Traviarcado, estes com mais horas de programação, além disso já foram organizados duas edições do Festival Afrontransmasculinidades. As *lives* fazem parte do arquivo histórico do FONATRANS e algumas delas se transformaram brevemente em publicações, dada sua relevância, afinal importantes matriarcas participaram das *lives*, como Jovanna Baby, Beatriz Senegal, Indianarae Siqueira e Keila Simpson, além de militantes com expressiva relevância nacional, como Sara Wagner York, Megg Rayara Oliveira e Maria Clara Araújo, dentre outras. Nós estamos contando nossas histórias de agora e resgatando outras tantas, em um movimento de abrir caminhos reconhecendo a ancestralidade.

Rosilene Caramalac⁹ e Angelo Ferro¹⁰: A violência dirigida contra travestis é uma triste realidade no país, vide que em 2020 o Brasil ainda segue líder de assassinatos no *ranking* mundial, e esta posição é ocupada desde o ano de 2008, conforme os dados da ONG *Transgender Europe* (TGEU), (ANTRA, 2021). Muitos desses crimes vêm acompanhados de desfigurações, despedaçamento dos corpos e de humilhações de desrespeito à memória (a saber, fazem velório e o sepultamento com roupas masculinas, como aconteceu com a Lana [Presente!], em Aracajú). Não devemos fazer uma leitura superficial dos atos de violência e dos

⁹ Rosilene Caramalac é Psicanalista. Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: rocaramalac@uol.com.br.

¹⁰ Angelo Ferro é Graduado em Psicologia. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/Rio, no qual é bolsista Capes. E-mail: angelusferro@hotmail.com.

assassinatos contra esses corpos, muito menos devemos usar a prerrogativa irrefletida de que o “Brasil é um país violento”. Em face disto, que leitura você faz sobre essa situação? Por que, a seu ver, a grande maioria da população e o Estado não se preocupam em tentar modificar essa triste realidade?

Letícia Carolina Nascimento: O Brasil, assim como a América Latina, é fortemente marcado pelo regime colonial, se este teve seu fim, a colonialidade, como aponta Anibal Quijano, segue ordenando o modo como se organizam as estruturas de poder. São séculos em que as vidas de negres, indígenas, mulheres, gays, lésbicas, pessoas trans, travestis, pessoas com deficiências foram tratadas sem qualquer valor. A violência é o grande fio condutor da história brasileira. No caso da violência contra transvestigêneres a cisgeneridade entende que essas experiências rompem radicalmente com um alicerce fundamental de sustentação colonial: a reciprocidade entre sexo e gênero, essa verdade infalível não pode ser usurpada, quando rompemos com este pacto somos expostos às mais cruéis violências, pois de fato não pertencer a um gênero binário é anular qualquer possibilidade de enquadramento dentro da humanidade.

Acredito que já tenha falado isso em outros momentos desta entrevista, mas repito, precisamos contar nossas histórias. Numa perspectiva foucaultiana propor arqueogenealogias das estruturas de poder expondo suas violências e principalmente seus modos de produção, desnaturalizando as opressões como grandes ficções. Entre as leituras de Lélia Gonzalez e Frantz Fanon é preciso romper com essa neurose colonial que insiste em naturalizar hierarquias de raça, gênero e classe, e para isso precisamos nos colocar todes frente ao espelho de nosso passado; este grande espelho da verdade colonial, e reconhecer em nós os traumas sofridos, os poderes exercidos, as dores, os privilégios. É um exercício coletivo que requer coragem e

honestidade, um processo educativo contínuo de produção de outra realidade possível, sem o esquecimento do mundo que estamos por demolir.

Regiane Corrêa Oliveira Ramos: Alice Walker diz que “a resistência é o segredo da alegria”. Resistir às armadilhas e aos aparatos do heteropatriarcado e do sistema colonial moderno de gênero. Como é para você viver o transfeminismo na academia? É essa alegria que Walker descreve?

Leticia Carolina Nascimento: Eu tenho um compromisso ancestral com a alegria, a tristeza é um contra-axé, assim como a fome, quem é de terreiro sabe. Não é que não vivamos a tristeza e a fome, só não permitimos que isso nos defina e seja a única narrativa sobre nós. Muito se fala que Xica Manicongo correu risco de vida ao andar pelas ruas de São Salvador no século XVI com as vestes de acordo com sua identidade de gênero, pouco se fala que ela era bastante namoradeira. Assim também Madame Satã é lembrada pelos inúmeros conflitos policiais, todavia, além disso, ela era uma vedete sensacional. Nas ruas onde as travestis se prostituem, há o perigo, o riso e a solidão, nessas encruzilhadas as vidas de tantas se misturam; é o lugar de trabalho, mas também de diversão; se conversa sobre família, sonhos e o cliente que é uma *mariconna uó*; existem trocas afetivas e também as quizilas. É por toda essa ancestralidade, que não, eu não me permito ser apenas um dado estatístico, ser apenas alguém com expectativa de vida entre 32 e 35 anos, eu não sou apenas aquela que morre com pedradas, pauladas e tiros.

Apesar da cisheteronormatividade constantemente me cercar eu me autorizo sonhar. Às vezes eu me pego olhando para o passado e imaginando se as minhas ancestrais tinham tempo pra sonhar es-

tando sob o chicote do senhor ou a mira da polícia. Eu não sei se elas (me) sonharam, mas eu sinto que hoje nós ocupamos lugares que elas também desejariam ocupar. Assim, eu me sinto parte de algo que é maior do que eu. Jovanna Baby, nossa matriarca fundadora, nos diz que “somos todas uma só carne e uma só história”. Outra matriarca, Keila Simpson, nos convida a resistir dizendo: “Nossa vingança vai ser envelhecer!”. Quando penso na alegria ao invés da tristeza, não quero reforçar o estereótipo caricato de que somos “seres bem humorados”, eu não permito que nos reduzam a uma lágrima ou a um sorriso, nós somos multidão!

UM POUCO ALÉM DO SISTEMA: reflexões queer a partir do Pantanal de MS*

Tiago Duque**

Resumo: Este texto discute certo regime de visibilidade de gênero presente no Pantanal de Mato Grosso do Sul, região da fronteira do Brasil com a Bolívia, que envolve bichas – gays e travestis. A partir do trabalho etnográfico e de uma perspectiva teórica queer, apresenta processos de reconhecimento e prestígio social que bichas locais mantém a partir de diferentes eventos na cidade de Corumbá. Desenvolve-se uma análise pós-identitária de experiências de gênero e sexualidade, considerando outros marcadores sociais da diferença. Afirma-se que para além de uma análise a partir da existência de um sistema, envolvendo diferenciações cis e trans, há outras possibilidades críticas de compreensão do funcionamento do referido regime. Conclui-se que, em tempos difíceis (neoliberal e anti-intelectual), pensar em conhecimentos disruptivos (que indiquem a própria forma em que não bichas são produzidos/as) é mais necessário do que simplesmente mais conhecimento.

Palavras-chave: queer; Pantanal; fronteira; reconhecimento; bichas.

* Uma versão preliminar deste texto foi apresentada na mesa redonda “Os corpos ficcionais-empíricos ainda dissidentes no MS e além”, durante o “I Colóquio de gênero, feminilidades e masculinidades: o debate nos arrabaldes do Brasil 30 anos depois”, realizado em ambiente on-line pela UFMS em junho de 2021. Informo ainda que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

** Professor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: tiago.duque@ufms.br.

A LITTLE BEYOND THE CISTEMA: queer reflections from the Pantanal of MS

Abstract: This text discusses a certain gender visibility regime present in the Pantanal of Mato Grosso do Sul, a region on the border between Brazil and Bolivia, which involves gays and transvestites. Based on ethnographic work and a queer theoretical perspective, it presents processes of recognition and social prestige that local *bichas* maintain from different events in the city of Corumbá. A post-identity analysis of gender and sexuality experiences is developed, considering other social markers of difference. It is stated that, in addition to an analysis based on the existence of a “cysteme”, involving “cis” and “trans” differentiations, there are other critical possibilities for understanding the functioning of that regime. It is concluded that, in difficult times (neoliberal and anti-intellectual), thinking about disruptive knowledge (which indicates the very way in which no *bichas* are produced) is more necessary than simply more knowledge.

Keywords: queer; Pantanal; border; recognition; difference.

Introdução

Quando comecei a ler sobre Teoria Queer, uma das primeiras orientações para pensar no significado de queer foi me dado por Ochoa: “é como te chamavam na escola quando queriam tirar sarro de você” (2004, p. 254). Assim, desde o princípio, ele foi um enunciado que me provocou interpretações localizadas, não apenas a partir do corpo e de experiências de interlocutoras/es no trabalho de campo, mas também a partir do meu próprio corpo e experiências – do modo que eu e tanta gente somos tratados/as, considerando as normas binárias de gênero e sexualidade que temos vivido. Isso também foi apontado por Bento (2011), ao afirmar que nós, pesquisadores/as, descobrimo-nos feitos/as do mesmo “material discurso” que determinadas/os interlocutores/as, permitindo-nos quebrar esquemas mentais que nos informam sobre noções de normalidade e anormalidade.

Foi no movimento social que a perspectiva queer de encarar as diferenças teve origem. Queer, em contextos estadunidenses da década de 1970 e 1980, já foi um xingamento muito feio, direcionado a pessoas tidas como desprezíveis e de múltiplas experiências identitárias, mas quem era xingado/a resolveu adotá-lo como uma aposta política não convencional, isto é, contra a pauta mais assimilacionista do movimento de gays e lésbicas que queriam ter os mesmos direitos que os heterossexuais. Foi com mais ou menos essa inspiração que o movimento queer afetou intelectuais feministas na universidade, afinal, se no movimento social começava a existir uma contestação em não querer parecer bem na foto, isto é, ficar parecido/a com os/as heterossexuais, na academia começava-se a ganhar consistência a crítica diante das limitações das categorias identitárias em termos de política de representação (JAGOSE, 1996).

Nesta perspectiva política, Seffner (2011) foi um dos/as autores/as brasileiros/as que discutiu sobre a domesticação de desejos e prazeres envolvendo a diversidade sexual e de gênero, das experimentações que aconteciam no mesmo momento em que conquistávamos alguns direitos. De modo que, ainda atual, a sua provocação faz-se necessária: “acho que nos últimos anos temos feito muito esforço para ficar ‘adequados’ na hora da foto, e com isso perdemos energia criativa para mudar o mundo, e a nós mesmos” (2011, p. 60). Ainda, nas palavras dele: “pensando como homem gay, quero a força da bichice para viver, quero um mundo mais bicha, menos comportado” (2011, p. 60). Ao fazer isso, ele chama a atenção para o fato de que bichice remete à disposição de romper com normas de gênero e sexo, contudo, sem “endeusar” a postura de rompimento, afinal, segundo ele, estar na norma também tem seus gozos – afirmação com a qual estou de acordo e que o trabalho de campo presente neste texto corrobora.

Parte das críticas que análises pautadas na chamada Teoria Queer receberam e ainda recebem atualmente tem relação com distintas

visões em termos de gênero e sexualidade, especialmente quando se observa a arena dos debates a partir dos essencialismos identitários ou políticas de reconhecimento que, diante do enfrentamento às distintas violências e desigualdades, acabam reforçando binarismos. Nesse sentido, tenho me atentado ao fato de que o reconhecimento é uma condição da vida vivível, mas “ele pode servir ao propósito do escrutínio, da vigilância e da normatização dos quais uma fuga *queer* pode se provar necessária precisamente para atingir a viabilidade da vida fora dos seus termos” (BUTLER, 2018, p. 69).

Quando me refiro à Teoria Queer no singular, não estou buscando uma unidade ou homogeneidade, mesmo porque sabemos que essa perspectiva é, como tantas outras, teoricamente diversificada, conforme já apontaram diferentes estudos (PEREIRA, 2012; FERNANDES; GONTIJO, 2016). Como outras perspectivas teóricas, a *queer* sempre merece estar sob rasura em relação ao seu alcance quando se pretende, erroneamente, uma filiação pouco arejada às novas contribuições e, ao mesmo tempo, fechada às próprias transformações históricas dos nossos campos de pesquisa. Ao invés disso, o singular é para demarcar um olhar teoricamente fundamentado a partir de certa historicidade de sua motivação (provocação inicial do movimento social *queer* estadunidense), mesmo porque traduções ou substituições teórico-conceituais não necessariamente podem garantir que a perspectiva *queer* siga provocadora com suas – muitas vezes e sob certos aspectos – críticas “inapropriadas”.

Dito isso, é com esse olhar que tenho pensado a realidade da fronteira Brasil-Bolívia, região do Pantanal de Mato Grosso do Sul (MS). A partir de experiência etnográfica, envolvendo entrevistas e pesquisa on-line de 2014 a 2019, busco analisar certo processo de reconhecimento que envolve alguns marcadores sociais da diferença. Em uma perspectiva *queer*, que não é anti-identitária, mas pós-identitária (compreendendo as identidades de modo não

essencializado, não fixamente classificadas e/ou não isoladas), procurarei, em um primeiro momento, situar-me e situar o campo de pesquisa na referida região pantaneira. Posteriormente, pensando a partir da minha própria inserção junto a aqueles/as que aceitaram participar da pesquisa, discuto experiências de prestígio em torno do gênero e da sexualidade. Em um terceiro momento, aponto para o quanto estar na fronteira é um desprestígio e, ao mesmo tempo, como bichas produzem valoração para toda uma cidade. No quarto momento, apresento uma interpretação analítica em que certo regime de visibilidade é entendido um pouco além do cistema. Por fim, concluo apontando para a necessidade de, em tempos difíceis, apostar em mais conhecimento disruptivo do que em simplesmente mais conhecimento.

Pantanal e “lugar de corpo”

Segundo o Mapa de Biomas do Brasil (IBGE, 2004), o Pantanal é a maior planície de inundação contínua do Planeta Terra. A região pantaneira possui uma complexidade cultural, abrigoando “povos com línguas diferentes, com histórias e atividades econômicas próprias, com costumes particulares que os distinguem no contexto da planície” (BANDUCCI JUNIOR, 2012, p. 21). Por isso, ao me referir ao Pantanal, considero-o como resultado de diferentes discursos, enunciados e construções imagéticas que, processualmente, desdobraram-se em um conjunto de elementos, “alguns obscuros e silenciados, outros estereotipados e massificados, que atualmente se interacionam e se tencionam na configuração desse arranjo territorial, o qual se manifesta numa paisagem para além do conjunto natural nele presente” (NEVES; FERRAZ, 2012, p. 185).

Esses elementos envolvem, por exemplo, animais hoje cobiçados pelo que representam, especialmente a onça-pintada, que é um sinal

do quanto emergiu, nas últimas décadas, uma espetacularização da natureza, onde ela e outros animais são transformados em objetos de desejo (RIBEIRO, 2015). Mas, também, tem se associado a esses elementos a destruição criminosa pelo fogo de áreas gigantescas, colocando em risco todas as espécies que vivem nelas e o meio ambiente como um todo, para além das fronteiras pantaneiras. Esses e outros elementos podem ser considerados quando procuramos compreender etnograficamente as experiências de gênero e sexualidade dessa determinada região. Afinal, o/a pesquisador/a, via a etnografia, deve articular os diferentes discursos e práticas parciais (no duplo sentido da palavra) que observa, mas sem jamais acreditar que atingirá nenhum tipo de totalização ou síntese completa (GOLDMAN, 2003).

Metodologicamente, também sabemos que se faz importante compreender o foco “nem tão de perto que se confunda com a perspectiva particularista” (MAGNANI, 2009, p. 138) de cada interlocutor/a e “nem tão de longe a ponto de distinguir um recorte abrangente, mas indecifrável e desprovido de sentido” (MAGNANI, 2009, p. 138). Entendo etnografia como uma forma especial de operar a partir do contato com o universo daqueles/as que nos interessam estudar, e em vez de permanecer lá ou atestar a sua lógica de visão de mundo, devemos, após uma relação de troca, comparar nossas próprias teorias com as deles/as, “e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente” (MAGNANI, 2009, p. 135).

Tenho buscado esse exercício analítico-metodológico a partir de análises já publicadas sobre as experiências de gênero e sexualidade na região onde fica a cidade de Corumbá, na fronteira do Brasil com a Bolívia. Corumbá tem em 2021, segundo estimativas de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021)¹, aproxima-

¹ Informação disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/corumba.html>. Acesso em: 22 set. 2021.

damente 113.000 habitantes. Ela é considerada a capital do Pantanal. A experiência etnográfica aqui referida diz respeito ao trabalho de campo realizado nessa região, com pessoas que lá vivem. Em termos de gênero e sexualidade, os/as principais interlocutoras/es são gays e travestis. Essas categorias, contudo, não são as mais frequentes em campo, sendo empregada mais recorrentemente – inclusive entre os/as próprios/as interlocutores/as para se auto-referirem –, por exemplo, a categoria “bicha”. Sendo assim, referir-me-ei aos/às interlocutores/as deste estudo como bichas.

Em nosso país, as experiências de gays e travestis variam enormemente em função da região e do período histórico, sendo muito difícil, há décadas, generalizar suas características identitárias em apenas uma ou duas categorias de reconhecimento (FRY; MACRAE, 1986). Essa afirmação é ainda bastante oportuna considerando as experiências identitárias dos/das interlocutores/as deste estudo. Portanto, se por um lado adotar “bicha” como uma categoria para me referir a gays e travestis, como é feito pelos/as próprios/as interlocutores/as, pode sugerir uma generalização superficial das suas especificidades, por outro lado, parece-me analiticamente interessante porque, além de respeitar os usos por quem aceitou participar desta pesquisa, também me possibilita chamar a atenção para o que eles/as têm em comum: esses/as interlocutores/as, em sua maioria jovens, não correspondem à masculinidade esperada em relação à classificação do seu sexo atribuído ao nascimento. Também não correspondem ao “roteiro prescrito” da “heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2003; RICH, 2010).

Ao me referir a eles/as assim, como bichas, também quero demarcar, na construção e nos levantamentos de dados, o meu “lugar de corpo” (DUQUE, 2020a) como bicha. Não apenas por assim me autodeclarar, mas também por assim ser tratado por eles/as em campo. Ao me dizer bicha, não quero anunciar-me em um lugar “privi-

legiado” para fazer esse tipo de estudo, afinal, ser bicha estudando bichas não torna essa pesquisa nem mais, nem menos legítima. O meu corpo em campo me faz estar em um “lugar de pesquisa” próprio, mas nem por isso torna-se um passaporte oficial para pesquisas com bichas, sejam elas gays ou travestis. Esse lugar, como a todos os outros corpos, possibilita-me multiplicar estratégias de percepção em meio à própria produção das identidades e das diferenças em contextos de pesquisa. Exercício não restrito, obviamente, a pesquisadores/as gays ou travestis.

Em campo, esse “lugar de corpo” tem me apontado para o quanto, muitas vezes, estar no Pantanal com bichas sendo bicha pode não significar muita coisa, a não ser que essas experiências “de corpo” sejam problematizadas teórico-metodologicamente. Aqui, apresentarei duas cenas que indicam o quanto as normas e convenções que me interessam estudar podem ser pensadas a partir da relação social “entre bichas”, logo, do fazer etnográfico levando em consideração os vínculos mantidos com as/os interlocutoras/es e a minha própria produção corporal (“lugar de corpo”). Mas problematizar o “lugar de corpo” não é, a meu ver, uma exigência para todo e qualquer pesquisador/a dedicado a estudar bichas ou qualquer outro tema. Se a faço aqui, é porque entendo como uma escolha entre tantas outras possibilidades que a perspectiva teórica queer e a etnografia me oferecem e possibilitam.

Regime de visibilidade e prestígio

Estava, em um final de ano, na “Louvação a Iemanjá”, festa religiosa realizada no Porto Geral da cidade, conversando com um dos interlocutores gays deste estudo. Caboclos e Pretos Velhos (entidades espirituais), bem como orixás (divindades espirituais) de inúmeras tendas de Umbanda e Candomblé, celebravam, ao som de atabaques

(instrumentos de percussão) e canções africanas, o final de um ano e o início de outro. Anualmente, centenas de pessoas se reúnem às margens do rio Paraguai homenageando e dando oferendas a Iemanjá. Festas religiosas são comuns na cidade; o próprio catolicismo tem seu ápice na festa “Banho de São João”, em que “santeiros” produzem encontros de oração e os próprios andores com imagens do santo que no dia da festa são banhadas nas águas do rio Paraguai, no mesmo Porto Geral que nos encontrávamos naquela noite, final do ano de 2017.

Conversávamos em uma roda em pé no meio da festa, junto de outras bichas. Os assuntos eram triviais, nada muito sério sob o olhar dele e das demais. Eu, sempre atento ao que falavam, dirigia-me a ele no feminino quando tinha algo a comentar, assim como ocorre com colegas fora do trabalho de campo ao se referirem a mim. Em dado momento, de forma abrupta e nada polida, fui repreendido: “Por que você sempre me trata no feminino!? Não vê que estou desmontado!?”. Envergonhado, sorri sem jeito, e me desculpei. A lição da noite foi o quanto o binarismo de gênero organiza as relações entre bichas, a ponto de ter aprendido que ele, “desmontado” (quando não se vestia e nem mantinha uma performance tida como “de mulher”), diferente de outras bichas com quem convivi na cidade e em outros lugares, incomodava-se com o tratamento no feminino.

Entendo essa correção (repreendimento) feito a mim, na frente das outras bichas, como um sinal do que tenho chamado de “regime de visibilidade de gênero”. Em vez de pensar em possibilidades analíticas em busca de modos corretos ou errados das/os próprias/os interlocutoras/es em se auto-referirem, é preciso compreender o jogo dos regimes de visibilidades – neste caso, das bichas em Corumbá. Isso não significa não os/as respeitar ou mesmo criticar as suas exigências; antes, pensá-las analiticamente.

“Regime” é entendido não como algo que proíbe ou impede determinado modo de se tornar visível, mas algo que regula e

normaliza, algo que se ensina e se aprende em termos de códigos de valores e representações de como se deve tornar-se reconhecido (leia-se visível); e que produz certo conhecimento/reconhecimento em torno das questões de gênero e sexualidade. Aqui, envolve certa epistemologia (SEDGWICK, 1998; MISKOLCI, 2017; PASSAMANI, 2018, DUQUE, 2020b) e a conquista de reconhecimento/prestígio.

Para pensar em termos de regime, portanto, a análise precisa ir além dos interesses e reivindicações dos/as próprios/as interlocutores/as, localizando-os/as e compreendendo-os/as em termos normativos e, ao mesmo tempo, pós-identitários. Nesse sentido, a temporalidade da “montação” (ato de “se montar”), indicando tratamento no masculino quando “desmontado” e feminino quando “montado”, indica como essa bicha quer ser tratada na cidade e, ao mesmo tempo, como a cidade a trata (a reconhece) em termos de gênero. Por sua vez, uma situação vivida com outra bicha, agora uma travesti, ensinou-me outra característica desse regime: a demarcação, não apenas em termos de gênero, mas, inclusive, de nacionalidade.

Eu estava na cadeira do salão de beleza desta interlocutora e conversava com ela, querendo saber mais sobre a cidade. Resolvi perguntar sobre perigos e violências que eu, uma bicha, poderia sofrer em Corumbá. Com isso, claro, também me interessava em saber sobre como elas próprias, bichas locais, lidavam com essas experiências. Ela foi categórica: “aqui é o Rio de Janeiro”. Dizia-me que não havia ameaça alguma para mim e nem para elas/es. O contexto dessa conversa e o quanto a cidade e o corpo dela – e o meu – se configuram em meio às experiências pantaneiras discuti em outro texto (DUQUE, 2019). Aqui, gostaria de chamar a atenção para um aspecto importante: relacionar a cidade com o Rio de Janeiro é comum em vários contextos locais, não apenas envolvendo bichas. Também sobre isso, já refleti anteriormente (DUQUE, 2017). Contudo, enquanto regime de visibilidade, sendo Corumbá uma cidade fronteira sul-mato-

-grossense, ter o Rio de Janeiro como referência valorativa para as experiências de bichas é algo que precisa ser destacado.

A referência ao Rio de Janeiro diz respeito a certo perfil da cidade: as festividades (contraponto construído culturalmente à ideia de um MS não festivo aos modos tidos como dos/as cariocas). As bichas estão na criação, no planejamento e na execução de diferentes eventos festivos da cidade, como a já citada “Festa a Iemanjá”, que conta com a visibilidade de bichas que ocupam cargos importantes de liderança nos inúmeros terreiros de religiões de matriz africana da região. No “Banho de São João” também estão presentes como devotas e “santeiras”. A maior parte das/os interlocutoras/es, com infâncias demarcadas por experiências de efeminamento, cresceram vendo e respeitando essas lideranças religiosas, mas não apenas com essas. Respeito, leia-se reconhecimento social, também têm aquelas bichas que produzem os desfiles das escolas de samba no chamado “carneval da alegria” da cidade. O carnaval é uma das principais festas locais, seja pela boa avaliação e adesão de turistas, seja pela economia que é impactada de modo direto e indireto pelo sucesso de público.

Esses eventos, religiosos ou não, são espaços de aprendizado corporal e identitário em termos de reconhecimento pela e na cidade. “Todo mundo vai aplaudir as bichas” foi uma frase dita por uma delas a mim para exemplificar a importância da participação delas nessas atividades. Por exemplo, elas também perceberam, rapidamente, que o lugar de prestígio nas apresentações das fanfarras escolares enquanto bichas é tocando prato “melhor que as meninas” ou apresentando-se como balizas junto a elas, e não tocando com os mesmos instrumentos tidos como mais masculinizados (FERNANDES, 2018; DUQUE, 2019). Há uma rivalidade entre algumas delas para melhor coreografar as fanfarras e serem premiadas no concurso anual entre as escolas ou serem as mais aplaudidas durante as apresentações públicas em homenagem ao aniversário da cidade.

Entenderam também que, para ganhar o concurso de quadrilha da festa junina municipal, tinham de ser a noiva, porque as meninas não eram tão animadas para convencer os/as jurados/as com a pontuação mais alta. Construíram um espaço de representatividade junto às mulheres passistas do carnaval, sendo eleitas para o posto de “Musa Gay do Carnaval”, de modo a garantirem um lugar na “corte de Momo”, que abre o carnaval corumbaense nas ruas e nas festas para turistas. As bichas aprendem, portanto, como e onde se expor em termos de gênero e sexualidade, inclusive em eventos comumente lidos como “mais masculinos”, isto é, na lógica local, para não bichas, como o futebol. Elas realizam uma partida com muito sucesso e presença marcante da comunidade. É um amistoso “da diversidade”, feito anualmente entre as bichas de Corumbá contra as de Ladário, cidade brasileira vizinha.

A marca de representatividade festiva passa por identificações de características tidas como nacionais; por exemplo, a religião, o futebol, o carnaval, as apresentações de fanfarras, as festas típicas e os concursos de beleza. Isso não apenas para as bichas, mas para todas as outras pessoas envolvidas. Esses são alguns dos elementos de um Pantanal em que bichas, com determinados “lugares de corpo” e respondendo a expectativas binárias de gênero, vivem experiências que as tornam prestigiadamente visíveis: sabendo como e quando “montar-se” – reivindicando-se feminilidade em diferentes concursos de beleza ou durante o carnaval; juntando-se às meninas em relação às funções em apresentações de fanfarras –; não reivindicando tocar os mesmos instrumentos que os meninos tidos como não bichas; criando sua própria competição esportiva – o amistoso de futebol entre bichas. Ao mesmo tempo, elas também desempenham um papel importante com essas festividades, entram no jogo das representações valorativas que implicam em todas as demais pessoas que vivem nesta cidade fronteiriça, região comumente desprestigiada devido à sua condição territorial – marginal.

Fronteira e reconhecimento

Os marcadores sociais da diferença têm sido discutidos em diferentes perspectivas teóricas quando tratamos de experiências de gênero e sexualidade. Não os entendo aqui “como uma categoria analítica substancializada, dado que o seu significado só se realiza na prática dos/as agentes em determinada conjuntura [...]” (HIRANO, 2019, p. 49). Nos termos de Henning, não se trata de desenvolver uma análise com uma quantidade infinita de marcadores, “mas atentar para o entrelaçamento daqueles que se mostram relevantes contextualmente, ou seja, partindo de análises atentas às diferenças que fazem diferença em termos específicos, históricos, localizados e, obviamente, políticos” (HENNING, 2015, p. 11). Dito de outro modo, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão: “é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política” (BRAH, 2006, p. 374). Nesse caso, nacionalidade parece ser um diferencial no contexto pantaneiro em questão.

A nacionalidade remete os sentidos ao que se entende por nação, que está sempre em movimento, afinada e desafinada, não surge e nem permanece pronta e acabada. Esse movimento tem relação direta com o “seu povo, forças sociais, formas de trabalho e vida, contravérsias e lutas, façanhas e utopias” (IANNI, 1988, p. 31). Ele “resgata ou esquece tradições reais e imaginárias, conforme a fisionomia que se pretende construir no presente, segundo a utopia que vai buscar no futuro” (IANNI, 1988, p. 31). É nesse sentido que a ideia de nacionalidade pode ser compreendida com a marca de diferenciação em termos de gênero e sexualidade a partir das bichas e dos eventos festivos referidos anteriormente.

O reconhecimento que elas conquistam na cidade, a ponto de comumente se ouvir que em Corumbá não há preconceito e “é todo

mundo junto e misturado”, faz com que a própria cidade, enquanto uma cidade brasileira fronteira, ganhe valor diante de estigmas outros que não os de gênero e sexualidade, como o estigma de estar na fronteira nacional. Os significados comuns ligados às cidades fronteiriças nacionais, frutos de questões históricas e políticas, dizem muito sobre o preconceito ligado à sua condição de margem. “É um local no qual se pode assimilar a negatividade, atribuída por diversos fatores como o ilícito, a clandestinidade, a miscigenação, entre outros” (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012, p. 17). Viver em uma cidade que “é o Rio de Janeiro” e não é a fronteira com a Bolívia diz muito sobre modos de representação e reconhecimento em que bichas estão estrategicamente incluídas. Inclusive, para se referir às cidades bolivianas que fazem divisa com Corumbá, chamam-nas de “fronteira”, como se a fronteira fosse apenas o lado do “outro”, e não o “nosso”. A presença de bolivianos/as na cidade é vista em várias situações como “problema social”. Esse “problema” ganha destaque por parte da elite local, mas há preconceitos difusos em todas as classes (COSTA, 2013).

Nas festividades em que bichas ganham destaque e prestígio, comumente não há bolivianos/as na organização, sendo um evento majoritariamente de brasileiros/as. Mas, além disso, as bichas não pensam em um público de bichas; antes, os eventos “são de gays, mas não para gays”, como escutei em campo. Aqui, chamarei a atenção para um deles em especial: o “Miss Gay Corumbá”, realizado no ano de 2014. O trabalho etnográfico referente a esse evento, em específico, envolveu a minha participação nos ensaios, nos preparativos finais, no próprio decorrer da noite do concurso e no grupo de WhatsApp das pessoas envolvidas, inclusive por um tempo posterior ao evento. Cada ano a organização muda, portanto, o que pude verificar nessa edição não necessariamente se repetiu em outras. Ele foi realizado no Clube Corumbaense, com um histórico de glamour diante de outros eventos realizados no local, sejam festas privativas da elite da cidade,

concursos de fantasias de luxo no carnaval ou os próprios concursos de beleza das mulheres miss da metade do século passado.

Nesse caso, diferente de outros eventos aqui citados realizados em bairros periféricos ou sem a cobrança de ingresso, voltados mais à “comunidade”, chamou-me a atenção a realização dessa edição com forte apelo para que a “sociedade” estivesse presente. Os usos de “comunidade” e “sociedade”, conforme pude perceber em campo, dizem respeito a certa expectativa/avaliação de público de cada evento, considerando que as pessoas menos pobres e de pele mais clara (com menos sinal de miscigenação com afro-brasileiros e com indígenas bolivianos) estão identificadas com a segunda categoria. Inclusive, a bancada de juradas para eleger o melhor “transformista” (termo usado no concurso) da cidade era de mulheres empresárias, esposas de empresários ou com cargos políticos tidos como importantes na cidade.

Além de dar o tom da certa “mistura” valorativa, já citada aqui, essa relação social entre bichas e mulheres indica o quanto e como o reconhecimento circula. Isso não significa necessariamente aceitação das bichas em si, mas do lugar que elas ocupam nas relações de poder local. Por exemplo, em entrevista, uma das empresárias da cidade disse-me que uma amiga participa das atividades por medo de ser “mal-falada”, pois algumas lideranças bichas ocupam lugares de influência na mídia, na política e no comércio local. Essa experiência corrobora o quanto a produção da diferença “é um processo contínuo no interior da vida social e se estabelece na relação com o outro” (VENCATO, 2014, p. 33), independentemente da qualidade dessas relações e das identidades sexuais e de gênero envolvidas.

Considerando isso, penso reconhecimento aqui como o algo que se dá necessariamente por um caminho comum entre histórias singulares, e esse caminho o coloca em circulação. Isso porque “o reconhecimento é uma relação intersubjetiva, e, para um indivíduo

reconhecer o outro, ele tem que recorrer a campos existentes de inteligibilidade” (KNUDSEN, 2010, p. 168). É exatamente esse campo de inteligibilidade que envolve fronteira e binarismo de gênero que nos indica o funcionamento do regime de visibilidade aqui discutido. Um dado importante sobre esse regime está também na seleção de quem pode e de quem não pode participar do concurso de “Miss Gay em Corumbá”: os/as candidatas/as não poderiam ter silicone no corpo.

As concorrentes poderiam ser gays, travestis ou transexuais, mas não poderiam ter o corpo “montado” com silicone (líquido ou em prótese). O objetivo era valorizar o “transformismo”, mesmo porque já há outros concursos em que travestis com silicone ou mulheres transexuais com silicone poderiam participar junto dos/as gays, como o já citado “Musa Gay do Carnaval”. Isso indica o quanto bichas locais, em seus processos de produção identitária, driblam fronteiras políticas fixas de categorias utilizadas comumente de forma universal como gay ou travesti. A conquista do prestígio, nesse evento dado pelo “transformismo” na passarela em um clube da “sociedade”, sob aplausos de munícipes não bichas e juradas como as que descrevi, sobrepõe as separações identitárias comumente exigidas e defendidas em outros contextos socioculturais longe da fronteira Brasil-Bolívia.

Além do sistema

Essa “mistura” entre bichas e demais moradores/as da cidade, mas também entre gays e travestis, não ocorre apenas neste evento. Posso afirmar que o trabalho de campo indicou que o reconhecimento das bichas em Corumbá pelo prestígio que recebem nos eventos não se diferencia em termos identitários por elas serem gays ou travestis. Isso não significa que o tratamento na cidade seja sempre o mesmo para elas/eles, mas, diante do regime aqui caracterizado, a análise para a sua compreensão não se dá via um sistema (JESUS, 2016). Isto

é, o reconhecimento da visibilidade das bichas não se explica pela existência de uma produção de corpos tidos como “naturais” (cis) e outros como “não naturais” (trans). A cisgeneridade, enquanto uma categoria analítica usada “para questionar os privilégios dos corpos que se entendem dentro de uma perspectiva naturalizante e essencialista de gênero” (NASCIMENTO, 2021, p. 100), diferentemente do que pode ocorrer com outros estudos, aqui não é indicada para compreender o regime em questão. Não se trata de negar a existência da diferenciação hierarquizada entre gays e travestis ou a própria cis-política (DEMÉTRIO, 2019); antes, compreender que processos de reconhecimento envolvendo gênero podem ir além da diferenciação cis e trans mesmo quando as bichas sejam gays e travestis.

Ainda sobre isso, independentemente da identidade de gay ou travesti, destaco a importância da performance corporal na passarela. Uma bicha, durante o ensaio do referido concurso envolvendo “transformismo”, chamou minha atenção para uma das participantes: “Ela é a mais bonita, mas aprendeu a andar de salto pro carnaval, e aqui tem que ter outra postura”. Ela me ensinava que para cada evento uma experiência de gênero diferente deveria ser acionada, que a performance de miss não era a de passista. Destaco que essa feminilidade tem as próprias performances das mulheres “Miss Corumbaenses”, de várias décadas anteriores ao próprio concurso de “transformismo” aqui discutido, como referências, afinal elas estavam em quadros com fotografias em preto e branco, muito bem arrumados na decoração do hall de entrada no Clube Corumbaense na noite do concurso etnografado.

Durante o desfile, a disputa foi acirrada. Todas foram muito aplaudidas com seus trajes de gala. Mas um diferencial foi determinante: os trajes típicos. Eu posso fazer essa afirmação porque me escolheram para ser a bicha responsável por somar as notas, afinal, eu era um “professor da universidade” e tinha, segundo a organização

do evento, a seriedade e o compromisso que precisavam para garantir a lisura do processo. Aí, mais uma vez, o meu “lugar de corpo” acaba contribuindo para a construção dos dados deste estudo. Tendo todos os detalhes da pontuação em mãos, no grupo de WhastApp, no dia seguinte ao concurso, tentei acalmar os ânimos e mostrar que, apesar de uma única pessoa ter sido eleita Miss, todas ganharam, pois as notas foram muito parecidas e a diferença foi muito pequena. O diferencial do “traje típico” se deu por um marcador social da diferença que aparece em outros eventos da cidade: a religiosidade. Algumas das participantes vestiram trajes relacionados com feminilidades presentes nas religiões de matriz africana. Mas uma delas destacou-se no olhar julgador das mulheres escolhidas para serem as avaliadoras: uma bicha, de pele mais clara do que as demais, foi para a passarela vestida de “Nossa Senhora”, com direito a manto e coroa. Ela foi a que levou a faixa de “melhor transformista” da noite.

Assim, a festividade local tem marcas de gênero, sexualidade, classe, raça/cor e religiosidade que estão em um quadro de inteligibilidade que envolve várias expressões identitárias; não se trata de um regime de visibilidade de gênero apenas das e para as bichas. É algo, nestes termos, pós-identitário, que faz o reconhecimento circular desde quem julga a quem assiste, isto é, prestigia quem sobe na passarela. Mais que celebrar essa “inclusão” de bichas na cidade, é importante entendê-la sob as normas e convenções que estão no jogo da visibilidade. Para isso, reforçando certo binarismo de gênero presente via a já citada “montação”.

Destaco a experiência de uma bicha que participou do concurso pela primeira vez. Ele, durante uma entrevista, contou-me que não se percebe efeminado. Mas, em termos etnográficos, pude perceber que os/as pares não o veem como um jovem masculinizado. Essa informação é importante para entender o conflito que ele viveu e, ao mesmo tempo, a forma como, pela visibilidade de gênero, ele o resolveu.

Pelo fato de fazer parte de um grupo de dança da cidade, inclusive com coreografias típicas do Pantanal, que exige dele uma performance mais masculina (leia-se longe de qualquer referência de efeminamento), foi orientado a não participar do concurso: não pegaria bem para ele e nem para o grupo de dança. No entanto, como era um desejo muito grande dele de ver como ficaria na passarela, resolveu participar. Ele ficou satisfeito com o resultado da colocação no concurso, mesmo não ganhando a faixa de Miss. Eu perguntei para ele se a repercussão não foi negativa entre aquelas/es que haviam dito para ele não participar. Ele me explicou: “Não foi negativa porque eu não fui reconhecido pelas pessoas, pois já cheguei todo ‘montado’, o que a maioria das candidatas não fizeram. Então, quando eu cheguei ‘de mulher’, ninguém sabia quem eu era”.

Essa forma de resolver a sua situação de exposição e visibilidade por, digamos assim, mais visibilidade é muito interessante para pensarmos o regime em que essas bichas estão envolvidas, em que se expor é, na verdade, não se dar a conhecer, não ser reconhecida, proteger-se. Esse é um dos aprendizados sobre como viver de forma binária o gênero em um contexto em que bichas são prestigiadas e aplaudidas. Esse reconhecimento pode ser identificado a partir dos usos da categoria prestígio pelas bichas e não bichas em campo. Às vezes ela aparece como um convite (“venha nos prestigiar, não perca”), ou como uma constatação (“vale a pena prestigiá-las”) ou ainda como uma ação de comprometimento (“não poderia deixar de prestigiar vocês”). Há também um uso que justifica o enfrentamento das críticas recebidas por esse interlocutor partidas do seu grupo de dança, que é meritocrático (“vale muito prestígio”).

Conhecimento em tempos difíceis – a título de conclusão

A experiência de um olhar em uma perspectiva queer indicou o quanto os processos de visibilidade de gênero, vistos enquanto um

regime, podem contribuir para uma compreensão pós-identitária em termos de (des)identificação em um quadro de inteligibilidade onde bichas são prestigiadas. Mais do que uma produção de conhecimento em torno de experiências de reconhecimento no Pantanal, especificamente na cidade de Corumbá, na fronteira do Brasil com a Bolívia, aqui sugiro um certo modo de olhar para as diferenças e identidades (“nossas” e “dos outros”), não focalizando apenas em certos “lugares de corpo” de bichas, mas também nos processos de constituição valorativa de toda uma cidade, que envolvem gays e travestis, mas não apenas esses/as moradores/as. Neste caso em específico, ao pensar um pouco além do sistema não se tratou de negá-lo, mas olhar para processos que não se constituem necessariamente pelas diferenciações cis e trans, ainda que envolvam gays e travestis.

Cada vez mais são necessárias abordagens teóricas que discutam “normalidades” e suas próprias produções hierarquizadas em termos de identidades, diferenças e a partir dos respectivos contextos em que são produzidas, para que tornem visíveis processos de identificação sem necessariamente caírem em identitarismos. Isto é, em visões binárias, essencialistas e experiências identitárias compreendidas de forma isoladas, ainda que essas visões estejam em circulação em nossos campos de pesquisa. Uma pista pode ser a produção de conhecimento disruptivo, e não necessariamente apenas mais conhecimento (KUMASHIRO, 2000). Quando me refiro aqui a disruptivo, é no sentido queer (pós-identitário) de problematizar a produção das identidades e diferenças apontando para o quanto elas podem dizer mais sobre a própria normalidade do que sobre realmente aqueles/as lidos/as como “mais diferentes” e/ou facilmente classificáveis.

Esses desafios se tornam maiores em tempos difíceis como os de contextos neoliberais, em que verdadeiras “batalhas morais” são empreendidas, dando destaque às recusas das mediações intelectuais e políticas, impactando organizações como movimentos sociais, par-

tidos e universidades com certa anti-intelectualidade (MISKOLCI, 2021). Isso ocorre em um Estado como o nosso, que busca fortalecer as liberdades individuais sem um compromisso coletivo, com forte incentivo à responsabilização de si, com viés fascista de desprezo do outro e de certas formas de vida (LOCKMANN, 2020). Por isso, nesses tempos difíceis, o conhecimento disruptivo pode oferecer pistas pós-identitárias para compreendermos a produção das diferenças em contextos variados, alargando processos de reconhecimento para além do Pantanal de MS e seus dinâmicos e imprevisíveis modos de constituição.

Referências

- BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. O Pantanal e a sua gente: diversidade étnica e cultura. In: MORETTI, Edvaldo C.; BANDUCCI JUNIOR, Álvaro. (Orgs). *Pantanal: territorialidades, culturas e diversidade*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012. p. 09-23.
- BENTO, Berenice. “Política da diferença: feminismos e transexualidades”. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: UFBA, 2011. p. 79-110.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 329-376, 2006.
- BUTLER, Judith. *Corpos em Aliança e políticas das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Gustavo Vilela L. da. O muro invisível – A nacionalidade como discurso reificado na fronteira Brasil-Bolívia. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 141-156, 2013.
- DEMÉTRIO, Fran. Pele trans, máscaras cis: eu tive que “cispassar por” para chegar até aqui. Prefácio. In: DUQUE, Tiago. *Gêneros incríveis: um estudo sócio-antropológico sobre o (não) passar por homem e/ou mulher*. Salvador: Devires, 2019. p. 09-13.

DUQUE, Tiago. “Lá não tem gay”: fronteira e relações de vizinhança envolvendo gêneros dissidentes e sexualidades disparatadas em Corumbá (MS). *MNEME*, v. 18, p. 111-124, 2017.

DUQUE, Tiago. “Todo o mundo vai aplaudir as bichas”: produção das diferenças e reconhecimento a partir das fanfarras escolares da fronteira Brasil-Bolívia. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 39., 2019, Niterói. *Anais [...]* Niterói: ANPEd, 2019. p. 1-6.

DUQUE, Tiago. Corpo de fala e pesquisa: autorreflexões sobre identidade e diferenças. In: NOGUEIRA, Gilmaro; NZINGA, TRÓI, Marcelo de (Orgs.). *Lugar de fala: conexões, aproximações e diferenças*. Salvador: Editora Devires, 2020a. p. 71-77.

DUQUE, Tiago. A Epistemologia da passabilidade: dez notas analíticas sobre experiências de (in)visibilidade trans. *História revista*, v. 25, n. 3, p. 32-50, 2020b.

DUQUE, Tiago. A travesti, a onça-pintada e a sucuri: reflexões sobre regime de visibilidade no Pantanal, MS. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, v. 9, n. 1, p. 93-122, 2019.

FERNANDES, Estevão Rafael; GONTIJO, Fabiano de Souza. Diversidade sexual e de gênero e novos descentramentos: um manifesto queer caboclo. *Amazônica: revista de Antropologia*. v. 8, n. 1, p. 14-22, 2016.

FERNANDES, Sanderson F. *As trajetórias de “jovens trans” na fronteira Brasil/Bolívia: (in)visibilidade nas escolas públicas de Corumbá (MS)*. 2018. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2018.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 445-476, 2003.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015.

HIRANO, Luis Felipe Kojima. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e

a associação de categorias. In: HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca (Orgs.) *Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. p. 27-53.

IANNI, Octavio. A questão nacional na América Latina. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 5-40, 1988.

IBGE. *Mapa de Biomas do Brasil*. Rio de Janeiro, 2004.

JAGOSE, Annamarie R. (1996). *Queer theory: An introduction*. New York: New York University Press.

JESUS, Jaqueline G. de. As guerras de pensamento não ocorrerão nas universidades. In: COLLING, Leandro (Org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 217-237.

KNUDSEN, Patrícia P. P. da S. Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 1, p. 161-170, 2010.

KUMASHIRO, Kevin K. Toward a theory of anti-oppressive education. *Review of Educational Research*, Washington, v. 70, n. 1, p. 25-53, 2000.

LOCKMANN, Kamila. Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à escolarização. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-18, 2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, 2009.

MISKOLCI, Richard. *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-mediatizada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MISKOLCI, Richard. *Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

NASCIMENTO, Letícia C. P. do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaia, 2021.

NEVES, Alexandre A.; FERRAZ, Cláudio B. O. Cinema no Pantanal: construindo uma paisagem a partir das imagens. In: MORETTI, Edvaldo C.; BANDUCCI JUNIOR, Álvaro (Orgs.). *Pantanal: territorialidades, culturas e diversidade*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012. p. 173-199.

OCHOA, Marcia. “Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en la ‘localización’”. In: MATO, Daniel (Org.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 239-256.

OLIVEIRA, Marco Aurélio M; CAMPOS, Davi L. Migrantes e Fronteira: lógicas subvertidas, vidas refeitas. In: PEREIRA, Jacira Helena do V.; OLIVERIA, Marco Aurélio M. (Orgs). *Migração e Integração: resultados de pesquisa em Mato Grosso do Sul*. Dourados Ed UFGD, 2012. p. 17-37.

PASSAMANI, Guilherme R. *Batalha de Confete: envelhecimento, condutas homossexuais e regimes de visibilidade no Pantanal-MS*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

PEREIRA, Pedro P. Queer nos trópicos. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 371-394, 2012.

RIBEIRO, Mara Aline. *Entre cheias e vazantes: a produção de geografias no Pantanal*. Campo Grande: UFMS, 2015

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas – estudos gays: gênero e sexualidade*, Natal, v. 4 n. 5, p. 17-44, 2010.

SEDGWICK, Eve K. *Epistemologia del armario*. Barcelona: Ediciones de La tempestad, 1998.

SEFFNER, Fernando. Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde e políticas e direitos LGBT. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: UFBA, 2011. p. 57-78.

VENCATO, Ana Paula. Diferenças na escola. In: MISKOLCI, Richard; LEITE JÚNIOR, Jorge. *Diferenças na educação: outros aprendizados*. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 19-56.

AS FRONTEIRAS DO FEMININO NA METRÓPOLE: um olhar para a relação do espaço com as personagens trans e prostitutas de Elvira Vigna e Carlos Henrique Schroeder

Luana Della-Flora*

Resumo: Este artigo analisa os espaços presentes nas obras *Como se estivéssemos em palimpsesto de putas* (2016), de Elvira Vigna, e *As fantasias eletivas* (2014), de Carlos Henrique Schroeder, a partir da relação que algumas personagens femininas marginalizadas social, econômica e culturalmente – mulheres trans e prostitutas – estabelecem com esses lugares, reconhecendo as interferências que umas ocasionam nas outras. Conclui-se que esta relação lugar/identidade é indissociável e, tratando-se de grupos marginalizados na contemporaneidade, a interação com a cidade ganha características cada vez mais subjetivas, que ajudam a demonstrar a subjetividade dessas personagens.

Palavras-chave: Literatura brasileira contemporânea. Espaço. Mulheres prostitutas. Mulheres transexuais.

FEMALE FRONTIERS IN THE METROPOLIS: a look at the relation between space and trans and prostitutes characters of Elvira Vigna and Carlos Henrique Schroeder

* Ela/Dela. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), bolsista CNPq. E-mail: dellafloralu@gmail.com.

Abstract: This article analyzes the spaces present in the works *Como se estivéssemos em palimpsesto de putas* (2016), by Elvira Vigna, and *As fantasias eletivas* (2014), by Carlos Henrique Schroeder, based on the relationship that some socially, economically and culturally marginalized female characters – trans women and prostitutes – establish with these places, recognizing the interferences one causes in the other. It is concluded that this place/identity relationship is inseparable and, in the case of contemporary marginalized groups, an interaction with the city takes on increasingly subjective characteristics, that help to demonstrate the subjectivity of these characters.

Keywords: Contemporary Brazilian Literature. Space. Prostitute women. Transsexual women.

O lugar social ocupado pelas personagens analisadas neste artigo, considerando as relações de gênero e de trabalho – mulheres trans, de gênero não-binário e prostitutas –, apresenta uma característica essencial na justificativa de sua importância, uma vez que tais personagens representam uma população marginalizada, que tem tanto sua participação em sociedade quanto sua representação artístico-midiática marcadas pela exclusão, pela opressão, pelo escárnio e pela caricatura estereotipada e alienante. A travesti putafeminista Amara Moira, em seu livro *E se eu fosse puta* (2016), reflete sobre as (quase nulas) possibilidades das trabalhadoras sexuais:

Meu medo era, antes, a violência da exclusão, me ver pária da noite pro dia, tratada feito lixo, perder família, amigos, círculo social, não ter um teto pra chamar de meu, o direito de continuar estudando, de poder buscar emprego que não fosse esse que não consideram emprego: puta (p. 27).

Tal exclusão, percebida em diferentes níveis, será examinada neste trabalho a partir do viés do espaço narrativo, que tem ganhado atenção dos estudos literários nas últimas décadas – o que pode ser

explicado por diferentes fenômenos, dentre eles: as próprias consequências do contemporâneo, cujas características aprofundaram a fragmentação e a efemeridade das identidades, que passaram a fluir por espaços desenraizados que não mais exercem controle sobre o indivíduo; espaços esses que passam a ser observáveis e observados, como mostra Luis Alberto Brandão:

[...] a pós-modernidade seria caracterizada pelo projeto de ‘abrir e recompor o território da imaginação histórica através da espacialização crítica’, projeto que corresponde a uma reversão da tendência, predominante nas abordagens sociais teóricas do século XIX, de se privilegiar o tempo e a história em detrimento do espaço e da geografia (BRANDÃO, 2005, p. 117).

Há, ainda, o fenômeno do deslocamento do sujeito contemporâneo por um caminho de possibilidades identitárias, assumindo diferentes identidades que podem ser classificadas a partir dos diferentes espaços sociais e psicológicos que este sujeito ocupa e transita durante a vida; além, é claro, do fato de as narrativas ficcionais evidenciarem, de maneira muito particular e aprofundada, que “perceber o espaço possibilita conceber a imersão dos sujeitos perceptivos em um mundo partilhado [...] e também problematizar as relações entre as figuras humanas na partilha de espaços comuns” (SOETHE, 2007, p. 221).

É possível, portanto, através da análise do espaço, desenredar as relações de alteridade – tão complexas na contemporaneidade – e, a partir da noção do outro, compreender o eu. Sendo o espaço o lugar das trocas, dos deslocamentos, das fronteiras, das diferenças, entre outras definições, é por meio dele que observamos o pertencimento, a movimentação, a intimidade e a exposição (AGUIAR, 2017, p. 20-23). Olhando para o espaço narrativo, pretendemos descobrir as desconstruções e reconstruções das personagens femininas prostitutas e/ou transexuais de Elvira Vigna e Carlos Henrique Schroeder, apon-

tando para a relação de gênero/identidade/trabalho e o lugar social e psicológico ocupado por elas ou a elas imposto, considerando que o espaço é simultaneamente “sistema de organização e de significação” (BRANDÃO, 2005, p. 127).

Palimpsesto de putas: as mulheres sem nome

Elvira Vigna, escritora carioca premiada, publicou em 2016 o romance *Como se estivéssemos em palimpsesto de putas*, cujo enredo apresenta a trajetória da personagem João sob os olhares (e ouvidos) de uma narradora sem nome. João, casado com Lola, trabalhou durante anos em uma empresa de tecnologia da informação; quando é realocado para uma editora, com a missão de informatizá-la, ele conhece a narradora, uma jovem designer que lhe apresenta um projeto de reforma para seu novo local de trabalho. A partir daí, surge uma amizade desinteressada entre os dois, e a narradora (N) passa a visitá-lo quase todas as tardes, ouvindo suas histórias. Durante os anos que atuou na sede da empresa, antes da realocação, João costumava viajar muito a trabalho e, nessas viagens, procurava prostitutas para ter relações sexuais: são os relatos desses encontros que João conta, com detalhes, para N e é, a partir dos ouvidos e da percepção dela, que conhecemos essas personagens prostitutas: “Nas nossas conversas também [ele] não espera por ficções da minha parte. Nas nossas conversas ou no que chamo, na falta de melhor palavra, de conversas, sou um par de orelhas. Não existo, de fato” (VIGNA, 2016, p. 37).

Logo nas primeiras páginas, N conta sobre a primeira vez de João com uma prostituta, e apresenta duas possibilidades para o mesmo acontecimento. Durante toda a obra, o leitor é colocado à prova, uma vez que N assume que já não sabe mais diferenciar o que João de fato contou e o que ela imaginou, quais detalhes saíram de sua cabeça e

quais saíram da boca dele. Ao analisar sua maneira de contar essas histórias, N faz uma analogia com a epopeia Eneida, de Virgílio:

E com uma autoria [...] que vai se espalhando [...], eu mesma virando autora. Se não de uma eneida, pelo menos das histórias de putas de um João que nunca termina de fato o que conta, e que vai ficando, ele também, cada vez mais para trás. Os detalhes, aqui, são na maioria meus. [...] E das histórias que não vivi, ouvi nem vi. Mas que *acho que foram assim* (VIGNA, 2016, p. 39-41, grifos nossos).

Apesar das diferentes versões para o caso, a conclusão é a mesma: “a primeira garota de programa da vida de João não cobrou” (VIGNA, 2016, p. 10). Depois, N entra nos detalhes do acontecimento que, como vimos, não necessariamente foram explicitados pela personagem João: “Não que [ele] me tenha dito. Eu é que acho” (VIGNA, 2016, p. 11).

João sai de uma boate na zona sul do Rio de Janeiro acompanhado por essa mulher que concordou em se relacionar com ele mesmo ele explicando que não tinha dinheiro para pagá-la. Os dois seguem para o apartamento da garota, em um prédio próximo cujo andar térreo é ocupado também por bares e boates, com um “clima às vezes meio barra-pesada” (VIGNA, 2016, p. 10). Ao entrarem no conjugado da garota, cujo nome nunca é explicitado, ela grita: “Tou com um amigo aqui” (VIGNA, 2016, p. 11), como se avisasse alguém que está no outro cômodo – separado do primeiro por um armário, de onde uma televisão ligada emite som e luz para um suposto colega de apartamento:

O truque da TV ligada. A TV ligada é mecanismo de segurança. A garota sai para a boate e não sabe quem trará para o apartamento. Berra a frase-padrão sempre que entra. Quer dar a impressão de que tem alguém lá dentro. Não tem. Veio estudar há muitos anos e há muitos anos não

estuda. Primeiro estágio desse processo: matrícula trancada. Segundo estágio: matrícula cancelada. Terceiro estágio: abandono de curso. O quarto estágio é a frase-chiclete martelando na cabeça: “um dia retorno”. [...]. Pode ser que tenha um emprego mal pago durante o dia. Pode ser que o programa à noite seja só para completar o orçamento. Pode ser que considere o arranjo temporário (VIGNA, 2016, p. 12).

Já nesse primeiro relato, do primeiro contato de João com prostitutas, apresenta-se uma relação muito explícita entre o lugar físico-geográfico e o lugar social-cultural da garota de programa (GP). Primeiro, a negação do nome – que se repete durante quase toda obra, com raras exceções –, e que acaba sendo uma negação da individualidade daquela mulher: sem nome, ela é mais uma das muitas garotas de programas que são, nesse sentido, todas iguais: mulheres contratadas para servir prazer. Em segundo lugar, há a descrição do conjugado onde ela mora: em uma rua barra-pesada, uma quitinete de cômodo único, sem paredes, dividida pelos próprios móveis, no terceiro andar – que contém mais onze apartamentos – de um prédio cujo térreo é ocupado por boates onde atuam muitas outras garotas de programa que vivem no mesmo edifício. Um cenário que pouco tem a ver com as imagens estereotipadas de Copacabana: um pouco mais cinza, um pouco mais sujo, um pouco mais pobre – uma distância que, apesar de marcada, não cria o oposto: na contemporaneidade, as incoerências dividem o mesmo espaço sem se anularem. Nesse sentido, é possível haver, no mesmo bairro, dividindo os mesmos espaços públicos, moradores cujas condições – financeiras, sociais, culturais etc. – são completamente divergentes, como esta garota de programa em Copacabana, ou como a personagem Copi, do romance de Carlos Henrique Schroeder. Apesar das diferenças existirem, isto é, da divisão entre os locais mais elitizados e os mais precarizados ainda estar muito presente, é possível verificar alguns movimentos de interferência nessas demarcações.

E, por fim, a questão da segurança: o cuidado de deixar a TV ligada antes de sair, a frase dita ao chegar, a escolha da boate onde procurar clientes – “Não fica nas boates mais vagabundas, com homens piores, e que são as boates do Fredimio¹” (VIGNA, 2016, p. 13) –, que não deixam de ser uma ilusão de segurança, uma contradição percebida pelo próprio personagem João ao deixar o edifício: “Incrível um edifício ter três porteiros em três portas de metal trancadas, para deixar entrar uma garota de programa e seu acompanhante desconhecido sem problema algum” (VIGNA, 2016, p. 17). Nesse cenário, João, que, até então, nunca tinha entrado naquele edifício, se surpreende por passar pelos três portões sem precisar apresentar nenhum documento, sem ser questionado de absolutamente nada. De fato, as poucas medidas de segurança que mulheres prostitutas podem tomar tornam-se irrisórias perante toda uma cultura machista e patriarcal que, estruturalmente, já ensina os homens a enxergarem as mulheres como seres de menor importância, de pouca autonomia, como se pertencessem a uma segunda classe; no caso das garotas de programa, a violência é ainda mais evidente, devido a posição de extrema vulnerabilidade que ocupam, uma vez que a profissão não é regulamentada e elas acabam deslegitimadas até pelas instâncias de poder, que também atuam dentro da mesma lógica machista-patriarcal.

Assim, atender os clientes na própria casa traz uma sensação de segurança que, apesar de ilusória, é melhor que a opção de deixar o cliente levá-la onde ele quiser. É por isso, também, que muitas mulheres prostitutas preferem atuar em casas de prostituição, bordeis, clubes etc., mesmo que, muitas vezes, as relações de trabalho nesses locais sejam abusivas – a segurança oferecida por essas casas pode ser o preço da vida delas: “Só é a favor de criminalizar bordel quem nunca fez ponto na rua”, disse uma prostituta em entrevista à revista

¹ Fredimio Trotta é o nome do edifício onde mora esta primeira prostituta descrita na obra. O prédio realmente existe, com a localização e as características exatas que o livro descreve.

Azmina (QUEIROZ, 2017). Nesse mesmo caminho, ao relatar suas experiências trabalhando como prostituta na rua, Amara Moira diz: “cada novo cliente que me aparece, a experiência da rua se torna mais parecida com uma experiência de abuso, violência...” (MOIRA, 2016, p. 88), denunciando a vulnerabilidade das trabalhadoras sexuais que atuam fora de ambientes fechados.

Na mesma reportagem da revista *Azmina*, a jornalista Nana Queiroz cita uma pesquisa realizada em 24 países pela fundação francesa Scelles que concluiu que 90% das pessoas que se prostituem estão ligadas a cafetões, e explica que

Enquanto a realidade mostra que nem sempre cafetões são exploradores – muitas profissionais do sexo os enxergam como agentes ou parceiros comerciais –, se a atividade ocorre nas margens do sistema, as chances de constituição de relações trabalhistas exploratórias ou abusos físicos se multiplicam (QUEIROZ, 2017).

Nesse sentido, a descrição da boate e do apartamento da primeira prostituta com quem João se relaciona revela, nas entrelinhas, tanto a complexidade do debate em torno da descriminalização ou regulamentação da prostituição quanto a importância do espaço nessa questão, considerando que um ambiente seguro é fator decisivo para a atuação dessas profissionais. Sobre isso, Amara Moira reflete: “O ‘NÃO É NÃO’ das feministas precisa urgente ganhar a zona, empoderar prostitutas. Aqui ainda não ouviram nada a respeito” (2016, p. 101), ressaltando a necessidade de que os direitos das trabalhadoras sexuais sejam colocados no centro do debate social.

A segunda garota de programa cujo encontro N narra no livro é de Brasília, para onde João viajou a trabalho. Também sem nome, essa prostituta atua em uma espécie de “sala comercial” de uma galeria. Na porta, um senhor oferece a quem passa a possibilidade de “dar uma olhada nas meninas” (VIGNA, 2016, p. 25):

[...] Dentro da porta, tem um sofá, uma mesinha de centro, uma poltrona e uma luz fluorescente com defeito, piscando. E uma segunda porta, escrito Reservado. [...] Lá dentro, [...] uma armação de cilindros de alumínio com um plástico azul, grosso, jogado por cima, cordinhas prendendo as pontas e formando o que João acha que são quatro cubículos iguais. Em uma sala grande (VIGNA, 2016, p. 26).

Nesse relato, vale destacar o caráter de confidencialidade que impera sobre a profissão: tanto por parte das garotas de programa, que não são bem aceitas ou bem-vistas, quanto por parte de quem as contrata, que não deseja ser reconhecido como um cliente. Conforme a descrição que N oferece ao leitor, a primeira sala, vista por quem passa pela galeria, tem as características de uma sala de espera comum. A própria prostituta, ao vir buscar João, diz: “O Doutor Siqueira vai atendê-lo agora” (VIGNA, 2016, p. 26), como se fosse a recepcionista de algum consultório. Há, porém, uma exceção para esse caráter secreto, que diz respeito somente aos homens-clientes: a possibilidade de compartilhar – e, muitas vezes, de se vangloriar sobre – a contratação de mulheres prostitutas com outros homens-clientes. Na obra de Vigna, a cumplicidade e competitividade masculina acerca do sexo pago fica evidente na relação de João com o colega de trabalho Cuica.

Por outro lado, essa mesma descrição do espaço da galeria em Brasília mostra também a realidade precária dos locais de atuação das garotas de programa. A falta de privacidade que lhes é imposta em muitos espaços corrobora a percepção de que o corpo delas é público: com ele, é possível fazer o que quiser, nada sobre ele é secreto ou deve ser preservado. Em uma sociedade superficialmente moralista e incoerentemente cristã, o sexo por prazer já é um ato considerado sujo por si mesmo, nesse sentido, quem o faz por dinheiro é ainda mais sujo, não sendo necessário nenhum tipo de cuidado ou zelo por essa pessoa ou pelo espaço onde ela atua – a não ser pelos móveis

ou acessórios que são propriedade do estabelecimento e que, se danificados, são cobrados da GP:

A garota diz para João deixar os sapatos do lado de fora. João acha, num primeiro momento, que sapatos do lado de fora são uma preocupação com higiene. Depois percebe que é uma maneira, talvez a única, além da auditiva, a indicar que o cubículo em questão está ocupado. Dentro, um colchão no chão. [...] Há um pequeno degrau no lençol esticado, a indicar um emborrachado por baixo, uma proteção para o colchão, patrimônio do estabelecimento a ser preservado (VIGNA, 2016, p. 27-28).

A valorização de bens materiais acima do que Rodrigo Rey Rosa chamou de “material humano”, tão coerente ao *modus operandi* que o capitalismo estabelece, pode ser relacionada também com a dualidade espaço-personagem: aos imorais, depravados, viciados, o lugar do abandono, do esquecimento, do caos, da sujeira, da violência; aos bem-casados com bons empregos e curso superior, os bairros asfaltados, com coleta de lixo diária, limpeza urbana e vizinhança “civilizada”. Quem conseguir pagar pela civilidade, civilizado será. Ou, dito de outra forma, o espaço físico-geográfico depredado hospeda as personagens que são psicológica, moral e socialmente depredadas.

A contemporaneidade, porém, com sua fluidez e ambivalência características, adicionou sutilezas e complexidades a essas relações, que podem ser percebidas na obra de Elvira Vigna. Mariana, personagem que divide apartamento com N, é um exemplo dessa complexidade entre o espaço e as identidades no contemporâneo. Durante o dia, enquanto seu filho está na creche, Mariana atua como prostituta; à noite, cuida de Gael: “O horário dela no puteiro ia do almoço até as seis, fim de expediente, movimento maior mas que ela não pegava. Ficava tarde” (VIGNA, 2016, p. 65).

N conheceu Mariana por acaso, quando almoçavam no mesmo restaurante; ela procurava um quarto para alugar e N tinha um para oferecer:

Mariana é uma prostituta com filho pequeno, sozinha no Rio de Janeiro. Trabalha em um puteiro modesto de centro de cidade e acha que vai voltar para o lugar de onde saiu quase adolescente e quase expulsa (pela falta de perspectiva, pela gravidez) e que vai dar tudo certo. [...] Um ex-vizinho de infância dela está abrindo uma agência de aluguel de automóveis [...]. E o cara diz que quer coisa sofisticada, pessoas com traquejo de cidade grande. Falando um pouco de inglês, até (VIGNA, 2016, p. 75).

Não é apenas a profissão de Mariana que desafia o imaginário do leitor; toda a rotina dela parece às avessas para a imagem estereotipada² que temos de uma garota de programa. Mariana atende clientes no período vespertino, tem hora certa para entrar e sair de seu trabalho, faz aula de inglês em uma ONG, conseguiu uma bolsa para seu filho em uma creche de classe média alta. Ela transita por espaços que não são seus, ou, melhor dizendo, que não são da prostituta. Mas Mariana não pode ser reduzida a seu trabalho, embora essa divisão seja também um processo complexo:

Nada contra a transformação de Mariana em não pessoa. É mesmo divertido ver ela se transformando em a garota perfeita, sem marcas, características próprias ou muito menos defeitos. Ela também acha divertido. [...] O inverso é menos divertido. Quando ela volta e precisa se transformar de não pessoa em pessoa, o processo é doloroso, íntimo. Põe Gael para brincar com alguma coisa. E começa. [...] É difícil para ela limpar a maquiagem em frente ao espelho. [...] E depois do banho, ela acha que precisa escovar o cabelo

² Sobre a imagem estereotipada das trabalhadoras sexuais, conferir Barberena e Ferrão (2021).

por muito, muito tempo. E com gestos bruscos, quase arrancando (VIGNA, 2016, p. 45).

Não é possível desvincular uma Mariana da outra, assim como não é possível defini-la como uma só. A existência dessa Mariana, que é tantas, só é percebida porque o espaço, na contemporaneidade, comporta o dúbio, o fluido, o ambivalente: é ocupando o espaço de pessoa enquanto não pessoa que Mariana existe. E o contrário: é atuando como prostitua, ocupando o espaço do puteiro enquanto é também mãe, aluna de inglês e dona de casa que Mariana existe, ganha nome. E é por sua existência como pessoa, para além da não pessoa – existência essa construída no imaginário de João pelas falas de N –, que ele abomina conhecê-la pessoalmente: “[Mariana] já existe, através de mim, como uma pessoa real. Garotas de programa não podem ser muito reais para João porque senão não funcionam como garotas de programa” (VIGNA, 2016, p. 59). Ao narrar a maneira como João falava, sempre superficialmente, da aparência das prostitutas, N diz: “acho que [...] queria dizer que as garotas não tinham marcas. Que não havia nelas marcas de uma vida específica. [...] não tinham marcas, gestos, expressões, coisas que as individualizassem” (VIGNA, 2016, p. 60).

Dentre muitos outros relatos de prostitutas, destacamos também Lorean, uma das primeiras com quem João esteve e a única de quem lembra o nome. No encontro com Lorean, João não conseguiu ter uma ereção, pagou sem ter prazer. N conta que Lorean era muito parecida com uma ex-namorada de João, “muito jovem e muito virgem. E com quem, embora João tentasse e tentasse, nunca conseguiu trepar” (VIGNA, 2016, p. 115). Apesar de o trauma da adolescência estar evidente nessa situação, chama atenção que a única GP que habita a memória da personagem como pessoa, individualizada, com nome, é a que lhe “causou problemas”, o que corrobora a ideia de que essas profissionais não podem existir de fato, não podem

ultrapassar o limite invisível que separa as esposas e namoradas das prostitutas. Para que tudo funcione, elas precisam ser “hologramas” (VIGNA, 2016, p. 122).

Por fim, há a personagem Lurien, vizinha de N, de gênero não definido³, que desafia o leitor tanto por sua relação com a própria identidade quanto pela importância que ganha ao final da obra. N a descreve assim:

Lurien é uma tradução em andamento, digo. Não só porque é uma pessoa, portanto anda, está em estado de andamento, mas principalmente porque é uma tradução nunca terminada. As mãos grandes na busca do gesto feito para outras mãos, menores. A voz feita para outras modulações, mais finas, cacarejantes. Um ridículo meu. Lurien nunca soube disso, ainda bem. Riria na minha cara. Ele não se traduz de uma coisa para outra e o mundo não é binário. [...] Transgressão é a de Lurien. É a de ser ele mesmo. A de não se submeter a formatações. Sequer a dos dois gêneros disponíveis na língua latina que lhe coube. Nos coube (VIGNA, 2016, p. 113-114).

A evidência da característica não-binária acerca do gênero de Lurien, sua própria existência no espaço da folha de papel, já demarca uma característica do contemporâneo de abrigar não apenas opostos,

³ Fica claro, em muitas passagens da obra, que o que podemos dizer da identidade de gênero de Lurien é que ela é não-binária. Alguns textos e a própria orelha do livro, na edição da Companhia das Letras, apresentam-no como uma personagem trans. Apesar de não estar equivocada, essa afirmação é incompleta. Considerando que a transgeneridade se define pelo atravessamento, ou seja, pelo fato da pessoa não se identificar com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento, pode-se dizer que Lurien é um personagem trans; no entanto, pelas informações apresentadas na narrativa, é evidente que sua identidade é fluida, plural. O binarismo é a identificação padrão na sociedade, por isso, é importante marcar essa diferenciação, afinal, até quando se trata de pessoas trans, no imaginário social elas são sempre binárias. As diferentes denominações são criadas para serem usadas, pois dão visibilidade e representação a quem sempre esteve à margem (MARTINS, 2018).

mas também aquilo que se distancia desses polos antagônicos, que foram tão evidentes na modernidade:

Segundo Silva (2000), a identidade se estrutura por meio de processos que estão diretamente relacionados aos sistemas de representação social e às estruturas discursivas que se modificam e se ressignificam ao longo do tempo. [...] Lauretis (1994) nos diz que o gênero, assim como a identidade, é uma construção. Construção essa que se realiza entre o sujeito e as diversas entidades que estão na coletividade. Portanto, o gênero está em uma relação social e cultural que envolve diversos fatores, entre eles, políticos e econômicos. Sendo assim, o gênero não está atrelado à diferença sexual e nem aos corpos, mas está sistematizado a uma enormidade de fatores que compõe o sujeito em sua existência. (ARAUJO; BRAGA; OLIVEIRA, 2018).

Nesse artigo, intitulado “Identidade de gênero: a representação não-binária em *Como se estivéssemos em palimpsesto de putas*, de Elvira Vigna”, Herbert de Araujo, Dhébora Braga e Tássia Tavares de Oliveira refletem sobre a representação da personagem Lurien na obra, e apontam como a descrição de detalhes da narrativa constrói a imagem de Lurien como alguém dotado de sentimentalidade, de delicadeza, digno de amar e ser amado – algo raro na vida de pessoas trans, comumente vistas sem traços de humanidade.

Lurien, Mariana e N moram no mesmo edifício, transitam pelas mesmas ruas do Rio de Janeiro, provavelmente fazem compras no mesmo supermercado. Apesar de ficcional, a obra de Elvira Vigna permite essas suposições pois retrata não apenas as formas plurais que o feminino assume na contemporaneidade como também apresenta as sutilezas do espaço ocupado e modificado pela existência dessa pluralidade. Se pensarmos na realidade brasileira, poderíamos imaginar Lurien como uma personagem bastante oprimida, uma vez que pessoas de identidade trans e gênero não-binário são comumente

excluídas dos espaços e rituais mais básicos, como usar o banheiro de um local público. No entanto, Vigna descreve essa personagem, por meio das falas de N, como alguém sofisticado, com um trabalho bastante formal, bem arrumado, que odeia poluição – por isso, nem os vizinhos nem seus convidados podem fumar no prédio –, odeia exageros – o tapetinho na porta do apartamento está proibido – e que tem certo apreço pela perfeição – nesse sentido, solicita que N deve pintar a porta de seu apartamento, pois está ligeiramente diferente da cor-padrão do edifício. Ao elaborar essas descrições, Vigna dá a Lurien sensibilidade, sutileza, humanidade. Faz com que o imaginemos convicto, forte, e não acuado, de cabeça baixa, tentando esconder quem é. Faz com que pensemos que sua casa é limpa, de bom gosto, bem decorada: um refinamento que nunca é relacionado a pessoas cuja aparência foge da binaridade.

A pluralidade de sua identidade e a fluidez de seu gênero, apesar das características físicas – Lurien é descrito como alguém com seios de número 44, sobrancelhas feitas e nenhum pelo no corpo –, não são colocadas como sintomas de indecisão, de alguém que está confuso, que precisa ou inevitavelmente irá decidir, escolher, definir: “Lurien nunca se importou com os eles/elas dirigidos à sua pessoa. Tanto faz. Ele (sempre o chamei de ele) sempre soube quem é. O problema é da língua, não dele. O problema é dos outros. Insuficientes, inadequados e errados são os outros” (VIGNA, 2016, p. 114). Lurien é indefinido e, na contemporaneidade, há espaço para ser assim – em amplo sentido.

No fim da obra, fica subentendido que João e Lurien desenvolveram um relacionamento. E João deixa para Lurien, em testamento, a casa dos pais. Lurien se muda para essa casa, que fica em outro bairro do Rio de Janeiro. Novamente, é o espaço que denuncia a relação entre os dois e que oferece um novo começo para Lurien. Nessa nova casa, nesse novo bairro, N diz que ele escolherá como

irá se apresentar: como o novo vizinho, ou como a nova vizinha. E da ocupação desses novos espaços surgem novas resistências.

Fantasia eletivas: a dor da impossibilidade

As fantasias eletivas, cujo título faz alusão a uma das obras de Goethe, foi publicada em 2014 e conta a história de Renê, um recepcionista de hotel de uma cidade do litoral catarinense que tem a vida transformada após conhecer Copi, uma mulher trans prostituta que se torna sua amiga – e que homenageia o escritor, cartunista e ator argentino Raul Damonte Botana, que assinava seus trabalhos com esse nome.

O começo da relação entre as personagens Renê e Copi é conturbado: após receber o *book*⁴ de Copi na recepção do hotel, constatando que se tratava de “mais um traveco” (SCHROEDER, 2014, p. 37), e colocar o material no fundo da caixa destinada a guardar exclusivamente esses *books*, Renê é confrontado, dias depois, pela mesma mulher trans das fotos, porém agora com o dedo em riste, brava: “Você nunca me chamou!” (SCHROEDER, 2014, p. 41). Indignado com a postura da “traveca”⁵ (SCHROEDER, 2014, p. 41), Renê responde a altura, e é acertado pelo sapato de salto que Copi joga em sua direção, xingando-o.

Apesar desse primeiro encontro violento, Copi e Renê selam as pazes e ficam cada vez mais próximos, construindo uma amizade consistente e verdadeira – algo que parecia impossível, à primeira

⁴ Material gráfico de divulgação das acompanhantes/prostitutas, contendo fotos e informações de contato.

⁵ O termo “traveca”, bem como sua versão no masculino, é pejorativo e não deve ser usado para se referir a pessoas trans. No entanto, é assim que o personagem Renê se refere a Copi em vários momentos da narrativa.

vista. E com essa amizade, somos apresentados a uma Copi que tem muitas outras camadas e características além de mulher trans e trabalhadora sexual.

Muitos pontos chamam atenção na descrição da personagem. O primeiro deles é o alto grau de escolaridade de Copi: formada em jornalismo em Buenos Aires, ela já havia trabalhado como assistente do jornal *El Clarín* e tentado ser escritora. Uma exceção a regra, afinal, no Brasil, 90% das pessoas trans precisam recorrer a prostituição em algum momento da vida, de acordo com a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), e isso se deve a inúmeros fatores, incluindo a baixa escolaridade. No entanto, essa informação sobre a trajetória de Copi serve mais para dar base às características subjetivas da personagem: ela se mostra uma mulher muito sensível, culta, extremamente ligada a arte, que gosta de pensar e refletir sobre a vida, que escreve e fotografa. Em muitas conversas, Renê se perde e até deixa de ouvir o que Copi fala, pois, para ele, tudo que ela elabora parece muito complexo, ou muito sem sentido.

A sensibilidade, a inteligência e a delicadeza de Copi são percebidas também no principal espaço que ela ocupa: seu próprio apartamento: “A primeira vez que Renê viu uma biblioteca que não fosse num órgão público foi no apartamento de Copi. Ao lado da porta havia uma estante abarrotada de livros, e Renê achava aquilo engraçado, pra que serviriam livros para um traveco, pensava (mas não dizia)” (SCHROEDER, 2014, p. 45). A insistência de Renê, mesmo depois de ter se aproximado de Copi, em referir-se a ela usando o termo “traveco”, bem como a descrença e a indiferença com que tratava as reflexões e opiniões da amiga, mesmo sabendo do curso superior e dos livros, mostram o quanto esses corpos e essas identidades trans estão esvaziadas de humanidade na visão da maioria das pessoas.

Ao visitar o apartamento de Copi, após saber de sua morte, Renê encontra o local impecavelmente arrumado. No espaço onde

habitava aquele corpo, tido como incorreto, impuro, inadequado, inconveniente, sujo, Renê encontrou limpeza, organização, zelo e cuidado. A sobrevivência da delicadeza em meio a tanta agressividade, violência e rigidez. A resistência que se mantém até quando o próprio corpo já não vive. São as possibilidades que o espaço oferece no contemporâneo.

No envelope que Copi deixou para Renê, fotografias e textos de autoria da personagem trans comprovam a pluralidade do seu ser feminino, seu olhar de compaixão para o outro, suas palavras duras para o mundo.

Há, ainda, sobre a personagem, a revelação do rompimento dos laços afetivos com a família, por causa de sua identidade de gênero. Quando Renê pergunta sobre seus familiares, ela responde: “Travesti não tem família, ao menos de onde eu venho, não mesmo” (SCHROEDER, 2014, p. 50). A solidão que marca a vida de pessoas trans é representada na obra de Schroeder pelo suicídio da personagem, que corta os pulsos e sangra, morrendo lentamente – diferente de nossa humanidade, que parece ter sucumbido de uma só vez. O fim trágico de Copi encontra a realidade no que diz respeito a expectativa de vida das pessoas trans, que é de 35 anos⁶ – a do brasileiro cis chega a 75,5 –: morrem jovens, vivem precariamente.

As fronteiras do feminino na metrópole

Após essas breves análises dos dois romances, é possível elencar algumas características que vinculam as duas categorias – personagem e espaço – e que só podem ser compreendidas sob uma perspectiva contemporânea, demonstradas na Tabela 1.

⁶ BORTONI, 2017.

Tabela 1: RELAÇÃO PERSONAGEM/ESPAÇO

CARACTERÍSTICA DA PERSONAGEM	CARACTERÍSTICA DO ESPAÇO
Negação do nome/ desindividualização	Produção de inadequações: imposição da impermanência
Solidão	Eterno não-lugar
Vulnerabilidade	Incapacidade de oferecer segurança
Exposição	Incapacidade de oferecer privacidade
Segredo/deslegitimação	Resistência como sujeito
Possibilidade de superação	Possibilidade de deslocamento

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

1) Negação do nome/desindividualização — Produção de inadequações: imposição da impermanência

A negação do nome das personagens prostitutas ou, de outra forma, o uso de apelidos pelas personagens trans evidencia o processo de desindividualização dessas duas categorias sociais: a transformação ou a concretização dessas pessoas como não-sujeitos – ou, usando as palavras de Elvira Vigna, como não pessoas. Se o nome é aquilo que, em um primeiro momento, nos caracteriza perante o mundo e o outro, a sua negação estabelece um novo olhar, a partir do qual não se exerce alteridade. No espaço, essa desindividualização se concretiza por meio da produção de inadequações: o não-sujeito não tem lugar no espaço dos sujeitos; seu corpo, sua identidade, sua profissão e sua aparência não cabem ali, no lugar que é próprio do indivíduo dotado de humanidade e autonomia. Na realidade, isso pode ser exemplificado pelos inúmeros casos de negação do uso de banheiros públicos às pessoas trans de acordo com suas identidades de gênero ou pelo desrespeito ao nome social, apesar do que a legis-

lação prevê, além do fato de que a presença de prostitutas no espaço público durante o dia não é percebida, pois à profissão, considerada inadequada, cabe o espaço escuro das boates na madrugada. Nas obras do *corpus* deste artigo, isso pode ser percebido pela rotina das personagens, que passam quase todo o tempo livre – quando não estão trabalhando – em casa; Copi, Mariana e Lurien são exemplos disso: ao terem suas presenças percebidas como inadequadas no espaço público, resta-lhes o espaço de dentro, o espaço da casa, onde permanecem em segredo, sozinhas, como se não existissem. Nesse sentido, é possível elaborar outra característica do espaço perante esse aspecto de desindividualização das personagens: a imposição da impermanência, ou seja, a determinação velada de que essas pessoas não ocupem o espaço público, não apareçam por tempo suficiente a ponto de serem notadas, pois sua presença é considerada inadequada e incômoda. Elas devem estar sempre em movimento, sempre de passagem, sempre seguindo em direção ao lugar que lhes é próprio: o lugar do apagamento, da invisibilidade, do esquecimento. Tais características são produtoras de solidão, cuja consequência pode ser observada em uma outra propriedade do espaço, apontada no item 2.

2) Solidão – Eterno não-lugar

O antropólogo francês Marc Augé desenvolveu o conceito de não-lugar, em oposição a concepção antropológica de lugar – cujo significado está atrelado a “um acontecimento (que ocorreu), a um mito (lugar-dito) ou a uma história (lugar histórico)” (AUGÉ, 2012, p. 77). O não-lugar de Augé está diretamente ligado a supermodernidade⁷, tendo em vista que os fenômenos de crise de identidade próprios

⁷ Marc Augé utiliza o termo supermodernidade para se referir ao contemporâneo. O termo é uma opção a “pós-modernidade” porque, para ele, o período referenciado não apresenta rupturas específicas que parecem implícitas no prefixo “pós”. Outros autores empregam, ainda, diferentes termos para se referirem a este mesmo momento.

deste período são, na verdade, crises de espaço. Em contraposição ao íntimo do lar, à demarcação de fronteiras que norteiam a separação entre o eu e o outro, na supermodernidade está dada a efemeridade do “lar”, a transitoriedade das fronteiras, a desvinculação de relações e identidades com lugares específicos e a negação da diferença. Nos não-lugares, todos são iguais, pois eles se definem pelo fim a que estão destinados, e não pela ocupação/habitação que deles será feita. Nesse sentido, as personagens femininas trans e prostitutas de Elvira Vigna e Carlos Henrique Schroeder parecem viver apenas em não-lugares. A falta de apoio familiar, como vimos com a personagem Copi, bem como a consequente expulsão da casa da família, como sugere a narrativa de Mariana, eliminam o conceito de origem, a noção genealógica que sustenta o “lar”, excluindo a segurança que vem da ideia de ter para onde voltar.

Ao mesmo tempo, devido a recepção negativa e excludente que tais identidades e profissões recebem da sociedade, elas também se estabelecem em não-lugares: locais com os quais não constroem vínculos, espaços impessoais, anônimos, onde estão sempre de passagem – porque não é ali que querem estar, pelo contrário, ali é sempre o meio de um caminho que pretendem abandonar. Se o não-lugar é um lugar de qualquer um, logo, o lugar de ninguém, então, é também a definição exata do lugar das mulheres trans e prostitutas, uma vez que o contexto moral-social não vê nelas o mínimo de humano necessário para serem consideradas pessoas.

3) Vulnerabilidade — Incapacidade de oferecer segurança

Outro ponto que observamos na análise das duas obras é o caráter de vulnerabilidade que cerca essas personagens. Uma das consequências de serem consideradas não-pessoas, habitando não-lugares, é a noção de que elas não precisam de proteção, de defesa, de amparo. As táticas usadas pelas personagens, como fingir que há alguém em casa – como faz a primeira prostituta da vida de João –, ou

os acordos com taxistas para que gravem o destino aonde elas foram com um cliente, caso algo lhes aconteça, como faz outra prostituta com quem João se encontra, mostram a ausência de qualquer tipo de amparo institucional.

Além disso, como vimos, as relações com as casas onde trabalham são complexas. A trajetória de Copi apresenta também a insegurança das ruas, onde essas mulheres ficam completamente expostas. Desse modo, o espaço não apenas é incapaz de oferecer-lhes segurança como também é parte do construto que permite com que a violência e a opressão contra elas aconteça e seja legitimada. É no estabelecimento da diferença que surge a vulnerabilidade – e a diferença se concretiza no outro.

4) Exposição — Incapacidade de oferecer privacidade

Cristhiano Aguiar, na obra *Narrativas e espaços ficcionais*, elenca as funções que o espaço exerce na literatura e, dentre elas, está:

[...] a de definir o que são as ideias de intimidade e exposição; o que está dentro e o que está fora; o que é da cena social, ou seja, a série de comportamentos e objetos expostos à sociedade, e o que é obsceno, ou seja, as interdições à exposição das funções íntimas do corpo e do comportamento sexual (AGUIAR, 2017, p. 21).

É justamente essa função que se vê invertida no espaço ocupado pelo *corpus*. Nos locais de atuação das personagens trans e prostitutas das duas obras analisadas, percebe-se que nunca há uma preocupação em oferecer-lhes o mínimo de privacidade, de mantê-las do “lado de dentro”. Seus corpos estão a mercê de “patrões” e clientes que têm o poder de decidir sobre quanto, como, por quanto tempo e a quem elas devem (se) expor, podendo inverter ou simplesmente ignorar a lógica intimidade *vs* exposição aplicada aos espaços num contexto social “comum”. Segundo Brandão,

Desde o início da geografia, o conceito de território está intimamente associado ao conceito de poder. Território é o espaço dominado por algum tipo de poder, é o espaço enfocado do ponto de vista político ou da relação dominação-apropriação. (BRANDÃO, 2013, p. 28)

Nesse sentido, a metrópole, como um todo, é um território para as mulheres trans e prostitutas: sendo também a rua seu local de trabalho, elas vivenciam a própria cidade como território, e formam o elo mais fraco da relação dominação-apropriação. Se seus corpos são “públicos”, público é também o espaço que eles ocupam, isto é, sem limites ou direitos individuais.

Lauren Berlant e Michael Warner, ao discutirem como a heteronormatividade organiza a sociedade como um todo, colocando-se não só como o modelo coerente e natural de relação entre as pessoas, mas funcionando também como mecanismo de regulação e controle, explicam que parte importante desse mecanismo é separar o público do privado de maneira que o sexo e a intimidade sejam vistos como questões para “dentro de casa”, completamente alheios aos processos políticos que, então, se dariam da “porta de casa para fora”:

[...] Sin duda, una de las imprevistas paradojas de la privatización nacional-capitalista ha sido que con la cultura heterossexual se ha hecho que los ciudadanos se identifiquen tanto a sí mismos como a su política con la intimidad. Para el público oficial esto significa hacer del sexo un asunto privado (BERLANT; WARNER, 2002, p. 237).

Assim, tendo a heterossexualidade como norma-padrão social e, conseqüentemente, estabelecendo que o sexo é da esfera privada, as trabalhadoras e trabalhadores sexuais ficam sem lugar na sociedade, uma vez que o âmbito do trabalho e do sexo não se encontram:

[...] Pero dado que este público sexual afirma oficialmente que sólo actúa para proteger el ámbito de la intimidad

heterossexual, las instituciones del privilegio económico y de la reproducción social que organizan las prácticas y dictaminan el mundo ideal están protegidas por la espectacular demonización de cualquier representación sexual (BERLANT; WARNER, 2002, p. 233).

Daí o total descaso com os problemas que cercam o trabalho sexual, nunca vistos com prioridade e urgência, o desprezo público acerca das prostitutas – embora, no sigilo, elas continuem sendo contratadas –, e a preocupação com a discrição do trabalho para proteção do cliente ao mesmo tempo em que não há nenhum cuidado com a privacidade da trabalhadora, como vimos na situação da prostituta de Brasília na obra de Elvira Vigna.

5) Segredo/deslegitimação — Resistência como sujeito

Tanto na obra de Vigna quanto na de Schroeder evidencia-se o fato de que a prostituição precisa ser um segredo, precisa manter-se oculta. Por parte dos clientes, que muitas vezes contratam os serviços rompendo contratos de relacionamentos monogâmicos, e também por parte das mulheres prostitutas, na maioria dos casos, devido a visão social sobre a profissão. Esse caráter de confidencialidade é concretizado pelos espaços descritos nas narrativas. Os encontros com as mulheres prostitutas se dão sempre em locais como bordeis, hotéis, motéis, ruas etc. Quando não acontecem nos estabelecimentos destinados a isso, os encontros concretizam-se em não-lugares: o hotel, a rua, a balada são exemplos de espaços transitórios, onde se entra sempre com hora para sair, onde o objetivo nunca é ficar, por onde passam muitas pessoas cujos rostos e nomes não são memorizados.

A incoerência da relação contratação *vs.* confidencialidade é verificada em números: o Brasil é o país que mais mata mulheres trans no mundo e, ao mesmo tempo, o que mais consome conteúdo

pornográfico transexual⁸. Um exemplo do caráter secreto que envolve essas relações é o relacionamento entre João e Lurien, que fica subentendido na obra de Vigna. Quando João passa mal e sua ex-esposa não consegue ajudá-lo, Lurien hesita em ir até o quarto resolver a questão, pois isso implicaria expor o vínculo amoroso dos dois. É o espaço, inclusive, que, nessa passagem da obra, elucida a existência desse relacionamento e o concretiza: após decidir ajudar João, Lurien adentra o espaço íntimo do quarto, abre, de maneira certa, uma gaveta específica da cômoda de João e pega o remédio que ele precisava tomar com urgência. Nesse sentido, Aguiar afirma: “o espaço é sempre uma perspectiva; é sempre simbólico; sempre permeado por tensões socioculturais” (2017, p. 34).

Outra característica percebida nas obras é a preocupação das mulheres trans e prostitutas com a manutenção do lugar onde vivem, com suas casas/lares, com o “lado de dentro”. O apartamento impecável de Copi e a rigidez da rotina de Mariana ao chegar na casa de N – cuidar do filho, “despir-se” da prostituta, fazer faxina etc. – apontam para um outro tipo de tratamento do espaço: ao contrário do descaso, do desasseio, da falta de privacidade comuns aos locais de trabalho, as personagens parecem criar, nos espaços considerados “seus”, uma resistência: a limpeza, o cuidado, a privacidade, a rotina não são um oposto à confidencialidade exigida em suas existências e profissões, mas concretizam um anseio de afirmação de individualidade que é ainda mais diminuído por esse aspecto de segredo.

6) Possibilidade de superação — Possibilidade de deslocamento

A incompreensão de Renê frente ao histórico acadêmico de Copi, bem como a indiferença com que trata as reflexões feitas por ela, além do ceticismo com que N ouve os planos de Mariana de retornar para

⁸ Segundo pesquisas realizadas pela ONG *Transgender Europe* e pelo site de conteúdo adulto *Redtube* (GERMANO, 2018).

sua cidade natal e trabalhar como motorista em um negócio de seu vizinho mostram a descrença com que a sociedade olha para esses indivíduos, anulando qualquer possibilidade de mudança, relegando-os a estagnação de suas profissões atuais, como se a prostituição compusesse uma característica pétrea de suas identidades. No entanto, a foto que Mariana envia para Lurien de seu novo emprego na cidade natal aponta para uma alteração nessa perspectiva, dada a transitoriedade das fronteiras no contemporâneo e a possibilidade de deslocamento oferecida por ela, considerando que identidades e lugares podem, agora, ser desvinculados e recriados. Assim, as relações entre identidade e espaço passam a criar possibilidades, e não mais a apenas estabelecer limites.

Considerações finais

Sabe-se que as questões que cercam o trabalho sexual e a transgeneridade são complexas e diversas. E que por trás delas está uma estrutura econômica, social e cultural que se beneficia da vulnerabilidade dessas identidades e profissões.

A partir da análise de personagens trans e prostitutas em dois romances da literatura brasileira contemporânea tentamos evidenciar a existência dessas pessoas e a importância de suas representações. E por meio da análise do espaço narrativo, buscamos apontar tanto as fragilidades que cercam essas duas categorias quanto a potência de suas subjetividades, que ultrapassam estereótipos e preconceitos – e onde reside a importância da literatura, que se alimenta da realidade ao mesmo tempo que a alimenta, e que, por meio do texto, fomenta um debate e apresenta camadas profundas de questões muitas vezes esquecidas pela sociedade.

Se, inicialmente, buscamos compreender qual é o espaço dessas personagens que não têm espaço na sociedade, agora podemos

dizer que, ao mesmo tempo que o espaço denota a exclusão social, o abandono e a violência que circundam essas vivências, ele também denuncia o que está além da superfície, do estereótipo. As casas arrumadas, limpas, bem-cuidadas, repletas de livros; o trânsito por lugares comuns, como a creche e o cursinho; ajudam a desenvolver, no texto, a subjetividade dessas personagens, a devolver-lhes a humanidade, a dar-lhes um sentido mais completo e, portanto, mais complexo. Ou, como explica Paulo Astor Soethe, “A diversidade de recursos de elaboração verbal da percepção do espaço e as muitas formas de relação subjetiva e social com ele são fator decisivo para a constituição de sentido no texto literário, e em especial, de sentido ético” (SOETHE, 2007, p. 224).

Ao tangenciar as características das personagens com as dos espaços narrativos, estabelecemos relações entre as duas categorias que apontam para a necessidade de se desenvolver as subjetividades e tratar com humanidade as trabalhadoras sexuais e as pessoas trans, estabelecendo novos olhares sobre esses corpos, profissões e identidades tão plurais.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Cristhiano. *Narrativas e espaços ficcionais: uma introdução*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2017.

ARAUJO, Herbert Sousa de; BRAGA, Dhébora Letícia Diniz; OLIVEIRA, Tássia Tavares de. Identidade de gênero: a representação não-binária em Como se estivéssemos em palimpsesto de putas, de Elvira Vigna. In: Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades, 13., 2018, Campina Grande. *Anais [...]* Campina Grande: Realize Editora, 2018.

AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução à antropologia da supermodernidade*. Trad.: Maria Lúcia Pereira. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012.

BARBERENA, Ricardo; FERRÃO, Ana Carolina. A força-silêncio do estereótipo: as vozes de *Um palimpsesto de putas*, de Elvira Vigna. *Veredas:*

Revista da Associação Internacional de Lusitanistas, n. 33, p. 61-73, 5 maio 2021. Disponível em: <https://revistaveredas.org/index.php/ver/article/view/685/481>. Acesso em: 18 jan. 2022.

BERLANT, Lauren; WARNER, Michael. Sexo en público. In: JIMÉNEZ, Rafael M. M. *Sexualidades transgresoras: una antología de estudios queer*. Barcelona: Icaria editorial, 2002.

BORTONI, Larissa. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. *Senado Notícias*, 20 jun. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3DQrPJJ>. Acesso em: 26 ago. 2021.

BRANDÃO, Luis Alberto. Breve história do espaço na literatura. *Cerrados: Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura*, n. 19, ano 14, p. 115-134, 2005.

GERMANO, Felipe. Brasil é o país que mais procura por transexuais no RedTube – e o que mais comete crimes transfóbicos nas ruas. *Revista Super Interessante*, 8 mai. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3jrfNbh>. Acesso em: 26 ago. 2021.

MARTINS, Geiza. Glossário de gênero. *Universa*, 19 mar. 2018. Disponível em: <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/03/19/glossario-de-genero-entenda-o-que-significam-os-terminos-cis-trans-binario.htm>. Acesso em: 12 ago. 2021.

MOIRA, Amara. *E se eu fosse puta*. São Paulo: Hoo Editora, 2016.

SCHROEDER, Carlos Henrique. *As fantasias eletivas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SOETHE, Paulo Astor. Espaço literário, percepção e perspectiva. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, v. 15, n. 1, jan.-jun. 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1398/1496>. Acesso em: 7 jul. 2021.

QUEIROZ, Nana. As três faces da prostituição. *Revista AZMINA*, 2017. Disponível em: <https://azmina.com.br/especiais/as-tres-faces-da-prostituaao/>. Acesso em: 7 jul. 2021.

VIGNA, Elvira. *Como se estivéssemos em palimpsestos de putas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CORPOS TRANS E VIOLÊNCIA: a arte como instrumento de denúncia na música de Jup do Bairro e na poesia de Nena Callejera

Roberta Moura Cavalcanti*

Paula Korey da Silva**

Natanael Duarte de Azevedo***

Resumo: Os olhares sobre as representações de gêneros destoantes do binômio masculino/feminino acabam legitimando certas violências, ainda que simbólicas, a grupos que decidem não obedecer às regras impostas pela sociedade cisheteronormativa. Dessa forma, faremos uma análise literária comparativa da canção *Transgressão*, de Jup do Bairro, e da poesia sem título de Nena Callejera, ambas mulheres trans/travestis, pretas e periféricas. Para abordar as violências sofridas por corpos trans, tomaremos como principal base York, Oliveira e Benevides (2020) e Mbembe (2018). Ao abordar o caminhar histórico do gênero canção e a relação indissociável entre música e poesia, adotaremos os teóricos Spina (1996) e Moisés (2001). Nossa pesquisa toma como ponto de partida não só a identidade de gênero dessas mulheres, mas as formas como elas se utilizam da arte para denunciar situações e vivências que corpos como os delas sofrem. Assim, ao problematizar a respeito das vivências de identidades trans nas pesquisas acadêmicas, sobretudo literárias, buscamos abrir espaço para que possamos pensar como relações de poder, presentes tanto nas relações de gênero, quanto

* Mestra em Estudos da Linguagem (PROGEL/UFRPE) da Universidade Federal Rural de Pernambuco, amarela.cavalcanti@gmail.com.

** Mestranda em Estudos da Linguagem (PROGEL/UFRPE) da Universidade Federal Rural de Pernambuco, paula.korey@gmail.com.

*** Doutor em Letras pela UFPB e professor permanente do PROGEL da Universidade Federal Rural de Pernambuco, natanael.azevedo@ufrpe.com.

nas de sexualidade, podem determinar, nos microespaços sociais, práticas com potência de reforçar a subalternidade dos chamados indivíduos de identidades sexuais e de gênero dissidentes.

Palavras-chave: Corpos trans; Violência; Poesia; Canção; Teoria queer.

TRANSGENDER BODIES AND VIOLENCE: the art as a tool of complaint in Jup do Bairro' songs and in Nena Callejera's poetry

Abstract: The views about gender representations that do not match the male/female binomial end up legitimizing certain types of violence, even if symbolic, against groups that decide not to obey the rules imposed by the cisheteronormative society. Thus, we will make a comparative literary analysis about the song *Transgressão*, by Jup do Bairro, and Nena Callejera's untitled poetry, both trans women and shemales, black and from the outskirts. To approach the violence suffered by transgender bodies, we will take York, Oliveira and Benevides (2020) and Mbembe (2018) as the main theoretical basis. While mentioning the historical journey of the song genre and the inseparable relationship between music and poetry, we will take the theorists Spina (1996) and Moisés (2001). Our research takes as a starting point not only the gender identity of these women, but the way they use art to denounce situations and experiences that bodies like their suffering. Thus, by problematizing the experiences of trans identities in academic researches, especially literary ones, we seek to open space so that we can think how power relations, present in both gender and sexuality relationships, can determine, in social microspaces, practices that reinforce the subordination of the so-called dissident individuals of sexual and gender identities.

Keywords: Trans bodies; Violence; Poetry; Song; Queer theory.

Introdução

Ao analisar canções da música brasileira, é imprescindível compreender o processo de formação desse gênero e sua relação indissociável com o texto poético e com a música. Como bem dizia Octávio Paz, "A poesia ocidental nasceu aliada à música" (PAZ, 1982, p. 104)

e, partindo dessa premissa, estudaremos a origem do gênero canção e da sua relação direta com a poesia, para analisar comparativamente as canções *Transgressão*, da cantora, compositora e performer paulista Jup do Bairro, e o poema sem título da pernambucana Nena Callejera, ambas mulheres trans que usam as suas artes como forma de denúncia contra as violências sofridas por corpos que ousam romper as normas de gênero impostas em sociedades cisheteronormativas¹.

A violência é um traço marcante da vivência de pessoas trans e travestis. O Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo, segundo a *TransgenderEurope* (TGEu). Esse mesmo país é também o maior consumidor de pornografia trans, de acordo com a mesma agência. Esses dados indicam que corpos trans podem ser alvo de desejos sexuais, mas para sociedades fundadas em um CISTema, o desejo sexual não indica, necessariamente, valor, o que permite que suas mortes sejam naturalizadas, tornando seus corpos em elementos políticos, formados por um tecido discursivo, como bem afirma Paula Bianchi (2018) “forjado como uma colección de piezas, de pedazos, de membros, de zonas, de estados, de funciones” (BIANCHI, 2018, p. 167).

O fato de terem seus corpos objetificados sexualmente não significa que as pessoas do segmento T possuem relações afetivas com seus parceiros e parceiras. A solidão das pessoas trans é mais uma indicativa da violência simbólica que as acomete e essa é a temática central abordada na poesia de Nena Callejera que trabalharemos aqui.

A ausência de afeto, o mendigar por carinho e atenção é trazido ao longo do texto da poetisa pernambucana. Essa mesma solidão também permeia a canção de Jup do Bairro que apresenta como

¹ Entende-se como cisheteronormatividade o regime de poder centrado na cisgeneridade (que atribui ao sexo biológico à construção do gênero) e na heteronormatividade (que compreende como norma as relações pautadas na heterossexualidade).

tema central a transição que seu corpo passa como uma metáfora para o processo que a lagarta sofre até virar borboleta e ser livre. Embora a canção da paulistana seja sobre a liberdade trazida para seu corpo pela transição, a solidão a que são acometidos os corpos trans também é trabalhada no texto, sobretudo o que tange o medo de morrer sozinha.

Desta forma, este artigo será construído, tomando por base a divisão em três seções: a primeira, em que será abordada a temática da violência e corpos trans/travestis; a segunda, na qual discorreremos sobre o gênero canção e sua relação com o texto poético e a música; e, por fim, a terceira seção, em que se dará a análise comparativa dos dois textos aqui elencados.

Na primeira seção, para o debate sobre violência e os corpos das pessoas do segmento T, tomaremos como aporte teórico principal o *Manifestações textuais (insubmissas) travesti* (2020), de Sara Wagner York, Megg Rayara Oliveira e Bruna Benevides e *Necropolítica* (2018), de Achille Mbembe, e sua política de morte, cujos corpos trans e travestis, enquanto descartáveis socialmente, são também acometidos por essa política.

O corpo trans, incluso o corpo travesti, é a possibilidade de um outro corpo para além das normalizações instituídas em sociedades cis-héteros-patriarcais. A existência desses corpos ainda está muito ligada, infelizmente, às práticas de violência que são impostas a essas pessoas, como afirmam Sara Wagner York, Megg Rayara Oliveira e Bruna Benevides, no texto *Manifestações textuais (insubmissas) travestis*:

A ruptura às normas sociais, ao longo da história, colocavam as travestis às margens sociais, expondo ou naturalizando práticas de violência (estrutural, simbólica, patrimonial, psicológicas e físicas), além da exclusão social comumente praticada por parte da população contra nós (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 2).

Na segunda parte, discorreremos sobre a origem e estrutura do gênero canção, tendo em vista que analisamos dois textos poéticos, sendo um deles uma canção, gênero que, historicamente, nasce unindo poesia e música, tomando como principal teórico Segismundo Spina (1996). Sabemos que a origem da canção se deu na França, região de Provença, por volta do século XI, nascida da união entre poesia e música, e que da Provença ela se difundiu pela Península Ibérica, de onde surgiu a poesia palaciana e o movimento trovadoresco. Podemos dizer que foi no trovadorismo que a canção teve seu cume, quando foi mais cultivada e disseminada, pois no Romantismo ela passou a ceder lugar ao verso livre e ao branco e, no Modernismo, a canção estava bem mais ligada à música que à poesia.

Na terceira e última seção deste artigo, realizaremos as análises comparativas entre a poesia de Nena Callejera e a canção de Jup do Bairro. Enquanto em Nena teremos um texto puramente poético, em Jup do Bairro nos deparamos com o gênero canção que, de forma indissociável, une poesia e música. Ambos os textos abordam as violências que os corpos trans e travestis sofrem por decidirem ser quem são, sejam as violências do próprio processo de transição, sejam as que lhes negam o direito ao afeto, destinando esses corpos à solidão.

Trabalhar com duas mulheres que apresentam marcas semelhantes de subalternidade e opressão, enquanto mulheres trans/travestis, pretas e periféricas, mulheres que utilizam sua arte como forma de denúncia da dura realidade que acomete seus corpos que ousam transgredir as normas de uma sociedade cisheteronormativa, é, ao mesmo tempo, um desafio e uma necessidade de compreender a arte enquanto instrumento de queixa/denúncia social.

Corpos trans e violência

Iniciaremos este tópico recorrendo ao dicionário, ainda principal fonte de esclarecimentos de verbetes, para vermos o que ele tem a nos dizer sobre a palavra “corpo”. Segundo o dicionário *on-line* Michaelis, “corpo” significa:

- 1 ANAT Conjunto de elementos físicos que constitui o organismo do homem ou do animal, formado por cabeça, tronco e membros;
- 2 ANAT Formação anatômica, embriológica ou histológica;
- 3 Tudo o que tem extensão e forma;
- 4 ANAT A estrutura física de uma pessoa;
- 5 FIG A matéria conformada que é parte da individualidade de cada ser humano ou animal;
- 6 ARQUIT A parte principal de uma estrutura arquitetônica;
- 7 O cadáver humano (MICHAELIS, 2021, s/p)².

Elementos físicos, biológicos, anatômicos, forma, matéria, todas essas palavras estão relacionadas na conceituação da palavra corpo, mas é o significado de número 7 que gostaríamos de ressaltar: CADÁVER. Um cadáver ainda é um corpo. A ausência de vida não nega que um corpo ainda seja um conjunto de elementos físicos que constitui o organismo do ser humano. Mas se pensarmos em pessoas trans, seus corpos são considerados corpos? Ou mais, será que um cadáver de uma pessoa transgênero é considerado um corpo?

Anselmo Alós (2012), citando Descartes, afirma que o corpo, enquanto categoria analítica da filosofia, é um tipo de receptáculo que permite, assim, a constituição da mente e da razão, sendo a mente o local onde se encontra a identidade. Um corpo trans, que não possui legitimidade perante a sociedade e cujas violências são validadas, é ao mesmo tempo um corpo que não importa, e um corpo necessário para definir a margem daqueles corpos que são considerados legítimos.

² Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/corpo/>. Acesso em: 21 jan 2021, às 14:47.

E é essa abjeção, essa deslegitimação e até desumanização dos corpos trans que validam a violência que essas pessoas sofrem. De acordo com Silva e Barboza (2005), o uso da violência tanto simbólica quanto física, como maneira de controle e, até mesmo, com o objetivo de se garantir a limpeza social passa a ser validada, sob a justificativa de que se deve manter a ordem moral que harmoniza a sociedade.

Achille Mbembe, em *Necopolítica* (2018), ao trabalhar a ocupação colonial na modernidade tardia, afirma que “a violência constitui a forma original do direito e a exceção proporciona a estrutura da soberania” (MBEMBE, 2018, p. 38). Uma das formas da soberania se instaurar é produzindo normas sobre um corpo, definindo quem é descartável e quem não é e, em sociedades ocidentalizadas, o corpo trans não é a norma, o que implica dizer que ele é um corpo que não importa, um corpo que pode ser descartado, um corpo que pode morrer.

O relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) de 2020, ao comparar o número de assassinatos de pessoas trans nos dois primeiros meses de 2020, em relação ao mesmo período de 2019, constatou um aumento de 90%, superando, inclusive, o ano de 2017, considerado, até então, o ano com maior registro de assassinatos de pessoas trans:

Acreditava-se que durante a pandemia do COVID-19, os índices de assassinato poderiam diminuir como aconteceu em outras parcelas da população, pela necessidade do isolamento social colocado em muitas cidades/estados. Mas quando vemos que o assassinato de pessoas trans aumentou, temos um cenário onde os fatores sociais se intensificam e tem impactado a vida das pessoas trans, especialmente as travestis e mulheres transexuais trabalhadoras sexuais, que seguem exercendo seu trabalho nas ruas para ter garantida sua subsistência, visto que a maioria não conseguiu acesso às políticas emergenciais do estado devido à precarização histórica de suas vidas (ANTRA, 2020, s/p).

Esses dados explicitam o que Mbembe (2018) chama de necropolítica, a política de morte, de quem é aceitável morrer perante a sociedade. Pessoas trans têm seus corpos desvalorizados e suas vidas precarizadas, suas mortes raramente são questionadas, seus corpos violentados não geram revolta na sociedade e seus cadáveres nem chegam a ser considerados corpos ao ponto de serem expostos em filmagens, como é o caso da travesti Dandara que, depois de ter sido brutalmente espancada, foi assassinada a tiros e teve seu corpo já sem vida filmado e divulgado nas redes sociais³. Esse caso de Dandara foi um dos poucos que teve visibilidade e foi noticiado nas grandes mídias, tamanha a brutalidade, fruto de um processo de exotificação que, de acordo com York, Oliveira & Benevides (2020), é uma mensagem clara que aquele corpo não é aceito como humano e, portanto, não deveria existir, tudo isso com o aval do Estado, o que reitera a política de morte trazida por Mbembe (2018).

Como bem afirmam York, Oliveira & Benevides (2020), vários são os tipos de violência que esses corpos são submetidos e muitas pessoas trans acabam se adequando às normas sejam para terem direitos garantidos, como acessos a políticas públicas, ou seja, para sobreviverem em um mundo que não aceita suas identidades de gênero e valida a precarização de seus corpos. Aquelas pessoas que optam por permanecerem “no armário”, acabam “gozando de direitos ou confortos que deveriam operar sobre todas” (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 3).

Os pesquisadores Fernando Seffner e Amilton Gustavo da Silva Passos, do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao debaterem sobre o alto teor de violência presente nos crimes contra pessoas trans, afirmam:

³ Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>. Acesso em: 21 jan 2021, às 17:13.

Os crimes contra a vida dessas pessoas costumam apresentar requintes de crueldade. Quando ocorrem, as agressões costumam ser múltiplas, por meio da utilização de instrumentos que permitem diversas investidas antes da efetiva morte de suas vítimas, sendo tais atos muitas vezes concentrados na região da face e nos órgãos genitais (SEFFNER; PASSOS, 2016, p. 145-146).

De acordo com Cristeva Cabello, em seu texto *Educación no sexista y binarismos de género, Agitaciones feministas y dissidencias sexuales secundarias em la escuela* (2011), a escola é o primeiro local de violência de corpos trans, uma vez que em estabelecimentos educacionais gerados, uma prática comum é o uso do uniforme, deixando a cargo da escola estabelecer quem é “menino” e quem é “menina”, violentando o corpo que não se encaixa nesse binarismo de gênero à medida que obriga que crianças se vistam da maneira determinada de acordo com seu sexo biológico. Essa prática é extremamente agressiva não apenas para pessoas trans, como também para as pessoas não-binárias, o que configura uma violência aos corpos delas.

Outra forma de violência que marca os corpos trans e travesti é a ausência da adolescência. Por terem negado a si os direitos de serem quem desejam ser, muitas pessoas trans têm seus corpos adultizados de uma forma que a adolescência lhes é recusada, negando também experiências que essa etapa da vida proporciona aos jovens.

A utilização do pronome “o” para tratar travestis também configura uma forma de violência a essas pessoas, uma vez que travesti diz respeito a uma palavra feminina que compõe uma identidade real, social e política (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020). Assim, quando as pessoas empregam o artigo na desinência de gênero masculina para se referir a “travesti”, mostram desrespeito com a identidade de gênero e revelam a intenção de afirmar que aquela identidade pode ser deslegitimada, fazendo questão de deixar bem nítido o teor

masculinizador em corpos visivelmente femininos. Logo, além da violência física que as pessoas trans sofrem, há também a violência linguística/moral por não mostrar respeito pela identidade de gênero.

Desse modo, percebemos que as estratégias ideológicas pautadas marcadamente por uma matriz sexista, falocêntrica e transfóbica se materializam linguístico-discursivamente para construir a imagem desses seres dissidentes. Logo, é necessário entender que a violência discursiva, embora seja considerada por muitos como uma violência menor, impacta nas vivências das pessoas trans, subalternizando e ferindo por meio da linguagem.

Assim, é importante observar como as questões de identidade gênero são tratadas, trazendo o valor potencial da linguagem na manutenção, produção e transformação das representações, através das escolhas linguístico-discursivas, dos investimentos nas construções de significações e nas nomeações utilizadas para se referir às pessoas trans, permitindo-nos contestar os processos sociais que se utilizam das diferenças como marcadores de hierarquia e opressão.

Por fim, sabemos que desconstruir as noções engessadas acerca das identidades de gênero e de sexualidade ainda é um processo árduo, mas ao problematizar os corpos trans, estamos abrindo brechas para a construção de outras formas de pensar, discutir e abordar esses corpos, tornando visível e perceptível a existência de múltiplos corpos, sujeitos, formas de ser e de estar no mundo.

A canção e a poética queer como forma de denúncia

A palavra canção deriva da latina *cantione*, que significa canto, canção, e tem sua origem ligada à tradição oral e à poesia lírica, cujo berço foi a Provença, região do sul da França por volta do século XI. Quando a poesia lírica se expande pela Península Ibérica e Itália, ela

sofre modificações que resultam na matriz da canção erudita: “(...) a *cansó* provençal, adaptando-se ao clima literário itálico e sofrendo naturais transformações, vai gerar a *canzone*, matriz da canção erudita cultivada doravante” (MOISÉS, 2001, p. 282).

Na região do Sul da França, o poeta era chamado de *troubadours*, cuja correspondência em português é trovador, da qual deriva o termo trovadorismo, que designa aquele que compõe a poesia e a explicita com um acompanhamento musical, criando assim a canção: “A poesia lírica esteve, desde tempos remotos, sempre associada à música, razão porque os trovadores, com a formação de que dispunham, eram os seus compositores” (SPINA, 1996, p. 83).

Na Península Ibérica, a canção, durante o trovadorismo, especialmente na primeira fase, estava muito ligada à música e à dança, mas, em fins do século XV, a música e a poesia vão progredindo e tomando caminhos distintos. Música foi se tornando privilégio de profissionais, e a poesia era escrita para ser declamada e não mais cantada. Neste momento, música e poesia se separam, a cantiga cede espaço à poesia; e o trovador, ao poeta. Mais à frente, com o Romantismo negando os valores clássicos, rompendo as muralhas da corte e ganhando as ruas, e com o subjetivismo e o egocentrismo do poeta, a canção perde a estrutura rígida que tinha e ganha certa liberdade formal, mas preservando a musicalidade e o amor como principal elemento temático.

Música e poesia nasceram juntas durante a época medieval, em forma de canção, porém, com o passar do tempo, o termo passou a ser mais relacionado à música que à literatura, mas, mesmo com a separação, a poesia não perdeu sua musicalidade, nem a melodia deixou de lado a letra. Na relação entre as duas artes, o que diferencia é o uso que cada uma vai fazer do ritmo: enquanto a poesia se apegará mais às palavras para se construir esteticamente, a música fará do ritmo seu elemento fundamental, sobrepondo melodia ao texto

(CAVALCANTI, 2008). A letra de uma música e a musicalidade de uma poesia é o que permite que a canção não morra.

Mesmo o termo sendo usado mais para melodias com letras, a relação entre poesia e música é constante e inseparável, pois, para alguns autores, a canção não pode ser vista, nem analisada, apenas como um gênero musical, porque as duas linguagens se completam, ou seja, composição tem letra tanto quanto a poesia tem musicalidade. Como afirma Costa (2003, p. 18): “a canção é um gênero híbrido, de caráter intersemiótico, pois é resultado da conjugação entre a materialidade verbal e a materialidade musical (rítmica e melódica)”.

Ainda segundo alguns estudiosos da canção, ela não é apenas música, nem apenas poesia, e sim a junção dos dois elementos, como afirma Falbo:

diferentemente do que ocorre com o texto literário, a letra da canção não é a canção, mas um de seus vários elementos constitutivos, que alcançará plenitude expressiva apenas quando percebido de forma conjunta com os demais elementos (FALBO, 2009, p. 12).

Ao longo do século XIX, a ligação entre a poesia e a música continuou a se firmar, só que com uma linguagem poética renovada, decorrente dos inovadores versos brancos e versos livres, surgidos no movimento romântico, o que continuou no Modernismo com o uso de textos literários como letras de música, uma vez que o movimento uniu representantes de todas as artes em prol das estéticas de vanguarda (MATOS, 2008). No Modernismo, o lirismo remete à poesia a uma linguagem formada por sons, tons e metros, o que retoma a concepção original de poesia e música (CARA, 1998).

A canção é de uma versatilidade tamanha que, mesmo com as várias mudanças que sofreu, não perdeu o seu poder de comunicação e se firmou como marca registrada de alguns movimentos musicais no país, dentre eles a Bossa Nova, a Tropicália, o *Mangubeat* e, mais

recente, o movimento de cantoras trans e travestis que usam desse gênero e da sua arte para denunciar realidades sociais cruéis e os tipos de violências que corpos que fogem às normatizações da sociedade sofrem. E é com base nessa relação entre música e poesia e na construção poética das autoras como instrumento de denúncia das violências sofridas por corpos trans, que iremos adotar na análise comparativa entre a canção *Transgressão*, de Jup do Bairro, e o poema sem título, de Nena Callejera.

Jup e Nena – a arte a serviço da despadronização dos corpos

Oriunda da divisa entre o Capão Redondo, distrito periférico da região sudoeste de São Paulo, e Itapeverica da Serra, região metropolitana paulista, Jup do Bairro traz uma arte cuja união entre texto poético, música e performance se faz muito presente. O primeiro contato de sua arte literária com a música se deu em um dos saraus que organizava com amigos, o que configura sua trajetória como algo que nasce ligando música à poesia (MORITA, 2020), característica marcante do gênero canção que une texto poético e música (SPINA, 1996).

Com uma carreira artística em torno de 10 anos, só em junho de 2020 que a artista lançou seu primeiro álbum, intitulado *Corpo sem juízo*, cujo título faz alusão ao julgamento comumente dado àqueles que transgridem as normas impostas pela sociedade, sobretudo quando se é trans, negra e gorda e ousa ser quem deseja ser, rompendo as barreiras cisheteronormativas. É nesse EP que consta a canção “Transgressão” que iremos analisar neste artigo.

Saindo do Sudeste e caminhando em direção ao Nordeste brasileiro, mais especificamente na periferia de Recife, na favela de Roda de Fogo, encontramos Nena Callejera, mulher trans, negra,

MC, poeta, performer e representante do *slam*, gênero poético que consiste em batalhas, cuja carreira tem cerca de quatro anos e foi iniciada graças ao incentivo de outras mulheres pretas e periféricas. Nena, assim como Jup, usa da sua arte para fazer denúncia das violências vivenciadas, tendo seu corpo como matéria do seu texto e das ruas rimas:

Acho que a matéria-prima primordial do meu trampo é o meu corpo e a minha vivência. Minhas rimas falam muito disso, de ser uma travesti preta da periferia do Recife. E toda estrutura que existe para me afundar ao redor disso. E como eu transformo essa estrutura opressora em rima, em metarrima e denúncia da própria estrutura (CALLEJERA, 2019, s/p *apud* CORTÊS, 2019, s/p).

A trajetória das artistas tem elementos que convergem e que vão além da identidade de gênero e das questões de raça e classe. Para além de serem mulheres trans negras e periféricas, Jup e Nena traçam um percurso artístico bastante semelhante, tomando como ponto de partida a poesia. É do texto poético que nascem suas artes. A união entre poesia e música faz com que o gênero canção, e seus elementos constituintes, rima, métrica e verso, seja um elo central da obra de ambas, para além das pautas identitárias, tendo em vista que a poesia lírica historicamente esteve ligada à música (SPINA, 1996).

Em *Transgressão*, Jup do Bairro inicia a canção com “Tá tudo tão **estranho** aqui”, verso marcante que, apesar de aparentemente ser “simples”, já nos dá uma pequena amostra do que iremos encontrar ao longo do texto, estranheza, algo que foge às normalizações impostas socialmente. Embora com uma extensão maior, a mesma temática de estranheza, de fuga às normas e às regras é trazida também por Nena no primeiro verso de seu poema “Tá aqui a minha mão: pega ela e puxa. To esperando tua ação, misera! O que é que te coloca rédea? É meu corpo sem regra?”.

Essa estranheza, provocada pelo corpo sem regra, um corpo trans, travesti, negro, é, ao mesmo tempo, um local de marginalização desses corpos e um reconhecimento de outra possível existência, um outro corpo, “legítimo, além daquele normalizado” (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 2). Quando Jup e Nena trazem em suas poesias a consolidação de seus corpos não só como aqueles que fogem às normatizações das sociedades cisheteronormativas, mas como corpos possíveis e reais, elas estão pleiteando e constituindo uma identidade real, afirmando que existem.

Ambos os textos iniciam abordando sobre como seus corpos fogem a normatizações sociais, mas as temáticas seguem caminhos distintos. Enquanto que em *Transgressão* Jup do Bairro discorre sobre as mudanças que seu corpo sofre durante o processo de metamorfose, no qual transgride a norma até virar borboleta, Nena aborda as dificuldades que um corpo trans/travesti sofre ao se relacionar afetivamente com alguém, trazendo a solidão que marca as travestis no campo afetivo-amoroso.

Ao tratar as mudanças que um corpo trans/travesti sofre durante a transição, Jup relata que o passo a ser tomado para a mudança não é fácil, retratado na palavra sufoco do verso “No **sufoco** criado da minha própria mudança”. Em seguida, a artista cita como essas dificuldades se apresentam e uma delas são os efeitos colaterais de quem faz uso de hormonização durante a transição, exemplificado no verso “Uma **mucosa com vazio** e falsas esperanças”, já que a boca seca é um distúrbio gastrointestinal consequência do uso de determinados medicamentos utilizados por pessoas em processo de transição.

Esses processos de modificações corporais que as pessoas trans passam podem ser associados ao que Donna Haraway aborda em seu *Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX* (1994), ao tratar o ciborgue como um ser híbrido do mundo

pós-gênero. Dessa forma, ao recorrer a procedimentos biotecnológicos ou até estéticos, como implante coclear e aplicação de *piercings*, por exemplo, os corpos normatizados estariam, assim, se transformando em ciborgues. Nesse caso, o uso medicamentoso de hormônios para a transição de gênero e mudanças corporais, presentes na canção de Jup do Bairro, configurariam esses corpos como ciborgues, conceito problematizado por York, Oliveira e Benevides (2020, p. 7) quando afirmam que “O ciborgue aqui é um corpo/conceito que dialoga com o exótico, o diferente, o artificial, como se fôssemos uma tentativa malsucedida de aproximação com o corpo cisgênero”.

Ainda na mesma estrofe, o processo de metamorfose, de sair do casulo, de se transformar e o medo da solidão, presente em pessoas que ousam transgredir a norma de gênero são retratados nos versos de Jup do Bairro: “No **aperto do casulo** da minha própria criação / Pensando em morte inevitável, me preparo pra **morrer na solidão**”. Nesse ponto, os textos das autoras se alinham no que tange à pauta da solidão das travestis e mulheres trans.

Enquanto Jup do Bairro trata o medo de morrer sozinha ao ponto de se preparar para esse momento, Nena aborda a solidão que as travestis passam no campo amoroso-afetivo, ressaltando que a raça é um elemento que agrava essa situação, como podemos ver nos versos da pernambucana: “Pegue com firmeza a minha bamba mão de tanto ouvir aquele samba “**a solidão é lava**” / imagine sendo **preta** e ainda sendo **trava**”. Essa solidão configura também um tipo de violência fruto da exclusão e da colocação em um não lugar que os corpos trans e travestis foram submetidos (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020). Nena termina a primeira estrofe abordando o que o cansaço e a solidão geram para as mulheres trans e travestis e como o sentimento de abandono se faz presente em suas vidas nos versos “Com o perdão da palavra, me sinto **cansada** e quase sempre **abandonada**”.

A poesia de Nena segue tratando dessa temática e, na segunda estrofe, a poetisa debate como é cansativo para as mulheres trans e travestis correrem atrás de afeto e carinho, presentes no verso “Sem competir opressão ou quem sofre mais aqui / Mas quanto **afeto se troca com a travesti?**”.

A artista continua discorrendo sobre essa solidão e as mazelas que ela, afirmando como é difícil ser uma mulher travesti, sempre na linha do trem, correndo perigo simplesmente por ser quem é, o que gera um certo afastamento das pessoas que poderiam se relacionar com esses corpos: “Eu sou mais uma preta que cansou de ser sozinha / na linha do trem, **sempre a perigo / tem que ter coragem para poder andar comigo**”, o que configura o corpo travesti, somado à opressão de raça, como um corpo descartável, fruto da soberania, resultado de uma ocupação colonial que, na contemporaneidade, gera um encadeamento “disciplinar, biopolítico e necropolítico” (MBEMBE, 2018, p. 48). O corpo trans/travesti, preto e periférico é um corpo que, socialmente, não importa, que não tem valor, o que gera a solidão dessas pessoas.

Se o tema da solidão é constante na poesia de Nena, na canção de Jup do Bairro, ela aparece como mais um dos elementos que demarca a violência que esses corpos são acometidos. Mas não apenas as marcas simbólicas da violência são retratadas na canção da paulistana, a transição se faz presente como uma espécie de luz que faz com que o eu-lírico vislumbre um acolhimento, como se mostra no verso através do uso de metáforas, elementos bastante presente em textos líricos (MOISÉS, 2001), uma vez que só após essa rachadura a luz se faz presente, como afirma a compositora: “Uma **rachadura** aparece, **uma luz que me aquece** / Abri meus olhos, desde então tudo me **entorpece**”.

Os versos seguintes continuam a abordar a transição, trazida como a crisálida, processo de metamorfose de lagarta em borboleta,

visíveis nos versos da paulistana: “Me deparo voando com um **par de asas** / Paraliso com o som de um pulso forte / Descubro que a vida é possível / **Mas preciso ter sorte**”, ao sair do casulo, ver a luz pela rachadura, abrir os olhos, se ver voando com seu par de asas e descobrir que a vida é possível, o eu-lírico metaforiza a transição de gênero como o processo que a lagarta sofre até virar borboleta e se tornar livre. Mas é preciso ressaltar que esse processo não é indicado como algo fácil, o verso final deixa claro “Mas preciso ter sorte”, o que nos remete à estimativa de vida de pessoas trans que é de 35 anos, menos da metade da média nacional que é de 75 anos, ou seja, é preciso ter sorte para viver, e envelhecer, como pessoa trans, sobretudo no país que mais mata essa população no mundo, de acordo com a ONG *Transgender Europe*.

A sorte, trazida na canção de Jup do Bairro, é algo que pessoas trans precisam contar, seja em poder existir, ou até em encontrar companheiras/companheiros de afeto, o que Nena aborda na sua poesia e que está presente na terceira estrofe, quando o texto segue discorrendo sobre a solidão a que são acometidos corpos trans e travestis, dessa vez com o recorte de classe, enquanto mulher trans preta e periférica, como podemos ver no verso “Mas ainda controlo a vontade de ligar / Não é que eu não ligue / Me importo como tu tá / **Talvez até sem chão / Ou precisando de teto** / Pensei tá ajudando aqui / **Mendigando afeto**”. Ao controlar a vontade de ligar para saber como a provável pessoa com quem divide afeto está, o corpo trans/travesti se priva de vivenciar momentos de afetividade e amorosidade que corpos cisgêneros não são privados, o que configura um tipo de violência, a de exclusão social, que essas pessoas são acometidas, sobretudo em sociedades cisheteronormativas (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020).

A quarta e última estrofe da poesia de Nena traz, mais uma vez, a questão do pouco afeto destinado aos corpos trans e travestis, ao

afirmar que “Tu não vale nada, mas **até que faz carinho / E mesmo sendo tosco**, eu gosto do teu passinho”. A temática da solidão que a população T (transgêneros e travestis) passa permeia toda a poesia da artista pernambucana, numa mistura de denúncia da violência proveniente da exclusão que marca esses corpos e do local que socialmente eles ocupam, fruto de uma sociedade que não só marginaliza seus corpos e lhes nega o afeto de relações amorosas, mas também de uma política que valida as suas mortes, tratando seus corpos como algo descartável.

No que tange à pauta do afeto, a canção de Jup também aborda essa questão, embora de forma bem menos profunda que na poesia de Nena. Na quarta estrofe da canção, Jup traz a relação afetiva como algo não tão duradouro “Faço de **flores e amores** minhas **curtas moradas**” e segue afirmando que o fato de ter um corpo trans lhe possibilita a enxergar, estar onde sempre quis estar e se entregar sempre que tiver vontade “Ter **um corpo que transita e me faz enxergar** / Eu vou, eu sigo, **estou onde eu sempre quis estar** / Se eu sinto cheiro no ar, **sempre vou me entregar**”. A compositora finaliza essa estrofe com o verso “Lembro do medo da **escuridão** e inventei em vida / **Transgressão**”, colocando a transgressão como algo inventado, em vida, uma luz que possibilita romper o medo da escuridão de ser quem não é. Nesse ponto, o texto de Jup dialoga com o que York, Oliveira & Benevides (2020, p. 6) discorrem ao afirmarem que as travestis “Donas de nossas não cisgeneridades, donas de nossos corpos a ponto de fazermos o que quisermos com eles”.

O refrão da canção de Jup se dá pela repetição do verso “Me deixa voar, me deixa voar”, numa alusão à borboleta que, após seu processo de metamorfose, ganha asas para ser livre e voar, metáfora trazida pela compositora paulistana para o processo de transição que, após transgredir o gênero, pessoas trans podem ser livres. O refrão da canção de Jup pode ser trazido também para a poesia de Nena,

numa espécie de súplica, à sociedade cisheteronormativa, para que as deixem voar, para que as deixem ser quem quiserem ser, amar quem quiserem amar e serem amadas por suas/seus parceiras/os, como corpos validados, possíveis e que importam. Uma espécie de súplica para viver e existir.

Considerações finais

Infelizmente, a pauta da violência ainda é um marcador relevante na hora de analisar corpos trans, tendo em vista que sociedades fundadas em regimes políticos cisgêneros e heteronormativos tendem a vulnerabilizar, subalternizar e deslegitimar corpos que ousam romper as barreiras de normatizações de gêneros. Essa vulnerabilização que acomete esses corpos deixa neles a marca do descartável, sem valor, o que acarreta em uma política que valida suas mortes, uma necropolítica dos corpos trans e travestis.

Essas violências são tão presentes nas vidas de pessoas trans e travestis que, aquelas que fazem da arte um ofício, utilizam seu instrumento de trabalho também como forma de denúncia para realidades que vivem diariamente, como é o caso das autoras que aqui foram trabalhadas. Tanto Jup do Bairro, quanto Nena Callejera, ambas mulheres trans/travestis, pretas e periféricas, uma da região Sudeste e outra da região Nordeste, embora com as diferenças que as marcas geográficas permitem, sofrem violências semelhantes por terem corpos que ousaram transgredir às normas de gênero.

A canção de Jup e a poesia de Nena, embora seguissem caminhos temáticos distintos, convergiram, sobretudo, em um ponto focal, a solidão que acomete mulheres trans/travestis. Enquanto Nena usou sua poesia para relatar o fato de que corpos como o seu são submetidos a ficarem sozinhos, Jup tratou em sua canção o processo

de transição, abordando alguns elementos violentos que um corpo que decide transicionar gênero passa. Ao mesmo tempo, a cantora paulista também tocou no tema da solidão, assim como fez Nena, ao relatar o medo de morrer sozinhas que essas pessoas passam, o que nos permite analisar que a solidão é algo presente na vida de pessoas do segmento T e configura mais um tipo de violência que elas são submetidas.

Dessa forma, ao analisar uma canção e uma poesia, recorrendo ao gênero literário canção e sua constituição como um gênero que surge unificando literatura e música em torno de uma forma, podemos perceber que a literatura, enquanto arte, pode ser utilizada como meio de denúncia de vivências, sobretudo ao que perpassa corpos não normatizados. As duas autoras aqui trabalhadas fazem uso de suas artes para denunciar as violências diárias que sofrem e que são cometidas por terem corpos que ousaram a ir contra as regulações de gênero, sobretudo em um país como o Brasil, o número 01 do topo de países que mais matam pessoas trans no mundo.

Referências

ALÓS, Anselmo Peres. *A letra, o corpo e o desejo – masculinidades subversivas no romance latino-americano*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. *Assassinatos de pessoas trans voltam a subir em 2020*. Disponível em: <https://antrabrasil.org/category/violencia/>. Acesso em 31 de jan de 2021.

BAIRRO, Jup do. Transgressão. In: CORPO sem juízo. Intérprete: Jup do Bairro. São Paulo: Gravadora Tratore, 2020.

BARONI, Gil. *Alice Júnior*. Rio de Janeiro: Beija Flor Filmes, 2019.

BIANCHI, Paula Daniela. “Dermis, huellas de una herida que cincela los huesos: EnriQuez, Stigger y Nettel”. *Revell – Revista de Estudos Literários da UEMS*, Campo Grande, v. 03, n. 20, p. 163-187, 2018. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/3178>.

CABELLO, Cristeva. *Educación no sexista y binarismos de género*. Agitaciones feministas y dissidências sexuais secundarias en la escuela. Valparaíso: Trío editorial, 2011.

CALLEJERA, Nena. Curto uma vingança, sou rancorosa. Zine A barca vai, mas volta. Recife: Índigo serigrafia, ago. 2019.

CARA, Salete de Almeida. *A poesia lírica*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1998.

CAVALCANTI, Luciano Marcos Dias. “Música Popular Brasileira, poesia menor?”. *Travessias*, Cascavel, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/2993>.

CORTÊS, Joana. Campeonato Slam BR reúne vozes das periferias brasileiras em forma de poesia falada – Nena Callejera, mulher trans, é uma das finalistas da batalha. *Brasil de Fato*, 13 dez. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/12/13/campeonato-slam-br-reune-vozes-das-periferias-brasileiras-em-forma-de-poesia-falada>. Acesso em: 10 fev. 2021.

COSTA, Nelson Barros da. “Canção Popular e o ensino da língua materna: o gênero canção nos parâmetros curriculares de língua portuguesa”. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, v. 4, n. 1, p. 9-36, 2003. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/253/268.

FALBO, Conrado Vito Rodrigues. *Beleléu e Pretobrás: palavra, performance e personagens nas canções de Itamar Assumpção*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

HARAWAY, Donna. “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 157-212.

MATOS, Maurício. “Cesário Verde, Fernando Pessoa, Gastão Cruz e Luiza Neto Jorge: por outros mares literários”. *Agulha - Revista de Cultura*, Fortaleza/São Paulo, v. 35, 2003. Disponível em: <http://www.revista.agulha.nom.br/ag35matos.htm>.

MORITA, Júlia Harumi. “Jup do Bairro: Transgressão e Pretitude de um Corpo Sem Juízo”. *Rolling Stones*, 25 jun 2020. Disponível em: <https://rollingstone.uol.com.br/noticia/jup-do-bairro-transgressao-e-pretitude-de-um-corpo-sem-juizo/>.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

- MOISÉS, Massaud. *A criação literária – poesia*. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- PAZ, Octavio. *O arco e a lira*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1982.
- SEFFNER, Fernando; PASSOS, Amilton Gustavo da Silva. “Uma galeria para travestis, gays e seus maridos: Forças discursivas na geração de um acontecimento prisional”. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 23, p. 140-161, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sess/n23/1984-6487-sess-23-00140.pdf>.
- SILVA, Alessandro Soares da; BARBOZA Renato. “Diversidade sexual, Gênero e Exclusão Social na produção da Consciência Política de Travestis”. *Athenea Digital - Revista de pensamento e investigación social*, n. 8, p. 27-49, 2005. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/n8-soares-barboza/218-pdf-pt>.
- SPINA, Segismundo. *A Lírica Trovadoresca – texto e arte 1*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- TRANSGENDEREUROPE. Transgender Europe’s Trans Murder Monitoring Project reveals. *Tgeu.org*, 30 out. 2014. Disponível em: <https://tgeu.org/transgendereurope-tdor-press-release-october-30-2014>. Acesso em: 19 jan. 2021.
- YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, MeggRayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. “Manifestações textuais (insubmissas) travesti”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 03, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/75614/45157>.

UMA LEITURA TRANSFEMINISTA DA MORTE DE PERSONAGENS TRANS COMO DESFECHO CISNORMATIVO EM TRÊS NARRATIVAS BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS

Virgínea Novack Santos da Rocha*

Resumo: O crescente índice de morte prematura de pessoas trans, tanto por assassinato quanto por suicídio, é um dado alarmante da realidade brasileira. Partindo desse fato, buscou-se analisar e refletir sobre como a morte é um tema recorrente em três narrativas brasileiras contemporâneas que apresentam personagens trans como protagonistas: “Do fundo do poço se vê a lua” (2010), de Joca Reineres Terron, “Sergio Y. vai à América”, de Alexandre Vidal Porto (2012), “As fantasias eletivas” (2014), de Carlos Henrique Schroeder. Para isso, essa reflexão amparou-se nos Estudos Queer (BUTLER, 2016; PRECIADO, 2014; 2018) e no Transfeminismo (VERGUEIRO, 2016; BAGAGLI, 2013) para desconstruir um modelo ontológico cisnormativo bem como perceber os modos como essa ideologia reitera práticas discursivas e sociais de subalternização das personagens/pessoas trans. Assim, foi possível perceber que há nas narrativas analisadas uma reiteração cisnormativa no que diz respeito ao modo como as mortes das personagens trans são apresentadas, desenvolvidas e justificadas.

* Doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) na área de Teoria da Literatura. Graduada em Letras, habilitação Português e literatura, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), na qual foi bolsista PIBID-UFPel (2012-2013) e PIBIC-CNPQ (2013-2014). Atualmente, desenvolve pesquisa nas áreas de História da literatura, história das mulheres e estudos de feminismo/gênero. E-mail para contato: novack.virginea@gmail.com.

Palavras-chave: Personagens trans; Literatura brasileira contemporânea; Teoria Queer; Transfeminismo.

A TRANSFEMINIST READING OF THE DEATH OF TRANS CHARACTERS AS A CISNORMATIVE OUTCOME IN THREE CONTEMPORARY BRAZILIAN NARRATIVES

Abstract: The growing rate of premature death of trans people, both by murder and suicide, is an alarming fact of the Brazilian reality. Based on this fact, we sought to analyze and reflect on how death is a recurrent theme in three contemporary Brazilian narratives that feature trans characters as protagonists: “Do fundo do poço se vê a lua” (2010), by Joca Reineres Terron, “Sergio Y. vai à América”, by Alexandre Vidal Porto (2012) and “As fantasias eletivas” (2014), by Carlos Henrique Schroeder. This research is based on Queer Studies (BUTLER, 2016; PRECIADO, 2014; 2018) and Transfeminism (VERGUEIRO, 2016; BAGAGLI, 2013) and its aim was to deconstruct a cisnormative ontological model as well as to understand the ways in which this ideology reiterates practices discursive and social subalternization of trans characters/people. Thus, it was possible to notice that there is in the analyzed narratives a cisnormative reiteration with regard to how the deaths of trans characters are presented, developed and justified.

Keywords: Trans characters; Contemporary Brazilian Literature; Queer Theory; Transfeminism.

Considerações iniciais

O refrão da música de Killauea, compositora e rapper trans, parece repetir o óbvio: *todo mundo tem direito à vida, todo mundo tem direito igual*. No entanto, como explicar que geralmente a população trans brasileira, por estigmas variados, acaba em péssimas condições não somente de trabalho, mas também de vida? Como explicar que apenas com a publicação do CID-11 pela OMS em 2019 a transexualidade deixa de ser considerada doença? Como explicar que a

expectativa de vida da população trans é de 35 anos? Como explicar que o assassinato de pessoas trans geralmente envolve requintes de crueldade?

Em nossa sociedade fica evidente que o óbvio ainda precisa ser reiterado, sobretudo, quando enunciado a partir das vozes de pessoas que historicamente são silenciadas, excluídas e marginalizadas, como é o caso de Killauea, e de outras cantoras trans como Linn da Quebrada ou Urias. Ou ainda vozes na literatura que nos contam suas próprias histórias, como é o caso de Anderson Herzer em *Queda para o alto* (1982), de João Nery em *Viagem solitária* (atualizado e relançado em 2012), de Amara Moira em *E se eu fosse puta?* (2016), de Amanda Guimarães, em *Meu nome é Amanda* (2016) e de algumas antologias como *Antologia Trans: 30 poetas trans, travestis e não-binários*, vários autores (2017); *Nós, Trans-Escritôria e Resistência* (2017), vários autores, *Vidas trans: A coragem de existir* (2017), Amara Moira; João W. Nery, Márcia Rocha e T. Brant e *Vozes trans* (2021), de Brenda Bernsau, Jonas Maria, Koda Gabriel e Limão.

Dessa forma, além da música e da literatura e de muitas outras formas de manifestações artísticas, é importante também atentar para a produção intelectual trans, acadêmica ou não, de Jaqueline Gomes de Jesus, Amara Moira, Viviane Vergueiro, Beatriz Bagagli, Letícia Lanz e Letícia Nascimento, dentre tantas outras, que estão refletindo e combatendo um sistema de opressão que assujeita especificamente pessoas trans, ou melhor, assujeita toda a diversidade de pessoas que não se adequam à lógica da cisnormatividade, por meio de um exercício epistemológico e político de criação e reverberação do transfeminismo.

Nesse sentido, o interesse dessa pesquisa foi o de observar como a literatura brasileira contemporânea, quando não exclui os e as autores trans, as imagens cisnormativas, como o de que pessoas trans são pessoas falsas, indecisas, teatrais e manipuladoras e que,

sobretudo, *mentem* o seu gênero. Isso significa propor um olhar não apenas sobre o texto literário, mas sobre o sistema literário como um todo a fim de perceber como essas ideologias cisnormativas reverberam e reiteram tais valores.

Para isso, buscando aprofundar a questão da subalternização na construção de personagens trans, três narrativas publicadas por grandes editoras foram selecionadas, nesse caso de autores homens e cisgêneros: “Do fundo do poço de vê a lua” (2010), de Joca Reineres Terron, “Sergio Y. vai à América”, de Alexandre Vidal Porto (2012), ambos publicados pela editora Companhia das Letras e “As fantasias eletivas” (2014), de Carlos Henrique Schroeder, publicado pela editora Record. As três narrativas¹ apresentam respectivamente as personagens Cleo, Sandra e Copi. Três mulheres trans com experiências completamente diferentes, cada uma relacionando-se de uma forma específica com o seu corpo, cada uma de um local social/econômico diferente, mas as três marcadas pelo estigma de não ser assimilada pelo sistema², uma vez que as três têm o mesmo desfecho narrativo: a morte.

Embora, como dito inicialmente, a expectativa de vida de pessoas trans seja baixa dado o alto índice de assassinatos, condições precárias de trabalho e de vida, falta de atendimento de saúde adequado e mesmo negação cidadã de existência, o que não raro as leva ao suicídio, nos textos aqui analisados não se encontra apenas um dado da

¹ A escolha por essas três narrativas se deu principalmente por terem sido publicadas pelos maiores grupos editoriais do país. Cabe notar que as publicações de pessoas trans geralmente é feita fora do sistema editorial hegemônico e muitas vezes como produções coletivas. Dessa forma, há uma primeira exclusão de pessoas trans como autoras de literatura, mas o aspecto analisado nesse trabalho será uma segunda forma de subalternização: a simbólica.

² A palavra sistema é grafada com a letra “c” propositalmente para evidenciar o sistema de poder como cisnormativo (cisgênero). Esse trocadilho também será utilizado para se referir ao “cistema literário”.

realidade social, mas sim uma forma de criação de personagem que parte de um dado e o descontextualiza e despolitiza para adequar a narrativa aos ideais cisnormativos.

Nesse sentido, as personagens são desenvolvidas da seguinte forma: Cleo, a primeira personagem analisada aqui, empatiza com seus assassinos, pois assume que eles se sentiriam traído por ela não ter revelado “o seu passado”. Já no caso de Sandra, a morte é retratada como uma aleatoriedade do destino, isto é, sem relevância política quando de fato foi um crime de ódio motivado pelo conservadorismo religioso. Por fim, a morte de Copi, a única personagem que não é assassinada, mas que se suicida, é apresentada como uma forma de teatralização (do fim) da vida, ou seja, a morte como uma espécie de performance. Essa construção da morte da personagem ignora o entorno político que leva muitas mulheres trans ao suicídio ao reforçar a “falsidade” de sua existência. Nesse caso, estabelece-se um paralelo entre uma morte falsa com uma vida/gênero falso.

Interessante notar ainda que essas narrativas contemporâneas analisadas aqui não se configuram como exceção, mas, aparentemente, a regra no que diz respeito ao tema da morte de personagens LGBTQIA+. É o que confirma Carlos Eduardo Albuquerque Fernandes (2016) que em sua tese sobre a representação de personagens travestis ao longo do século XX, sobretudo entre os anos de 1960 e 1980, também no contexto brasileiro³, ao identificar que as narrativas analisadas por ele apresentam “desfechos comuns” (FERNANDES, 2016, p.116), referindo-se à morte física ou existencial⁴ e que “con-

³ O autor analisa ao longo de sua tese mais de 18 textos com personagens trans*, dentre eles romances, contos, peças de teatro etc, mas focaliza sua reflexão principalmente nos seguintes: “Uma mulher diferente” (1965), de Cassandra Rios; “O milagre” (1978), de Roberto Freire; “O Travesti” (1980), de Adelaide Carraro e “O fantasma travesti” (1988), de Sylvia Orthof.

⁴ Algumas personagens que não têm morte física acabam “destransicionando” e até mesmo assumindo um papel que lhes é esperado dentro da família cisnormativa.

flitos semelhantes assolam essas personagens em textos literários de diferentes períodos” (FERNANDES, 2016, p. 116), revelando um processo de repetição de imagens e construção de estereótipos que não apenas se manifesta na literatura contemporânea, mas que parece vir sendo construído historicamente na literatura brasileira.

Nesse mesmo sentido, focalizando a análise mais na questão da sexualidade do que do (cis)gênero, Adelaide Calhaman Miranda (2008) em *O Mapa da Morte na Literatura Homoerótica Brasileira Contemporânea*, endossa a reflexão afirmando que “as temáticas trágicas, cada qual a seu modo, incorporam a morte simbólica que acontece a todos que ousam desafiar a heteronormatividade.” (MIRANDA, 2008, p.223). A pesquisadora reflete especificamente sobre a questão a partir da lógica da heteronormatividade, o que não é nosso foco aqui⁵, mas, cabe mencioná-la, pois, de certa forma, parece ser o cenário que se mantém na representação de travestis e mulheres trans também na literatura brasileira contemporânea e dele se aproxima, visto que para o senso comum gênero e sexualidade das pessoas trans ainda são confundidos.

Dessa forma, a partir do exposto, essa tendência funesta não apenas reitera uma triste realidade brasileira, mas sim continua a reforçar a cisnormatividade, o que, por sua vez, merece especial atenção dos críticos literários que realmente se interessem pela literatura pelo seu potencial humanizador no acolhimento, efetivo, da diversidade. Portanto, embora a morte de pessoas trans seja um dado estatístico da realidade brasileira, interessa aqui, sobretudo, analisar os procedimentos narrativos em que esse acontecimento está inserido,

⁵ Assumo que não é o foco aqui não para negar a relação entre gênero e sexualidade, longe disso, mas sim para não assumir que as personagens sejam todas heterossexuais, visto que apenas Cleo tem a sua sexualidade (hetero) apresentada. Sandra e Copi não a manifestam. Embora Copi seja prostituta e estabeleça relações sexuais com homens optou-se aqui por não assumir sua sexualidade a partir de sua profissão.

isto é, os motivos, os efeitos, a percepção e comentários dos amigos e familiares e, por fim, as significações que disso podem ser inferidas.

Cis e trans para além da literatura: Algumas contribuições transfeministas

Antes de prosseguir, no entanto, com a análise literária, cabe aprofundar algumas questões que se inserem dentro do campo de estudos feministas e de gênero sobre sexo, gênero e sexualidade bem como as estruturas que conformam esquemas de opressão com a finalidade de desconstruir noções estereotipadas sobre pessoas trans. Nesse sentido, não é incomum supor que o gênero seja a manifestação cultural do sexo (homem e mulher, masculino e feminino) e que a sexualidade seja igualmente binária: hetero e homossexual. Porém, embora essas tenham sido ideias importantes para um certo contexto, hoje, sobretudo depois das reflexões propostas ao campo por Judith Butler, é possível notar que tais proposições estão calcadas em modelos heterocentrados e cisnormativos.

Nesse caso, Judith Butler logo no início de *Problemas de gênero* (1991) aponta que historicamente o sujeito do feminismo vem sendo presumido como “mulher”, mas que, no entanto, “o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes” (BUTLER, 2016, p.18). Isso significa dizer que frente à pluralidade de mulheres (negras, brancas, indígenas, LGBTQIA+, etc) e, conseqüente pluralidade de existências, o feminismo precisou repensar a categoria mulher como universal, uma vez que esta quando se pressupunha universal era apenas em verdade a mulher hetero, cis e branca. Como base de seu argumento, então, a filósofa afirma que sexo e gênero, categorias anteriormente separadas, são apenas partes de um mesmo eixo significante. Dessa forma,

[sexo e gênero] são em síntese formas iguais de se referir ao sujeito sexuado, uma vez que a identidade é *performativamente* construída, ou seja, a identidade de gênero é um efeito de práticas discursivas e, portanto, “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* construída, pelas próprias expressões tidas como seus resultados.” (BUTLER, 2016, p. 56).

Assim, a partir das perspectivas butlerianas, as noções binárias e cisnormativas de gênero (homem/mulher como os gêneros universais) começam a ser questionadas em nome de uma pluralidade de gêneros bem como de sexualidades. Essa percepção possibilita a desnaturalização de estruturas históricas de opressão, uma vez que desconstruir as identidades como binárias tanto no que diz respeito ao sexo/gênero quanto à sexualidade coloca todo o sistema simbólico e de valores da normatização (hetero e cisnormativas) à prova. Isso significa dizer que não há uma verdade do gênero, apenas práticas de gênero social, histórica e linguisticamente construídas.

Nesse sentido, não mais de uma perspectiva ontológica, mas focalizando a questão no sistema de opressão em que todas as identidades estão imersas, é possível identificar que a hetero e a cisnorma são espécies de discursos reguladores de sujeitos plurais, que por conta da opressão precisam enquadrar-se em alguma extremidade dessas estruturas binárias para adquirirem inteligibilidade cultural nessa economia do sexo/gênero - sexualidade. Assim,

[...] a ‘coerência’ ou ‘continuidade’ de ‘pessoa’ não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Em sendo a ‘identidade’ assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de ‘pessoa’ se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é ‘incoerente’

ou ‘descontínuo’, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. (BUTLER, 2016, p.43)

Dessa forma, fica evidente que apenas a existência desses corpos, que não fazem parte do sistema de valores sexo/gênero cisnormativo, gera desconforto à norma, uma vez que explicita seu caráter evidentemente naturalizado e certamente não “natural”. Tal percepção propõe duas reações possíveis aos sujeitos adequados à cisnormatividade ao se depararem com a falsidade do sistema (que em última instância é a falsidade do próprio (cis)gênero): a primeira delas diz respeito a uma tomada de consciência em relação às múltiplas e complexas relações que consolidam o sexo/gênero enquanto a segunda reação, infelizmente a mais comum, é a negação da diferença, condenando e violentando aqueles que saem da norma e do sistema de valores pré-estabelecido.

Complementando em certo sentido, e em outro questionando, o pensamento de Butler, Paul B. Preciado parece oferecer uma alternativa interessante aos estudos de gênero ao focar em corpos trans. Se por um lado, o filósofo assume a plasticidade dos corpos trans que reconhecidamente podem passar por cirurgias e/ou transformações, se não corpóreas, sociais, jurídicas etc; por outro, alerta para a também plasticidade dos próprios corpos cis. Isso significa assumir que todos os corpos ao nascer passariam por uma mesa operatória cisnormativa em que a operação do gênero é realizada. O famoso *é menino* ou *é menina* enunciado pelos médicos, por exemplo, pode ser justamente encarado como esse momento de delimitação dos corpos como pertencentes ao sistema cisnormativo. Nesse caso, há apenas a possibilidade binária e cisnormativa de relacionar o genital à identidade. Assim,

As operações mais conhecidas sobre o nome de cirurgia de mudança de sexo e de redistribuição sexual, que são

popularmente estigmatizadas como casos limites ou exceções estranhas, não passam de mesas secundárias nas quais se renegocia o trabalho de corte realizado sobre a primeira mesa de operações abstrata pela qual todos nós passamos. (PRECIADO, 2018, p. 128)

Preciado desenvolve a sua reflexão considerando, sobretudo, o contexto atual de um capitalismo pós-industrial em que as tecnologias de controle da sexualidade e dos corpos, que anteriormente eram exteriores ao corpo, hoje estão completamente internalizadas a partir das investidas de um complexo farmacológico (pílulas anticoncepcionais, Viagra, hormônios, indústrias de cirurgias plásticas, etc) somado a uma hiper exposição pornográfica que produz e reproduz corpos (cis e trans) em escola global. Para ele, então, “o gênero é, antes de tudo, absolutamente prostético, ou seja, não se dá na materialidade dos corpos. É aparentemente construído ao mesmo tempo que inteiramente orgânico.” (PRECIADO, 2014, p. 29), o que complementa com as ideias de que “em termos ontopolíticos, isso se resume a dizer que há apenas tecno gêneros. (PRECIADO, 2018, p. 137), denunciando, mais uma vez, um discurso “naturalizante” dos corpos cis.

Somando-se à ideia, Beatriz Bagagli, a partir da imagem dos ciborgues de Donna Haraway e em claro diálogo com Preciado, propõe que todos os corpos sejam, então, entendidos como corpos pós-operatórios visto que o cisgênero, embora tenha o benefício frente à cisnormatividade, é também construído. Assim, ela afirma que

Trata-se de uma urgente metáfora, enquanto travestis e transexuais são ainda entendidas/os como homens, mulheres e pessoas “falsas”; “enganadoras”; “não-biológicas” etc. em contraposição a pessoas que teriam seus gêneros naturalizados pelo prisma cisgênero. O que o ciborgue faz é justamente questionar a transparência cisgênera, ao interpelar o corpo cisgênero em sua historicidade,

suas tecnologias tão opacas quanto às ditas cirurgias de redesignação sexual. A cirurgia cisgênera também produz seus efeitos no que se refere à inscrição do significante no corpo. O cisgênero também faz seu gênero e para isso utiliza seus instrumentos. Torná-los visíveis – opacos – é tarefa transfeminista em resposta à colonização e exotificação de corpos e identidades transgêneros. (BAGAGLI, 2013, p. 25)

Esse pensamento rompe com a cisnormatividade à medida em que denuncia a plasticidade cis e ao mesmo tempo reitera que em não havendo gêneros *verdadeiros* também não é possível que haja gêneros *falsos*, o que nos leva a concluir que os corpos trans, tanto quanto os corpos cis, são possibilidades existenciais frente à multiplicidade dos gêneros. No entanto, é sobre os corpos trans em que a estrutura específica de opressão é articulada, isto é, a transfobia calcada na cisnormatividade.

Contra essa estrutura, complementa Viviane Vergueiro, enfatizando a necessidade de um movimento político e epistêmico, em que tais questões sejam particularmente consideradas. Assim, a pesquisadora esclarece em que consistiria uma genealogia transfeminista.

Dando particular ênfase à utilização das terminologias ‘cis’ no contexto de gêneros – ‘cisgeneridade’, ‘cisexual’, ‘cisgênera’, ‘cissexismo’, entre outras –, pensar uma genealogia da cisgeneridade e seus correlatos nos auxilia a re+pensar criticamente sobre as inconformidades de corpos e gêneros, apontando para as estratégias de poder envolvidas nas produções das categorias utilizadas para nomear tais inconformidades: travesti, transexual, dois-espíritos, hijra, berdache, eunuco, hermafrodita, etc. Se importantes esforços feministas se debruçam sobre as complexidades e colonialidades envolvidas na produção de discursos sobre conceitos como ‘mulher’, ‘lésbica’, ‘bissexual’, entre outros, uma genealogia transfeminista se coloca fundamentalmente

preocupada com compreender as condições, contextos e consequências (materiais, políticas, existenciais) produtores das ‘anormalidades’, ‘monstruosidades’ e diversidades corporais e de identidades de gênero: travesti não é bagunça, diz-se, e por isso precisamos revisar esse babado todo com a cautela e desconfiança de quem já foi e é criminalizada, ridicularizada, ojerizada, odiada com a brutalidade e o cinismo cissexista em doses cotidianas. (VERGUEIRO, 2015, p. 48)

Assim, a reflexão de Viviane Vergueiro reflete não apenas a base conceitual do transfeminismo, mas explicita também algumas das principais pautas desse pensamento emergente. De acordo com a autora para pensar a questão trans é imprescindível que se perceba o cis, uma vez que ambas as expressões de gênero se consolidam a partir do mesmo mecanismo de poder: o (cis)gênero.

O cis e o trans na literatura: A repetição da morte

Voltando ao tema central dessa reflexão, que é a literatura, caberia perceber o quanto a literatura produzida e que tem circulação no Brasil, reitera a cisnormatividade. Nesse caso, perceber o sistema cisnormativo como uma ferramenta de controle dos corpos (cis e trans) e de subjugação dos corpos trans em relação aos cis, classificando-os como patológicos, errados, falsos, mentirosos. Esse movimento, porém, apenas reitera o discurso cisnormativo, uma vez que, como visto anteriormente, todos os corpos (cis e trans) são em mesma medida verdadeiros e falsos, orgânicos e plásticos, simultaneamente. Nesse sentido, Cleo, Sandra e Copi, respectivamente as personagens de “Do fundo do poço de vê a lua” (2010), “Sergio Y. vai à América” (2012) e “As fantasias eletivas” (2014), embora todas sejam personagens trans, cada uma delas é apresentada e desenvolvida de forma completa-

mente diferente, mas compartilhando o fim precoce de suas vidas. Nesse caso, o que interessa aqui é observar como a cisnormatividade influencia a construção dessas personagens, isto é, tanto suas vidas e suas questões quanto as suas mortes, focalizando, especificamente as causas, justificativas e efeitos desses acontecimentos narrativos.

Para empreender tal análise, então, é necessário, antes de mais nada, compreender a construção de cada uma das personagens. Assim, Cleo, a primeira personagem analisada, é gêmea univitelina de Willian, irmão com o qual se debate ao longo de toda a narrativa, pois ela assume uma espécie de espelho de si masculino. Essa é uma personagem totalmente alienada da sua própria identidade enquanto mulher trans, chegando a considerar outras mulheres trans como “homens vestidos de mulheres”. A personagem, assim, acaba reiterando constantemente na narrativa que seria na verdade uma mulher (cis), que poderia ficar menstruada e até mesmo engravidar. Ela vive em um mundo idealizado, inspirado no contexto hollywoodiano dos anos 60 e, portanto, busca construir para si uma identidade hiper feminina. Sua inspiração é justamente a Cleópatra do filme homônimo de 1963.

Essa visão idealizada da realidade é reforçada ao longo da narrativa diversas vezes, pois mesmo sofrendo variadas formas de violência (pelo menos 3 estupros ao longo da narrativa, sendo que o último leva a sua morte), sempre busca uma justificativa em que essas violências são formas de reconhecimento de sua mulheridade/feminilidade.

Cleo, portanto, é morta, decapitada, mas não sem antes ser estuprada por todos os homens que a cercavam (namorado, colegas de trabalho e Omar, uma pessoa de seu passado). Nesse contexto de estupro coletivo, Cleo encontra a punição por não ter revelado a sua, suposta, “verdadeira identidade” proferida aos gritos pela boca de Omar: “- Isso aí não é mulher, é um homem” (TERRON, 2010,

p. 272), o que, mesmo frente a brutal experiência que vive encontra compreensão nas atitudes do namorado: “Hosni [seu namorado] faz o que qualquer homem faria em sua situação. Sente-se traído. Embora há muito tempo eu tenha deixado de me chamar Wilson, posso compreendê-lo.” (TERRON, 2010, p. 275).

No entanto, talvez o maior destaque envolvendo o assassinato dessa personagem deva ser a reiteração de que a vida de Cleo era irrelevante frente à potência da gravidez, uma impossibilidade, até o momento, para mulheres trans

Hassan cede vez [no estupro coletivo] a Omar e então vejo o sangue escorrer em profusão entre as minhas pernas até molhar os tornozelos e a sandália direita de salto quebrado enterrado na areia. Ao ver o sangue, desconfio de que enfim estou menstruando e que agora só falta a sorte inesperada de uma gravidez. Só pode ser mais um milagre. (TERRON, 2010, p. 276-277)

Comparar o sangue, fruto da violência sofrida por Cleo, com o sangue menstrual e a possibilidade gestacional, pela narração da própria personagem é uma evidente caracterização estereotipada de uma personagem que, supostamente, ficcionaliza sua existência (“a verdade” de seu gênero) a ponto de perder-se de si ao sonhar com uma transformação corporal que a inseriria finalmente na cisnormatividade, ignorando a violência que sofre em nome do “milagre” da maternidade.

Sandra é de uma classe social completamente diferente da de Cleo, uma vez que pertence a uma importante família de empresários de São Paulo, mas chama a atenção uma série de outras similaridades entre as duas: o nascimento compartilhado com um irmão gêmeo, que no caso de Sandra falece logo após o nascimento, a infância de omissão da própria identidade, a necessidade de viver a juventude/começo da vida adulta longe de sua família e, certamente também, a morte prematura por assassinato.

A história de Sandra, ao contrário da de Cleo, é narrada por seu psicólogo, que tenta compreender como (não) identificou a transexualidade de Sandra. Nesse caso, é a instituição médica que tenta atribuir sentido para a vida de Sandra, que embora se proponha a desconstruir preconceitos, acaba reiterando-os diversas vezes ao longo da narrativa, como, por exemplo, ao sugerir, que ela tivera alguns benefícios por ser trans (como o de morar fora do país, ser aceita pelos colegas no curso que foi fazer e ter amizades). No entanto, em verdade, tais benefícios apenas dizem respeito a sua condição de classe e não de gênero. Inclusive porque é o fato de ser trans que a leva a ser assassinada por, Laurie Clay, sua amiga que a princípio achava “super-cool” (PORTO, 2014, p. 163) ter uma amiga trans.

No entanto, em meio a alucinações, afirma que podia ouvir a voz de Deus mandando-a empurrar Sandra pela janela, o que, por sua vez, se relaciona com o discurso do pai, religioso, sobre a transexualidade: “Meu pai não gostava que eu fosse amiga de Sandra porque ela era transexual. Quando me visitava, tinha até dificuldade de cumprimentá-la. Dizia que a transexualidade era ‘um artifício do demônio’.” (PORTO, 2014, p. 165), sendo que, por fim, ela afirma “Isso deve ter ficado no meu inconsciente.” (PORTO, 2014, p. 165).

Nesse sentido, Laurie Clay é apresentada como uma ferramenta do discurso hegemônico, nesse caso também religioso, isto é, ela é apenas o meio pelo qual a sociedade necessita restabelecer a ordem cissexual. A assassina de Sandra é, portanto, uma materialização do discurso cisnormativo, mas que narrativamente é apenas apresentada como alguém que aleatoriamente e sem qualquer intenção consciente assassina a personagem trans.

Por fim, Copi é a que vive a situação mais precária, pois perde o vínculo com a família e acaba mudando-se da Argentina para o Brasil onde vive em condição de trabalhadora sexual, embora fique evidente que tenha tido uma carreira jornalística de prestígio an-

teriormente na Argentina. Essa personagem também se afasta das demais personagens analisadas uma vez que não é assassinada, mas suicida-se. Assim, quem relata o acontecimento é seu amigo Renê, com o qual estabelece uma relação complexa.

Copi, além da exclusão simbólica a que é submetida em vida, tem a cena de sua morte analisada como uma espécie de teatralização da própria morte: “Parecia que Copi havia brincado de Pollock ali na lixeira, dava para perceber alguns movimentos contínuos e circulares que ela fez para alcançar aquele efeito.” (SCHROEDER, 2016, p. 53). Esse comentário relacionado com as reiterações a respeito de uma obra poética que enfatiza as “coisas tristes ou incompreensíveis [que escrevia], sobre morte, sexo, gente que sofre, os rancores do mundo” (SCHROEDER, 2016, p. 104), referindo-se, talvez, a si mesma como “Sou só um traveco contador de pequenas histórias sem sentido.” (SCHROEDER, 2016, p. 104).

Portanto, partindo de uma perspectiva comparatista, caberia o questionamento em relação à necessidade desse tipo de morte, uma morte exposta e violenta, que, por um lado, por ser vista como um último grito de uma pessoa violentada constantemente pela sociedade (suicídio), mas, por outro lado, também pode ser vista como uma cerimônia de atuação, talvez, inclusive, de criação estética. Tudo na cena parece calculado: a opção de cortar os pulsos e ter uma morte lenta, os textos no lixo, seu próprio sangue gotejado sobre os textos, as malas e as instruções. A dor da pessoa é substituída pela atuação na cena, pela falsidade dado o encadeamento narrativo, nesse caso, da própria construção da cena. Sendo assim, o suicídio, uma realidade muito presente entre as pessoas trans e que carece que profundas reflexões, acaba, no entanto, dando lugar ao estereótipo, isto é, aquilo que, a partir de uma perspectiva cisnormativa, é não-verdadeiro, falso, simulado: Copi teria tido não apenas uma vida “de mentira”, mas igualmente uma morte.

Ao comparar as três mortes o que fica evidente não é apenas o fato de a morte ser uma constante tanto na realidade quanto na ficionalização de pessoas trans⁶, o que de forma direta com o efetivo assassinato ou com os não incomuns suicídios de muitas pessoas trans ou simbolicamente no caso das manifestações literárias, mas sim, que em ambos os casos, há uma corroboração da cisnorma ao colocar as pessoas trans como alienadas, sonhando com a cisnormatividade no caso de Cleo, vítimas aleatórias no caso de Sandra ou mesmo no caso de Copi uma farsante tanto em vida quanto na morte.

Considerações finais

Vemos hoje, muito mais do que víamos há 30 anos, pessoas trans ocupando espaços acadêmicos, políticos e artísticos. Pessoas trans contando suas histórias, tão pouco ouvidas historicamente, e teorizando sobre isso. Acompanhamos em tempo real a emergência do transfeminismo brasileiro. Porém, a sociedade cisnormativa insiste ainda muito fortemente em ignorar tais conquistas e insiste em reproduzir valores arcaicos frutos do senso comum.

Nesse sentido, a reflexão que se propôs aqui não foi a de eleger determinados sujeitos como aqueles que estão proibidos de construir personagens diversos com identidades plurais tanto no que diz respeito gênero quanto a sexualidade, mas sim que a sociedade cisgênera saiba realmente compreender as complexidades de grupo social historicamente inferiorizado, marginalizado, excluído e não raro morto pela livre manifestação de sua identidade. Em última instância, o que se pretendeu aqui foi apresentar uma leitura possível da questão da morte na literatura por uma perspectiva transfeminista,

⁶ Interessante notar que em duas das narrativas as personagens já iniciam mortas. São os casos de Cleo e Sandra.

para que se perceba que viver e morrer tem significações diferentes para grupos diferentes de pessoas e que há, sobretudo, mais do que nunca, a necessidade ética de uma escrita que considere as diferenças.

Esse, em geral, não é o caso das narrativas aqui analisadas. No sentido oposto, o que foi possível encontrar nessas três narrativas foi a reiteração de estereótipos históricos impostos às pessoas trans e que são impostos também às personagens trans. Dessa forma, é urgente a necessidade de uma crítica literária que proponha ferramentas de análise não apenas sobre personagens trans, mas sobre a cisliteratura como uma faceta da cisnormatividade que adentra o campo literário e mais uma vez invisibiliza vozes, relatos, experiências e criações que realmente deveriam estar sendo ouvidas.

Assim, em conclusão, se em 2020, durante a pandemia do COVID-19, as mortes de pessoas trans não apenas persistem, mas aumentam em 41% de acordo com relatório⁷ da ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, **é evidente que rastrear as variadas formas de violência** contra a população trans se mostra extremamente necessário. Esse foi o exercício realizado aqui: buscar compreender como o (s/c)istema literário tem incorporado a questão trans, sobretudo no que se refere às mortes, reverberando valores cisnormativos e corroborando a histórica inferiorização dessa parcela da população bem como o próprio discurso que leva à efetiva morte, não apenas de personagens, mas de pessoas trans todo o ano no Brasil.

Referências

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Máquinas discursivas, Ciborgues e Transfeminismo. *Revista GÊNERO*, Niterói, v. 14, n. 1, 2013.

⁷ Os detalhes desse relatório podem ser encontrados em: <<https://antrabrasil.org/assassinatos/>>

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FERNANDES, Carlos Eduardo Albuquerque. *Um percurso pelas configurações do corpo de personagens travestis em narrativas brasileiras do século XX: 1960-1980*. 2016. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

LANZ, Leticia. Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser. *Periódicus*, Salvador, n. 5, v. 1, maio/out. 2016.

MIRANDA, Adriana Calhman de. O mapa da morte na literatura homoerótica brasileira contemporânea. In: MIRANDA, A. C. de [et all]. *Protocolos críticos*. São Paulo: iluminuras: Itau cultural, 2008.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. *Transfmeinismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PORTO, Alexandre Vidal. *Sergio Y vai à América*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRECIADO, Beatriz⁸. *Manifesto Contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, B. Paul. *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na Era da farmacopornografia*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SCHROEDER, Carlos Henrique. *As fantasias eletivas*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

TERRON, Joca Reiners. *Do fundo do poço se vê a lua*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2016.

⁸ Referencio dessa forma para que o leitor possa encontrar o texto original do qual partem as citações que encontrou ao longo dessa reflexão. No entanto, alerta que em nova edição de 2017 da mesma editora (Editora n1) em que o nome do autor está devidamente retificado: Paul. B. Preciado.

GEORGETTE, DE CASSANDRA RIOS: os sujeitos da existência precária

Flávio Adriano Nantes*

Este texto é dedicado à memória da travesti Roberta Nascimento da Silva, (Presente!), assassinada brutalmente no Recife, PE, em junho de 2021, por um adolescente que ateou fogo em seu corpo.

*Ser um homem feminino
Não fere o meu lado masculino
Se Deus é menina e menino
Sou masculino e feminino*
(Pepeu Gomes)

Ele era Ela.
(Cassandra Rios)

Resumo: A proposta deste texto ensaístico tratará de refletir, por intermédio do romance *Georgette*, de Cassandra Rios, publicado em 1956, acerca da precariedade de existência de determinados sujeitos, sobretudo as personagens Roberto/Georgette e Artur, que são atingidos/vitimados por

* O autor é autodeclarado gay, professor/pesquisador da UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, tradutor, militante, escreve textos ensaísticos e literários, entre outras temáticas, LGBTQIA+, coordena o COLEGE – Coletivo de Estudos e Pesquisas em Literatura e Gênero Federico García Lorca. E-mail: fa.nantes@gmail.com.

um modelo hegemônico de masculinidade, o cis-hétero. Ademais, trazer à discussão um texto de Cassandra Rios, dando visibilidade à escritora brasileira que fora completamente eclipsada do cânone literário brasileiro, mesmo sendo a primeira escritora no Brasil a vender mais de um milhão de exemplares.

Palavras-chave: Cassandra Rios; *Georgette*; Literatura trans; Masculinidade hegemônico-tóxica.

GEORGETTE DE CASSANDRA RIOS: sujetos de la existencia precaria

Resumen: La propuesta de este trabajo ensayístico tratará de reflexionar, por intermedio de la novela *Georgette*, de Cassandra Rios, publicada el 1956, acerca de la precariedad de existencia de algunos sujetos, sobretudo los personajes Roberto/Georgette y Artur, que son golpeados/victimados por un modelo hegemónico de masculinidad, el cis-hetero. Además, traer a la discusión un texto de Cassandra Rios, dándole visibilidad a la escritora brasileña que fue totalmente eclipsada del canon literario brasileño, aunque haya sido la primera escritora en Brasil a vender más de un millón de ejemplares.

Palabras-clave: Cassandra Rios; *Georgette*; Transliteratura; Masculinidad hegemónico-tóxica.

Há vinte anos, com a implantação de um dos cursos de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Aquidauana, eu precisei me deslocar até lá para as aulas de Literaturas de Língua Espanhola. Uma experiência que hoje retomo para pensar um dos textos de Cassandra Rios, o romance *Georgette* (1973)¹. Já ouvi muitas

¹ O romance, segundo Loder (2016), é de 1956, mas existem controvérsias em relação à 1ª. edição. Há quem atribua o ano de 1961, como é o caso de Cardozo (2018). Isto se deve ao fato de que muitas publicações de Cassandra Rios foram

vezes que Campo Grande, capital sul-mato-grossense, é uma cidade interiorana, e talvez pelo fato de estar alocado nela, não consiga entender o fato de uma capital se parecer à uma cidade do interior, mas quando estive em Aquidauana passei a entender o que significa a cidade com característica interiorana.

No centro de Aquidauana, os passantes podem observar nas calçadas das lojas: equipamentos de pesca, caça, iscas, galinhas e pássaros em gaiolas, carne maturando a céu aberto. Este centro me remeteu a Campo Grande, enquanto uma cidade interiorana. Em outras palavras, só me vi, ou melhor, só me enxerguei quando olhei para o outro. Aquidauana me fez entender Campo Grande.

A literatura, como é sabido de muitos, propicia a criação e/ou possibilidades de novos mundos, seja para suplementar o empírico ou simplesmente indicar uma dada realidade. E o texto que ora trato de pensar, *Georgette*, de Cassandra Rios, suplementa o mundo aquidauanense, onde circulam as personagens Roberto e Georgette, ambos as mesmas pessoas. O primeiro traveste-se da segunda. Mas não significa necessariamente que a personagem masculina passa por um processo de transicionamento efetivo, pois ele ora se apresenta como Roberto, ora como Georgette. Mas não se pode afirmar que Roberto não se sinta ou não se perceba mulher, ao contrário, mas o fato de Roberto apresentar-se como tal se dá porque ele imagina as consequências as quais será submetido caso se apresente como Georgette em todos os lugares por onde circula.

A narrativa se passa no espaço citadino de Aquidauana, e, antes de refletir sobre o texto cuja personagem central é um corpo dissidente, logo, subalternizado por sua existência, é conveniente ressaltar que transcorridos duas décadas depois de minha experiência em Aquidauana, *Georgette* chegou até mim pelas mãos da escritora,

realizadas de forma clandestina e nem sempre as informações são coerentes quando comparadas.

ensaísta e pesquisadora trans Amara Moira, em um dos congressos da ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada). Movido pela curiosidade de saber sobre um romance que se passa na minha região, o Estado de Mato Grosso do Sul, mais o afã de observar como se estrutura a poética de Cassandra Rios, numa narrativa de temática T², me senti motivado para empreender a leitura. No entanto, vasculhando os sites de venda de livros, não encontrei nenhum exemplar da obra, precisei, então, recorrer a Moira que gentilmente me enviou o PDF.

Outro apontamento a ser mencionado tem a ver com o esgotamento quase absoluto do conjunto da obra da escritora em questão. A autora nascida em São Paulo, em 1932, embora tenha sido a primeira escritora brasileira a vender mais de um milhão de exemplares e ter sido pioneira na temática LGBTQIA+ (MOIRA, 2020, p. 11), foi a escritora que mais sofreu com a tesoura da censura durante a ditadura civil-militar brasileira vigente entre os anos de 1964-1985. Trinta e seis obras de Rios não passaram pelo crivo dos sensores do regime ditatorial. Tantas razões poderiam ser aqui elencadas sobre o tratamento dado à obra de Cassandra, mas acredito que uma, sobretudo no período forte de repressão, tem a ver com o conservadorismo; este visa à manutenção de uma sociedade patriarcal, cis, heteronormativa, bem como da família tradicional, etc., banindo tudo o que não faz parte deste conjunto de elementos sociais.

Georgette e Roberto são as mesmas personagens no interior do romance – um único corpo performando dois gêneros – mas que em diferentes momentos se apresentam ora como mulher, ora como homem. Num primeiro momento, ainda no início da narrativa, é possível observar que a personagem central (Roberto/Bob) inclina-se ao desejo de um corpo igual (outro-igual), *i.e.*, a inclinação homossexual.

² Todas as vezes que T figurar ao longo do texto, ele terá o significado de Trans.

— O que você vai fazer aí atrás?

— Vou te abraçar.

Bob virou-se assustado quando sentiu. O traquinas estava excitado e pediu-lhe que ficasse bonzinho. Bob sentiu o medo cobrir a sensação que lhe fervia o corpo.

Arturzinho numa sagacidade rápida tornou a voltá-lo e apertou-o contra o peito [...].

Eles sabiam por si, por algo que lhes avisava interiormente, que aquilo era proibido e não deveria ser observado por ninguém (RIOS, 1973, p. 35-36).

Já nos anos da escola, Roberto tem o primeiro contato com o corpo-outro-igual, indicando a subjetividade/desejo da personagem em relação à homossexualidade. Esta entendida como algo da ordem do crime, da abjeção, do proibido, pois o narrador onisciente indica aos leitores que ambos sabem internamente que naquela ação há um veto e ninguém poderia saber. Esse saber internalizado tem a ver com a construção do imaginário social onde as personagens estão alocadas – o não reconhecimento do encontro amoroso entre dois homens é, na realidade, um veto social e essa construção está ancorada às personagens.

Passada a adolescência, Roberto percebe que não teve apenas uma iniciação erótica com Arturzinho, mas que de fato seu desejo sexual se inclina a homens e que seus pensamentos ainda estão no episódio ocorrido no banheiro da escola.

Bob começou a sonhar. E nos sonhos sensuais estava a figura de Arturzinho, trazendo-lhe romances e idílios que ele nem sequer, pela sua inibição, chegou a julgar perigosos ou proibidos.

E confessou-se intimamente, com uma naturalidade serena, que estava amando (RIOS, 1973, p. 43).

É interessante notar que Bob tem outra perspectiva que a de quando era criança; não entende mais a relação entre dois homens como algo perigoso ou proibido. Ele se sente apaixonado por Arturzinho, ou pelo menos se apaixona pela lembrança que tem do colega de sala no banheiro da escola. E quando do retorno do seu objeto da paixão, que havia saído da cidade ainda na infância, Roberto tem sua vida devastada.

— Sabe quem perguntou por você, Bob?

— Sou incapaz de adivinhar, não me ocorre.

— O Arturzinho. Imagine você que depois de tantos anos ele me reconheceu. Somos vizinhos. Você se lembra? Aquele garoto que estudava na mesma escola que você. Ele está um rapagão (RIOS, 1973, p. 51).

Embora Arturzinho se relacione com homens e mulheres, ele tem um comportamento extremamente homofóbico, causando dores profundas à personagem central que ao encontro com o outro é assediado, injuriado, violentado. Artur, com seus amigos, perpetrou um estupro coletivo contra Roberto. Parece-me que é possível pensar numa bissexualidade em relação à personagem, pois quando da morte de Georgette, Artur é o único a ir ao necrotério reconhecer o corpo e a demonstrar algum afeto.

O *menino-moço* assanhava-se e mordiscou-o pelo queixo, chupando-lhe a ponta da orelha.

Sentiu a força do rapaz sobre o corpo, dominando-o, calcando-o com fúria. Deu-se e abandonou-se a sua vontade. Importavam os beijos que choviam em seus cabelos, pelo pescoço, as mãos que o percorriam, que o tinham posto completamente nu. Sentia-lhe a língua dentro da boca e depois os beijos descendo pela nuca, as mãos espalmando-se em seu peito, descendo para a cintura, indo mais além.

— Eu sou bonzinho. *Dou o que quero receber, embora diferente de ti* (RIOS, 1973, p. 81. Grifo meu).

O excerto acima diz respeito ao reencontro entre Roberto e Artur, depois do episódio do banheiro da escola. Esse encontro sexual dá-se porque Artur está sendo ameaçado de morte por haver se envolvido com uma mulher casada. Roberto o ajuda a se esconder em casa e no esconderijo o sexo entre eles é concretizado. Um dado interessante ainda a ser apontado tem a ver com o posicionamento de Artur que se considera “diferente” de Roberto; aquele vê o relacionamento entre dois homens apenas como um dispositivo sexual, sem afetos ou qualquer envolvimento. “[...] não quero envolver-me contigo, seria pior do que meter-me com outras mulheres casadas. Volte para casa Bob, é tarde. Não quero complicações, esqueça o que passou” (RIOS, 1973, p. 88). Artur é categórico em marcar que é “diferente” de Bob para que não seja comparado ao outro. É possível que a personagem esteja blefando por não conseguir admitir (para si próprio) que sente desejo por homens. Em termos mais hodiernos, Arthur talvez seja o homem que gosta de fazer sexo com homens – os chamados HSH: homens que fazem sexo com homens – mas não se considera gay nem bissexual.

Em consonância com as proposições mais recentes acerca da masculinidade hegemônica, pode-se pensar nos movimentos de Artur pela perspectiva da masculinidade hegemônico-tóxica.

A chamada masculinidade frágil ou tóxica é, portanto, aquela que não suporta se olhar no espelho e ver-se diferente de seus ideais. E, para combatê-la, é preciso não apenas denunciá-la do ponto de vista de suas consequências, mas, igualmente, compreender como homens representam-se a si mesmos, quais fantasmas permeiam seus atos e, principalmente, quais contradições e alternativas podem florescer de uma análise detida sobre a masculinidade. Alternativas essas que não podem, simplesmente, ignorar que toda a formação masculina que se busca repensar tem raízes profundas na história, no psiquismo e no afeto dos homens que a performa (AMBRA, 2021, p. 22).

Independentemente de Artur ter ou não qualquer sentimento por Roberto, não é possível demonstrá-lo pelas razões que o psicanalista Pedro Ambra ressalta. A personagem detém uma masculinidade nefasta que atinge não apenas o outro – as vítimas – mas também quem a carrega. A masculinidade tóxica, neste sentido, atinge Roberto que ama Arthur que, por sua vez, sofre por ser “obrigado” pelos ditames sociais a permanecer enclausurado a um modelo hegemônico de ser-homem.

Ao que parece, conforme se observa ao longo da leitura do romance, Artur sentia algo por Roberto (ou Georgette)³, mas não “podia” declarar seu sentimento, publicizar uma relação, ou ao menos tratá-lo/la de forma gentil. Roberto, em decorrência do *modus operandi* da toxidade masculina, torna-se um corpo-sem-dono, aquele que não pertence a ninguém, está para a ordem da injúria, do assédio, da violência e, em muitos casos, da eliminação letal.

Bob dirigiu-se para a encosta do morro. Parou lá no alto a olhar para a distância. Parecia agora impassível, na sua imobilidade esquisita. Seu pensamento acompanhou a fumaça cinzenta que vinha num rolo, cortando a estrada de ferro. [...]

A ilusão terminara, a mente enegrecera num cataclismo de emoções ultra-violetas. O choque brutal da verdade explodia para o seu último desejo. Saber se Artur haveria de chorar. [...]

Que fazer, senão morrer?

³ Uso Roberto e Georgette indistintamente neste texto porque a personagem transita entre os dois gêneros, ora Roberto, ora Georgette. Não quero utilizar aqui o termo transição (de transicionar de um gênero a outro) porque a gramática deste termo-conceito demanda por parte do sujeito trans um investimento de tempo-reflexão-compreensão de si e do próprio corpo. A personagem em questão passa de um gênero a outro apenas com a estetização do corpo com indumentárias e acessórios. No entanto, isto não significa que um sujeito com roupas consideradas de “homem” não possa se perceber, se sentir uma mulher.

Foi um salto irrefletido. De louco desejo de fugir da vida.

O trem passou apitando, rangendo, chacoalhando e parou mais adiante.

Gritos apavorados e de terror marcaram a sinfonia fúnebre do final.

Na manhã seguinte os jornais narravam com estardalhaço o terrível desastre.

Um homem completamente vestido de mulher, um travesti estraçalhado pelas rodas do trem, porém poderia ser reconhecido. Pediam que se apresentasse quem julgasse que poderia identificá-lo, para melhor [e]lucidação do caso. Fora comprovado o suicídio. Alguns passageiros testemunharam que haviam visto quando o *homem-mulher* saltara.

[À]s quatro horas da tarde um jovem, alto, magro, abatido, olhar alucinado, atravessou os corredores do necrotério; um guarda acompanhava-o para indicar-lhe o caminho. Ele ia identificar o cadáver do travesti.

Debruçado perto da mesa de mármore, Artur estremeceu, apavorado, quando ergueram o lençol branco.

Nenhum som lhe saiu da garganta. De súbito numa explosão de nervos, começou a soluçar. Chorou copiosamente, como nunca havia chorado. Pela primeira vez caía aos pés de Bob, a pronunciar desvairado, palavras sem sentido, que falavam de coisas estranhas, que despertaram curiosidade dos guardas, que a custo conseguiram arrastá-lo de lá. Entre soluços, ouviram-no proferir dois nomes que não deixaram dúvidas pertencentes ambos ao mesmo dono: o morto.

— Bob... Georgette... (RIOS, 1973, p. 213-215. Colchetes meus).

Conforme se observa no extenso excerto, havia um sentimento por parte de Artur, mas um sentimento que não pode ser nomeado.

A masculinidade nefasta que habita a personagem (ou, em outras palavras, a masculinidade histórica, social, hegemônica, construída em/por Artur) não prejudica apenas Georgette (representando aqui as mulheres trans e cis), mas também Artur (e todos os homens). A masculinidade, como é sabido, produz privilégios para os homens, mas ao mesmo tempo há um preço a ser pago para usufruí-los.

Mostra-se necessário compreender que, embora se beneficiem, os homens também são afetados negativamente por políticas de gênero machistas. Existem custos para se manter no “topo”, e o topo é sempre um lugar que também guarda prejuízos. Assim, minha sugestão não é um olhar mais compassivo aos homens, mas, em outro sentido, perceber que tais efeitos, que recaem sobre homens, mulheres e outros sujeitos fazem parte de um mesmo sistema que produz normas (e violência) de gênero (VENTUROSA, 2021, p. 35).

No modelo de homem cis-hétero-patriarcal, é impossível que um homem (Artur) se relacione com outro (Bob) ou com uma travesti (Georgette). A personagem, então, cumpre esse modelo, e o faz de forma violenta, homo-transfóbica, para ser aprovado socialmente como homem hétero, másculo, viril, *i.e.*, a masculinidade perfeita ao olhar social.

Não tenho dúvidas de que a masculinidade hegemônica prejudica de forma ampliada ambas as personagens. Ela sonega afeto, cria hierarquizações corpóreas, aniquila desejos, gera um *continuum* de violência. A masculinidade hegemônica precariza, portanto, a vida dos sujeitos: homens e mulheres cis e trans.

A solidão de um sujeito trans é tão hiperbolizada por não poder exercer os direitos básicos conferidos à pessoa humana: não pode circular de forma democrática nos espaços públicos e quando o faz passa por sanções violentas, vive em situação precária sem acesso

a trabalho, à saúde, à educação, com restrito círculo de amigos ou pessoas com quem pode contar. E na morte não é diferente, pois muitas mulheres trans, geralmente assassinadas, são sepultadas com o nome de batismo; os familiares, quando presentes, não reconhecem a mulheridade do sujeito, indicando uma estrutura social pautada pela cisgeneridade extremamente perversa, que invisibiliza o sujeito em vida e apaga sua memória pós morte.

Quero retroceder na narrativa, antes do fim trágico com o suicídio de Georgette, para refletir acerca dos elementos que culminam com a morte da personagem central. Esta, depois das tentativas fracassadas de se aproximar de Artur, relaciona-se com Clóvis Mendini, quem incentiva Roberto a se vestir como mulher e tornar-se Georgette.

Quando entrou, Bob viu sobre o sofá um belíssimo vestido e estendido na poltrona uma estola de pele. Sapatos de salto alto estavam enfileirados em cima da mesinha de canto, e uma caixa de joias ao lado do vestido.

Clovis seguia-o de perto. Bob sentiu-se inquieto, como se esperasse que, de um momento para outro, aparecesse a dona daqueles belíssimos vestidos e complementos.

— Quem é ela? [...]

— É você. [...]

— Parece de uma grande dama.

— Será de uma. De você (RIOS, 1973, p. 137-138).

O gesto de Clóvis é assertivo e se coaduna com a subjetividade da personagem que em determinados momentos da narrativa demonstra desejo de se tornar mulher. A oscilação (deslizamento) de gênero Roberto>Georgette materializa-se, então, quando o corpo é estetizado com os presentes de Clóvis. O desejo deste por uma mulher trans fica evidente no fragmento acima, pois já no segundo encontro entre as personagens, ele havia planejado previamente, sem consultá-lo, “subverter” o gênero de Roberto.

A cisgeneridade de Roberto ruía e outro sujeito, outra forma de existência surgia: “Estava surgindo, estava nascendo, na superfície da carne, da profundidade da alma, uma mulher que ia se desenhando nos traços que os contornos doas mágicos cosméticos aperfeiçoavam [...]” (RIOS, 1973, p. 139). Neste sentido, caberia aqui uma reflexão sobre a categórica afirmação de Simone de Beauvoir “não se nasce mulher: torna-se mulher”, tampouco, parafraseando a filósofa francesa, se nasce trans: torna-se trans; e Roberto, reconhecidamente por todos como homem, portador de um pênis, torne-se mulher, logo, o gênero é algo da ordem do instável; da instabilidade mesma no sentido da não-fixidez, contrariando a “ordem” social que acredita na binaridade do gênero e este como um reflexo da genitália (pênis>homem, vagina>mulher. A não rigidez de gênero da personagem convoca o leitor de Cassandra Rios a uma reflexão sobre o corpo e como ele é algo que está de passagem, sempre em movimento, se *des* e *refazendo*, se *des* e *realizando*.

[Qualquer sujeito – homem ou mulher] pode sempre romper com a casa-armadura, atravessar as janelas, desnaturalizar o espaço das paredes que o cercam, deixar de ser um habitante da casa para ir além. Sendo o sistema sexo-gênero uma espécie de “territóriocasa” dos corpos, sair para o universo significa transformar as funções orgânicas, estabelecer novos parâmetros sensíveis que incidem, sobretudo, nas sexualidades, mas também em muitos outros aspectos (CAPIBARIBE, 2016, p. 156. Colchetes meus).

Na esteira das palavras de Fernanda Capibaribe, Roberto, ao estetizar seu corpo com os presentes de Clóvis, abandona o “territóriocasa” experimentando outras possibilidades de existência. O corpo, então, pode ser visto/entendido como um laboratório de experimentações para as subjetividades. De Roberto a Georgette há uma viagem; uma viagem que não se dá apenas com a troca de indumentárias, mas nesta operação estão o imaginário, os afetos, os

desejos, o saber-se/sentir-se a si mesmo. Em outras palavras, Georgette não nasce do dia para noite, mas, sobretudo, porque Roberto oportunizou a construção em si, em seu corpo, de outro gênero que não o dado/ensinado socialmente.

Georgette, ainda que em segredo, começa a compartilhar a vida com Clóvis, o homem que lhe proporciona os meios necessários para que ela possa ser quem é. O segredo, conforme mencionado para a relação de ambas as personagens, é a marca das relações que não são “adequadas” socialmente. Neste sentido, Georgette e Clóvis precisam vivenciar a relação, os afetos, às escondidas. Clóvis, por questão de convenção, é casado com uma mulher. Georgette pode existir apenas no confinamento da casa e/ou nas festas promovidas por Clóvis, onde outros, iguais as duas personagens, participam. Eles não podem circular em espaços públicos, não podem ser vistos, pois é constante a vigilância sobre corpo/gênero.

Na esteira da vigilância social que produz assédios, violências, eliminação letal dos corpos, preciso mencionar um dado importante que tem a ver com o suicídio de Georgette que, chantageada por Artur, não via mais saída, senão dar cabo a própria vida. Ela se mata não por ser (querer ser) uma mulher, mas pelas condições adversas que não consegue enfrentar: já não podia mais seguir tirando dinheiro de Clóvis para entregar a Artur, enfrentando as ameaças deste que diria a todos sobre Clóvis ter um/a amante – Roberto/Georgette.

Artur pode ser pensado aqui como a alegoria da própria sociedade cujo imaginário é transfóbico. Ele é o grande causador da morte de Georgette, pois trata esse corpo de forma objetificada, o explora sexual e materialmente, pratica toda sorte de violência contra ele, e esse *continuum* de violência culmina com a morte da personagem central que, acredito, *foi suicidada*.

Georgette, de Cassandra Rios, data de 1956 quando da primeira publicação, assim, há uma distância de mais de meio século desde

o surgimento da obra considerada um romance de formação (Rios deu as bases para o início do que hoje pode ser denominado de literatura trans, ou romance trans, ou ainda uma obra cuja temática representa uma mulher trans como personagem central), no entanto, a obra continua atual, legitimando o modo como a sociedade, quase setenta anos depois, atua em relação às mulheres trans.

De acordo com a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), o Brasil ocupou em 2020 o primeiro lugar no *ranking*⁴ mundial em assassinatos de mulheres trans, evidenciando o quão violenta é a sociedade brasileira para essas mulheres. Por outro lado, o Brasil também ocupa o primeiro lugar no pódio em acesso a conteúdo pornográfico de sujeitos trans⁵.

A sociedade, então, usa esses corpos (os T) para o sexo, o prazer, e, na sequência, os elimina letalmente. De modo *en passant*, parece que existe uma incoerência, os dados estatísticos/as contas não batem, pois como é possível o Brasil odiar e se relacionar sexualmente no modo virtual com essas mulheres? Na realidade há ódio/moralismo que se explica pelo desejo travestido e nunca declarado, e esse número alarmante de mortes silencia não apenas o corpo trans, mas o desejo social. Somente no primeiro semestre de 2021, 89 pessoas trans foram mortas no Brasil: 80 assassinatos e 09 suicídios⁶.

Georgette, personagem de Cassandra Rios, está presente e circula entre nós todos os dias seja em Aquidauana ou em qualquer outra

⁴ <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>

⁵ De acordo com a *Revista Híbrida*, há um relatório anual sobre os sites e as categorias acessadas por usuários em todo o mundo, e o Brasil de 2016 a 2019 ocupa o primeiro lugar em acesso a conteúdo pornográfico com pessoas trans. Vide: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/pais-que-mais-mata-trans-no-mundo-brasil-e-tambem-o-que-mais-acessa-pornos-do-genero-reforca-pesquisa>

⁶ Conforme o boletim n. 02, de 2021, da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/07/boletim-trans-002-2021-1sem2021-1.pdf>

sociedade ao redor do mundo. Assim como Georgette, há muitas outras mulheres trans sendo mortas, assassinadas, *suicidadas*, pela misógina, transfobia, masculinidade hegemônico-tóxica. Usar um corpo para o gozo sexual e depois eliminá-lo explica-se, entre outros argumentos, pela masculinidade, conforme já mencionei, que não suporta o espelho, que não suporta se ver, que não suporta admitir que pode desejar um corpo de trans.

Arrefecendo meu corpo e o uso que ele faz da tinta neste texto, ainda preciso mencionar dois acontecimentos recentes ocorridos no Brasil. O primeiro trata da travesti Roberta Nascimento da Silva, 32, a quem dedico este ensaio, assassinada por um adolescente de 17 anos, em junho de 2021, na capital do Pernambuco, que ateu fogo na vítima enquanto dormia em uma barraca de lona (vivia em situação de rua). Segundo a *Folha de S. Paulo*⁷, Roberta teve 40% do corpo queimado e antes do óbito seus braços foram amputados. O segundo aconteceu em Sergipe, em outubro de 2021, e diz respeito à morte da travesti Alana, que foi sepultada por seus familiares como homem: a vestiram de terno e colocaram bigode e cavanhaque pintados a lápis, sonogando, mesmo depois de morta, a identidade de gênero⁸. É um caso de violência, um crime de transfobia, como em tantos casos, contra o corpo T que, conforme já mencionado, não tem dono, logo, está potencialmente exposto a qualquer tipo de violência. Aqui não mais contra um corpo físico, mas contra a memória de Alana, a memória de sua identidade, a memória do modo como se via, se sentia, e circulava nos espaços sociais.

Menciono Roberta e Alana porque elas, assim como Georgette, personagem do romance homônimo, de Cassandra Rios, de diferentes

⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/travesti-sem-teto-tem-40-do-corpo-queimado-e-braco-amputado-apos-ataque-no-recife.shtml>

⁸ <https://www.metropoles.com/brasil/familia-enterra-travesti-como-homem-e-causa-revolta-em-sergipe>

modos, são vítimas de um imaginário transfóbico, de um sistema político de morte em que Estado-nação, sociedade, bem como outras instituições, são coniventes, *i.e.*, aceitam esse sistema e o reproduzem. Muitos dirão, como comumente se ouve, “jamais mataria alguém”, sem levar em consideração que as múltiplas faces da violência contra determinados sujeitos podem levá-los cedo ou tarde à morte. Talvez a palavra mais adequada aqui seja cedo se tomado em conta a expectativa de vida de pessoas trans que não ultrapassa os 35 anos em contraposição com os demais cidadãos que é de 76 anos⁹. A expectativa de vida de um corpo T cai para menos da metade em relação a outros corpos, e isso, sem dúvida, se ancora à violência brutal e sistemática a qual as mulheres travestis, transgêneros e transexuais estão submetidas.

O trabalho da crítica de diferentes áreas do saber, dos movimentos sociais, dos estudos e pesquisas trans, da militância, talvez de alguns escritores que se proponham a tratar sobre o tema, seja o de convencimento de que essas pessoas, as trans, por um gesto de justiça, equidade, solidariedade, não podem mais seguir sofrendo assédios, injúrias, todo tipo de violência que culmina na morte, no máximo, aos 35 anos.

A minha proposta para esta ensaio é, sobretudo, fazer menção às pessoas trans como sujeitos de direito cuja existência deve ser preservada, como todas as vidas, pelo Estado-nação e por todas as outras instâncias sociais. Neste sentido, Georgette vive! Roberta vive! Alana vive! Os corpos trans vivem! E viva o Traviarcado que está apenas começando!

⁹ <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/desafios-para-longevidade-trans-sao-tema-de-reportagem-especial>

Referências

- AMBRA, Pedro. (org.). *Cartografias da masculinidade*. São Paulo: Cult Editora, 2021.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CARDOZO, Leidy Carolina Díaz. *La literatura erótica de Cassandra Rios: O Bruxo Espanhol (1959) y Uma mulher diferente (1968)*. (Dissertação em História) – Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, 2018.
- LEITE, Fernanda Capibaribe. “Corpos em cena e trânsito: sujeitos em devir na filmografia de Cláudia Priscilla”. In: COLLING, Leandro (org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 153-175.
- LODERO, Rodolfo Rorato. *Pornografia e censura: Adelaide Carraro, Cassandra Rios e o sistema literário brasileiro nos anos 1970*. Londrina, PR: EDUEL, versão Kindle, 2016.
- MOIRA, AMARA. “Fizera-se mulher: Cassandra Rios visionária maldita”. *Cadernos de Literatura Comparada*, Porto (Portugual), n. 43, p. 11-19, nov. 2019/dez. 2020. Disponível em: <https://ilc-cadernos.com/index.php/cadernos/article/view/695>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- RIOS, Cassandra. *Georgette*. São Paulo: Editora Mundo Musical LTDA, 1973.
- VENTUROSOSA, Isabela. “Masculinidades em Territórios de diferenças e desigualdade”. In: AMBRA, Pedro. (org.). *Cartografias da masculinidade*. São Paulo: Cult Editora, 2021. p. 25-36.

“MAS A RUA É RUA, NÉ, ENTÃO A LUTA CONTINUA”: considerações sobre o papel do movimento trans brasileiro na resistência à violência transfóbica e na luta por uma vida vivível

Daniella Chagas Mesquita*

Jow Oliveira Araujo**

Esmael Alves de Oliveira***

Resumo: Neste artigo buscamos analisar a centralidade do movimento organizado de travestis e transexuais no Brasil e, mais especificamente, no Mato Grosso do Sul, frente às constantes violências transfóbicas que acometem suas vidas. Na primeira parte do artigo realizamos um breve resgate histórico do movimento e de associações trans no Brasil e no Mato Grosso do Sul, bem como discutimos um trecho de uma entrevista com uma travesti que fala da importância do movimento social em sua vida. Na segunda parte analisamos alguns dados estatísticos recentes sobre a violência transfóbica no país. Ao nos debruçarmos sobre genealogias, narrativas e dados estatísticos, objetivamos desnaturalizar os atuais processos necropolíticos vigentes no país, ao mesmo tempo em que

* Mestra em Antropologia Social (PPGAS/UFMS), doutoranda no Programa de Pós-graduação de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Paraná (PPGAA/UFPR). E-mail: daniellacmesquitaf@hotmail.com.

** Graduada em direito (UESC/BA), mestranda em Antropologia no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/UFGD). E-mail: araujojow@outlook.com.

*** Doutor em Antropologia Social (PPGAS/UFSC), docente do Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGAnt) e do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPsí) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: esmael_oliveira@live.com.

buscamos evidenciar a importância e atualidade dos transativismos como política de resistência, de (re)existência.

Palavras-chave: Transativismos; Transfobia; Mato Grosso do Sul.

“BUT THE STREET IS THE STREET, YOU KNOW, SO THE FIGHT GOES ON”: considerations on the role of the Brazilian trans movement in the resistance to transphobic violence and in the fight for a liveable life

Abstract: In this article we seek to analyze the centrality of the movement organized by travestis and transsexuals in Brazil and, more specifically, in the state of Mato Grosso do Sul, against the constant transphobic violences that affect their lives. In the first part of the article we do a brief historical review of Brazilian and Mato Grosso do Sul’s trans movements, also discussing an excerpt of an interview with a travesti that talks about the importance of the social movement in her life. In the second parte we analyze recent statistical data about transphobic violence in the country. We lean over genealogies, narratives and statistical data, in an effort to denaturalize the current necropolitical processes in the country, while we seek to highlight the importance and relevance of transactivism as a resistance and (r)existence policy.

Keywords: Transactivism; Transphobia; Mato Grosso do Sul.

Não estou pedindo socorro. A maioria de nós recusa a ideia de ser salva, pois sabemos que o mundo – ou, pelo menos, o mundo como a gente o conhece – não reserva nenhuma esperança para nós (JOTA MOMBAÇA, 2021, p. 96).

Neste artigo buscamos analisar a centralidade do movimento organizado de travestis e transexuais no Brasil frente às constantes violências transfóbicas que acometem suas vidas, sendo o Brasil o país que mais mata travestis e transexuais no mundo (ANTRA;

IBTE, 2021). Em nível estadual, discorremos sobre o Mato Grosso do Sul, que, no levantamento da ANTRA e IBTE (2021) sobre números absolutos de casos de assassinatos de pessoas trans entre os anos de 2017 e 2020, ocupa no ranking as posições de 20º e 21º, apresentando uma variação entre 1 e 2 casos por ano, muito embora seja também seja o estado com maior taxa de violência contra lésbicas, gays e bissexuais em 2017, de acordo com o *Mapa da violência de gênero no Brasil* (2019a), o que indica que está longe de ser um lugar acolhedor para pessoas LGBT.

Uma questão importante para compreendermos tal discrepância é que, além de serem dados de populações diferentes (mesmo que LGBTs), e que uma pesquisa foca em violência e a outra em assassinatos (um não necessariamente implica no outro), não há dados oficiais, ao mesmo tempo que há muita subnotificação. Apesar do cenário grotesco, que revela a precariedade da vida trans tanto em nível nacional quanto regional, os movimentos sociais e ativismos mostram-se como estratégias de sistematização desses terríveis dados, assim como de resistência e de luta por uma vida vivível.

Nossa discussão se inicia com um breve resgate histórico do movimento e da criação de associações trans em nível nacional, a começar pela Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL) – a primeira da América Latina e a segunda do mundo – e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), bem como em nível estadual, com a Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS).

Em seguida discutimos parte de uma entrevista, concedida a uma das autoras, com uma mulher trans dona de uma casa de prostituição na cidade de Campo Grande-MS, que versa sobre a importância do movimento social em sua vida, em especial na luta contra a violência policial voltada contra seu corpo. Seu relato enfatiza a importância do trabalho da ATMS, associação da qual faz

parte, ao mesmo tempo em que destaca que “a rua é rua, né, então a luta continua”.

Assim, apesar da longa trajetória de resistência, há ainda muito pelo que lutar, é o que mostram os dados expostos no *Mapa da Violência de Gênero no Brasil*, bem como nos levantamentos produzidos pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), pela ANTRA e pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). Ao nos debruçarmos sobre esses dados estatísticos que retratam a violência transfóbica no país e, mais especificamente, no Mato Grosso do Sul, é a desnaturalização de tais processos necropolíticos que desejamos empreender, além de evidenciar a importância e atualidade dos transativismos.

Luta e resistência do Movimento Trans no sul global: uma genealogia das resistências e (re)existências

Na retomada histórica que Mario Carvalho (2011) faz do movimento trans no Brasil e da fundação de associações de travestis e transexuais, o autor afirma que *travesti* aparece como categoria identitária apenas entre as décadas de 1970 e 1980, embora inicialmente como forma de acusação por parte do próprio movimento gay; a possibilidade de sua incorporação surge somente a partir da opção por uma política identitária.

Lohana Berkins (2003), travesti e ativista argentina, conta que em 1991 teve o primeiro contato com Carlos Jáuregui, integrante do Gays por los Derechos Civiles. Carlos ajuda Lohana e outras travestis argentinas em um caso de violência policial e as convida a se organizarem. Com seu apoio é formada a primeira associação de travestis do país, a *Asociación de Travestis Argentinas* (ATA) e, enquanto preparava a *Tercera Marcha del Orgullo Gay Lésbico*, ele as recebe dizendo que “esta é a pauta que faltava no movimento” (BERKINS, 2003, p. 61, tradução livre).

No entanto, nem todas pensavam igual. Boa parte das organizações gays e lésbicas até então sentiam nossa presença como uma invasão. As lésbicas discutiam nosso “feminismo” e nos encorajavam a nos realinharmos com os gays, nos vendo como uma das tantas versões desta orientação sexual. Os gays oscilavam entre se maravilhar pelo *glamour* travesti e rechaçá-lo. Aqui se deu nossa primeira luta pela visibilização (BERKINS, 2003, p. 62, tradução livre).

Em terras brasileiras, o marco do ativismo Trans é 1992. Em 15 de maio daquele ano, criou-se a ASTRAL, idealizada pelas travestis Jovanna Baby, Jossy Silva, Elza Lobão, Beatriz Senegal, Raquel Barbosa e Munique do Bavier, que lutavam arduamente pelo direito a uma cidadania plena por meio de estratégias de enfrentamento contra a violência transfóbica e os processos sociais de exclusão.

Assim, dois “modelos” se tornam hegemônicos na construção de organizações de travestis no Brasil. Algumas surgem da auto-organização de travestis em resposta à violência policial nos locais de prostituição, e outras a partir do investimento de ONGs do movimento homossexual e ONGs-AIDS em projetos de prevenção junto à população de travestis profissionais do sexo. Assim, o binômio violência policial/AIDS se torna pedra fundamental da constituição do movimento que com o passar dos anos seria capaz de desenvolver outras bandeiras de luta (CARVALHO, 2011, p. 27).

Jovanna Baby, em entrevista para Mario Carvalho (2011), refletindo sobre os motivos pelos quais as primeiras organizações brasileiras de travestis e transexuais surgiram como associações específicas, e não dentro de outras organizações do movimento LGBT já existentes à época, diz:

A gente nem conhecia essa palavra na época... mas a transfobia era muito maior nos próprios grupos organizados

de homossexuais que existiam. [...] Todos esses grupos, eles só nos usavam como massa de manobra para poder trazer recursos para os seus projetos de prevenção com essa população, na época que era... grupo de risco. Mas eles não nos davam espaço de falar, de diálogo, de mostrar a nossa capacidade, as nossas idéias. Então nós éramos apenas população-alvo. E a gente não queria aquilo. A gente queria ser vista, ser respeitada e estar conduzindo a política para nós mesmas. Não falar só para nós mesmas, mas conduzir a política nossa (CARVALHO, 2011, p. 35, sic).

Portanto, é com o propósito de superar os processos de silenciamento no interior do movimento homossexual que é formada a ASTRAL. Em 1993 a associação organizou o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids (ENTLAIDS), que já em sua segunda edição tornou-se o principal encontro de travestis organizadas do Brasil. Na terceira edição foi discutida a necessidade de criar uma rede nacional que mantivesse as travestis e transexuais articuladas durante todo o ano, para além dos encontros. Assim foi criada inicialmente a Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENATA), posteriormente nomeada Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL), e, em 2000, surge a ANTRA (ANTRA, s.d.; SALES; SIMPSON, 2018; SILVA, 2018).

Em Mato Grosso do Sul, de acordo com a autobiografia de Cris Stefanny (fundadora da ATMS e ex-presidenta da ANTRA), encaminhada a uma das autoras durante uma conversa em 2001, a ativista foi convidada a participar do VIII ENTLAIDS e, ao conhecer Janaina Dutra, a primeira travesti advogada do Brasil, deu seus primeiros passos rumo à militância em terras sul-mato-grossenses:

Voltando a Campo Grande/MS, não perdi tempo, logo iniciei as articulações para criação de uma ONG que nos defendesse. [...] e em 13/01/2001 fundamos da ATMS- Associação das Travestis e Transexuais de Mato Grosso do

Sul, com a presença de 50 travestis e transexuais, fora as autoridades presente, com toda a atenção da imprensa por ser inédito o fato [...] hoje temos 13 anos de atividades, [...] já realizamos 12 paradas da cidadania dando visibilidade a pauta LGBT no estado, criei todas as ONGs LGBTs no interior do estado, implementei um centro de referência em Dourados para atender pessoas LGBTs vítimas de violências, propus todas as leis e decretos hoje aprovados no estado de Mato Grosso do Sul em favor dos LGBTs, propus e ajudei a criar o Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate a Violência LGBT de MS (Autobiografia fornecida por Cris Stefanny, sic).

É a partir do contato com Cris Stefanny que, em um evento organizado pela ATMS em 2019, uma das autoras é apresentada a Ully (pseudônimo), uma mulher trans de aproximadamente 40 anos, que parece boliviana e é dona de uma casa de prostituição de travestis e mulheres trans em Campo Grande. Ela inicia a entrevista relatando que:

Aqui em casa nós somos um grupo de meninas. Nós trabalhamos, assim, na noite, nós temos site, todo mundo hoje em dia tem site. E eu vim do tempo que era tudo bruto, né, na raça, que tinha que ser na guerra mesmo, brutal. Então já teve muita violência, mas hoje em dia já tá tudo tranquilo. Mas eu já passei por muita violência, por cadeia, minha vida é assim. Hoje em dia, graças a Deus e à Cris [Stefanny], que veio, né, socializar todos nós (agradeço muito à paz da Cris), então nós estamos todas bem, tudo bem, é, de saúde, de tudo, mas tem muitas histórias que já foi: briga com polícia, briga com vagabundo, já fui atirada, já fui esfaqueada, também já fiz tudo... Enfim, à noite rola tudo, rola droga, rola violência, rola tudo. Isso é assim, um pedaço da minha história. [...] Hoje em dia já tá todo mundo civilizado, já aceita, mas graças ao trabalho aqui

em Campo Grande da Cris... E o mundo inteiro tá assim, sempre tem uma que representa, igual tá você aqui, né, procurando harmonizar, socializar mais a gente, e a gente só tem que agradecer. [...] Mas a rua é rua, né, então a luta continua [grifos nossos].

A narrativa de Ully se inicia com um relato de um período anterior, de um tempo bruto e de violências rotineiras que eram sentidas na pele, “atirada” e esfaqueada. Oliveira e Araujo (2020) atestam que são inúmeras as violências a que está submetida cotidianamente a população LGBT, de modo geral, e travesti e trans, em particular, e o quanto tais violências são deliberadamente dirigidas para partes específicas de seus corpos, de modo que estão revestidas de uma dimensão simbólica que não pode ser facilmente desconsiderada.

Primeiro não é possível ignoramos o grau de violência que é orientado contra os corpos considerados ininteligíveis: são inúmeras perfurações, golpes, pedradas. Segundo, são atos em partes do corpo que demonstram que as vítimas não tiveram condições de defesa (no geral nas costas). Terceiro, são agressões desferidas em regiões do corpo que são simbolicamente constituintes de nossa “humanização”: a face, o rosto (OLIVEIRA; ARAUJO, 2020, p. 302).

Na experiência de Ully, a passagem desse período brutal para o atual momento, em que, na sua perspectiva, está “tudo bem, (...) de saúde, de tudo”, há importantes contribuições do movimento social, personificado na imagem da militante Cris Stefanny, de modo que a militância, somada a uma socialização, foram para ela produtoras de saúde, também vinculada à diminuição de violências contra sua existência dissidente.

Todavia, apesar de considerarmos relevante sua narrativa, alertamos que tal relato não deve ser tomado como autoevidência de extinção de violências transfóbicas no Mato Grosso do Sul. Ao contrário,

há também de se considerar a posição privilegiada que ela adquiriu enquanto dona da casa, posição essa que é explicitada na etnografia realizada por Haydeé Schuster (2019) na Baixada Cuiabana, na qual

Além de bichas, travestis e travestis tops, a hierarquia também inclui o símbolo máximo e ascensão: ser dona da pensão onde as travestis moram e administrar os pontos. As donas de pensão do Zero são figuras conhecidas por serem as primeiras a se prostituir na região e abrir espaço dos pontos para travestis. São elas que ocupam o lugar de reconhecimento e, por isso, insinuar que a dona da pensão é uma cafetina ou agenciadora pode gerar grandes conflitos (SCHUSTER, 2019, p. 100, grifos nossos).

Destarte, reconhecendo a importância do movimento trans brasileiro na resistência à violência transfóbica, mas também com necessidade de tensionarmos essa “tranquilidade” expressa por Ully, na seção seguinte propomos analisar alguns dados estatísticos dessa violência no Brasil e no Mato Grosso do Sul nos últimos anos, que dão conta da importância e atualidade do transativismo.

A luta precisa continuar porque morrer não é uma opção!

Segundo o *Mapa da Violência de Gênero no Brasil* (2019a), em 2017 se contabilizou um número de 225 casos de violência LGBTfóbica **por dia!** Tal panorama é estarrecedor, principalmente quando consideramos apenas a região Centro-Oeste, que possui a menor população do país, onde houve 17.602 casos entre 2014 e 2017. Além disso, “foi no Mato Grosso do Sul, o Estado menos populoso no Centro-Oeste, onde mais se registraram casos de violência contra pessoas homo/bi: 8.064, ou 45% do total” (2019a, n.p.). O mesmo levantamento aponta ainda que o estado teve a “maior taxa de violência contra pessoas homossexuais ou bissexuais em 2017: 91 a cada 100 mil habitantes,

mais do que o dobro da taxa nacional, que foi de 41 por 100 mil” (2019b, n.p.).

O Grupo Gay da Bahia (GGB, 2019, p. 1) aponta que “420 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) morreram no Brasil em 2018 vítimas da homolesbotransfobia: 320 homicídios (76%) e 100 suicídios (24%)”. Fazendo enfoque regional, temos “três regiões [que] apresentaram taxas mais elevadas que a nacional: Norte e Centro-Oeste (2,80) e Nordeste (2,57)” (p. 14). Das 420 mortes em território nacional ocorridas em 2018, o Centro-Oeste enumera 46, sendo que só em MS foram 8 ocorrências. Os maiores registros, em números absolutos, se deram no estado de São Paulo (58), seguido por Minas Gerais (36) e Bahia (35).

A ANTRA (2018, p. 14) evidencia que, apesar da mordaz subnotificação, em 2017 houve “179 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 169 Travestis e Mulheres Transexuais e 10 Homens Trans. Destes, encontramos notícias de que apenas 18 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 10% dos casos”. O Centro-Oeste registrou 15 ocorrências. Proporcionalmente, Mato Grosso do Sul está em 13º, com 0,74 assassinato por milhão de habitantes.

No ano seguinte, em trabalho conjunto com o Observatório Trans do IBTE, foi denunciado “o aumento da subnotificação desses dados”, havendo, assim, registros de “163 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 158 Travestis e Mulheres Transexuais, 4 Homens Trans e 1 pessoa Não-Binária. Destes, encontramos notícias de que apenas 15 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 9% dos casos” (ANTRA; IBTE, 2019, p. 15).

Em 2018, MS registrou 3,9 mortes por 100 mil habitantes, ocupando, proporcionalmente, o 15º lugar no ranking nacional. Ocorreu, porém, o que se chamou de “morte controversa”, pois não foi possível aferir se houve ou não cunho transfóbico: “O último caso refere-se a uma transexual que morreu atropelada por uma motocicleta em

Campo Grande (MS) no dia 10 de agosto de 2018, segundo testemunhas ela atravessava a via quando foi colhida pela moto e morreu no local” (p. 38).

Em 2019 as organizações continuaram sua árdua tarefa de denunciar a permanência do Brasil como país que mais mata travestis e transexuais no mundo, mas que também se ocupa (por ação ou omissão) de promover à população trans várias outras violações e violências¹, verificadas com a mesma metodologia usada por outras ONGs internacionais, como a Transgender Europe - TGEU (ANTRA; IBTE, 2020).

Uma vez mais a subnotificação volta à baila, posto que a “não publicação de alguns casos, compromete os resultados e faz parecer que houve uma queda nos assassinatos, quando, na verdade houve um aumento da invisibilidade dessas mortes” (ANTRA; IBTE, 2020, p. 15), especialmente pelo desrespeito à identidade de gênero, inclusive nome social, nas publicações midiáticas relacionadas, pois

São comuns casos em que diversos canais vêm reportando assassinatos de travestis como se fossem “homens vestidos de mulher” ou, ainda, “homossexual assassinado com roupas femininas”. O mesmo ocorre no caso de homens trans, quando são identificados como sendo “lésbicas” pelos jornais e meios de comunicação. Estimamos que 95% dos casos nos quais a notícia diz se tratar de “homem vestido de mulher é encontrado morto”, trata-se do assassinato de uma travesti ou mulher transexual que é noticiado de forma transfóbica (ANTRA; IBTE, 2020, p. 15-16).

Ainda assim,

No ano de 2019, foram confirmadas informações de 124 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 121 Travestis

¹ Para conferir a listagem dos diversos fatores que confluem para esta política de impedir a vida em sua plenitude e a promoção das políticas de morte, ver as páginas 13 e 14 do relatório da ANTRA e IBTE (2020).

e Mulheres Transexuais e 3 Homens Trans. Destes, encontramos notícias de que **apenas 11 casos tiveram os suspeitos identificados**, o que representa 8% dos dados, e que **apenas 7% estão presos** (ANTRA; IBTE, 2020, p. 22).

Na região Centro-Oeste se concentraram 12 assassinatos, 10% do total, a menor taxa dos números absolutos. Não obstante, não houve queda significativa, mesmo que o percentual seja menor em comparação ao ano anterior; em verdade, a queda ocorreu pois **“a região sudeste apresentou aumento de 10,8% no número de assassinatos de pessoas trans**. As demais regiões se mantêm na média de assassinatos nos últimos três anos” (p. 29). Mato Grosso do Sul registra, então, 1 assassinato² (20º em números absolutos, 21º proporcionalmente/100 mil hab.) e 1 tentativa de homicídio em Três Lagoas, oeste do estado.

É importante ressaltar que as autoras do referido dossiê preocupam-se enormemente em descaracterizar a falácia argumentativa da diminuição dos números absolutos de assassinatos, que poderia significar, num olhar mais desatento, uma redução nas ocorrências de violações de direitos, o que não condiz com o cenário enfrentado naquele ano, pelo contrário. Tratam, então, no item 5, “Assassinatos 2019”, de traçar um panorama comparativo desde 2008, quando a ONG TGEU já se ocupava das estatísticas brasileiras. Tanto que afirmam, diretamente:

Com isso, queremos excluir qualquer tentativa de apropriação e uso indevido do nosso trabalho ou a manipulação destes dados em qualquer narrativa falaciosa sobre a diminuição destes números serem fruto de alguma ação do governo federal. Queremos, também, afirmar que, mesmo diante de um cenário controverso e violento, as conquistas que temos alcançado têm sido frutos da luta

² O mapeamento em tempo real realizado pela ANTRA (2019) que subsidia o relatório dá conta de uma travesti vitimizada na cidade de Campo Grande, em 19 de maio de 2019.

dos movimentos da sociedade civil organizada (ANTRA; IBTE, 2020, p. 25).

Em 2020, ANTRA e IBTE continuam juntos para “garantir que as Gisbertas, Dandaras e tantas outras possam ter o direito à vida assegurado e que o país deixe de ser o que mais assassina pessoas trans do mundo” (ANTRA; IBTE, 2021, p. 19), visto que nem o advento pandemia de Covid-19 retira o Brasil de seu aparentemente inabalável posto, ocupado por 13 anos consecutivos³: “É importante ressaltar que a média dos anos considerados nesta pesquisa (2008 a 2020) é de 122,5 assassinatos/ano. Observando o ano de 2020, vemos que ele está 43,5% acima da média de assassinatos em números absolutos” (p. 32, grifo nosso).

Anotam as autoras que “**no ano de 2020, tivemos pelo menos 175 assassinatos de pessoas trans, sendo todas travestis e mulheres transexuais.** Não foram encontradas informações de assassinatos de homens trans ou pessoas transmasculinas em nossas pesquisas esse ano” (p. 31, grifo nosso). Novamente com 12 casos, dois deles registrados em Mato Grosso do Sul (além de 1 tentativa de homicídio), a região Centro-Oeste contabiliza dessa vez 7% do total.

Ocorre também em 2020, pela primeira vez, menção a pessoas LGBTs no *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) por conta, principalmente, da decisão do Supremo Tribunal Federal⁴ que qualifica

³ Para outras informações, conferir também matéria publicada em 19 de janeiro 2020 pela Revista Exame sob o título “Pelo 12º ano consecutivo, Brasil é país que mais mata transexuais no mundo”, escrita por Gabriel Justo, com colaborações da ANTRA, Human Rights Watch e All Out. Disponível em: <https://exame.com/brasil/pelo-12o-ano-consecutivo-brasil-e-pais-que-mais-mata-transexuais-no-mundo/>.

⁴ O julgamento conjunto da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) n. 26, sob relatoria do ministro Celso de Mello, e do Mandado de Injunção (MI) 4733, relatado pelo ministro Edson Fachin, foi concluído em 13 de junho de 2019. Nele, o Tribunal reconhece que houve omissão inconstitucional do Congresso

condutas LGBTfóbicas como passíveis de punição penal. Entretanto, o Mato Grosso do Sul – e outras 15 unidades da federação⁵ – não enviaram dados⁶ para a feitura do relatório, conforme pode-se visualizar na “Tabela 33 – Registros de crimes contra população LGBTQI+, por tipo – Brasil e Unidades da Federação – 2018-2019” (FBSP, 2020).

O que esses dados que sangram revelam? Na obra *Vida precária: os poderes do luto e da violência*, Judith Butler (2019), por meio da categoria “vida precária”, nos possibilita compreender os mecanismos de produção de vulnerabilidade e agressão no mundo contemporâneo. Para Butler, a vulnerabilidade, enquanto dimensão de uma dependência fundamental do Outro, é uma das experiências que marcam nossa condição de humanidade.

Contudo, ao nos debruçarmos sobre as estatísticas apresentadas anteriormente, é possível afirmar que tal “condição fundamental” não é suficiente em si mesma para explicar por que determinadas vidas são mais vulneráveis, mais válidas ou, no caso em tela, mais vivíveis que outras. Em suas palavras, “existem meios de distribuir vulnerabilidades, formas diferenciadas de alocação que tornam

Nacional em não criminalizar condutas LGBTfóbicas e, até que o façam, ficam as condutas enquadradas na lei brasileira antidiscriminação – conhecida como Lei de Racismo, n. 7.716/1989. Para mais informações, conferir notícia intitulada “STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa” no site oficial do Supremo Tribunal Federal, disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>.

⁵ Os 11 estados que disponibilizaram dados de violência contra pessoas LGBTs no Brasil são Amapá, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

⁶ Mesmo que a maioria das Secretarias de Estado de Segurança Pública/Defesa Social não tenham reportado dados ao FBSP e que isso conste textualmente como “dados não disponíveis” na legenda da tabela n. 33, alguns estados – notadamente Amapá, Pará e Paraíba – responderam ao questionamento da ONG como “fenômeno inexistente”, como se não houvesse lugar para violência LGBTfóbica em seus territórios. Quem dera.

algumas populações mais suscetíveis à violência arbitrária do que outras” (BUTLER, 2019, p. 10).

Assim, “o que faz com que o Outro não seja reconhecido como humano?” (BENTO, 2018, n.p.). O que os dados acima mencionados nos permitem sustentar é que as violências contra travestis e transexuais só podem ser devidamente compreendidas se consideramos que é uma dada noção de humano (in)viável que parece imperar. Nesse enquadre, o modelo cisheteronormativo é quem determina simbólica, institucional e relacionalmente uma inteligibilidade que hierarquiza modos de existência dissidentes.

Se, nos termos de Judith Butler (2015), há certos enquadres político-ideológicos que fazem com que determinadas vidas sejam dignas de serem choradas em detrimento de outras, por conseguinte, eles têm historicamente justificado e estimulado a produção de mortes contra corpos/corpas e subjetividades que questionam essa inteligibilidade hegemônica.

Reconhecer a violência não garante, de modo algum, uma política de não violência. Mas o que pode perfeitamente fazer diferença é considerar a vida precária e, portanto, também a condição de violável uma condição generalizada, em vez de uma maneira diferencial de marcar uma identidade cultural, isto é, como um traço recorrente ou atemporal de um sujeito cultural que é perseguido ou violado por definição e independentemente da circunstância histórica (BUTLER, 2015, p. 250-251).

Não por acaso, para um Estado e para uma sociedade sustentados por uma inteligibilidade em que ser humano é ser ou homem ou mulher, cisgênero, heterossexual, branco, cristão, “de bem” etc., a mera possibilidade de confrontar-se com um/a outro/a de carne e osso e cuja diferença está longe de performar o que dele/a se espera se torna razão suficiente para sua eliminação. Assim, numa sociedade

cisheternormativa, “o rosto, o corpo, a pele, a língua [...] não bastam para assegurar o [seu] direito à vida” (BENTO, 2018, n.p.). Primeiro porque essa vida é uma vida pensada para poucos; segundo porque ela, a vida, é um projeto moderno-colonial arbitrário (LUGONES, 2020).

Trazer à cena tais processos de invisibilidade, estigmatização e violência(s) implica sobretudo questionar os regimes de verdade e, mais do que isso, sua legitimidade. Se nos termos de Jota Mombaça (2021, p. 15), “tudo nos leva a crer que estamos cercadas, que onde há nação há brutalidade, e onde há brutalidade nós somos o alvo”, historicamente travestis e transexuais têm dado testemunho de que é justamente “na multidão de estilhaços que se produz a possibilidade de um outro modo de existência em conjunto” (MOMBAÇA, 2021, p. 23). Não reconhecer esse protagonismo guerrilheiro-resistente transfeminista seria afirmar a legitimidade da necropolítica cisheternormativa. Mas não, ela não tem a última palavra, nós “precisamos ecoar com força: eu não vou morrer! Sem a crença nessa profecia, a vida se esvazia de sentido, perde o horizonte utópico” (NASCIMENTO, 2020, p. 3).

Algumas (in)conclusões

No momento em que estamos fechando o texto, somos afetadas por cinco recentes episódios de violência voltadas para corpos trans que ocorreram na cidade de Recife-PE⁷, de modo que os casos de Kalyndra Nogueira, Roberta Silva, Crismilly Pérola, Sthefany e Roberta Silva dão testemunho de que a luta transfeminista continua, precisa continuar.

⁷ Capital que, segundo a ANTRA, ocupou o 7º lugar no ranking nacional de violência contra travestis e transexuais em 2020.

Afinal, até quando prevalecerá a sensação de impunidade? Até quando travestis e transexuais terão suas mortes diminuídas por discursos de ódio e preconceito que tendem a justificar a violência sofrida pelas condições de vida que vivenciam (e que são socialmente impostas)? Até quando travestis e transexuais continuarão a aparecer como meros dados estatísticos cujas mortes seguem sem os devidos esclarecimentos? Até quando continuarão a

ser expulsa[s] de casa, da escola, de ver as portas do mercado formal se fecharem, de encontrar[em] na prostituição mais precária a quase que única possibilidade de subsistência, de ser brutalmente objetificada[s] nas ruas, de ter[em] sua expectativa de vida girando ao redor dos trinta e cinco anos? (RODOVALHO, 2017, p. 370, acréscimos nossos).

Mas se enganam aqueles e aquelas que pensam que isso é “problema delas/deles, e não meu/nosso”. Estão tremendamente equivocados. O sistema⁸ que mata travestis e transexuais é o mesmo que sustenta o feminicídio, a homofobia, a lesbofobia, a violência sexual contra mulheres e crianças, o encarceramento em massa da população negra no Brasil, a seletividade penal, o genocídio dos povos indígenas, o autoritarismo, o fascismo... Uma sociedade transfóbica é uma sociedade adoecida pela cisheternormatividade. Nesse sentido, o desafio proposto por Amaira Moira Rodovalho, de que, se historicamente temos pensado o trans pelo cis, trata-se urgentemente de invertemos o jogo e desestabilizarmos o cis pelo trans (RODOVALHO, 2021). É esse sistema que precisa ser (d)enunciado.

Se a norma não fala de si, mais do que nunca precisamos aprender com o ativismo transfeminista as táticas de barricada (MOM-BAÇA, 2021) para desalojá-la, para escrachá-la, para expô-la, para desmoralizá-la, para desautorizá-la. Afinal, se “o mundo – ou pelo

⁸ “Para explicitar que um sistema marginaliza travestis o chamamos de sistema” (DUMARESQ, 2016, p. 129).

menos, o mundo como a gente o conhece – não reserva nenhuma esperança para nós” (MOMBAÇA, 2021, p. 96), que isso nos anime na luta pela construção de outros mundos possíveis.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). *História* [s.d.]. Disponível em: <https://antrabrasil.org/historia/>. Acesso em: 17 jun. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA); INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE); BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. (Orgs.). *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Salvador, BA: ANTRA, 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA); INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE); BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. (Orgs.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2019*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA); INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE); BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. (Orgs.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2020*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017*. Salvador, BA: ANTRA, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). *Mapa dos casos de assassinatos de travestis, mulheres transexuais e homens trans no território brasileiro no ano de 2019*. Salvador, BA: ANTRA, 2019. 1 mapa, interativo, color. Google My Maps. Disponível em: https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1FzwwQghwym_DzFydXGj6onWYffky1NKy&ll=18.968137171293954%2C-53.350064803364546&z=6. Acesso em: 22 set. 2019.
- BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 53, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530005>.
- BERKINS, Lohana. Un itinerario político del travestismo. In: MAFÍA, Diana (compiladora). *Sexualidades migrantes: Género y transgénero*. Buenos Aires: Scarlett Press, 2003. p. 127-137.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2019.
- CARVALHO, Mario Felipe de Lima. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. 2011. 147f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- DUMARESQ, Leila. Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). *Periódicus*, v. 1, n. 5, p. 121-131, mai./out. 2016.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). BUENO, Samira; LIMA, Renato S. de. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2020*. São Paulo, SP: FBSP, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). *Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil: relatório 2018*. Salvador, BA: GGB, 2019. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/08/relatorio.2018-1.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2019.
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.
- LUTTERBACH, Maria (Coord.) *Mapa da violência de gênero no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Gênero e Número, 2019. Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MAPA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL. *Brasil teve 225 casos de violência contra pessoas LGBT+ por dia em 2017*. Rio de Janeiro, RJ: Gênero e Número, 2019a. (LGBT). Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/centro-oeste/>. Acesso em: 19 set. 2019.

MAPA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL. *Mato Grosso do Sul teve maior taxa do país de violência contra lésbicas, gays e bissexuais em 2017*. Rio de Janeiro, RJ: Gênero e Número, 2019b. (Notícias da Região Centro-Oeste). Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/centro-oeste/>. Acesso em: 19 set. 2019.

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira. Eu não vou morrer: solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia. *Inter-Legere*, v. 3, n. 28, p. 1-22, 2020.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; ARAUJO, Joalisson Oliveira. Marcas necropolíticas sobre corpos dissidentes em Mato Grosso do Sul/MS. *Perspectivas em Diálogo*, Naviraí, v. 7, n. 14, p. 295-306, jan./jun. 2020.

RODOVALHO, Amaira Moira. O cis pelo trans. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, 2017.

SALES, Adriana; SIMPSON, Keila. Cartografias travestis: perspectivas metodológicas de guerrilha nos diálogos com o movimento social organizado. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 1, p. 25-46, 2018.

SCHUSTER, Haydeé Tainá. Interfaces entre os agenciamentos políticos do Estado e das micropolíticas das travestis do Zero na Baixada Cuiabana. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 6, n. 11, p. 97-110, jan./jul. 2019.

SILVA, Jovanna da. Movimento político social da população T no Brasil. In: CAETANO, Marcio et al. (Orgs.). *Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018)*. Tubarão: Copiart; Rio Grande, RS: FURG, 2018.

AS VIAS SÓCIO-POLÍTICA DA TRANSEXUALIDADE E DA TRAVESTILIDADE SOB A LUZ DA PSICANÁLISE E DA PSICOLOGIA SOCIAL

Fernanda de Moraes da Silva*

Resumo: A partir do momento em que o discurso cishegemônico sobre as relações entre sexo, gênero, identidade de gênero, desejo e práticas sexuais começaram a ser reavaliados, as expressões das sexualidades que, até então, eram consideradas patológicas receberam outra escuta. Esse artigo centra-se nas transexualidades, travestilidades e nos movimentos sociais organizados recentes pela despatologização das identidades transexuais e travestis. Então, pretendemos discutir em quais medidas a psicologia social e a psicanálise se apresentam como um dispositivo da sexualidade humana, o qual procuram reinstaurar o modelo tradicional da ‘diferença sexual’, através somente da reiteração da cisheteronormatividade da dominação masculina. Portanto, quando os profissionais de psicanálise começaram a ouvir as dinâmicas pulsionais e os movimentos identificatórios que subjazem às identidades transexuais e travestis, sem teorizá-las como um lapso desviante, as transexualidades e travestilidades passaram a ser melhor entendidas como mais uma manifestação da sexualidade humana. Além disso, questionamos ainda em que medida a psicanálise pode permanecer como uma teoria crítica e uma prática clínica que permita uma relação produtiva com as novas configurações de gênero e identidade de gênero na contemporaneidade, abrindo brechas para a concepção de novas formas de subjetivação feminina.

Palavras-chave: Transexualidades, Travestilidades, Mulheres Transexuais, Travestis, Mudanças discursivas.

* Iyálòrìṣá de Candomblé de Ketu, Teóloga pelo IBADAM, formada em Serviço Social pela UNESP de Franca-SP, pós-graduada em direitos humanos e sexualidade pela UERJ. E-mail: fernandamoraesantos@gmail.com.

THE SOCIO-POLITICAL PATHS OF TRANSEXUALITY AND TRAVESTILITY IN THE LIGHT OF SOCIAL PSYCHOLOGY

Abstract: From the moment that the cishegemonic discourse about the relations between sex, gender, gender identity, desire and sexual practice began to be reevaluated, the expressions of sexualities that, until then, were considered pathological received another listening. This article focuses on transsexualities, travestilities and recent social movements organized by the despatologization of transsexual and transvestite identities. Therefore, we intend to discuss in which measures social psychology and psychoanalysis present themselves as a device of human sexuality, which seeks to re-establish the traditional model of 'sexual difference', through only the reiteration of the cisheteronormativity of male domination. Therefore, when psychoanalysis professionals began to listen to the pulsarial dynamics and identifying movements that underlie transsexual and transvestite identities, without theorizing them as a devious lapse, transsexualities and transvestites began to be better understood as another manifestation of human sexuality. In addition, we also question the extent to which psychoanalysis can remain as a critical theory and a clinical practice that allows a productive relationship with the new gender and gender identity configurations in contemporary times, opening gaps for the conception of new forms of female subjectivation.

Keywords: Transsexuals, Transvestites, Transsexual Women, Transvestites, Discursive Changes.

“O destino de uma mulher é ser mulher”.
(Clarice Lispector, 1995).

Introdução

Queremos fazer uma análise sociopolítica dos casos da população das mulheres transexuais e travestis, que também compõem parte da sociedade brasileira e protagonizam, como profissionais do sexo, nas mais diversas ruas e avenidas das grandes capitais, a partir dos pressupostos teóricos da psicologia social. Nesse breve estudo,

são tecidas considerações sobre algumas concepções que permeiam o universo das transexualidades e travestilidades, justificadas muitas vezes pelas leituras das práticas peculiares comportamentais sobre identidade de gênero, como também pela ótica teórica psicanalítica clínica. É sabido que uma parte da psicologia social tem como foco o estudo da experiência sociológica, em que uma pessoa adquire a partir de sua participação nos diferentes grupos sociais com os quais convive e seus desdobramentos podem ser discutidos no campo das transexualidades e travestilidades como um ‘fenômeno complexo e enigmático’ pelo surgimento de grandes interrogações sobre as noções de identidade de gênero, papel social, normatividade e os fenômenos que emergem dos diferentes coletivos e grupos sociais. A psicologia social faz um estudo sobre a relação de uma pessoa com a sociedade e, observa comportamentos, ou suas intenções, nos momentos em que estão cercadas de outras pessoas. Para a psicologia social, dependendo do poder do membro de um determinado grupo ou sociedade, a mesma pode influenciar outras pessoas a cometerem atos assertivos e positivos ou errôneos e negativos.

A sexualidade humana há muito vem demonstrando as suas diversas formas de manifestação, embora estas sejam, muitas vezes, vetadas pelas normas determinantes morais do patriarcado da sociedade. Segundo Jean Piaget (1970), é tarefa dessa disciplina, psicologia social, conhecer o patrimônio psicológico hereditário da espécie humana e investigar a natureza e extensão das influências sociais. Entretanto, a partir dos estudos desenvolvidos por Freud, foi possível observar que o âmbito das sexualidades, não se constituem num campo fácil de investigação, visto pela sua precocidade na determinação da estruturação psíquica das pessoas, ocorrendo sempre como um evento traumático para as mesmas.

Por outro lado, a psicanálise, muitas vezes, atribuída por propor uma normatização das sexualidades através dos modelos nucleares

e do vínculo para melhor compreensão dos processos reprimidos pelo subconsciente, que geram sintomas como angústia, ansiedade e depressão. E, todo esse acompanhamento teórico é realizado por meio da interpretação das ações e pensamentos de uma mulher transexual ou travesti, baseados na “primazia do falo” - desde o seu desenvolvimento pubescente tem promovido uma ampliação das discussões sobre a sexualidade e identidade de gênero, desbancando inicialmente as concepções que reduzem esta esfera da vida humana às manifestações puramente biológicas (fisiológicas). A psicologia social, enquanto área de aplicação, distingue-se por tomar como objetos as massas ou multidões e fenômenos sociais coletivos, tais como: rebeliões políticas, linchamento, racismo, transfobia, LGBT-fobia, fanatismo, terrorismo, pobreza, expansão de uma religião dentro de uma determinada comunidade, de técnicas em dinâmicas conjuntas ou mesmo em terapia de grupo. O desenvolvimento da teoria freudiana compreendeu, em seu percurso, a determinação de várias características das sexualidades, como: os desvios de comportamento, dos objetos e dos objetivos sexuais; a organização inicialmente bissexual da criança (FREUD, 1905/1996); as diferenças entre anatomia e destinos sexuais (FREUD, 1925/1996); a passagem pelo Complexo de Édipo (FREUD, 1924/1996).

Lacan, em sua releitura à obra de Freud, trouxe inúmeras contribuições para a compreensão das manifestações das sexualidades. Baseando-se no uso da linguagem, é possível citar o suporte da fantasia e sua relação com as chamadas ‘identidades sexuais’, a ideia de ‘diferença sexual’ a ser compreendida como resultado de uma ordenação simbólica de significantes e as relações estabelecidas com e, pelos corpos e corporalidades, transexuais e travestis, enquanto enunciação do desejo (erótico e sexual).

Desde o surgimento da psicologia social, muita coisa tem mudado na sociedade cisheteronormativa, considerando o reconhecimento de

movimentos sociais organizados em defesa de uma diversidade identitária e sexual. Diante dos movimentos que militam ativamente por essas diversidades que, atualmente, tem se tornado alvo de grandes debates na sociedade, encontra-se também o movimento pelo direito às transidentidades ou transgeneridades. Os movimentos gerados nesse contexto têm reivindicado o respeito às diversidades, considerando que as sexualidades constituem uma expressão de toda uma construção sociocultural histórica, resultando na formação das identidades de gênero, transexuais e travestis, conforme aponta Judith Butler (2003), militante feminista que critica veemente o engessamento dos papéis sociais de gênero (feminino e masculino) socialmente instituídos.

Compreende-se que as sexualidades e as diferenças em relação às feminilidades e às masculinidades, sempre geraram debates na psicanálise e, principalmente, na psicologia social. Em Freud, ocorre uma problematização sobre tais questões, de modo que em sua compreensão, a anatomia não determina a escolha sexual da pessoa. Em face dessa tal ‘problemática’, destacam-se as transexualidades e travestilidades.

Não obstante a miscelânea entre os termos transexualidade e travestilidade, destacamos o trabalho do médico e sexólogo, judeu-alemão Magnus Hirschfeld (nascido em 1868 e falecido em 1935, sob o regime nazista), através do termo “transvestite”, originado no seio da medicina e cunhado em 1910, já em pleno século XX. Onde Hirschfeld se referia a algumas das suas pacientes como sendo ‘transexuais psíquicos’, no primeiro instituto devotado à pesquisa e ao estudo da sexualidade. Esse foi um período marcado pelo desenvolvimento das tecnologias médicas, quando se expandiam o uso medicinal de hormônios e se desenvolviam as primeiras cirurgias que propunham uma “correção” do sexo anatômico de nascimento (CASTEL, 2001). Radicado nos Estados Unidos, o, também, médico e sexólogo judeu alemão Harry Benjamin, nascido em Berlim em 1884, cunhou o termo “transexual” em 1966, e criou procedimentos clínicos

para identificação e atendimento a pessoas transexuais, chamados de “padrões de cuidado” (PERSON, 1999, p. 361).

A discussão aqui desenvolvida apresenta-se como uma possibilidade de realizar alguns apontamentos envolvendo ‘a problemática’ das transexualidades e travestilidades com os pressupostos da ótica da teoria psicanalítica, que busca acolher a pessoa em sua singularidade. Para a ilustração da perspectiva adotada neste trabalho, será realizada uma análise contextual dos movimentos e coletivos sociais da população das mulheres transexuais e travestis, que discutem, atualmente, as questões das identidades de gênero e transfeminismos na sociedade.

A partir das inquietudes vivenciadas por algumas mulheres transexuais e travestis, protagonizam esse artigo, serão abordadas questões sobre as configurações no meio sociofamiliar em relação as mesmas; a influência dos determinantes do corpo e corporalidade em sua relação com a linguagem, como elementos estruturantes para a construção da subjetividade feminina; as transexualidades e travestilidades na estrutura clínica (neurose e psicose) da psicanálise: o feminino e as feminilidades. No contexto desta discussão, surgem alguns apontamentos possíveis: O que é ser mulher? O que é ser homem? O que é ser feminina? E as mulheres transexuais e travestis, que lugar ocupam entre esses dois significantes? Pode uma pessoa ‘transicionar’ de gênero/sexo e escolher ser mulher? Quais as implicações das transformações corporais de uma mulher transexual ou travesti sobre o psiquismo? Pode-se falar de uma estrutura psicanalítica clínica para uma mulher transexual ou travesti?

Transexualidades e Travestilidades: Alguns Apontamentos Teóricos

A literatura acadêmica e científica traz muitas questões sobre os sentimentos transexuais e travestis de pertencimento a outro gênero/

sexo (ou a nenhum). De acordo com Ceccarelli (2008), desde a mitologia greco-romana há indícios de personagens na história que já se vestiam como mulheres e que relatavam o seu não-pertencimento ao sexo nascimento.

O que temos de novo, desde os indícios históricos da existência das mulheres transexuais e travestis, é a possibilidade de ‘transicionar de gênero’, através de procedimentos estéticos, hormonioterápicos e cirúrgicos denominados Cirurgia de Transgenitalização ou de Redesignação Sexual (CRS). Tais procedimentos pretendem a adequação do gênero/sexo psíquico das mulheres transexuais e travestis, àquelas cujas identidade social/sexual é reivindicada e seus efeitos para as mesmas ainda são questionados dentro do campo da medicina, tendo em vista o seu pretenso objetivo de alcançar a equívoca “mudança de gênero/sexo” (COSTA, 2011).

No tocante, sobre a perspectiva da temática sobre transexualidade e travestilidade, sob o olhar problematizante dos inúmeros questionamentos sociais cissexistas, vivenciados por muitas mulheres transexuais e travestis, protagonistas dessa ótica peculiar, percebe-se que o fato de ter ou não um falo (pênis), não constitui como um fator determinante da sua feminilidade. Pois, a feminilidade das mulheres transexuais e travestis estão ‘em sua alma’ e na maneira como se comportam socialmente, em sintonia com a lógica dada por elas ao significativo fálico, o que pode ser percebido em uma fala, na qual uma mulher transexual ou travesti, durante a ‘fase transicional’, afirma categoricamente: “Meu corpo pode estar em desenvolvimento por uma remodelação ou reconstrução hormonal, mas não tem nada de errado com a minha alma. Minha alma é feminina como de qualquer outra mulher!”. Bem disse Simone de Beauvoir, na obra *O Segundo Sexo*, no fim da década de 1940: “*Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que*

elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino”.

Todavia, algumas mulheres transexuais e travestis, então, vivem uma constante tentativa de ‘mudar’ seu gênero e sexo anatômico de nascimento, tendo como desejo tornar-se ‘uma mulher toda’, ou seja, uma mulher completa, o que as levam a submeter-se a acompanhamentos e procedimentos estéticos, tais como: laser facial (eletrólise), hormonioterapia, cirurgia plástica de feminilização facial, mamoplastia bilateral e até retirada da cartilagem tireóidea (pomo-de-adão), que surge na puberdade, em decorrência da produção da testosterona, para melhor afinamento da voz. Algumas mulheres transexuais reiteram que querem fazer a transgenitalização (redesignação sexual), para nenhum profissional de saúde, ou que ninguém, possa descobrir que há algo de errado com elas, além do corpo, elas são totalmente ‘mulheres de verdade’.

Porém, uma mulher transexual ou travesti não é toda regida pela lógica fálica, essa lógica não lhe é própria e não satura de todo o circuito da pulsão sexual, conforme explica Lacan (1972-1973/1985), em: “a mulher se define por uma posição que aponte com o não-todo no que se refere ao gozo fálico” (p. 18). Com essa nova perspectiva, Lacan situa uma parte da sexualidade feminina num mais além da função fálica. A sexualidade feminina teria como correlato um gozo Outro que não àquele dito sexual, o que pode ser evidenciado na ‘problemática’ vivida por algumas mulheres transexuais e travestis, cujo corpo é portador de um elemento fálico limitado e localizado, o pênis, que não se constitui como um limite para a constituição de sua subjetividade feminina.

Retificando Gómez-Gil e Esteva de Antonio (2006) podemos dizer que deve ser realizado de um diagnóstico social sobre as transexualidades e travestilidades, devendo ser consideradas como identidades de gênero e não como orientações sexuais. As autoras

já apontavam que a identidade de gênero está relacionada à consciência de uma pessoa de como ser mulher ou homem; enquanto que a orientação sexual se refere à atração erótica/sexual, que pode ser heterossexual, homossexual, bissexual ou assexual. Neste caso, as mulheres transexuais e travestis podem apresentar qualquer uma das orientações sexuais citadas.

E, na época, estudiosos como Millot e Pommier (1988) também já alertavam que era necessário considerar o diagnóstico diferencial para a classificação das transexualidades e travestilidades. Segundo estes autores, o diagnóstico diferencial deve ser feito considerando as diferenças existentes entre as transexualidades, travestilidades e as homossexualidades. Pois, diferentemente das homossexualidades, uma mulher transexual ou travesti sente-se como uma mulher, e para ela, vestir-se como mulher é vestir-se conforme sua real identidade de gênero. E, neste caso, estamos falando de 'lesbianismo', falamos de algo que se diferencia de uma definição mais ampla da homossexualidade. Trata-se de um universo peculiar em que relacionamentos compostos por duas mulheres desafiam a compreensão geral, sobretudo devido à limitação existente em nosso instrumental simbólico (SASSE, 2016). E nesse contexto, a orientação sexual, de determinada mulher transexual ou travesti, pode tomar outros rumos, que não seja somente aqueles que condizem com o seu sexo de nascimento. As diferenças apontadas constituem um ponto de atenção para a psicanálise, considerando que as posições tomadas pela pessoa diante do significante fálico, as acepções quanto a identidade de gênero feminina e as manifestações de sua sexualidade.

De acordo com Ceccarelli (2003), diferentemente do que o prefixo *Trans* possa sugerir (uma viagem através da sexualidade, tal como Tirésias¹ o fez), uma mulher transexual ou travesti não passam de

¹ Tirésias (em grego clássico: Τειρεσίας; romaniz.: Teiresías), na mitologia grega, foi um famoso profeta cego de Tebas — famoso por ter passado sete anos transformado

um sexo para o outro. A realização da ‘transição de gênero’ é considerada pelo autor como uma mudança de ‘fachada’, em que é dada a oportunidade de manter uma nova aparência. Existe também uma confusão entre as que, muitas vezes, se dizem mulheres transexuais e travestis, marcadas por uma representação caricatural das ‘expressões sociais de gênero’, por estereótipos totalmente andróginos, ou seja, do ser mulher e do ser homem.

Portanto, não existe nenhuma diferenciação entre mulheres transexuais e travestis, principalmente através da importância exercida pelo falo (pênis) na dinâmica psíquica. Pois, para elas, o falo constitui somente uma insígnia do seu sexo de nascimento, sendo, portanto, sua fonte de erotismo e prazer sexual. O pênis lhes permite viver a ‘fantasia’ da mulher fálica. Para as mesmas, não há nenhum rechaço ou exigência pelo uso ou não do pênis; um avanço pode ser aferido diante da possibilidade legal da retificação da identidade civil como gênero feminino (nome e sexo), atualmente institucionalizada e definida por unanimidade pelo STF (Superior Tribunal Federal) em março de 2018. As mulheres transexuais e travestis apresentam uma destacada recusa ao serem confundidas como homossexuais, já que a sua identidade de gênero é normalmente relatada como heterossexuais, por se relacionar, em sua grande maioria, com homens, ou seja, com o gênero oposto.

Identidades Transexuais e Travestis e Mudanças Discursivas

As considerações aqui apresentadas nos levam a perguntar sobre como escutar as pessoas que não se enquadram nos universais de sexo e de gênero (as identidades sexuais, as chamadas ‘orientações sexuais’ e as categorias de feminino e masculino). Seriam

numa mulher pela deusa Hera.

elas portadoras de algum ‘transtorno’ (transtorno de identidade, incongruência de gênero, problemas com a atribuição fállica, e assim por diante)?

Tal posição se baseia, ainda que implicitamente, na existência de uma concordância entre a anatomia fisiológica e o sentimento de identidade social/sexual, ou seja, entre sexo e gênero. Parte-se do princípio de que existe algo inato no ser humano que faz com que a anatomia fisiológica deva coincidir com as categorias sociais do que é ser mulher ou homem. Nessa perspectiva, as transexualidades e travestilidades deveriam ser tratadas como uma perversão ou uma psicose, pois escapam à lógica fállica sustentada pelas fórmulas de sexuação heterocisnormativa.

Outro caminho, indicado ao longo da obra de Freud, sugere que feminilidade e masculinidade ‘são pontos de chegada e não de partida’. E mais ainda: o ponto de chegada é sempre uma construção tributária das peculiaridades dos processos identificatórios e do lugar que o recém-nascido, candidato a pessoa, ocupa no desejo do Outro. O caráter incerto da feminilidade e da masculinidade, assim como a dificuldade de definir feminino e masculino, rompe com a realidade anatômica. A significação dessas noções não tem nada a ver com o chamado ‘natural’: são apenas convenções rígidas, histórica e culturalmente construídas. Elas são resultado de processos bem mais complexos que predisposições e determinações instintuais e geneticamente herdadas (FREUD, [1930] 1974).

Desde 1952, quando ocorreu na Dinamarca a primeira cirurgia, oficialmente comunicada, de ‘mudança de sexo’, retratada no filme, A Garota Dinamarquesa (The Danish Girl, 2016), a construção identitária conhecida como ‘transexualismo’ e, mais recentemente, ‘transexualidade’ - definição e decisão oficial da OMS (Organização Mundial de Saúde) em maio de 2019, vem tomando consistência e ganhando visibilidade em todo o mundo: as reivindicações das mulheres tran-

sexuais e travestis têm sido cada vez mais ouvidas (e atendidas), garantindo-lhes um reconhecimento social (CECCARELLI, 2013).

No Ocidente, as leituras contemporâneas de sexo/gênero têm produzido reposicionamentos em relação aos elementos presentes nas construções identitárias e nas aquisições das referências sociais de gênero. Se, até bem pouco tempo, algumas manifestações do sexual, tais como as homossexualidades, levavam a acaloradas discussões psicológicas e médico-legais sobre os ‘desvios’ que elas encerravam e, por extensão, inúmeras propostas de “tratamento e cura” eram oferecidas, na atualidade as instituições, inclusive psicanalíticas, que impeçam o acesso dessas pessoas as suas fileiras correm o risco de ser processadas por homofobia (CECCARELLI, 2012).

As identidades transexuais e travestis têm nos levados a revisar alguns dos pressupostos teórico-clínicos da psicanálise, para não insistirmos em modalidades rígidas de subjetivação feminina, que ditam o “normal” e o patológico, produzindo uma nova ordem repressiva (CECCARELLI; LEVY, 2012). Colocar a psicanálise como detentora de um saber único que lhe outorga a legitimação do direito de ditar os caminhos ‘normais’ da subjetivação feminina, equivale a transformá-la em um discurso fundamentalista transfóbico.

Um dos aspectos que torna tão desconcertantes as discussões sobre as transexualidades e travestilidades é que elas tocam diretamente as bases imaginárias responsáveis pelos movimentos identificatórios presentes nas construções sócio-identitárias. A população das mulheres transexuais e travestis, com suas reivindicações identitárias como gênero feminino, colocam questionamentos raramente evocados: Mulheres são mulheres, independente do gênero designado no momento do nascimento e da genitália, pois não é uma genitália que as caracterizam, pois ser mulher transcende isso. Essa (in)visibilidade é praticamente obrigatória a partir do momento em que sentem o desejo de identificarem-se pública e socialmente como gênero feminino. E

mais: de onde vem a ‘certeza’, a ‘convicção’ delirante cisnormativa, de estarmos diante de uma mulher (ou de um homem)? Tal certeza é ‘naturalmente’ apoiada pelas referências objetivas – sobretudo o sexo anatômico fisiológico – que uma mulher transexual ou travesti, à nossa frente, ainda exibem como algo que as torna ‘mulheres fálicas’ (parte do fetiche erótico) e como obtém seu prazer sexual e, também como produzem prazeres em outras pessoas. Ora, essas referências são abaladas quando uma mulher cisgênera, nos revela ser (anatômica e fisiologicamente) uma mulher.

Quando, à luz das teorias atuais, da psicologia social, da interface sexo/gênero, os profissionais de psicanálise, mesmo os mais ortodoxos e recalcitrantes, começaram a ouvir as dinâmicas pulsionais e os movimentos identificatórios que subjazem às identidades transexuais e travestis, sem teorizá-las como um desvio patológico e, principalmente, sem se sentirem ameaçados pelo retrocesso de suas moções pulsionais recalçadas, as transexualidades e travestilidades passaram a ser melhor entendidas como mais uma manifestação da sexualidade humana.

O encontro com uma mulher transexual ou travesti, por mais bem preparado e despojado de preconceito (transfobia estrutural) que o interlocutor possa estar, evoca a dimensão subjetiva inconsciente daquela a quem a mulher transexual ou travesti se dirige, provocando, não raro, um sentimento de estranheza, pois “[...] complexos infantis que haviam sido recalçados revivem uma vez mais por meio de alguma impressão” (FREUD, [1919] 1996, p. 310). Esse sentimento de estranheza se deve ao retrocesso de moções pulsionais recalçadas ligadas à bissexualidade constitucional despertado por esse encontro.

Os movimentos pela despatologização das identidades transexuais e travestis levaram a uma mudança política: cada vez mais, essas pessoas vêm ganhando visibilidade e apoio legal, sobretudo no

que diz respeito aos direitos humanos, civis e sociais, ou seja, direitos como mulher, como gênero e como cidadã.

Desde a Resolução n.º 1.482/97, do CFM (Conselho Federal de Medicina), de 10 de setembro de 1997, que autorizou, ‘a título experimental’, a ‘cirurgia de transgenitalização’, o movimento social de mulheres transexuais e travestis, não parou de crescer. Na época, a Resolução entendia que “uma paciente transexual/travesti era portadora de um “desvio psicológico” (transtorno da identidade sexual) permanente da identidade sexual”, [o que faz do “transexualismo” e do “travestismo (bivalente e fetichista)” patologias, classificadas pelo CID-10 F64, F 64.1 e F65.1]. E em 2008, reconhecendo que a “[...] discriminação é determinante no processo de sofrimento e de adoecimento a que estão sujeitas as mulheres transexuais e travestis”, o Ministério da Saúde baixou uma portaria garantindo a realização do Processo Transsexualizador, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Se, em um primeiro momento, como vimos, o “transexualismo” e o “travestismo” foram vistos como patologias, hoje o debate se centra pela despatologização, ou a não patologização, das transexualidades e travestilidades, que foram reclassificadas e ainda aparecem na nova CID-11 como “incongruência de gênero” e transferida para a categoria de saúde sexual ao invés de categorizada como transtorno de saúde mental.

Os movimentos sociais pela despatologização das identidades transexuais e travestis, continuam: *Stop Trans Pathologization*, uma campanha internacional lançada em 2012 que luta nesse sentido, conta, no Brasil, com o apoio dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia. E a mais recente e emblemática aquisição de reconhecimento das identidades transexuais e travestis, data de fevereiro de 2013: a decisão do Ministério da Saúde em colocar no cartão de saúde dessas pessoas o Nome Social, em vez do registro. Espera-se, assim, contribuir para a diminuição da segregação social da qual são vítimas

essa população, resguardar sua dignidade como assegura o art. 1º, § III da Constituição Federal de 1988, assegurando-lhes, ao mesmo tempo, o pleno direito ao acesso à saúde e à cidadania.

Tais mudanças repercutiram diretamente na ‘visão’ que se tinha dessas pessoas, abrindo caminho à novas conquistas e promovendo políticas públicas de saúde e inserção social das mulheres transexuais e travestis, o que levou à mudança do modo de designar essa parcela da população: se, num primeiro momento, falava-se de “transexualismo” e “travestismo”, a mudança para transexualidade, ou transexualidades, no plural, retrata um avanço importante, o sufixo “dade” significa “modo de ser”, pois o sufixo “ismo”, é uma conotação doentia. Algumas pessoas, membros de movimentos pela despatologização das identidades transexuais e travestis fazem *advocacy*² pelo acesso livre e irrestrito à cirurgia de transgenitalização, como um direito da pessoa para adequar o corpo à sua identidade subjetiva. Para elas, a exigência de ter a identidade legitimada por uma autoridade exterior institucionalmente investida de poder – psiquiatras, psicólogos, psicanalistas – parece absurda, engessada e ditatorial. Afinal, alegam, ninguém precisa ter *expertise*³ para lhes dizer que elas são, de fato, mulheres e gênero feminino. E, muito menos, para se submeter às inúmeras modalidades de cirurgias estéticas que podem ser tão mutilantes, ou até mais, que a transgenitalização.

A questão é de peso e está longe de receber consenso. Penso que, por enquanto, devemos estar abertas a todos os argumentos e ouvir todas as partes, principalmente as mais envolvidas no debate, a população das mulheres transexuais e travestis. Só assim poderemos

² O termo tem origem na palavra *advocare*, do latim, que significa ajudar alguém que está em necessidade. Em inglês, deriva do verbo *to advocate*.

³ *Expertise* é o conhecimento adquirido com base no estudo de um assunto e a capacidade de aplicar tal conhecimento, resultando em experiência, prática e distinção naquele campo de atuação.

progredir no diálogo e alcançar uma posição que responda, dentro do possível, às reivindicações elencadas.

Considerações Finais

A partir das considerações tecidas neste artigo, é possível situar a população das mulheres transexuais e travestis num campo enigmático de investigação clínica. Suas certezas pela busca por uma completude a se fazer através das mudanças corporais e, alcance de uma felicidade pela promoção de uma identidade e reconhecimento social, como gênero feminino, ainda não carregam garantias nenhuma, principalmente com essa conjuntura política.

No entanto, os questionamentos que fazemos sobre os avanços ora conquistados não pretendem vetar a possibilidade dos acompanhamentos e procedimentos cirúrgicos para as mulheres transexuais e travestis, mas nos alertam para o fato de que é preciso evidenciar a garantia na qual a psicologia social aposta, que é a de que há uma pessoa que precisa ser escutada na sua singularidade, acolhida nas suas ansiedades e angústias e elaboradas as suas demandas subjetivas, como possibilidade de simbolização de suas experiências.

Em se tratando da possibilidade de discutir as estruturas clínicas no caso de algumas mulheres transexuais e travestis, destacamos que, na contemporaneidade, a clínica estrutural não tem sido, por si só, suficiente para se pensar o “sofrimento” dessa população.

Todavia, ressaltamos a importância de se observar a população das mulheres transexuais e travestis retratadas nesse artigo e, suas inúmeras tentativas de se haver com suas escolhas. Trata-se de reconsiderar a responsabilização das mesmas em seu processo de “transição”, “redesignação” e mais ainda, de problematizar suas concepções sobre o “tornar-se mulher”, apontando para a possibili-

dade de construções singulares que respondam aos determinantes socioculturais de forma menos devastadora para elas.

Finalmente, diante do exposto nesse artigo, surge um grande questionamento toda população e movimentos sociais de mulheres transexuais e travestis: é mesmo necessário que uma mulher transexual ou travesti se identifique, se nomeie ou se apegue a alguma classificação identitária conceitual patológica, advinda de uma ótica médica psiquiátrica normativa, cishegemônica, heterossexista e reducionista?

Em algumas culturas, as mulheres transexuais e travestis foram historicamente estigmatizadas, marginalizadas e perseguidas devido à crença na sua “anormalidade”. Isso porque o estereótipo do que seria “natural” é que o gênero atribuído no nascimento seja aquele com o qual as pessoas se identificam por toda a vida e, portanto, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se considera ser o “adequado” para esse ou aquele gênero. No Brasil, ocorriam bailes de “travestis” no século 19, quando marinheiros eram recepcionados no Rio de Janeiro, dada a falta de mulheres com as quais dançar em momentos de lazer. O fascínio misturado com abjeção tem sido praxe na relação da sociedade brasileira com as travestis e as mulheres transexuais. A sociedade que sempre excluiu as mulheres transexuais e travestis ainda não reconhece a plena humanidade como cidadãs e gênero feminino.

Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. 2. A Experiência Vivida (L'EXPÉRIENCE VÉCUE). 2. ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTEL, Pierre-Herry. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77-11, 2001.

CECCARELLI, P. R. Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação. *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano XV, n. 161, p. 88-98, set. 2002.

CECCARELLI, P. R. O que as homossexualidades têm a dizer à psicanálise (e aos psicanalistas). *BAGOAS – estudos gays, gêneros e sexualidades*, Natal, n. 8, p. 103-123, 2012.

CECCARELLI, P. R. Sobre a virtualização do sexual. In: LOPES, A.; BARBIERI C.; RAMOS, M.; BARRETO, R. (Org.). *Conexões virtuais: diálogos com a psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2016. p. 159-177.

CECCARELLI, P. R. *Transexualidades*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

CECCARELLI, P. R.; COSTA SALLES, A. C. A invenção da sexualidade. *Reverso*, Belo Horizonte, ano 32, n. 60, p. 15-24, 2010.

CECCARELLI, P., R; LEVY, E. A patologização da normalidade: rumo a uma nova ordem repressiva. In: LEMOS, F.; SILVA, A.; SANTOS, C.; SILVA, D. (Org.). *Transversalizando no ensino, na pesquisa e na extensão*. Curitiba: CRV, 2012. p. 427-440.

COSTA, Milton Cesar da. *De um sexo ao outro: uma abordagem psicanalítica sobre a cirurgia de «mudança de sexo»*. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DOCTER, RF. *Transvestites and transsexuals: toward a theory of cross-gender behavior*. New York: Plenum Press; 1990.

FREUD, S. A sexualidade na etiologia das neuroses (1898). In: FREUD, S. *Primeiras publicações psicanalíticas (1893-1899)*. Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 251-270. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 3).

FREUD, S. O ‘estranho’ (1919). In: FREUD, S. *Uma neurose infantil e outros trabalhos (1917-1918)*. Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 237-269. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 17).

FREUD, S. O humor (1927). In: FREUD, S. *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos* (1927-1931). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 165-169. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 21).

FREUD, S. Sobre o narcisismo: uma introdução (1914). In: FREUD, S. *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos* (1914-1916). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 81-113. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).

FREUD, S. Fragmento da análise de um caso de histeria (1905 [1901]). In: FREUD, S. *Um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos* (1901-1905). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 19-116. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7).

GÓMEZ-GIL, Esther; ESTEVA DE ANTONIO, Isabel. *Ser transexual* (Being Transsexual). Barcelona: Glosa, 2006.

LACAN, Jacques. (1957-1958). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 537-590.

LACAN, Jacques. (1957-1958). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LISPECTOR, Clarice. *A Hora da Estrela*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

MILLOT, Catherine; POMMIER, Gerard. *Transexualismo/Identidade Feminina*. Transcrição 1. Salvador: Fator, 1998.

PERSON, E. S.; Ovesey L. The transsexual syndrome in males: primary transsexualism (1974). In: PERSON, E. S. *The sexual century*. New York: Yale University Press; 1999.

PIAGET, Jean. *A psicologia*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1970.

SASSE, Carolina. Homossexualidade feminina e visibilidade. *Revista psico.usp*, São Paulo, n. 2/3, 2016. ISSN 2447-7109.

TRANSCRIÇÃO LITERÁRIA DE ELVIS E MADONA

Luiz Roberto Lins Almeida*

Resumo: O presente ensaio se debruça sobre o processo de transcrição (Campos, 2011) da obra *Elvis e Madona* (2010). Neste caso, invertendo o procedimento mais comum, a transcrição dá-se do cinema ao livro, obras homônimas. O filme, dirigido por Marcelo Laffitte, com roteiro de Marcelo Laffitte e José Carvalho, foi adaptado a uma versão literária, por Luiz Biajoni. Discute-se as relações entre filme e romance, as “noções de equivalência”, tomando a adaptação literária como uma forma de tradução, de (re) criação artística, examinando o papel da representação poética subjetiva na produção e interpretação da obra de arte e nessa transição de linguagens. Das telas ao romance, a história passa de uma comédia romântica LGBTQIA+ a um romance policial.

Palavras-chave: transcrição, cinema brasileiro, literatura LGBTQIA+, *Elvis e Madona*.

TRANSCREACIÓN LITERARIA DE ELVIS Y MADONA

Resúmen: El presente ensayo se debruza sobre el proceso de transcreación (Campos, 2011) de la obra *Elvis y Madona* (2010). En este caso, invirtiendo el procedimiento más común, la transcripción se da del cinema al libro,

* Aluno de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (PPGEL/UFMS). Trabalho realizado na disciplina de Literatura e Cinema, sob orientação do Prof. Dr. Ramiro Giroldo. Agradecimentos especiais ao escritor Luiz Biajoni, que aceitou responder minhas perguntas por e-mail, bem como ao músico Gabriel Moura, com quem conversei via Whatsapp. O espírito de colaboração, a solicitude e a gentileza com que me trataram precisa ser destacado e agradecido.

obras homónimas. La película, dirigida por Marcelo Laffitte, con guión de Marcelo Laffitte y José Carvalho, fue adaptada a una versión literaria por Luiz Biajoni. Se discuten las relaciones entre la película y la novela, las “nociones de equivalencia”, teniendo la adaptación literaria como una forma de traducción, de re(creación) artística, examinando el rol de la representación poética subjetiva en la producción e interpretación de la obra de arte en esa transición de lenguajes. Del telón a la novela, la historia pasa de una comedia romántica LGBTQIA+ para una novela policial.

Palabras clave: transcreación, cinema brasileño, literatura LGBTQIA+, Elvis y Madona.

Quando fechamos questão sobre nosso
gosto sexual, sobre nossas preferências,
não estamos desconsiderando um
universo inteiro de possibilidades?
Elvis *in* Elvis e Madona, de Luiz Biajoni

*(...) gender is in no way a stable identity
or locus of agency from which various acts
proceed; rather, it is an identity tenuously
constituted in time – an identity instituted
through a stylized repetition of acts.*

Judith Butler

“O livro é melhor do que o filme” e “o filme não é fiel ao livro” são observações que se pretendem críticas, que demonstrariam o conhecimento das duas obras consumidas. Sem embargo, esses comentários desconsideram os processos criativos, características, limitações e possibilidades de cada um dos meios. Isto é, esquecem-se da fórmula sintética de McLuhan “O meio é a mensagem”. Disputam espaço nesse imaginário as “noções de equivalência” e “fidelidade”.

Neste breve ensaio, será abordado o processo de transcrição do filme “Elvis e Madona”, dirigido por Marcelo Laffitte (2010), ao romance homônimo, de autoria de Luiz Biajoni, publicado pela Editora Língua Geral (2010). No caso, há uma inversão do sentido usual em que se dá a transcrição; neste caso, embora o lançamento de filme e livro tenha sido concomitante, o filme precedeu o livro.

Figura 1 - Capa do filme

Figura 2 - Capa do Livro de Luiz Biajoni

No entanto, antes de perscrutar os procedimentos adotados pelo escritor, é preciso recorrer a um *flashback*, para apresentação das obras, uma vez que, embora premiadas¹, com a participação

¹ 9ª edição do Prêmio ACIE de Cinema, nas seguintes categorias: Melhor Diretor, Marcelo Laffitte; Melhor Atriz: Simone Spoladore; Melhor Ator: Igor Cotrim; e Júri Popular. Fonte: <https://www.adorocinema.com/noticias/filmes/noticia-100421/>

de atores consagrados² e com participação de Gilberto Gil na trilha sonora, sua repercussão não chegou a ganhar *status* de *blockbuster*.

Sobre as representações de transexualidade (e questões de gênero) nessas obras há alguns estudos³ e, apesar de esse não ser o foco deste trabalho, cumpre notar que a evolução do debate das questões de gênero nos últimos anos, que, inclusive, popularizaram – se não os estudos, ao menos o nome de – Judith Butler, fazem com que atualmente cause estranheza algumas das referências feitas, bem como as menções **não ao gênero, mas ao sexo dos protagonistas. No entanto, quando do lançamento das obras**, em 2010, imprensa, diretor e escritor diziam que as obras eram sobre a relação amorosa entre uma lésbica e um travesti⁴. **O próprio escritor dá-se conta desse descompasso entre as terminologias do livro original e o contexto atual, por essa razão, na edição comemorativa de dez anos de lançamento, cujo lançamento** foi realizado no dia 22/06/2021, houve adaptações terminológicas, para as quais foi consultada a empresa Mezcla Diversidade, consultoria de comunicação justa⁵.

² Igor Cotrim, Simone Spoladore, Maitê Proença, José Wilker, dentre outros.

³ Á guisa de exemplo: PINHEIRO, Anna Caroline de Moraes. A representação de transexuais e travestis no cinema brasileiro. 2014. 88 f., il. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Numa pesquisa perfunctória, no Google Scholar, os trabalhos existentes sobre as obras abordam apenas a representação da transexualidade, não tratando da adaptação da obra em si.

⁴ <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2011/09/estreia-comedia-elvis-madona-desmonta-estereotipos-sexuais.html>

⁵ <https://rascunho.com.br/noticias/elvis-madona-de-luiz-biajoni-ganha-edicao-comemorativa/>. “O livro envelheceu bem, mas a linguagem precisou de adaptação. Os movimentos LGBTQIA+ ainda têm muito a conquistar, mas tiveram um grande avanço nos últimos dez anos. Pensamos que algumas coisas talvez pudessem soar como algum ranço, preconceito, com uma terminologia agressiva”, <https://liberal.com.br/cultura/cultura-na-regiao/livro-elvis-madona-do-americanense-luiz-biajoni-ganha-edicao-comemorativa-1540462/>.

O filme trata da história de amor entre dois transgêneros⁶: Madona, nome social adotado por Adailton, e Elvis, nome social adotado por Elvira. Filme e livro começaram a ser gestados em 2008 e saíram conjuntamente em 2010. Como explicado por Laffitte na orelha do livro de Biajoni, bem como pelo próprio escritor na entrevista anexa, era o primeiro longa do diretor, que conheceu o escritor ao baixar um de seus livros, disponível apenas digitalmente à época: “Sexo Anal, uma novela marrom”.

Como se nota, tudo relacionado a essas duas obras nada é óbvio, nada é usual, nada fica dentro dos padrões (em especial da época): um diretor debutando em um longa-metragem, um jornalista do interior de São Paulo até então apenas publicações independentes, tratando de um relacionamento improvável entre dois transgêneros, num tempo em que os movimentos de gênero ainda eram conhecidos pela sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes).

Todo esse conteúdo disruptivo impôs desafios ao escritor para transcriar a obra cinematográfica para as páginas do livro. Cogitou desistir. Reiniciou o livro por 11 vezes. Consciente da liberdade estética da escrita e sem cobranças de cunho mercadológico, pôde também transformar um “drama romântico engraçado” num “romance policial amoroso”.

As observações que aqui podem ser feitas permitem apenas estabelecer as relações entre as obras já concluídas, não se pode, porém, esquecer que o escritor também teve acesso ao roteiro, corte de mais de três horas do filme, bem como ao material extra que os atores tinham para a compreensão da composição das personagens. O acesso a esse acervo permitiu-lhe uma visão ainda mais ampla da obra, abrindo-lhe outras possibilidades.

⁶ Como não é o assunto do ensaio – e excede o escopo deste trabalho –, preferi tratar os personagens como transgêneros, embora ainda nas ações de divulgação da obra por parte da editora Bazar do Tempo, em 2021, ainda conste que se trata da relação entre uma lésbica e uma travesti.

O livro enquadra, portanto, como uma adaptação literária do filme, uma forma de tradução, de (re)criação artística, cuja fidelidade vai além do mero espelhamento e reprodução, uma vez que explora cenários e possibilidades apenas latentes no filme.

A questão da “fusão de horizontes” entre a obra cinematográfica e a obra literária sempre esteve na visada do escritor, que tinha consciência da necessidade de que “suportes diferentes, cada um tem sua característica” (CASTRO, 2011) e que, por isso, demandam soluções diferentes.

No horizonte possível do escritor também estava a liberdade de mudar tudo, pelo caráter, então marginal, do projeto, teve liberdade para não seguir o roteiro *ipsis literis*, podendo desenvolver os personagens e mudar o final, enfim, fazer, em sua obra “como o cinema faz com os livros”. Inclusive, nesse processo de transição de linguagens, das telas ao romance, a história passa de uma comédia romântica LGBTQIA+ a um romance policial.

Embora Luiz Biajoni celebre a independência e a possibilidade de (re)criar a obra sem as limitações orçamentárias, sem necessidade de locação ou de compatibilização de agenda de atores, sem restrições de horário, reconhece também certas limitações, derivadas da própria linguagem imagética do cinema “O jeito que a Simone olha o Igor (ou Elvis olha Madona) diz muito e, no livro, fica difícil contar isso, esse ‘jeito’ – porque é um trabalho de ator” (CASTRO, 2011).

Além disso, o filme conta com elementos extradiegéticos que auxiliam na composição da compreensão da obra. Serão destacados três recursos extradiegéticos do filme que não seriam possíveis de mera trasladação ao livro.

O primeiro deles dá-se nos primeiros segundos do filme, durante os créditos iniciais já se ouvem vozes, dizendo “Silêncio”, “Som”, “Câmera”, e a primeira cena mostra uma claquete indicando a to-

mada que está sendo feita, com o grito de “Ação” e a música a dizer “Let’s go”. É um diálogo com o espectador, como se ali se reiterasse o contrato ficcional, numa quebra momentânea da quarta parede.

Um minuto depois, aparece o segundo elemento extradiegético: o título do filme, no qual aparece o símbolo de “e comercial”, o &, adaptado com os símbolos de sexualidade masculina e feminina, isto é, o espelho de Vênus (♀) e o escudo de Marte (♂).

Figura 3 - Título do filme

A fusão desses símbolos à letra “e” que une Elvis e Madona já dá indícios do conteúdo que será tratado na obra, que abordará a questão da fluidez dos gêneros, a complexidade dessas relações para as quais não se tem (à época menos ainda) um símbolo definido. A escrita do “e”, tal como estilizada na já enuncia e anuncia o tema.

O terceiro recurso extradiegético **não reproduzível no livro é a trilha sonora. Além das músicas, há efeitos sonoros de distorção, como quando no meio de uma refeição em família, a anciã diz algo inapropriado e a música para, como se o disco houvesse arranhado (1h12min).**

Ainda quanto à trilha sonora, há músicas que foram compostas especialmente para o filme, para compor a narrativa. Marcelo Laffitte, no material de *making off*, apontava que “a musicalidade dos personagens, no dia a dia, era muito grande: a Madona queria fazer um show para um teatro de revista. Então as músicas foram importantes, tiveram até funções narrativas dentro da nossa história”⁷.

Algumas **músicas criadas especificamente para o filme, até para, nas palavras do diretor, ter “funções narrativas”, isto é**, extradiegéticas. Dentre elas, há canções assinadas por Victor Biglione, Marcelo Laffitte e Gabriel Moura. No minuto 16, por exemplo, numa cena de salão de beleza, a ação dá-se ao som da música “Força na Peruca” de Gabriel Moura, na voz de Gilberto Gil (Anexo III). A música foi composta especialmente para essa cena e baseada nas expressões utilizadas pela comunidade LGBTQIA+ e a linguagem contém palavras em Iorubá⁸. Aliás, a música “Força na Peruca” foi escrita após o compositor ter acesso ao “copião” do filme, aproveitando-se de termos e expressões que haviam sido usados na própria história (Anexo II).

No processo de transcrição **do filme para o romance**, Biajoni soube valer-se do que Haroldo de Campos chama de isomorfismo, isto é, “original e tradução, autônomos enquanto informação estética, estão ligados por uma relação de isomorfia” (CAMPOS, 2011, p. 16) – diferentes linguagens dentro de um mesmo sistema. O escritor pôde explorar a vida pregressa dos personagens, seja por memórias, seja por *flashbacks*, além das indiscrições que soem ser características do narrador universal, denunciando pensamentos, emoções, desejos.

Se por um lado esses recursos musicais e sonoros auxiliam ao filme, Biajoni “dá o troco”, na escolha da música da primeira apre-

⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=seutjYf-67Q>.

⁸ Sobre a questão linguística das gírias da comunidade LGBTQIA+, que inclusive foi cobrada no Enem em 2018, ver <https://super.abril.com.br/cultura/o-que-e-o-pajuba-a-linguagem-criada-pela-comunidade-lgbt/>

sentação de Madona. Enquanto o filme optou por “Alma de Mulher”, música de Victor Biglione e Marcelo Laffitte (min 16), o livro, sem as amaras do pagamento pela execução ou utilização da música, põe a protagonista a cantar *Like a Virgin*, de Madonna (p. 74)⁹. A referência a essa música aumenta o potencial significativo da obra, pois é de autoria da cantora norte americana em que a protagonista se inspira, tanto no nome quanto no visual. Além disso, *Like a Virgin* uma música clássica do repertório da cantora norte americana, ícone do movimento LGBTQIA+. Como o livro tem um perfil mais policial que o filme, a alusão a *Like a Virgin* (1984) também acaba por remeter o leitor à discussão inicial de *Reservoir Dogs* (1992), considerado o filme de estreia de Quentin Tarantino.

Mas essas não são as únicas intervenções de Biajoni para a composição de um livro fiel ao filme. Fiel no sentido que Haroldo de Campos dá à tradução, ao dizer que “a operação tradutora deve ser ‘estranhante’, ao invés de acomodatória, naturalizadora, neutra. Tradução quer dizer transmutação” (CAMPOS, 2011, p. 28). “Traduzir, então, seria também um comentário crítico ao texto original e, nesse sentido, aproximar-se-ia de um ato de leitura” (Camarneiro, 2017, p. 135). Nesse sentido “a novela lilás” nada tem de neutra, de natural: é toda exploração de possibilidades, tanto as do escritor quanto as que tiveram de ser abandonadas pelo filme.

Já de entrada, antes do prólogo, vaticina o autor “Dizem que tudo o que acontece no mundo, acontece primeiro em Copacana”, essa cosmologia impressa por Luiz Biajoni ao livro, é retirada de uma fala aparentemente despretensiosa lançada quase no meio do filme (40min), por um personagem coadjuvante, Clark¹⁰, o diretor do jornal

⁹ “[...] Madona entendeu que as asas de uma delas pertenciam à própria Elvis. Era a sua menina-anjo. Ao vê-la, quase esqueceu a letra da música. - *Like a virgiiiiiiiiin, touched for the very first time, like a viiiiiirgin, with your heartbeat next to miiiiine...*”

¹⁰ Biajoni, jornalista, evita a referência um tanto óbvia a Clark Kent, e nomeia o

para quem Elvis entrega as fotos que causam a reviravolta na trama. A fala no filme é mais casual, assim “tem um amigo meu que diz que tudo que acontece no mundo, acontece antes em Copacabana”.

Biajoni relata que o roteiro do filme previa um tiroteio num teatro lotado e que isso não teria sido possível por questões orçamentárias, tendo sido realizado num teatro esvaziado (Anexo I). Em sua atividade transcriativa, o escritor ousa e dobra a aposta: em lugar de uma cena interna, dentro de um teatro, faz uma tomada externa, um tiroteio ao ar livre, com carro sendo alvejado, perseguição, derramamento de sangue. No texto escrito, o custo de uma cena interna ou externa é o mesmo; o gasto para a representação cinematográfica não limitou a obra escrita.

No prólogo e nas primeiras vinte páginas do livro, há uma caracterização de Madona, sua história é apresentada, suas escolhas. Tudo o que, no cinema, fica reduzido à imagem da transgênero Madona é **esquadrinhado pelo escritor, que consegue dar uma terceira dimensão à protagonista, demonstrando a complexidade da pessoa cuja história é contada.** A infância, o abandono, a carência afetiva, o preconceito, a fuga, as sevícias sexuais a que fora submetida, a exploração sexual, a busca pela aceitação.

Aliás, o livro consegue explorar melhor todos os personagens, ao contar as histórias pregressas (*backstory*) de Elvis, Madona, João Tripé e até mesmo de Pachecão, personagem representado por José Wilker que somente aparece no final do filme. João Tripé e Pachecão ganham, no livro, mais profundidade, justamente porque o gênero policial demanda uma visão mais enfocada na dicotomia policial-criminoso, e a “pegada” do escritor também é ligada à temática da violência. Personagens de menor participação no livro ganham

responsável pela Redação do jornal com algo mais crível e mais brasileiro: Varley. Se perde (se é que perde) na referência à cultura pop, ganha – e muito – no quesito brasilidade.

nomes que ajudam a compor a cena estética do mundo do crime organizado no Rio de Janeiro. O chefão do tráfico é Cride, Doutor Lobo, o delegado corrupto, Zé Clarinho¹¹, um traficante adversário que precisa ser eliminado.

Assim, o livro deixa de lado as *gags*¹², que dão suavidade à história romântica, **que foram usadas com cuidado pelo diretor como estratégia para que o espectador se abra-se para receber a mensagem séria. O filme busca, como bem sintetizado por Simone Spoladore no *making off*¹³, deixar o estigma que até então tinham os filmes sobre travestis, que retratavam uma cultura *underground*.**

Biajoni, ao contrário, opta por explorar esse lado B, essa possibilidade de explorar o mundo *underground* do mundo da exploração sexual, do crime, da marginalidade, da desconfiança do *status quo*, do receio da polícia, da violência, do tráfico de drogas. Nesse sentido, o roubo perpetrado por João Tripé contra Madona, no filme, tem aspectos de violência doméstica, da exploração por um *ocó* (homem) de uma *boneca* (travesti). No livro, por sua vez, esse aspecto é ampliado, incrustado nas teias do crime organizado, que conta com a impunidade e com a corrupção para prosperar. Ou seja, o livro acaba por escolher uma origem genética que se embriaga na literatura *noir*, remetendo a traços da tradição de um Raymond Chandler, por exemplo.

¹¹ No Brasil, há diversos criminosos famosos com nomes no diminutivo: Fernandinho Beira-Mar, Marcelinho VP, Pedrinho Matador. Além de outros apelidos que suavizam o caráter criminoso, como, por exemplo, Gordo, apelido de um figurante do livro. Esse fenômeno da suavização de apelidos já foi registrado em matérias jornalísticas de 1994: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/23/cotidiano/14.html> e <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/23/cotidiano/15.html>.

¹² “Palavra retomada sem modificações do inglês, em que designa uma história engraçada, uma parte de diálogo improvisado por um ator, antes de ganhar, por volta de 1920, seu sentido cinematográfico”. Aumont, Jacques. Dicionário teórico e crítico de cinema / Jacques Aumont, Michel Marie; tradução Eloisa Araújo Ribeiro. - Campinas, SP: Papyrus, 2003.

¹³ <https://www.youtube.com/watch?v=oCsz5Cw6a4Y>.

Em relação à linguagem utilizada pelos personagens no filme, as do livro **são mais diretas, eventualmente pontuadas por um “darling”, “ma chérie”, “honey”**. No filme, além dessas expressões para denotar uma certa afetação, se fazem presentes, como, por exemplo, quando Madona conta a Elvis que foi roubada, dizendo que “Ele levou todo meu *acue*” (8m30s), termo do pajubá, dialeto utilizado pela comunidade LGBTQIA+ para significar “dinheiro”. O livro optou por uma solução mais direta, mais simples e, portanto, mais universal “– Eu... eu fui roubada...” O vocabulário da Madona, de Laffitte, ainda demonstra uma religiosidade de matriz africana não explorada por Biajoni. Por duas vezes, a protagonista ameaça a João Tripé dizendo-lhe que iria oferecer “um galo preto para Exu” (6m e 51m) e, noutro momento, diz “Ah, minha Iansã, por que que a gente não usou camisinha?” (1h3min).

A intertextualidade está bastante presente no livro, literalmente da capa à última página, não só em seu aspecto mais superficial, pelo diálogo com o filme adaptado, mas pela plêiade de referências que constam na obra. **Já na capa, consta, no campo inferior direito, “baseado no filme de Marcelo Laffitte”**. Também na evocação clara do título, que remete aos artistas norte-americanos, bem como nas referências musicais, como já mencionado. No livro, há um momento em que Elvis leva a Madona um livro de Jean Genet, *Nossa Senhora das Flores*, deixando uma página marcada para a leitura. No pós-épílogo, a página marcada de *Nossa Senhora das Flores* é apresentada. Intertextualidade de capa a capa.¹⁴

Na cultura pop, costumam ser chamados de *easter eggs* os segredos, as pistas, as dicas colocadas num filme ou série que remetam a outros filmes ou outros produtos culturais em geral. **É um nome específico dado à intertextualidade**. Em seu processo de criar sobre a obra de Laffitte, Biajoni também inseriu *easter eggs*, pistas para suas outras obras.

¹⁴ A edição comemorativa, com direito a *audiobook* foi lançada em 22/06/2021.

Já na primeira linha do prólogo aparece a frase “ – Madonna, eu vou operar!”. O diálogo inicial do prólogo de “Elvis e Madonna” é um eco do diálogo inicial de “Buceta: uma novela cor-de-rosa” (BIAJONI, 2013). Aliás, o final do diálogo de “Elvis e Madonna” já enuncia o título da obra a que se refere:

Elvis e Madonna: uma novela lilás	Buceta: uma novela cor-de-rosa
– Madonna, eu vou operar.	– Gato, eu vou operar.
– ...	– ...
– É, eu já decidi! Vou pra São Paulo, botar buceta.	– É, eu já decidi! Vou operar.

Nesse diálogo inicial do livro ainda parece haver uma referência ao filme “Todo sobre mi madre” (1999), de Pedro Almodóvar, pois Madonna não quer se operar pois, “como é que ia fazer com os clientes que gostavam de ser entubados?” Fala semelhante tem a personagem transgênero La Agrado no filme espanhol, ao dizer que “*Las operadas no tienen trabajo. A los clientes les gustan las neumáticas y bien dotadas*”.

No primeiro capítulo, Biajoni dobra a aposta e, novamente, faz uma referência a outro de seus livros: “Sexo Anal: uma novela marrom” (2013). O capítulo começa com uma sentença impossível de passar despercebida “O amor é um pau no meu cu”, frase que encerra o livro “Sexo Anal” (BIAJONI, 2013).

É possível conjecturar que essas referências tenham sido forma de remeter à gênese da relação entre diretor e escritor, que se conheceram pelo interesse do primeiro na obra do segundo. Então essa transcrição talvez seja uma forma de que ambos se reconhecessem na obra, ou talvez de demonstrar que os livros anteriores de Biajoni já preexistissem em Laffitte, pois, como disse Jorge Luis Borges: “*Cuando leemos un buen poema pensamos que también nosotros hubiéramos podido escribirlo; que ese poema preexistia em nosotros*” (BORGES, 2005, p. 281).

Referências

- BIAJONI, Luiz. *A Comédia Mundana*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2013.
- BIAJONI, Luiz. *Elvis & Madona* [uma novela lilás]. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2010.
- BORGES, Jorge Luis. *Obras Completas*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2005. v. 3.
- CAMARNEIRO, Fábio. O Cinema do Cinema: Julio Bressane, tradução e invenção. In: PENAFRIA, Manuela; BAGGIO, Eduardo Tulio; GRAÇA, André Rui; ARAUJO, Denize Correa. *Revisitar a teoria do cinema - Teoria dos cineastas*. Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2017. v. 3.
- CAMPOS, Haroldo. *Da transcrição: poética e semiótica da operação tradutora*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2011.
- CASTRO, Alex. Biajoni, autor de Sexo Anal, Buceta e Boquete, lança livro sobre amor entre uma lésbica e um travesti. *Papo de Homem*, São Paulo, 02 de out. de 2011. Disponível em: <https://papodehomem.com.br/biajoni-autor-de-sexo-anal-buceta-e-boquete-lanca-livro-sobre-amor-entre-uma-lesbica-e-um-travesti/>. Acesso em: 21 jun. 2021.

ANEXO I – ENTREVISTA POR E-MAIL COM LUIZ BIAJONI

1. Me lembro de quando você foi contratado para escrever o livro. Você chegou a comentar sobre isso no blog da época e que não mais está disponível. Embora isso conste na orelha do livro, na versão de Marcelo Laffitte, gostaria de ouvir um pouco sobre como foi esse contato. Se não me engano, você já escrito tinha Virgínia Berlim e Sexo Anal, livros que eram veiculados apenas em formato digital. Como foi o contato com o diretor? Como foi o desafio? Como isso influenciou sua carreira?

O Marcelo Laffitte tinha baixado e lido Sexo Anal e me mandou um e-mail e começamos a conversar. Ele estava desanimado com a falta de dinheiro para terminar o filme Elvis & Madona. Ele tinha pensado em convidar um escritor para romancear o argumento e roteiro, na

verdade tinha até falado com dois escritores já. Cariocas, naturalmente. Acho que ele pensou em mim como um parceiro para um projeto futuro, talvez adaptar *Sexo Anal*. Mas acabamos desenvolvendo uma amizade e ele meio que me desafiou a escrever. Pensei: vamos ver. Penei para achar o tom que o livro pediu, comecei o livro onze vezes, até que apanhei um avião e fui lá dizer pro Marcelo que não ia rolar. Quando queria, Marcelo sabia convencer – me levou prum boteco, enchemos a cara, ele falou que era melhor escrever livro do que fazer filme, já que livro não dependia de orçamento. Aí me deu um estalo: eu podia mudar a porra toda, não precisava seguir o roteiro *ipsis literis*, podia viajar com aqueles personagens e, de repente, até mudar o final – que é como o cinema faz com os livros. Ele disse que sim, eu podia fazer o que quisesse, foda-se. Hahaha. E aí consegui definir o que fazer com os personagens, com a história. Combinamos que enquanto eu escrevia ele ia falar com alguns amigos do meio literário para ver se alguma editora se interessaria pelo projeto e terminar o filme. Foram quase dois anos para ele terminar e eu escrever e livro e filme ficarem prontos, em 2010. A editora Língua Geral, que gozava de prestígio na época, quis dar uma olhada no livro e gostou do material. Assim, os dois foram lançados juntos e fizemos um tour pelo Brasil mostrando o livro e o filme. Isso influenciou minha carreira por me colocar em contato com uma editora séria e bacana, que acabou lançando meu projeto mais ambicioso, *A COMÉDIA MUNDANA*, um calhamaço de 600 páginas com sexo e sangue, reunindo minhas três novelas policiais sacanas, e, depois, meu *A VIAGEM DE JAMES AMARO* que, infelizmente, creio ter sido o último livro publicado pela editora, que ainda existe mas está inativa desde 2016.

2. Como se deu o processo de transcrição do filme para a literatura? Se não me engana a memória, você propositadamente fez “alterações” na história do filme para caber no enredo de sua história. Foi isso? Como isso foi feito?

No roteiro e no projeto do filme haviam algumas indicações, que não acabaram na tela, como o fato de Madona vir de Marechal Hermes ou de Elvis ser de uma cidade do interior de Minas ou de João Tripé ter estado fora de ação por um tempo ou de Pachecão ser um policial pegador, etc... São coisas que servem para ajudar os atores a compor o personagem ou estão em uma linha ou outra do roteiro que acaba cortada na edição, coisas que caem foram por causa do tempo de duração do filme, etc... e no livro eu podia lidar com elas, podia expandir a história, podia fazer *flashbacks*, no livro não preciso orçamento para botar um personagem em Marechal Hermes ou em Poços de Caldas nos anos 1980... O final do filme também previa um tiroteio em um teatro lotado, coisa que não tinha orçamento para ser executada – então, eu disse: vou fazer um tiroteio final, mas vou colocar essa porra no coração de Copacabana. E pensei em fazer um final um tanto mais apoteótico, copiando e satirizando os filmes românticos. Conforme fui escrevendo o livro e ficando mais afinado com o cenário, os personagens, a coisa fluiu melhor e comecei a criar como costumo fazer... na segunda ou terceira reescrita, já dominava o tom do livro e aí foi até rápido.

3. As alterações na fala e na religiosidade da personagem Madona - do filme para o livro - obedeceram qual lógica?

Não sei bem sobre o que vc fala aqui, mas no roteiro sempre está escrito algo que o ator adapta para o jeito do seu personagem. E, no caso, eu adaptei para o jeito que eu achava que meu personagem devia falar. Tentei manter o que fosse possível, mas algumas situações não cabiam em meu enredo, percebi. Marcelo fala isso na orelha do livro.

4. Quanto à vida pregressa das personagens, que não aparece no filme, foi criação sua? ou já estava no corte de 3 horas a que você teve acesso? ou nalgum material fornecido por Marcelo Laffitte?

Respondi acima... umas coisas estavam, outras, não. Criei mais com Pacheco e João Tripé, mas tive que imaginar situações com Elvis & Madona também, claro.

5. Em regra, a escrita é mais solitária do que a prática do cinema. No seu caso, no entanto, parece que seu trabalho foi mais colaborativo, além do argumento fornecido pelo filme, você teve outros colaboradores? Se sim, como foi essa colaboração?

Não tive colaboração na escrita do livro, só acesso ao roteiro, ao projeto do filme e ao corte de quase 3 horas. Todo o resto, criei sozinho – Marcelo foi ler o livro só quando ele estava indo para a gráfica e não fez nenhuma alteração.

6. O projeto gráfico do livro demonstra uma preocupação estética refletida na capa, na tipografia, na escolha da cor da folha, na presença de folhas pretas. Você teve participação nisso?

Não, o projeto gráfico foi todo de Rico Lins, que demorou para acertar o tom, assim como eu demorei para acertar o tom da escrita. Ele fez dois projetos gráficos dos quais não gostamos, até acertar nesse que foi usado.

7. Na época em que você escreveu o livro, as questões de gênero não estavam tão em voga. A questão LGBTQIA+ tinha outro nome. Como você vê isso hoje? No seu livro, por exemplo, tenho a impressão de que existe uma marcação linguística que sempre indica que Elvis é do gênero feminino. No entanto, Madona é sempre feminina, exceto quando Adailton. Isso foi proposital? Você manteria isso hoje?

Quando começamos a falar sobre o livro, o movimento era chamado de GLS. Travesti era tratado com o artigo masculino: o travesti. A edi-

ção original tinha muita coisa que seria escrita de maneira diferente hoje, por isso estamos lançando uma edição de 10 anos com adaptação da terminologia LGBT para os dias atuais. Tá saindo pelo Bazar do Tempo e como audiobook pela Storytel – já está em pré-venda.

8. Você transformou uma comédia romântica em um livro policial. Como foi isso? Foi uma necessidade? Foi uma vingança?

Hahahaha não, foi completamente sem intenção. Minha pegada é mais da violência e as coisas se encaminharam meio que naturalmente. O filme do Marcelo é engraçado, tem *gags*, não saberia como escrever com graça. Então fiz a minha lição de casa pensando a mão na trama policial. Acho que deu super certo, pois apesar de livro e filme contarem basicamente a mesma história, o filme é um drama romântico engraçado e o livro é um policial de amor.

9. Já ouvi você dizer em entrevistas que sua literatura é pornográfica. Em que sentido você diz que sua escrita é pornográfica?

Hoje diria que uma parte pode ser considerada pornográfica, já que traduzo as cenas de sexo graficamente, a ponto de o leitor visualizar a coisa toda. Não é soft pornô, não é erotismo, pois não é o ato sublimado ou com metáforas ou meias palavras – é a coisa ali mesmo, gráfica. Pornô-gráfica. Marcelo gostou disso em Sexo Anal, queria começar um filme como eu começo Sexo Anal, com uma cena de sexo abertamente impactante pois, depois disso, tudo praticamente está posto sobre o que vem na sequência. Muito tempo depois me dei conta que talvez um filme tenha me inspirado com o início de Sexo Anal – Crash, do Cronenberg, que começa não com uma, mas com 3 cenas de sexo – então a gente dá um pulo na cadeira e fala: caralho, estou bem acordado agora para ver o que vem na sequência, me mostre. Ou isso, ou abandona o livro. Ou isso, ou saia do cinema.

Mas depois, com meus outros livros, vi que o que tinha para dizer diretamente sobre sexo e suas implicações sociais, já estava em meus livros e parti para outros movimentos – que também têm sexo, mas que não fluem a partir do sexo.

10. Se quiser falar mais alguma coisa sobre esse trabalho, sou todo ouvidos. Pode perguntar o que quiser que sou todo dedos para responder.

ANEXO II – Entrevista por Whatsapp com Gabriel Moura

Gabriel, boa tarde.

O sr. me passou seu número ontem por insta.

Eu lhe fiz algumas perguntas sobre sobre a trilha sonora de Elvis e Madona, filme de 2010, do Marcelo Laffitte.

Desculpe-me pela ousadia e pela ignorância, mas vai lá!

Escutei a música “Força na Peruca”, que está na trilha sonora de Elvis & Madona. Fui atrás da letra e não a encontrei 😊

Estou fazendo um trabalho de mestrado sobre o filme, será que vc poderia me responder umas duas perguntinhas sobre a música?

A música foi composta para o filme? Qual o processo de pesquisa para essa composição?

Vejo que na sua obra vc se vale de expressões indígenas, inclusive iorubá (africano). Como se deu esse seu interesse? Você chegou nessas opções linguísticas pela temática LGBTQIA+, ou é uma opção estética, dada a influência das línguas indígenas no português?

Oi Lins. Eu sou do bairro do Lins. Lins de Vasconcelos. Essa canção foi composta especialmente para o filme, logicamente sobre a temática LGBTQIA+ e a linguagem sim contém palavras em Yorubá e é inspirada no próprio modo de falar dos travestis. Aquendar, Aqué, Ocó, Ebó. Não houve pesquisa. Eu assisti ao “copião” do filme onde já existia a cena do salão de cabeleireiro e a expressão “Força Na Peruca” vem do próprio filme. O diretor Marcelo Laffite faleceu em 2019. O Gilberto Gil topou cantar com toda aquela generosidade que lhe é peculiar.

ANEXO III – Música *Força Na Peruca*, de Gabriel Moura

Vamos levantar a pipa
Dar um tapa
Simbora nessa

Dar uma geral na laje
Uma valorizada
aí nessa cabeça

Vamos lá, meninas
Força na Peruca
Manicure, Pedicure, Secador

Toalhas quentes, cafezinho
Bate -papo e revista de fofoca
(E que fofoca!)

Pra sacudir o Ebó
Para atrair o Ocó
Aquendar porque tristeza é UÓ

TRAVESTILIDADES E PSICANÁLISE: corpo fetichizado, violência e o (in)familiar

Rosilene Caramalac*
Angelo Luiz Ferro**

Resumo: Frequentemente nos deparamos com matérias jornalísticas que relatam a violência contra os corpos das travestis, desfiguram-no, queimam-no, apedrejam-no, em suma, são crimes brutais que remetem a um retorno à barbárie. Este artigo tem como objetivo realizar discussões acerca da violência contra LGBTQIA+, dando ênfase na violência contra travestis. A base epistemológica refere-se à Psicanálise, por seus estudos possibilitarem introduzir a noção de pulsão, que discorre sobre o corpo para além do campo biológico, e por permitir uma compreensão das contradições presentes na sociedade. Justifica-se pela emergência de estudar e discutir acerca desta temática, haja vista que o Brasil é líder mundial em assassinato de travestis. Sobre a violência direcionada para esses corpos, em particular, as contribuições da psicanálise possibilitam, dentre inúmeras questões, analisar dois pontos em especial: a perspectiva do corpo e a ideia de infamiliar, como algo que retorna. Para concluir recorre-se ao princípio ético de Lacan: a psicanálise diante da psicose não deve recuar. Assim, usando tal pensamento, podemos afirmar que diante das questões LGBTQIA+, em particular, nas questões relacionadas aos corpos das travestis, a psicanálise

* Psicanalista. Professora Associada da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: rocaramalac@uol.com.br.

** Graduado em Psicologia. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro -PUC – Rio, no qual é bolsista Capes. E-mail: angelusferro@hotmail.com.

não deve recuar. A psicanálise deve ampliar a ideia de *setting* analítico, colocar os divãs nas praças onde estão, inclusive, os corpos mais vigiados.

Palavras-chave: Violência; Corpo; Travesti; Psicanálise.

TRANVESTILITIES AND PSYCHOANALYSIS: fetishized body, violence and unfamiliar

Abstract: Commonly, news are seen reporting the violence transvestite's bodies, destruction: it is disfigured, burnt, stoned, thus, being considered brutal crimes that refer to barbarism. This paper has as a goal discuss topics about the violence against LGBTQIA+ people with an emphasis in violence against transvestites. The epistemological basis used in this paper refers to Psychoanalysis, due to its studies allow to introduce the notion of pulsion, that support us to understand body beyond the biological field and allow to have a comprehension of the society's contradictions. Brazil is the leader country when the topic is transvestite's murders, and that is why, the need to study and discuss about this subject. Regarding the violence suffered to these transvestite bodies, the contributions of Psychoanalysis allow, among many questions, to analyze two special points: the perspective of the body and the idea of unfamiliar as something returnable. Thus, it is important to denote that there is an ethical position of Lacan that is quite widespread: Psychoanalysis against psychosis should not recede. Thereby, using this thought as a basis, it can be assured that regarding the LGBTQIA+ questions, in particular, questions related to the transvestite's bodies, Psychoanalysis should not recede. Psychoanalysis should be, aggrandizing the idea of the analytical set, place the divans in the squares where they are, including, the most guarded bodies.

Keywords: Violence; Body; Transvestite; Psychoanalysis.

Introdução - está lá um corpo estendido no chão...

O Brasil, segundo o *Dossiê dos Assassinatos e da violência contra Travestis e Transexuais brasileiras em 2020*, publicado pela ANTRA (Associação de Travestis e Transexuais), é ao país líder de assassinato

no *ranking* mundial no mundo, e esta posição é ocupada desde o ano de 2008, conforme os dados da ONG *Transgender Europe* (TGEU). Acerca de práticas de violência verbal e física, os dados são deficientes, assim como os dados completos de assassinatos motivados por crime de ódio, isso porque os Estados carecem de padronizações para registrar os crimes de transfeminicídio, além de a polícia não reconhecer algumas práticas como atos de violência.

Nesse morticínio de todos os dias, é urgente que o psicanalista, bem como tantos outros profissionais da área da humanidades, reflita sobre sua prática, não entendendo que vão encontrar possíveis respostas nos textos exegéticos clássicos, das bibliografias europeias, nas salas chiques rodeadas de móveis produzidos por *designers* famosos. Importante marcar ainda, que o recurso literário (artístico ou teórico) nos auxilia a pensar as duas saídas que a sociedade tradicional e antiquada impõe às travestis: a prostituição ou serem vítima de violência.

Destaca-se que a psicanálise nasceu na contracorrente da verborreia tradicionalista, sendo extremamente subversiva, debruçou-se com seriedade e empenho para ir além do *establishment*, quebrando paradigmas que há mais de um século continua ecoando em nossa cultura. A saber, a denúncia que Freud (1895/1996) fez dos males que a sociedade e a civilização trouxeram às mulheres, sendo que ele ofereceu um espaço físico e subjetivo para que os sujeitos falassem sobre si, sobre suas angústias e sobre o que há de mais íntimo em cada um. Ao postular isso em uma sociedade vitoriana, Freud foi motivo de desmerecimento intelectual e taxado de amoral com a publicação de *A interpretação dos sonhos* (1900), que inaugura um conceito fundamental para a psicanálise, a saber, o inconsciente, bem como, os *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905), que traz uma distinção fundamental: as crianças tem um corpo erógeno e existe uma sexualidade infantil, marcando assim uma inversão irreversível

ao constatar que, por intermédio da linguagem – a fala, não somos mais regidos pelo instinto como os animais, mas atravessados pela pulsão. Freud (1905), muito antes do texto *As pulsões e seus destinos* (1915), introduziu sua teoria das pulsões e esclareceu questões sobre o desejo o qual tirava o ser humano do campo unicamente da biologia. Com isso, a psicanálise compreende o corpo para além da questão biológica, o corpo é erógeno, é desejante e, como tal, pode depreender seu desejo para qualquer objeto a fim da busca pela satisfação.

Corpo fetichizado... A violência da noite - um preto, um pobre, uma mulher sozinha, um rapaz delicado e alegre que canta e requebra, é demais!

Minha mãe pariu
Gêmeos,
O medo e eu.
(Hobbes)

Quando pesquisamos ‘contos sobre travesti’ no *Google*, aparece – massivamente – contos eróticos carregados de imagens e cenas de pornografia, de modo que, percebemos a erotização desses corpos e uma sociedade que os trata de maneira fetichizada. Esse fato induz a uma ideia de que travestis são sujeitos que devem servir, entre outros, os ‘homens de bem’ na surdina, nos becos, durante à noite, a fim de satisfazê-los em seus desejos sexuais mais íntimos, em suas fantasias mais escondidas. Moira (2018), em seu poema *Pela décima vez*, relatou a vontade de um homem casado em transar com ela sem camisinha, arvorado com o discurso de ser casado, doador de sangue e que pagaria mais pelo ‘serviço’. Segundo palavras da própria autora:

Confia em mim, sou casado,/ Doador de sangue e, por Deus,
/ Primeira trava com quem eu/ Saio é você, olha o estado/

Em que ele fica, babado: / Te dou mais dez, nem assim?/
Você tem cara que fez/ Teste, o meu deu nem um mês;/
Aliança e tudo, eu sou, sim,/ Casado, ó, confia em mim.
(MOIRA, 2018, p. 110).

O trecho relata o episódio de um sujeito que procura a travesti para satisfazer seus desejos e fetiches às escondidas e, pelo fato de remunerar o ato sexual, quer ter o direito de exigir transar sem camisinha. O excerto acima revela, também, as condições de trabalho enfrentadas pelas travestis que vivem da prostituição, a autora continua, em outro texto do mesmo livro chamado *Objeto de desejo, corpo abjeto*, a relatar as condições precárias de trabalho a que as travestis prostitutas passam no Brasil; aponta, também, que o tempo de prostituição a fazia pensar em como as prostitutas são obrigadas a lidar, enquanto prestam serviços, com seus preconceitos e limitações, uma vez que deve desconstruí-los para atender seus clientes, muitas vezes, sem distinção. Elas enfrentam os mais variados tipos de sujeitos, no entanto, esses se igualam no aspecto de levarem uma vida que a sociedade via como digna: trabalhadores, tinham casa e a maioria tinha uma família.

Vejo trabalhadores recém-saídos das fábricas, das construções, virem requisitar meus serviços por vinte, trinta reais, antes de voltar para casa, para a família, eu sendo a recompensa pelo dia extenuante...o fato de me pagarem tão pouco [...] me dá o direito de exigir higiene (“cobro pouco mas venham limpinho”) ou o valor irrisório é justamente o que determina a minha obrigação a aceitar o que vier? Mas se quisesse eu exigir higiene, onde se higienizariam, uma vez que vêm direto do serviço, uma vez que os atendo o mais das vezes no carro ou, pior, atrás duma moita qualquer, no escurinho do matel? (MOIRA, 2018, p. 124).

Com este fragmento do livro escrito por Moira (2018), é possível compreender o lugar da travesti no imaginário da sociedade brasileira,

não porque elas – em sua grande maioria – queiram ocupar este lugar, mas são socialmente impelidas a ocupar este espaço. O corpo T, aquele que subverte o gênero imposto pela sociedade, de acordo com uma sociedade preconceituosa, conservadora, transfóbica, é o corpo que está para a prostituição, a marginalidade, a noite, e não em outros lugares como a escola, universidade, cargos em grandes empresas, e assim por diante. Temos poucas informações no Brasil sobre travestis que chegam a ocupar cargos no mundo do trabalho de destaque. O gráfico sobre a situação laboral das travestis no Brasil do *Dossiê dos Assassinatos e da violência contra Travestis e Transexuais brasileiras em 2020* aponta que 90% trabalham com a prostituição, 6% trabalham no mercado formal e 4% trabalham na informalidade (ANTRA, 2021, p. 45). Ora, deste modo o *Google*, ao mostrar contos eróticos e prostituições como resultados da pesquisa feita com o descritor ‘contos sobre travestis’ atende uma demanda da sociedade em querer consumir somente conteúdos eróticos dessas pessoas. Essa informação se coaduna com dados que apresentam que o Brasil ocupa, o primeiro lugar em acessos a conteúdos pornográficos com pessoas trans¹.

Em contrapartida, outra busca foi feita sobre a temática, e ao digitar a palavra ‘travesti’, o *Google* nos apresenta inúmeras notícias de violência dirigidas aos corpos das travestis, e essas vão de agressões verbais e físicas até mesmo assassinatos brutais com grande carga de ódio. Isso porque, geralmente, destroem o corpo, desfiguram-no, queimam, apedrejam, são crimes brutais que remetem a um retorno à barbárie, de acordo com os termos de Adorno e Horkheimer (1944/1985).

Segundo o *Dossiê dos Assassinatos e da violência contra Travestis e Transexuais brasileiras em 2020*, elaborado pela Associação Nacional

¹ Segundo os sites: <https://revistahibrida.com.br/2020/05/11/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/> e <https://www.metro1.com.br/noticias/brasil/108358,e-o-pais-que-mais-pesquisa-pornografia-trans-e-o-que-mais-mata-diz-presidente-de-associacao-sobre-mortes-em-2020>.

de Travestis e Transsexuais (ANTRA), não devemos fazer uma leitura superficial de cada violência e assassinato a travestis e transsexuais no país, mas sim, compreender que o Brasil, em 2020, segue a liderança de assassinato no *ranking* mundial no mundo, e esta posição é ocupada desde o ano de 2008 conforme os dados da ONG *Transgender Europe* (TGEU). (ANTRA, 2021).

A fim de compreender o requinte de crueldade dos assassinatos, cabe citar a descrição presente no dossiê da ANTRA (2021) do crime contra o corpo de uma adolescente transsexual no Estado do Ceará:

Com 13 anos, ela foi espancada até a morte. A lagartinha que queria ser borboleta. Menino que era menina, o rosa do azul. Ela tinha sonhos. Tímida, era a felicidade em vida. Sonhava em ser livre e famosa. E por querer ser livre levou pauladas, chutes e pontapés. Sexualizaram sua existência e vandalizaram sua alma. Teve seu corpo deixado em um terreno baldio, com o mesmo ódio e crueldade que levou a Dandara e outras. A polícia? Como sempre, descartou ser um crime de ódio. O suspeito? Preso, 17 anos, assassino confesso. Narrou o gozo mortal à polícia de forma fria e em riqueza de detalhes. [...] E de repente tudo acabou. Porque o ódio passado de geração para geração, fruto da ideologia cisgênera, não suporta a liberdade. Antes mesmo d'ela fazer 14 cortou suas asas, matou seus sonhos e enterrou sua identidade. Quem protege as crianças LGBTI? Quem será a próxima? (ANTRA, 2021, p. 38-39).

Diante do exposto, é gritante que a violência possui diversas vicissitudes e, além da autorização concedida pelo Estado para retirar a vida de tantos corpos vigiados e marginalizados, esse mesmo Estado faz com que a instituição que deveria servir para proteger – a polícia –, seja aquela que também pratica atos de violências, tanto a violência objetiva a partir de agressões e assassinatos, quanto a violência subjetiva, ao não proteger o outro ou não levar em consideração

elementos que configuram rime de ódio. Assim, o Estado deve ser responsabilizado por aqueles corpos assassinados por transfobia, aqueles corpos a que são dirigidos atos de violência.

A violência ao corpo LGBTQIA+ começa, também, no seio familiar. De acordo com dados do *Dossiê dos Assassinatos e da violência contra Travestis e Transexuais brasileiras em 2020*:

Devido ao processo de exclusão familiar, social e escolar, como já mencionado em diversas ocasiões e em pesquisas anteriores, estima-se que 13 anos de idade seja a média em que travestis e mulheres transexuais sejam expulsas de casa pelos pais (ANTRA, 2017) - e que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-íris/ Afro Reggae). Essa situação se deve muito ao processo de exclusão escolar, gerando uma maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social. (ANTRA, 2021, p. 430).

O outro taxa o corpo travesti como o monstro – fazendo alusão ao texto de Preciado (2019) – o que destoa do imaginário social, o estranho que deve ser eliminado das maneiras mais cruéis que as artimanhas do pensamento humano podem dar conta de elaborar com a finalidade de satisfazer um desejo de extermínio do outro.

Dados apresentados por Almeida e Vasconcellos (2018) sobre a violência contra travestis no ambiente nacional, indicam que:

[...] a expectativa de vida atual de pessoas trans seja de 35 anos (próxima àquela dos brasileiros não escravizados em 1880), enquanto para o restante da população é de 74 anos (mais que o dobro) [...] Além de estarem submetidas à violência, as pessoas trans também se encontram em grande vulnerabilidade social, sendo que a maior parte da população é analfabeta ou semianalfabeta. (p. 306).

Freud (1930/1996) postulou que a civilização poderia dominar o desejo de agressão do sujeito “enfraquecendo-o, desarmando-o e estabelecendo no interior um agente para cuidar dele, como uma guarnição numa cidade conquistada” (p. 129). No entanto, essa proposição não tenha sido realizada, principalmente quando se fala à agressão contra o diferente, a travesti, o homossexual, de modo que, cabe o questionamento: por que o caminho da astúcia humana foi e tem sido tão violento? Freud (1933/1996) postulou que a razão esclarecida poderia impedir as guerras, de modo que as forças das pulsões destrutivas seriam domesticadas pelo fortalecimento do intelecto e pelos laços amorosos entre os sujeitos, a saber, pelo antagonista da pulsão de morte: Eros.

A psicanálise admite que há no ser humano uma disposição para a agressividade, o qual está diretamente ligada à pulsão de morte e, de acordo com Freud, (1930/1996), essa é um dos maiores impedimentos de se atingir a civilização. Assim, enquanto Thanatos cumpriria seu papel de ser opositor à civilização, Eros estaria à serviço do processo civilizatório. Lacan (1957 -1958/1999), posteriormente a Freud, mas retornando a ele, afirma que “é a violência que, certamente, é essencial na agressão, pelo menos no plano humano. Não é a palavra; inclusive, é exatamente o contrário. O que se pode produzir em uma relação inter-humana é a violência ou a palavra” (p. 468). Assim, o referido autor demarca uma violência que supõe ato de agredir diante do impossível de dizer, supõe possibilidades de passagem ao ato, retornando, no real, o gozo que escapa ao sentido. Nessa mesma página, ele faz referência ao que chama de violência propriamente dita, a fim de diferenciá-la do uso que os sujeitos fazem do termo agressividade. A violência fundamentada na civilização consiste na perseguição de todos por todos.

Muitas das violências contra travestis são filmadas e dispostas em redes sociais, tais como *Facebook* e *Youtube* com a finalidade de

se tornarem espetáculos para aqueles que, de uma maneira ou de outra, sentem prazer em ver esse tipo de ato, são um resgate ao que simbolizou o *munus gladiatorium*². Assim, como que um gozo, a partir do outro, talvez cumprindo a máxima que existem assassinos na sociedade para que o “desejo” assassino de outros sejam satisfeitos. Há um titubear com a dimensão simbólica da vida retratado em cenas de tortura e crueldade – basta resgatar a descrição do assassinato da criança de 13 anos no Ceará.

Deste modo, salta aos olhos que, para além dos assassinatos e da crueldade que ocorrem todos os dias em particular nas comunidades pobres e direcionados à população negra, os crimes endereçados aos corpos trans, gays não se tratam “apenas” de homicídio, de crimes “comuns” ou crimes passionais, mas especialmente de crimes de ódio; um ódio específico, motivado por homofobia e transfobia. Assim, esses crimes são motivados por um tipo de ódio específico, instigado pelas regras cis-heterossexuais e dirigido à população LGBTQIA+, articulando-se com a ideia de infamiliar³ (*das Unheimliche*).

Há assim, sobre a violência desses corpos em particular, dois pontos na via da psicanálise para serem analisados, com o objetivo de compreender as razões pelas quais determinados corpos são

² A palavra latina *munus* significa oferta, ou seja, era um espetáculo oferecido para a população no qual gladiadores lutavam das mais diferentes maneiras, a saber: morte por espada (*domnatio ad gladium*), morte pelo fogo (*domnatio ad flamas*) e a morte que os gladiadores eram lançados a predadores famintos (*domnatio ad bestias*). Para Han (2017), não significava somente diversão, mas a possibilidade de serem satisfeitas todas as pulsões agressivas dos sujeitos a partir da violência mortal, além de representar o domínio e o poder dos governantes através do sangue e da brutalidade desses ‘espetáculos’.

³ Aqui, faz-se referência ao texto de Freud *Das Unheimliche* (1919), traduzido do alemão por Ernani Chaves e Pedro Heliodoro Tavares, da Editora Autêntica. “O *unheimliche* é uma negação que se sobrepõe ao alemão *heimlich* [...] a palavra em português que melhor desempenha esse aspecto parece ser “infamiliar”. (2019, p. 10).

considerados “o estranho”, o que precisa ser eliminado de forma bárbara, buscando satisfazer uma pulsão mortífera.

Deste modo, fazendo um recorte das possibilidades para a reflexão, o texto seguirá dois pontos cruciais para a psicanálise: a perspectiva do que é o corpo para a psicanálise e a importância de infamiliar.

Corpo e sexualidade – há um estranho que habita em mim...

*Poetry on your body
You got it in every way.⁴
(Sia)*

É inegável que a psicanálise foi fundamental para a mudança do discurso sustentado sobre o corpo e a sexualidade. Seu arcabouço teórico efetuou uma crítica contundente ao discurso da psiquiatria da época, na medida em que questionou o papel da hereditariedade e da degeneração. É notório que Freud (1895/1996) cria a psicanálise a partir da experiência com a clínica das histéricas. É a partir dessa perspectiva que se inaugura uma nova compreensão de doença, e com isto, fundamentalmente uma nova concepção de corpo: um corpo que subverte a anatomia e a fisiologia.

Bem conhecemos que a histérica confirmava a estranha relação entre o físico e o anímico, entre o corpo e a psique, já que o interesse de Freud (1895/1996) parte justamente deste corpo que reagia de forma desconcertante com a sua fisiologia expondo, deste modo, sintomas que não possuíam nenhum correspondente orgânico que os explicasse. Assim, o corpo em psicanálise já não pode ser pensado apenas pelo conceito de biológico, como puramente algo no campo do

⁴ Há poesia em seu corpo. Você a tem em todos os sentidos (tradução nossa).

somático. Esse corpo que está em nós, está muito além do biológico, mesmo sendo biológico também.

O corpo biológico é, portanto, apenas um receptáculo recheado de inscrições simbólicas adquiridas pelo sujeito na sua relação com o outro e com a cultura, relação esta constituída através da linguagem, de um significante que traz marcas ao corpo. Vejam bem, estamos falando em corpo no campo da psicanálise e não em organismo, como nos aponta a biologia. No entanto é preciso marcar que há inegavelmente, em alguns momentos da obra de Freud, contradições com o exposto acima, como por exemplo, quando assinala a ideia que “a anatomia é o destino” (FREUD, 1905/1996, p. 172), ou ainda, quando identificou na diferença anatômica entre os sexos um ponto determinante no complexo de Édipo, trazendo na presença ou ausência do pênis, enquanto órgão, as consequências psíquicas das diferenças, mostrando que é partir dessa dissolução que o sujeito identifica-se e estabelece relações com os objetos. Freud traz a ideia nesses textos que é na saída do Complexo de Édipo, isto é, na castração, que as posições de homem e mulher serão adotadas subjetivamente.⁵

No entanto, apesar dessas contradições, como já afirmado aqui, Foucault apresenta que, na própria presença da diferenciação dos termos *instinkt* e *trieb*, já na obra *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905), não haveria uma correspondência entre a sexualidade na perspectiva psicanalítica e a sexualidade do discurso médico, fundamentado numa anatomia patológica (FOUCAULT, 1963/2000).

Para a psicanálise há uma distinção entre organismo e corpo: o organismo situa-se na ordem estritamente biológica e o corpo de ordem pulsional, libidinal. Sendo assim, poderíamos pensar que

⁵ Para maior clareza sobre esse ponto buscar os seguintes textos de Freud na obra: *A dissolução do Complexo de Édipo* (1923); *A organização genital infantil* (1923); *As consequências psíquicas da diferenciação anatômica entre os sexos* (1925); *Novas conferências introdutórias da psicanálise* (1933). Ver ainda Foucault em *História da sexualidade, volume I*.

nascemos como um organismo, e o corpo só passa a existir quando há o rompimento com a natureza e o ingresso na cultura. Para Freud (1915/1996) a pulsão tem origem inconsciente e é uma carga energética que envolve tanto o aparelho psíquico quanto o funcionamento somático. Pode-se dizer, então, que a pulsão é o representante psíquico das excitações provenientes do corpo; é meio física, meio psíquica e só é conhecida – mesmo no inconsciente – através de seus representantes: a ideia e o afeto.

Garcia-Roza (1998) postula que a pulsão, diferentemente do instinto, não possui objeto fixo, muito pelo contrário, ele é altamente mutável, somente o objetivo da pulsão é fixo, haja vista que todo objetivo da pulsão é a satisfação. Compreendemos, portanto, que o *objeto* da pulsão é enormemente variável, tanto de um indivíduo para outro, quanto num mesmo indivíduo, e reflete a capacidade humana de se satisfazer com inúmeras e variadas opções. Essa é uma propriedade belíssima, pois quebra qualquer perspectiva normativa da vida, refletindo a riqueza da singularidade humana.

Sobre a pulsão e, conseqüentemente, sobre o circuito pulsional vale a pena fazer referência às considerações feitas por Lacan (1964/2008), a pulsão tem como origem uma zona erógena e que, de acordo com o autor, esta possui uma estrutura de borda; a tensão pulsional é compreendida como um fecho, o qual a cada tentativa de alcançar sua satisfação sempre retorna sobre a zona erógena (borda). Ou seja, a pulsão tem início na zona erógena (borda), busca alcançar o objeto perdido (objeto *a*) e, após contorná-lo, volta para a zona erógena (borda). Rudge (1998) esclarece – a partir das leituras de Freud – que qualquer parte do corpo pode se constituir como zona erógena “[...] desde que ofereça condições de evocar prazer. Desde que alguém nela evoque prazer, completa-se” (p. 13).

Compreende-se que o corpo não nos é dado naturalmente, daí não sermos determinados pelo instinto, como ocorre com os animais,

ao contrário, somos seres pulsionais. A linguagem tira o sujeito da horda animalesca e o coloca no campo da civilização, ou seja, a partir da introjeção da cultura (língua) e das leis o sujeito constitui-se para viver em sociedade. Complementa Rudge (1998) que a partir da linguagem há uma desnaturalização do corpo.

Todo esse caminho percorrido até aqui, na trilha da psicanálise, marca a subversão da concepção do corpo em sintonia com biológico, passando pela dissociação de organismo e corpo e, a partir da concepção de pulsão, é possível a dissociação entre sexo/gênero. Nas palavras de Butler não existem “[...] relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2003, p. 38).

Ceccarelli (2017) traz uma passagem do Seminário 11, que para o autor remete às questões de gênero, já que as bases que sustentariam as identificações constitutivas do Eu e as futuras escolhas de objeto são vicissitudes das relações do recém-nascido com o Outro, “[...] no psiquismo não há nada pelo que o sujeito possa situar-se como ser de macho ou ser de fêmea [...] aquilo que se deve fazer, como homem ou mulher, o ser humano terá sempre que aprender, peça por peça, do Outro” (LACAN, [1964] 1973, p. 228-229).

O infamiliar - O Eu e o olhar do Outro

Dá-me um barco [...] E tu para que queres um barco [...].
Para ir à procura da ilha desconhecida, respondeu o homem,
Que ilha desconhecida, perguntou o rei disfarçando o riso,
como se tivesse na sua frente um louco varrido [...],
A ilha desconhecida, repetiu o homem,
Disparate [...], estão todas nos mapas,
Nos mapas só estão as ilhas conhecidas [...]
(José Saramago)

A fim de compreender melhor acerca do organismo e do corpo, e para adentrar ao tema sobre o *eu* e o olhar do Outro, recorre-se ao potencial esclarecedor e tropológico da literatura. A partir do excerto supracitado, o organismo pode ser compreendido como as ilhas conhecidas (campo da biologia), aquelas que já estão postas; o corpo como as ilhas desconhecidas (situado no campo da psicanálise), aquelas que são descobertas a partir da busca do sujeito em desejar para além do campo do olhar alienante do outro. Esse olhar que, ao mesmo tempo o constitui, aliena e dificulta o sujeito descobrir seus próprios desejos, ou, descobrir outras inúmeras ilhas, as desconhecidas, as não inscritas em manuais/mapas, aquelas que podem ser mais surpreendentes e exuberantes. Ou seja, não há harmonia para o *eu* humano, pois a apreensão de sua corporeidade sempre oscilará, visto que será dada justamente a partir do olhar do Outro.

Vacilante porque não é apreensível imediatamente, não pode ser objetiva, já que está intermediada, ou seja, o nosso corpo é, também, mediado pela imagem; esta é dada pelo Outro, que antecipa nele a imagem total a partir de um desejo que não provém de si. Deste modo, o sujeito fica inserido no campo do desejo do Outro, aliena-se a este instituindo-se como objeto. Para nos constituirmos enquanto sujeitos não temos saída, somos fruto de uma alienação com o Outro e seu desejo. Como escreveu Lacan (1964/2008) no Seminário 11, há uma escolha forçada, já que para nos constituirmos é um processo de alienação, é uma escolha forçada: “a bolsa ou a vida! Se escolho a bolsa, perco as duas” (p. 207), por certo o sujeito tem que escolher a vida.

Este corpo-imagem é tramado por uma história e traz na sua estrutura um discurso, dito de outro modo, este é mediado pelo significante, pela linguagem. Assim, para o humano, que é habitado pela linguagem e só por ter linguagem tem inconsciente, só é possível reconhecer-se enquanto corpo quando reconhecido pelo olhar do

outro, há assim um espelho “ideológico”, pois o sujeito é atravessado por esse outro que não devolve apenas a imagem de corpo biológico, neutro, mas o que esse espelho ideológico traz e o que ele quer, deseja ou demanda desta imagem. Este espelho “ideológico” me devolve tanto aquilo que o sujeito é, quanto aquilo que o sujeito não é, bem como aquilo que o sujeito deveria ser.

É de Freud a máxima de que o que temos de mais íntimo é o que nos é mais *estranho*. Há um *estranhamento* em habitar a própria pele, aquilo que escapa à palavra, à possibilidade de nomeação e representação. Destarte, o corpo e a sexualidade são duas dimensões do estranho e a psicanálise traz uma perspectiva singular para refletir sobre esse estranho que me habita. Haveria assim algo para suportar - na própria pele - nesse estranho que me habita, abrindo espaço para a singularidade, buscando usufruir de seu corpo e de sua vida de uma forma inédita. Um corpo faz continuamente uma travessia, buscando formas de existir, porém o que a norma quer é um corpo que se enquadre nos ditames da moral, que os nossos corpos sejam silenciados nas suas diferenças, na perspectiva estrangeira de todos nós de existirmos.

Não há como superarmos a hiância entre corpo e mente, entre o eu e o outro. E não há, não porque é um corpo trans, negro, feminino, etc, mas porque sempre haverá uma irreducibilidade entre o si mesmo e o outro, haverá sempre uma fenda entre o imaginário, simbólico e real. Žižek (1997) nos alerta que na ordem simbólica, não estamos realmente nus, mesmo que estejamos sem roupas, pois a nossa pele funciona como “vestimenta da carne”. Deste modo, podemos nos afastar do imaginário e cravarmos nossas estacas no simbólico, mas sobre o Real só podemos fazer uma pequena aproximação, pois há uma suspensão que exclui o “real da substância vital, sua palpitação; uma das definições do real laciano é que ele é o corpo esfolado, escalpelado, a palpitação da carne vermelha, viva” (ŽIŽEK, 1997, p. 220).

Assim, há sempre um *infamiliar* que habita todos nós, mas há aqueles que não suportam mirar o seu próprio estranhamento. No ponto de vista do *infamiliar*, Freud (1919/1996) traz a análise de que há algo do oculto, mesmo que tenha sido recalçado, volta, por algum motivo, à luz, trazendo uma sensação de angústia:

[...] pois esse estranho não é nada novo ou alheio, porém algo que é familiar e há muito estabelecido na mente, e que somente se alienou desta através do processo da repressão. Essa referência ao fator da repressão permite-nos, ademais, compreender a definição de Shelling (p. 242) do estranho como algo que deveria ter permanecido oculto, mas veio à luz. (FREUD, 1919/1996, p. 258).

E há inegavelmente uma implicação do *infamiliar* postulado pela psicanálise nas reflexões e no trabalho do psicanalista frente aos corpos⁶ que são colocados à margem, maltratados, ignorados, violentados, excluídos, assassinados, despedaçados, mutilados. O que se implica do *infamiliar* nos ataques cruéis dados aos corpos que ‘não se enquadram à moral civilizada’? Lima (2021) traz um entrelaçamento com os ataques cruéis ao sugerir que o que estaria em jogo seria a angústia do ‘macho’ frente a alguém que parece — ou tem permeabilidade a — ocupar uma posição dita feminina. Em boa parte desses relatos, o ‘veado’ é tomado como ‘mulher’ — por parte daqueles que se situam numa posição de ‘macho’.

Lima (2021) pergunta se a homofobia seria mobilizada por uma desestabilização que parece se produzir na fantasia, a partir do encontro entre o ‘macho’ e algo que ele não pode reconhecer na imagem especular. Baseando-se na leitura do Seminário 10 de Lacan, Lima (2021) traz que algo na bicha feminizada faz vir à luz algo que ele não pode situar dentro das suas categorias do entendimento, produzindo angústia. Assim, sob a roupagem da bicha, transfere-se para

⁶ Sempre haverá um estranhamento de todos os corpos.

a cena a posição do objeto, de um outro, que assim ficaria no lugar de dejetos, evitando aquilo que cada sujeito não pode ver, devendo ficar recalçado.

Assim, sob a roupagem da bicha, o abjeto traz para a cena a posição de Em vista disso, a leitura do artigo de Lima traz uma possibilidade de pensar os crimes de homofobia a partir dessa posição dos sujeitos LGBTQIA+ que se torna atrelada à posição feminina, na qual todos os neuróticos, mas em particular o ‘macho’ não quer saber. Assim o que retorna e só pode retornar sob a forma do *infamiliar* é a fantasia inconsciente e insuportável do feminino, que segundo Freud (1937/1996), constitui o limite da análise para os homens. Há assim um repúdio da feminilidade, já que estar nessa posição seria adotar uma postura passiva – de objeto – frente a outro homem.

Para não concluir...

Desta forma, seguindo o exemplo de Freud, os psicanalistas não devem retroceder desse lugar subversivo, é preciso trabalhar para além dos poucos sujeitos que nos procuram em sofrimento, é preciso se debruçar continuamente sobre os obstáculos que ocorrem para um bom funcionamento dos sistemas públicos, a violência praticada pela polícia e, a crueldade inominável perpetrada contra os corpos trans, o racismo estrutural e os privilégios da branquitude, a população LGBTQIA+ e, aqui em particular, o traviariado.

Como exposto, a violência contra o corpo da travesti acontece no campo simbólico (linguagem), com ataques verbais, xingamentos, até mesmo de modo objetivo, surras, pedradas, e outras formas tantas de tentar ridicularizar este corpo, como se essas pessoas ocupassem um lugar de estranhamento, de *infamiliar*, e que devessem sofrer os mais diversos suplícios possíveis. Há que se perguntar: por que um

corpo/sujeito desperta tanto incomodo no outro a ponto de este querer exterminá-lo? Talvez o fato de buscar um encontro mais singular consigo, com seu corpo, com seus desejos, sejam pontos que tragam indignação para a maioria das pessoas da sociedade. Mas uma coisa mostrou-se explícita ao falar de corpo travesti no contexto brasileiro: às vezes, percorrer o caminho da descoberta, do encontro com o desejo que habita o sujeito, o reconhecimento de si, pode ser uma tarefa árdua no qual há que se pagar um preço, um alto preço de ser interpretado pelo outro como um louco, assim como muitas travestis foram interpretadas no decorrer da história, sendo vítimas das mais diferentes formas de violência por serem enxergadas, também, como obscenas.

A artista Madonna (1992), ao ser questionada se a obscenidade existe, respondeu que: “Existe e está diante de nossas caras. É o racismo, a discriminação sexual, o ódio, a ignorância, a miséria. Há coisa mais obscena que a guerra?”. E completamos: o descaso do Estado frente aos diuturnos ataques contra sujeitos marginalizados é obsceno, a exclusão é obscena, o desejo de extermínio de uns para com os outros é uma das maiores obscenidades que podemos nos deparar atualmente, é obscena a palidez de tantos profissionais e da sociedade frente à discriminação e às práticas de preconceito contra o outro e, faz-se importante ressaltar o que já fora discutido, é obscena a expectativa de vida atual de pessoas travestis no Brasil ser de apenas 35 anos (próxima a de um brasileiro não escravizado em 1880).

A questão que deve ressoar para todos nós – cidadãos – é: “Quem protege as crianças LGBTI?” (ANTRA, 2021, p. 39), quem protege o adulto LGBTQIA+, os marginalizados e excluídos. Além destes importantes questionamentos, cabe complementação às interrogações, onde está o Estado para proteger essas minorias do medo que os ronda por serem vítimas diuturnamente de ataques violentos.

O diferente não deveria ser elevado ao estatuto do estranho – *infamiliar* - que deve ser excluído, eliminado por causa da sua dife-

rença, pelo contrário, antes deve-se compreender que essa rosácea de diferenças e possibilidades do ser humano o faz tão único.

A psicanálise deve alcançar todos, inclusive os corpos mais vigiados, e aqui faz-se referência às travestis/transsexuais, que por vezes têm dificuldade de chegar aos consultórios por inúmeros motivos. Com o propósito de elucidar a partir do componente metafórico do texto literário, como afirmou Lispector (2016), algo em mim faz com que eu dê água a outras pessoas e isso não deve ser explicado a partir do fato de eu ter água “[...] mas porque, também eu, sei o que é sede” (p. 388).

Referências

ALMEIDA, Cecília B.; VASCONCELLOS, Victor A. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? *Revista Direito GV*, v. 14, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/HpFvXPZ8WRd63Gbz4CfSRQC/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ANTRA. *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. BENEVIDES, Bruna G. NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.) São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENEVIDES, Bruna. Brasil lidera consumo de pornografia trans no mundo (e de assassinatos). *Revista Híbrida*, 2020. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2020/05/11/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Psicanálise, sexo e gênero. *Estudos de Psicanálise*, Belo Horizonte-MG, n. 48, p. 135-146, dez. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372017000200014. Acesso em: 28 ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 7. ed. Campinas: Forense Universitária, 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

- FREUD, Sigmund. Estudos sobre Histeria. In: FREUD, Sigmund. *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. II. Rio de Janeiro: Imago, 1895/1996. p. 13-330.
- FREUD, Sigmund. A Interpretação dos Sonhos. In: FREUD, Sigmund. *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. IV e V. Rio de Janeiro: Imago, 1915/1996. p. 11-734.
- FREUD, Sigmund. Os Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade. In: FREUD, Sigmund. *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1905/1996. p. 119-217.
- FREUD, Sigmund. O instinto e seus vicissitudes. In: FREUD, Sigmund. *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1915/1996. p. 117-144.
- FREUD, Sigmund. O Estranho. In: FREUD, Sigmund. *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1915/1996. p. 235-269.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: FREUD, Sigmund. *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1930[1929]/1996. p. 67-151.
- FREUD, Sigmund. Por que a guerra? In: FREUD, Sigmund. *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1933[1932]/1996. p. 203-220.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Freud e o Inconsciente*. 15. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- IANNINI, Gilson; TAVARES, Pedro H. Freud e O Infamiliar. In: FREUD, Sigmund. *O Infamiliar e outros escritos*. Obras Incompletas de Sigmund Freud. v. 8. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 07-25.
- LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1949/1998.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1957-1958/1999.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1964/2008.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1962-1963/2005.

LIMA, Vinicius Moreira. Psicanálise e Homofobia: o infamiliar na sexuação. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 397-420, jun. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n2p397>. Acesso em: 28 ago. 2021.

LISPECTOR, Clarice. *Todos os contos*. Benjamin Moser (Org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

MADONNA. *Em 1992: Nas Páginas Amarelas, Madonna diz que fala a verdade e isso incomoda*. Disponível em: <https://fonte83.com.br/em-1992-nas-paginas-amarelas-madonna-diz-que-fala-a-verdade-e-isso-incomoda/>. Acesso em: 23 ago. 2021.

MOIRA, Amara. *E se eu fosse pura*. São Paulo: Hoo Editora, 2018.

PRECIADO, Paul B. *Eu sou o monstro que vos fala*. 2019. Disponível em: <https://sarawagneryork.medium.com/eu-sou-o-monstro-que-vos-fala-94dd10a366ef>.

ROBICHEZ, Adele. “É o país que mais pesquisa pornografia trans e o que mais mata”, diz presidente de associação sobre mortes em 2020. *Metro1*, 2022. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/brasil/108358,e-o-pais-que-mais-pesquisa-pornografia-trans-e-o-que-mais-mata-diz-presidente-de-associacao-sobre-mortes-em-2020>. Acesso em: 19 jan. 2022.

RUDGE, Ana Maria. *Pulsão e Linguagem – esboço de uma concepção psicanalítica do ato*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SARAMAGO, José. *O conto da ilha desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ŽIŽEK, S. A lâmina de David Lynch. In: FELDSTEIN, R.; FINK, B.; JAANUS, M. (Org.). *Para ler o seminário 11 de Lacan: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997. p. 220-235.

Rascunhos *CULTURAIS*

Temáticas Livres

TRACES OF LESBIAN EXISTENCE IN ADRIENNE RICH'S "TWENTY-ONE LOVE POEMS"

Janaina Mirian Rosa*
Ketlyn Mara Rosa**

Abstract: Adrienne Rich's works are often permeated with notions that concern the real experiences of people. Her poetry and prose are constantly filled with issues regarding human impulses, struggles, and achievements, as well as political debates and injustices. The aim of this article is to engage in an analysis of selected poems from Rich's "Twenty-One Love Poems" in order to investigate the development of the author's notion of "lesbian existence" outlined in her essay "Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence". In the essay, Rich critically positions herself regarding the discrimination and lack of approach in relation to the issue of life experiences of lesbians, claiming a space for conversation and expression of minorities. This platform of articulation is also seen in the selected poems analyzed in this article as Rich unfolds the concept of lesbian existence through the images of affectionate lovers, who develop a relationship based on affinity, companionship, and intimacy. Rich undoubtedly leaves her mark on the discussions of the subjects of love and history between women, contributing through her work to the building of a poetic record of lesbian experience.

Keywords: Adrienne Rich; American Poetry; Contemporary Poetry; Lesbian Existence.

* Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Doutora em Inglês pelo Programa de Pós-Graduação em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários (PPGI) da UFSC. Membro colaborador do PPGI/UFSC.

** Trinity College Dublin - TCD. Doutora em Inglês pelo Programa de Pós-Graduação em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários (PPGI) da UFSC. Pós-doutoranda na Trinity College Dublin com o apoio do Irish Research Council.

TRAÇOS DA EXISTÊNCIA LÉSBICA NOS “VINTE E UM POEMAS DE AMOR” DE ADRIENNE RICH

Resumo: As obras de Adrienne Rich são frequentemente permeadas de noções vinculadas às experiências reais das pessoas. Sua poesia e prosa são profundamente repletas de questões relativas aos impulsos, lutas e realizações humanas assim como debates políticos e contextos de injustiça. O objetivo deste artigo é fazer uma análise da obra da autora através de um estudo detalhado de poemas selecionados da coleção de Rich “Twenty-One Love Poems”, investigando o desenvolvimento do conceito de “existência lésbica” elaborado no ensaio da autora intitulado “Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence”. No ensaio, Rich se posiciona criticamente em relação à discriminação e falta de uma abordagem no que se refere às questões de experiências de vida das lésbicas, reivindicando um espaço de discussão e expressão das minorias. Esta plataforma de articulação também é vista nos poemas selecionados e analisados no artigo, demonstrando como Rich desdobra o conceito de existência lésbica através das imagens de pares apaixonados que desenvolvem uma relação baseada em afinidade, companheirismo e intimidade. Rich certamente deixa sua marca nas discussões sobre os assuntos de amor e a história entre mulheres, contribuindo através de seu trabalho para a construção de um registro poético sobre a experiência lésbica.

Palavras-chave: Adrienne Rich; Poesia Norte-Americana; Poesia Contemporânea; Existência Lésbica.

Introduction

Adrienne Rich’s works are often permeated with notions that concern the real experiences of people. Her poetry and prose are constantly filled with issues regarding human impulses, struggles, and achievements, as well as political debates and injustices. In relation to the subject of love between women, Adrian Oktenberg (1993, p. 331) comments that on Rich’s “Twenty-One Love Poems” the lovers “are not only fictive creations, but also, simultaneously, real human beings. The decisions they make have consequences in

the actual world, the world of pain and struggle, life and death". Also, a distinctive approach to a love relationship between women is proposed by Rich, as Oktenberg (1993, p. 342) claims that the aforementioned poems "recognize the connection, the primary bond, between women as a source of integrity and strength". The uniqueness of these poems is acknowledged by Brett C. Miller (2018, p. xi) as being "the first explicitly lesbian love lyrics by an established poet" which hints at the author's trailblazing effect in literature and society. The aim of this article is to analyze selected poems from Rich's "Twenty-One Love Poems", more specifically the poems III, IV, XI, XII, and XIII, in order to investigate the development of the author's notion of "lesbian existence" (RICH, 2018a, p. 212), which is presented in her essay "Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence", focusing on the instances of corporeality and intimacy as well as the themes of partnership and lifetime companionship.

Among the valuable subjects approached in the aforementioned essay, Rich critically comments on the struggles that lesbians frequently experience. Regarding the issue of intolerance against lesbians, Rich (2018a, p. 213) claims that:

[t]he lesbians, unless in disguise, face discrimination in hiring and harassment and violence in the street. Even within feminist-inspired institutions such as battered-women's shelters and Women's Studies programs, open lesbians are fired and others warned to stay in the closet.

Lamentably, in relation to the difficulties that lesbians usually go through, the disclosure of their own personal reality results in constant provocation and disturbance of their lives. Also, Rich (2018a, p. 215) expresses her concern with the general disregard and disapproval of a love relationship between women, more specifically by highlighting the two following problematic aspects:

first, how and why women's choice of women as passionate comrades, life partners, co-workers, lovers, community has been crushed, invalidated, forced into hiding and disguise; and second, the virtual or total neglect of lesbian existence in a wide range of writings, including feminist scholarship.

By saying this, Rich critically positions herself in relation to the discrimination and lack of approach regarding the issue of life experiences of lesbians. Juraci Andrade de Oliveira Leão (2007, p. 35) points out that in her writings Rich singles out that the heterosexual mode has political ties to society in terms of imposing a normative behavior and by highlighting this situation, it is possible to foreground and investigate how gender relations are enforced. This discussion leads to a greater level of attention to female relationships and their particularities in contemporary society.

In order to fairly refer to the history and experiences in a relationship between women, Rich (2018a, p. 226) proposes the terms "lesbian existence" and "lesbian continuum". The author then clarifies the preference of such terms:

I have chosen to use the terms *lesbian existence* and *lesbian continuum* because the word *lesbianism* has a clinical and limiting ring. *Lesbian existence* suggests both the fact of the historical presence of lesbians and our continuing creation of the meaning of that existence. I mean the term *lesbian continuum* to include a range-through each woman's life and throughout history-of woman-identified experience, not simply the fact that a woman has had or consciously desired genital sexual experience with another woman. [...] As the term *lesbian* has been held to limiting, clinical associations in its patriarchal definition, female friendship and comradeship have been set apart from the erotic, thus limiting the erotic itself (RICH, 2018a, 226-228).

By choosing such terms, Rich suggests the discontinuity of a restricted and discriminative image of lesbian relationships. Ariane Avila Neto de Farias (2017, p. 69) observes how Rich disconnects the notion of female identity in relation to a male figure by placing the togetherness between women as a focal point. Besides, Rich broadens the understanding of a love relationship between women by taking it beyond the borders of eroticism. Rich (2018a, p. 227) complements her ideas by claiming that “I perceive the lesbian experience as being, like motherhood, a profoundly *female* experience, with particular oppressions, meanings, and potentialities we cannot comprehend as long as we simply bracket it with other sexually stigmatized existences”. The author thus sensibly enhances the notion of lesbianism by rejecting the focus on the reduced ideas that surround such subject and including other aspects related to life experiences.

Even though Rich proposes a more elaborated and comprehensive view on the issue of lesbian relationships, the battles and struggles of women are not excluded from the idea of lesbian existence. Rich (2018a, p. 227) explains that:

Lesbian existence comprises both the breaking of a taboo and the rejection of a compulsory way of life. It is also a direct or indirect attack on male right of access to women. But it is more than these, although we may first begin to perceive it as a form of naysaying to patriarchy, an act of resistance. It has, of course, included isolation, self-hatred, break-down, alcoholism, suicide, and intrawoman violence; we romanticize at our peril what it means to love and act against the grain, under heavy penalties.

Thus, the notion of lesbian existence can be considered as part of a movement of resistance, hinting also that a great array of difficulties has not been eliminated from women’s life experiences. Alice Templeton (1994, p. 78) comments on Rich’s poetry volume *The*

Dream of a Common Language: Poems 1974-1977 (1978) that includes "Twenty-One Love Poems" by saying that as "an act of imagining and conceiving worlds and new relations, poetry moves the poet and the reader toward a critical and creative understanding of experience and of possibility for action". Rich's tendency of taking a practical approach when it comes to her writings is also pointed out by Leão (2007, p. 36) as she observes how Rich links literature with palpable life changes. The connection between art and life is clearly felt in the poet's works. Her active voicing of the lack of registered history of lesbian experience, or even the annihilation of such records, as Rich (2018a, p. 227) argues, highlights the escalation of adversities and the discriminative treatment of lesbians. As it will be possible to perceive in the selected poems to be analyzed in this article, Rich leaves her mark on the subject of love and history between women, contributing through her work to the building of a poetic record of lesbian experience.

Looking closely at the poems

The first poem to be discussed is the one entitled III, which suggests the presence of the notion of lesbian experience. Cheri Colby Langdell (2004, p. 143) explains that "Twenty-One Love Poems" is a "beautiful sequence of poems addressed to [Rich's] lover", in which lesbian love takes center stage. In the following lines, there is a link between the poem and the previously mentioned notion:

And you, you move toward me with the same tempo.
Your eyes are everlasting, the green spark
of the blue-eyed grass of early summer,
the green-blue wild cress washed by the spring. (9-12)
(RICH, 2018b, p. 63)

In line 9, it is possible to observe traces of similarities between the speaker and the beloved one—in this case, as in the analysis of other poems, it is being considered that the speaker is a woman as well as the beloved one. The “same tempo” can be a suggestion to what both have in common, which can be referring to something either abstract or concrete, indicating a harmonious connection between them. The following lines show that the speaker tenderly admires her lover. In line 10, the mentioning of the lover’s eyes as “everlasting” suggests an in-depth knowledge about the lover and that she imprinted in the speaker meaningful memories, which are fondly extended and suggested as part of life in lines 11 and 12 with the mentioning of colors, elements of nature, and seasons. The lesbian existence can be perceived as the profound knowledge that the speaker demonstrates of her lover and the tenderly affection between the two women are emphasized through the suggested history and experiences between them. Lines 13 to 17 offer the images of time spent together and companionship:

At twenty, yes: we thought we'd live forever.
At forty-five, I want to know even our limits.
I touch you knowing we weren't born tomorrow,
and somehow, each of us will help the other live,
and somewhere, each of us must help the other die.
(13-17) (RICH, 2018b, p. 63)

In lines 13 and 14 there is a suggestion to the history of a couple growing together and knowing each other by mentioning the passing of the years. In the final lines 15, 16, and 17 there is a reference to intimacy and companionship that hopefully will last for a long time in the relationship, perhaps until death. Langdell (2004, p. 143) observes that “they touch aware that they are not young, but that each will be there for the other throughout life [...]. This is an eternal bond”. Again, the lesbian experience is noticed through the history,

the knowledge they have of one another, and the experiences they have shared together.

Poem number XI is also included in the investigation regarding the development of the notion of lesbian existence. Line 5, "I want to travel with you to every sacred mountain" (RICH, 2018b, p. 66), already hints the idea of spending time together with a partner, going through meaningful experiences, and facing long and different life journeys. The notions of companionship and intimacy are suggested in the following lines:

I want to reach for your hand as we scale the path,
to feel your arteries glowing in my clasp,
never failing to note the small, jewel-like flower
unfamiliar to us, nameless till we rename her, (7-10)
(RICH, 2018b, p. 66-67)

In line 7, an intensified idea of companionship is hinted by the image of the speaker reaching for the lover's hand in order to journey together. The intimacy in this relationship is suggested when the speaker mentions that she wants to "feel [the lover's] arteries", indicating proximity and intimate knowledge of the lover and her body. An invitation to explore new territories and to venture into unexpected situations, but still regard the apparently insignificant details, is suggested by the possibility of finding the unknown and small "jewel-like flower". The idea of building a relationship that includes the sharing of varied experiences, the discovery of intimacy, and the enjoyment of companionship are paramount elements of Rich's notion of lesbian existence, in which a corporeal and affective history between two lovers is highlighted.

In XII, the synchronism between a couple and the individual history of each lover are issues emphasized in the poem. The first lines to be analyzed are the following:

Sleeping, turning in turn like planets
rotating in their midnight meadow:
a touch is enough to let us know
we're not alone in the universe, even in sleep: (1-4)
(RICH, 2018b, p. 67)

In lines 1 and 2, a vivid image of synchronism and intimacy in the relationship of the couple is suggested by the mentioning of the word "sleeping" and the harmonious rotation of the planets. The issue of intimacy, companionship, and profound knowledge shared by both the speaker and the lover in relation to each other is expressed in lines 3 and 4 with the reference to the single "touch" being sufficient to reassure their own existence. The idea of synchronism continues in the lines, "I've wakened to your muttered words / spoken light-or dark-years away / as if my own voice had spoken" (7-9) (RICH, 2018b, p. 67), especially by the mentioning in line 9 of the equality of voices. This strongly suggests, along with the analysis of lines 1 to 4, the presence of a complementary and affectionate partnership in which both lovers share in-depth knowledge of themselves, companionship, and familiarity. This displays an indication of the lesbian existence through the suggested history of the couple. The poem also hints at the individuality of the lovers, as it is possible to perceive in the lines, "But we have different voices, even in sleep, / and our bodies, so alike, are yet so different" (10-11) (RICH, 2018b, p. 67). Both lovers have their own identity, and the acknowledgment of such idea in the poem suggests that the couple has shared moments together and perceived distinctions, respecting at the same time their own differences. The likeness and distinction of the lovers' bodies hints at the multitude of different corporeal reactions, the diverse details that when added together result in a unique human being. These aspects can be linked to the subject of lesbian existence as it comprises, as already mentioned, the notion of partnership and the sharing of time together.

The synchronicity highlighted in the aforementioned poem can also be found in Elizabeth Bishop's "Close close all night". Such subject is already perceived in the first stanza:

Close close all night
lovers keep.
They turn together
in their sleep, (1-4) (BISHOP, 2008)

In the lines above there is a suggestion of a sensual image of a couple sleeping together. Their synchronicity and intimacy are emphasized by the words "turn together" and the repetition of "close". The depiction of closeness continues in the following lines:

close as two pages
in a book
that read each other
in the dark. (5-8) (BISHOP, 2008)

Here the poem offers an analogy of the embracement of the couple to the vivid proximity of the pages of a book, suggesting a delicate and careful sense of discovery as they "read each other". The idea of familiarity increases in the final stanza:

Each knows all
the other knows,
learned by heart
from head to toes. (9-12) (BISHOP, 2008)

The sense of intimacy is then crystallized by the affirmation that both lovers are affectionately involved and share knowledge of which other. The use of the expression "learned by heart" emphasizes the sense of willingness, commitment, and fondness between the couple. A very sensual image is again offered with

the last line, suggesting bodily familiarity. The intense affinity of both lovers brings the idea of sensuality and also complicity in the relationship. This synchronic intimacy can be connected with the notion of lesbian existence in the sense that the poem offers the image of a couple who is lovingly sharing moments of discovery and understanding about themselves.

Another selected poem to be analyzed in this article is the one entitled XIII, which critically approaches the absence of the history of lesbian existence. The first lines of the poem already point out such subject:

The rules break like a thermometer,
quicksilver spills across the charted systems,
we're out in a country that has no language
no laws, we're chasing the raven and the wren
through gorges unexplored since dawn
whatever we do together is pure invention
the maps they gave us were out of date
by years ... [...] (1-8) (RICH, 2018b, p. 67)

Lines 1 to 5 offer the idea that both lovers are walking through uncharted territory, especially by the mentioning of the nonexistent "language" and "laws", as well as the unseen "gorges". The sense of perilous excitement in the discovery of new areas is also suggested through the picture of the rules being broken and the well-known path, the "charted systems", being stained. The notion of innovation continues in lines 6, focusing on the decisions of the couple. Lines 7 and 8 bring the idea of old-fashioned maps that are useless to the lovers. This implies that the life experiences these women are having, though completely real to them, are not registered anywhere. Thus, there is a vivid reference to the lack of registered lesbian experience, in which the stories, the sharing of moments, the joys and sorrows, the struggles and achievements of lesbians have been constantly

neglected, not documented, or even destroyed, as already mentioned in this article. Both lovers are not, however, alone in their solitary journey, as it can be noticed in the following final lines:

the music on the radio comes clear-
neither *Rosenkavalier* nor *Götterdämmerung*
but a woman's voice singing old songs
with new words, with a quiet bass, a flute
plucked and fingered by women outside the law. (12-16)
(RICH, 2018b, p. 67-68)

In these lines the speaker of the poem asserts, through the use of the word "clear", that the music playing on the radio is a distinctive song, performed by a woman in her own style. This female musician is committed to her particular preferences, as the song incorporates a "quiet bass" and a "flute", which contrasts with the elaborated operas cited in line 13. There is also a suggestion to the issue of subversion, since the woman chooses to integrate "new words" to very well-known songs, besides the reference to the singer being among the women who are "outside the law". Again, the history and journey of this female musician does not seem to be much different from the couple, as her figure can be considered a metaphor to the apparently unconventional lives of lesbians. All these women are searching for innovative paths and being bold in their choices. They are living their own way of life, even if not considered traditional. It is then possible to notice that the poem raises the issue of lesbian existence as an act of resistance, especially through the figure of the outlaw female singer. She stands as a metaphor to lesbians who decide to live according to their own rules, ignoring the conventional paths from a compulsory way of life, which severely discriminates them.

In IV, ordinary activities and political struggles are issues approached in the poem. It starts as the following:

I come home from you through the early light of spring
flashing off ordinary walls, the Pez Dorado,
the Discount Wares, the shoe-store.
... I'm lugging my sack
of groceries, I dash for the elevator
where a man, taunt, elderly, carefully composed
lets the door almost close on me. *–For god's sake hold it!*
I croak at him. *–Hysterical, –he breathes my way.* (1-7)
(RICH, 2018b, p. 63)

In lines 1 and 2, the speaker tenderly refers to an encounter with her lover, as the mentioning of the “early light of spring / flashing off ordinary walls [...]” suggests an affectionate aura to their relationship. Lines 2, 3, and 4 offer a detailed image of the speaker carrying on daily and ordinary activities, as well as appointing particular places through which the speaker passes by on her way home, such as the store “Pez Dorado”. In lines 5, 6, and 7, even the encounter with the insulting man in the elevator does not disturb the peaceful and joyful state of mind that the speaker appears to demonstrate. A description of regular activities being performed continues in the following lines:

I let myself into the kitchen, unload my bundles,
make coffee, open the window, put on Nina Simone
singing Here comes the sun ... I open the mail,
drinking delicious coffee, delicious music,
my body still both light and heavy with you. [...] (8-12)
(RICH, 2018b, p. 63)

Such description indicates that these activities, though apparently ordinary, are being carried out with a certain sense of happiness and satisfaction, as the repetition of the word “delicious” denounces such feelings. The account of the detailed actions also reveals particular preferences of the speaker, especially with the mentioning of Nina Simone in line 9, an artist known for her work

related to protest songs¹. In line 12, the encounter with her lover is fondly mentioned once again, demonstrating the idea of affinity and intimacy between the couple, as the words "light" and "heavy" refer to the sensations of the speaker's body. It is possible to perceive that the idea of lesbian existence is hinted at the poem by the image of a meaningful and affectionate encounter between women. The fact that the speaker, after meeting her lover, demonstrates a sense of happiness and amusement in performing her daily actions reveals the significance of this romance to her, as well as the normality in the life of lesbians who are happily in love. The story of the lovers is then disclosed by the effects and sensations of the speaker. The issue of political struggles is intensified in the following lines:

[...] The mail
lets fall a Xerox of something written by a man
aged 27, a hostage, tortured in prison:
*My genitals have been the object of such a sadistic display
they keep me constantly awake with the pain...*
Do whatever you can to survive.
You know, I think that men love wars...
And my incurable anger, my unmendable wounds
break open further with tears, I am crying helplessly,
and they still control the world, and you are not in my
arms. (12-21) (RICH, 2018b, p. 63)

The voice of the tortured man in lines 15, 16, 17, and 18 abruptly breaks the harmonious state of mind of the speaker. In fact, it is possible to notice that the tortured man stands for the voices of those who are brutally reproached, perhaps those who are politically and socially persecuted for their ideals and preferences. The speaker's heartbroken history of struggles is revealed with the "incurable

¹ This information was extracted from footnote 4 of Rich's (2018b, p. 63) "Twenty-One Love Poems".

anger” and the “unmendable wounds” in line 19, and the unbearable possibility of not being able to live in a world with her lover appears in the final lines 20 and 21. Here, there is a suggestion to the fact that the notion of lesbian existence is being violently defied, as the tranquil and joyful way of living of the speaker with her lover is being ferociously threatened.

Conclusion

As a conclusion, Rich’s proposed notion of lesbian existence calls for changes in the perception of love between women, and is sensibly approached in some of her works. By being an innovative term, it brings the idea that a love relationship between lesbians cannot be observed in a restricted sense, as it encompasses aspects of life that are usually detached from such relationship. The idea of lesbian existence then challenges the appalling responses to the lesbians’ way of life, as it throws light into a misconceived and marginalized subject. In the analysis of the poems presented in this article, it is possible to notice that Rich unfolds the concept of lesbian experience through the images of affectionate lovers, who develop a relationship based on affinity, companionship, and intimacy. The struggles, suffering, and violence are not left out of the world of the lovers, remaining as a critical register of their obstacles. Rich thus consolidates her notion by providing a meaningful and truthful account of the lesbian existence.

References

- BISHOP, Elizabeth. *Elizabeth Bishop: Poems, Prose, and Letters*. New York: The Library of America, 2008.
- FARIAS, Ariane Avila Neto de. “*Nothing but myself... my (selves)*”: A Construção da (Homo)sexualidade Feminina nos Poemas de Adrienne

Rich. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

LANGDELL, Cheri Colby. *Adrienne Rich: The Moment of Change*. Westport: Praeger, 2004.

LEÃO, Juraci Andrade de Oliveira. *Escrita, Corpo e Ação: A Poética e a Política de Adrienne Rich*. 2007. Tese. (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MILLIER, Brett C. "Introduction". In: GELPI, B.; GELPI, A.; MILLIER, B. (eds). *Adrienne Rich's Poetry and Prose*. New York: W. W. Norton, 2018. p. ix-xiii.

RICH, Adrienne. "Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence". In: GELPI, B.; GELPI, A.; MILLIER, B. (eds). *Adrienne Rich's Poetry and Prose*. New York: W. W. Norton, 2018. p. 212-234.

RICH, Adrienne. *The Dream of a Common Language: Poems 1974-1977*. New York: W. W. Norton & Company, 1978.

RICH, Adrienne. "Twenty-One Love Poems". In: GELPI, B.; GELPI, A.; MILLIER, B. (eds). *Adrienne Rich's Poetry and Prose*. New York: W. W. Norton, 2018. p. 62-71.

OKTENBERG, Adrian. "'Disloyal to Civilization': The *Twenty-One Love Poems* of Adrienne Rich". In: GELPI, B.; GELPI, A. (eds). *Adrienne Rich's Poetry and Prose*. New York: W. W. Norton, 1993. p. 329-342.

TEMPLETON, Alice. *The Dream and the Dialogue: Adrienne Rich's Feminist Poetics*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1994.

A AUTORREFERÊNCIA E A TEMATIZAÇÃO DA MÃE JUDIA NAS CRÔNICAS DE MOACYR SCLIAR

Lemuel de Faria Diniz*
Grasiele Reisdörfer**

Resumo: Moacyr Scliar (1937-2011) é um imortal da Academia Brasileira de Letras. Seu destaque deu-se, principalmente, a partir de suas crônicas contemporâneas de assuntos cotidianos contemplados com humor, reflexão e ironia. Dentre seus escritos, percebe-se a autorreferência em muitas de suas produções, sendo que, dentre as influências, constam a temática da migração e do judaísmo. Nesse trabalho, pretende-se demonstrar como Scliar insere a temática da mãe judia em suas crônicas a partir das experiências que ele teve com sua mãe. Nas palavras de Moacyr Scliar, a mãe judia teve, na América, suas energias grandemente multiplicadas, tornando-se a superalimentadora e superprotetora, pontos que o autor considera característicos para que uma mãe seja considerada judia. Moacyr exerceu uma literatura autorreferencial durante toda a sua vida, constatações realizadas também por autores como Zilberman (2009) e Fischer (2004). Essa literatura biográfica e confessional da relação com sua dedicada mãe e sobre a temática de mães, no geral, esteve presente em toda a sua obra literária, mas é no livro *Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar* que o autor concentra suas crônicas sobre mães. A

* Professor do Curso de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Coxim. Doutor em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: prlemuel@hotmail.com.

** Possui Licenciatura em Letras Espanhol e Literaturas - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2007-2010). É mestranda em Educação (Unilogos). É Especialista em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), sendo esse artigo o texto apresentado para conclusão do referido curso.

presente pesquisa constituiu-se a partir de levantamentos qualitativos bibliográficos das obras do escritor Moacyr Scliar e concentrou-se na temática de sua autorrepresentação sobre o sentimento maternal das mães e especificamente das mães judias. Ao final, constatou-se a expressão de carinho e comoção que o autor demonstra em relação à sua mãe, a qual em suas próprias palavras, era verdadeiramente uma mãe judia, autêntica alimentadora e zelosa.

Palavras-chave: Moacyr Scliar. Crônicas. Autorreferência. Judaísmo. Mãe judia.

Resumen: Moacyr Scliar (1937-2011) es un inmortal de la Academia Brasileña de Letras. Su protagonismo se debió principalmente a sus crónicas contemporáneas de lo cotidiano contempladas con humor, reflexión e ironía. Entre sus escritos, la autorreferencia es perceptible en muchas de sus producciones, y entre las influencias, está el tema de la migración y el judaísmo. En este trabajo se pretende demostrar como Scliar inserta el tema de la madre judía en sus crónicas a partir de las vivencias que tuvo con su madre. En las palabras de Moacyr Scliar, la madre judía, en América, había multiplicado enormemente sus energías, convirtiéndose en la súper alimentadora y súper protectora, características señaladas por el autor para una madre ser considerada una madre judía. Moacyr ejerció una literatura autorreferencial a lo largo de su vida, consideraciones también percibidas por autores como Zilberman (2009) y Fisher (2004). Esta literatura biográfica y confesional de la relación con su devota madre y sobre el tema de las madres, en general, era presente a lo largo de su obra literaria, pero es en el libro *Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar* que el autor centra sus crónicas de las madres. Esta investigación se constituyó a partir de cuestiones cualitativas y bibliográficas de las obras del escritor Moacyr Scliar y se centró en el tema de su autorrepresentación del sentimiento maternal de las madres y específicamente de madres judías. Al final, la expresión de cariño y emoción que el autor muestra hacia su madre, quien, en sus propias palabras, era verdaderamente una madre judía, autêntica alimentadora y celosa.

Palabras clave: Moacyr Scliar. Crônicas. Autorreferência. Judaísmo. Madre judia.

Introdução

No conjunto da produção ficcional do escritor Moacyr Scliar (1937-2011) figuram mais de setenta livros de gêneros diferenciados, tais como romances, ensaios, crônicas, ficções infantojuvenis e contos. O escritor teve suas obras publicadas em mais de vinte nações e foi reconhecido quatro vezes com o “Prêmio Jabuti” (em 1988, 1993, 2000 e 2009), respectivamente, pelas obras *O olho enigmático* (categoria Contos), *Sonhos tropicais* (categoria Romance), *A mulher que escreveu a Bíblia* (categoria Romance) e *Manual da paixão solitária* (categoria Romance, também escolhida obra de Ficção do Ano). Foi colaborador em vários órgãos da imprensa no país, como a *Folha de São Paulo* e o *Jornal Zero Hora* (RS). Atuou como cronista, ainda, no *Correio Braziliense*, do Distrito Federal, de 2006 a 2011, escrevendo para o caderno “Diversão e arte”.

Moacyr Scliar é considerado um dos escritores mais representativos da literatura brasileira contemporânea, de acordo com sua biografia no Portal da Academia Brasileira de Letras, o qual conta como sétimo ocupante da Cadeira nº 31, eleito em 31 de julho de 2003. Seus pais tinham ascendência judaica e ele nasceu em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul.

De acordo com informações veiculadas no Portal Academia Brasileira de Letras, duas influências são importantes na obra de Scliar. Uma é a sua condição de filho de imigrantes. Outra influência é a sua formação de médico de saúde pública. Sua ficção insere a temática do imigrante judeu e urbano no imaginário da literatura. Os temas dominantes de sua obra são a realidade social da classe média urbana no Brasil. Sua ficção insere a temática do imigrante judeu e urbano no imaginário da literatura sul-rio-grandense.

A partir das referências de filho de imigrante judeu, constata-se a visão do escritor em relação à prática de narração de histórias a

partir das suas experiências pessoais. Schneider (2011) menciona também a percepção da influência dos pais como contadores de histórias. Assim como eles, Scliar conta suas histórias com graça e humor e sabe transformar pessoas em personagens, acontecimentos em situações ou cenas. A atividade de contador de histórias é uma herança que ele traz desde a sua infância. Uma das temáticas mais recorrentes dos textos de Scliar, principalmente nas crônicas – gênero que tenho mais familiaridade – são as relações familiares. Em *O imaginário cotidiano* (2002), livro nos quais diversas crônicas estão compiladas, estão presentes os textos “Laços de família” e “Meu pai, meu pai, por que me abandonaste”. Nesse último se fala de um menino sofrido que está em busca do seu pai, que mal sabe que este irá se tornar um grande escritor.

A autorreferência nos textos de Moacyr Scliar

Se é a partir dos relatos dos seus pais e familiares que Moacyr Scliar inicia a sua trajetória de contador de histórias, escritor, cronista, ficcionista e adorador da escrita e da literatura, pode-se afirmar que o processo autobiográfico é evidente em suas obras. O próprio escritor reconhece isso quando, em entrevista à pesquisadora Regina Zilberman, afirma que “todo autor é autobiográfico quando começa”. Referindo-se à sua primeira novela, cujo título é *A guerra no Bom Fim* (1972), o intelectual explica: “Não posso dizer que me retratei no personagem Joel, mas outros que ali aparecem são até figuras que realmente existiram. E o bairro [do Bom Fim, em Porto Alegre] era aquilo mesmo” (ZILBERMAN, 2009, p. 117-118). Fischer (2013) reitera que Scliar soube encontrar os temas para a sua obra naquilo que estava ao alcance de sua vida.

Na literatura autorreferencial verificam-se as inclinações do próprio autor nos seus escritos, relacionadas com a chamada literatura

confessional, conceito adotado por Maria Luiza Remédios. A autora infere as razões que movem o leitor: a curiosidade, a identificação com os problemas expostos pelo autor, a procura de uma consolação, a admiração por um herói, um artista, uma pessoa qualquer, partindo do pressuposto de que o leitor espera também se autoidentificar nas obras que lê. Assim, Remédios (1997) reitera que a literatura confessional é aquela que mais se aproxima do leitor, porque fala de um eu, de uma pessoa viva que ali se encontra e diante do leitor desnuda a sua vida, estabelecendo-se, então, uma perfeita união entre autor e leitor.

Nesse contexto, Derrida (2014) comenta que o que se reconhece como literatura deriva de convenções e intenções mais ou menos conscientes que se estabelecem do lado de quem escreve e são reconhecidas como tais do lado de quem lê. Mas essa legitimação do literário em momento algum se faz de forma homogênea, nem tem duração permanente no tempo ou no espaço.

Reconhecendo essa autorreferência desde a composição dos seus primeiros textos, Scliar deixa claro que o objetivo em muitos dos seus escritos é recriar – por meio dos recursos da arte literária – aprendizados, vivências e lembranças que teve com a sua própria mãe. Sobre seu modo de escrita, em entrevista à Zilberman (2009), Moacyr relata que no seu caso o processo criativo começa com algum “fator desencadeante”, que pode ser um episódio histórico, uma pessoa que conheceu, uma história que contaram, uma notícia de jornal, dentre outros.

O que resulta disso são textos muito interessantes do ponto de vista de conteúdo e de arte ficcional. Essa atitude não é isolada em sua produção, tal como pode ser visto quando Scliar participou da elaboração de um projeto editorial a oito mãos, sob encomenda da Companhia das Letras. Intitulado *Vozes do golpe*, esse projeto incluía a produção uma tetralogia que abrangia dois relatos pessoais e duas

histórias de ficção sobre o golpe militar de 1964. Cada um dos seguintes escritores ficou responsável pela escritura de um dos livros da tetralogia: Moacyr Scliar, Luis Fernando Verissimo, Zuenir Ventura e Carlos Heitor Cony.

Nesse contexto, a obra elaborada por Scliar ficou intitulada como *Mãe judia*, 1964. Nesse conto, publicado em 2004, Scliar recria o monólogo de uma mãe que perdeu seu filho recentemente para a ditadura, e encontrava-se na capela de um hospital psiquiátrico. A “inspiração” de Moacyr veio de uma mulher que ele conheceu em seu início de carreira como médico. No texto literário se lê:

Quanto ao monólogo da mulher na capela, aqui está. Vais me desculpar, mas não pareces judia. Não uma judia como eu, pelo menos. Para começar, és bonita: pele lisa, feições delicadas, nariz pequeno, bem diferente do meu nariz judaico, grande, poderoso, um nariz que fareja mais coisas do que deveria farejar. Eu não sou feia, propriamente, mas estou muito castigada, pela idade e sobretudo pela vida. Olha a minha cara, olha as rugas, as olheiras... Castigada, sim. Sofri muito. E é por isso que a tua beleza me chama a atenção: sofreste, mas nem por isso o sofrimento aparece nas tuas feições. Sim, és bela. Só não me agrada muito tua expressão. Para o meu gosto, pareces meio desligada. Claro, as santas têm de ser desligadas mesmo, a santidade coloca a pessoa numa outra dimensão, distante desta em que vivemos nós, mortais pecadores; mas isso me incomoda um pouco, acentua a diferença entre nós. Não tens nada de judia, muito menos de judia sofredora. Não foi uma judia que serviu de modelo para o artista que fez a tua imagem. Aliás, grande artista não deve ter sido; caso contrário, não estarias na capela de um hospício, estarias num museu qualquer, as pessoas fazendo fila para te ver. (SCLIAR, 2004)

Neste trecho é possível identificar um pouco do que o autor compreende sobre a mãe judia, uma mãe sofrida, mas que é “apaixonada” pelo filho. Ser uma “mãe judia” abrange tantas particularidades que acaba se tornando como um conceito que precisa ser bem explicado e exemplificado, conforme se pretende fazer no decorrer desse texto. Esse tipo de mãe costuma aparecer em muitos dos textos scliarianos e merece uma reflexão.

Nesse artigo, não se pretende analisar todos os gêneros nos quais Scliar tematiza as mães. O que se pretende fazer é um recorte do conjunto da obra do autor. Desse modo, se procederá a uma leitura das crônicas scliarianas que tematizam as mães, mas se pretende organizar os textos em que, por meio da autorreferência, Scliar parte mais diretamente das vivências familiares com sua mãe para tecer seus textos ficcionais. Para procurar tornar essa pesquisa mais relevante, foi realizado também um trabalho de levantamento das crônicas de Scliar ainda não publicadas em livros.

A mãe judia nas crônicas de Moacyr Scliar

No conjunto das crônicas de Scliar há textos que abordam a temática da mãe judia sem que o escritor esteja se referindo a sua mãe. Dentre esses textos se verifica “A doença e seu nome”. Publicado originalmente em 24/04/1999, foi compilado no livro *Território da emoção: crônicas de medicina e saúde*, editado em 2013. O assunto principal dessa crônica é refletir sobre a ansiedade dos pacientes em obter do médico o nome da doença que os acometeu. Refletindo sobre essa questão, num dado momento, Scliar lembra uma anedota que envolve a questão da mãe judia, universo que ele conhecia tão bem: “O que lembra a história da mãe judia que levou o filho a um psicanalista e insistia num diagnóstico. Depois de compreensível hesitação, o doutor disse que o rapaz sofria de complexo de Édipo”.

“Resposta da boa senhora: ‘Complexo de Édipo ou não, o importante é que ele ame sua mãe’” (SCLIAR, 2013, p. 216-218).

No conjunto da obra de Scliar, também há crônicas que abordam a maternidade, mas que não fazem qualquer menção à mãe judia. Selecionado para a Coleção Melhores Crônicas, os textos do escritor gaúcho foram compilados por Luís Augusto Fischer sob o título *Moacyr Scliar* (2004). Aqui se observam os seguintes textos “A mãe de Eva” (p. 325-326) e “Os sons do amor” (p. 316-317). Nestes são lembrados aspectos da maternidade, porém nenhuma reflexão referente à mãe judia. No escrito “A mãe de Eva”, Scliar questiona o sofrimento de Eva: não teve uma mãe para se espelhar, para cuidar e aprender, mas teve que ser mãe.

De modo semelhante, ocorre em “O ursinho, não”, publicada originalmente em 05/10/1998 e compilada no livro *O imaginário cotidiano*. Aqui também há o olhar médico, pois Scliar se vale de seus conhecimentos de médico para trazer à tona a discussão sobre as crianças que ficam grávidas. Isso é um problema social e Scliar, como médico social, assinala isso, que é também um assunto para alertar/conscientizar toda a sociedade. Nesse texto, Scliar aborda uma problemática polêmica - a criança que gera outra criança, a que se desapega do filho para a mãe cuidar, mas não desapega do ursinho. Um impacto de inocência e ingenuidade. Por fim, ainda pode-se mencionar o texto “Mães e antimães”, que foi publicada originalmente em 08/05/2010 no portal digital do jornal *Zero Hora*. Nesse texto ainda não editado em livro impresso, Scliar fala de mães biológicas e adotivas, além de criticar as mães desnaturadas, sádicas, que acabam gerando frustrações e sofrimentos nos filhos.

Como um intelectual muito preocupado em divulgar as características do judaísmo, Scliar escreveu diversos ensaios voltados a isso. Pode-se citar, por exemplo, os seguintes livros: *A condição judaica* (1985), *Caminhos da esperança*: a presença judaica no Rio Grande do

Sul (1990), *Se eu fosse Rothschild*: citações que marcaram a trajetória do povo judeu (1993) e *Judaísmo: dispersão e unidade* (1994). Um desses ensaios é a obra *Do Éden ao divã*: humor judaico. Esse livro, cuja seleção, organização e edição ficaram a cargo de Patrícia Finzi, Eliahu Toker e do próprio Scliar, contém uma compilação de textos do humorismo judaico bem como textos teóricos sobre o tema. Nesse livro, explica-se que a mãe judia é “a personagem mais típica do folclore judaico nos Estados Unidos. Devidamente transplantada da Europa [a mãe judia] teve, na América, suas energias grandemente multiplicadas, tornando-se a superalimentadora e a superprotetora” (SCLIAR; FINZI; TOKER, 1991, p. 113).

Além de trazer uma conceituação para a expressão “mãe judia”, o livro *Do Éden ao divã* apresenta trechos de obras nas quais essa personagem aparece. Desse modo, é transcrito um capítulo da obra *O exército de um homem só*. Publicada originalmente em 1973, nesse texto se lê a mãe do personagem Mayer Guinzburg encontrando muitas dificuldades para fazer o filho se alimentar. O narrador conta que Mayer costumava cerrar a mandíbula para não engolir a sopa. Mas, como a mãe judia não desiste nunca de seus filhos, ela percebeu que “houve uma época em que Mayer perdeu dois ou três dentes e ficou com uma falha; por ali nossa mãe derramava um pouco do líquido” (SCLIAR; FINZI; TOKER, 1991, p. 137-141).

Na crônica “O ocaso da mãe judia” há detalhes importantes a se considerar. Essa crônica foi obtida a partir de pesquisa no site do escritor. Ainda não foi editada em livro, sendo publicada originalmente no jornal gaúcho *Zero Hora*, no Caderno Donna, em 14 de maio de 2006. No texto, Scliar rememora que nos tempos bíblicos os hebreus “formavam uma sociedade tribal e patriarcal, mas havia nela lugar para matriarcas”, sendo que Sara, Rebeca, Lea, Raquel desempenharam importante papel na história hebraica. Apesar disso, pondera o escritor, “a mãe judia que figura nas historietas não é, porém, a matriarca bíblica”, já que esta é uma criação da diáspora da Europa

Oriental nos séculos 19 e 20. Nesse contexto, “os judeus viviam então no shtetl”, uma pequena e pobre aldeia assim organizada: o chefe de família trabalhava fora de casa, exercendo uma profissão humilde, podendo ser alfaiate, sapateiro, leiteiro ou pequeno agricultor. A família era numerosa e ficava o dia todo aos cuidados da mãe, “que não tardou a desenvolver um perfil próprio, o perfil de uma mulher ansiosa, superprotetora, alimentadora”. Surge aqui o entendimento do que seria a mãe judia. Scliar prossegue:

Razões para ansiedade não faltavam: a pobreza, a doença, a ameaça constante dos progroms. A superproteção vem daí, da precariedade desta existência. Proteger significava cuidar, abrigar, defender – mas significava sobretudo alimentar. A ameaça de fome era real, como o era a ameaça das doenças associadas à desnutrição. [...] Ao emigrar para a América os judeus mantiveram este modelo. No Lower East Side, da Nova York, no Once, de Buenos Aires, no Bom Retiro, de São Paulo, no Bom Fim de Porto Alegre, o modo de vida do shtetl foi por longo tempo preservado. O pai judeu continuava sendo o alfaiate, o marceneiro, o pequeno lojista; a mãe judia continuava sendo a ansiosa superprotetora e alimentadora. No Bom Fim, não era raro ver mães correndo atrás dos inapetentes filhos com um prato de comida em plena rua. (SCLIAR)

Esse fragmento da crônica é bem esclarecedor, pois traça um histórico do surgimento da mãe judia. Nesse mesmo texto se lê que “mãe judia que se preze nunca comeria sem dividir o alimento com os filhos”. Ao término da crônica “O ocaso da mãe judia”, o escritor gaúcho explica que atualmente, com as modernidades como a Internet, não é possível que as mães continuem sendo “judias” no sentido de serem excessivamente protetoras, atenciosas, alimentadoras. Scliar finaliza dizendo que agora as mães correm no parque de tênis e camiseta e não mais atrás dos filhos com um prato de sopa.

No conjunto dos textos de Scliar, o início da crônica “O depoimento de uma mãe” (SCLIAR, 1996, p. 65-69) traz as mesmas informações contidas no texto “O ocaso da mãe judia”. Interessante observar aqui que, com exceção dos dois primeiros parágrafos, o restante da crônica está no formato de entrevista. Acontece um hibridismo textual. Essa característica pode ser percebida na obra de Rubem Braga, sobre o qual o teórico Afrânio Coutinho afirmou que “muitas de suas crônicas são poemas em prosa” (COUTINHO, 2004, p. 133). Ou seja, o cronista pode lançar mão desse recurso de mistura de gêneros textuais diferentes na composição do seu texto. A crônica “Em homenagem ao Dia das Mães – O regimento interno da família – (Tal como visto pelas próprias mães)” (2004) também tem um formato diferente, é um formato semelhante a um regimento. Quanto ao conteúdo de “O depoimento de uma mãe”, trata-se do depoimento de uma mãe judia, que teve o filho preso. O texto mostra que, apesar de seu filho seguir por um caminho diferente do esperado, o amor da mãe ainda é incondicional. Ao falar da mãe judia nesse texto, Scliar comenta que elas já possuem uma posição especial e até folclórica quanto à superproteção e carinho.

Em entrevista ao Programa “Roda Viva” da TV Cultura exibido em 16/08/2010, aos 58 minutos de entrevista, Scliar comenta: “eu tive uma mãe judia, surpreendentemente judia, pois era culta, era uma mulher formada, não era dessas mulheres assim ingênuas, humildes, mas, mesmo assim, ela era uma mãe judia, ela era uma alimentadora contumaz”. Em seguida, o autor ainda reforça que nunca soube o que é a expressão “sentir fome”, e que os seus amigos não judeus comentavam que estavam com fome, e que ele até sentia inveja. Moacyr encerra falando que sua mãe sempre estava atrás dele com um prato de comida ou com a sua sopa, que é o alimento mais nutritivo do mundo, segundo o escritor, e que com uma mãe dessas, inevitavelmente ele teve que fazer ficção. Ou seja, na carreira literária de Scliar comparece com força a autorreferência que se estabelece quando o

escritor relembra sua mãe. Um dos muitos exemplos disso é o texto “História de mãe”. Publicada originalmente em 08/05/1988, e posteriormente compilada no livro *A poesia das coisas simples* (2012), essa crônica é a primeira que encontramos abordando a temática da mãe judia. Ou seja, pode-se afirmar que, no mínimo Scliar abordou esse assunto desde o ano de 1988. Nesse texto, após rememorar algumas historietas sobre mães judias preocupadíssimas com a nutrição de seus judeuzinhos, ele termina a crônica desta forma comovente:

Esta história, naturalmente, homenageia a memória de Sara Scliar, que saltava da cama para fazer comida para o filho, que levantava de madrugada para estender a massa e que deve estar em algum lugar deste vasto universo (incluindo o polo Norte) com um prato de sopa quente para seus filhos. (SCLIAR, 2012, p. 212)

Mas a lembrança de sua mãe não fica restrita ao texto acima. Na crônica “Mãe, por incrível que pareça, é só uma”, Scliar brinca com as possibilidades de se criar uma mãe artificial, uma mãe robô. Na narrativa, comenta que haveria muita dificuldade em conseguir reproduzir mães que tivessem habilidades que iriam desde verificar febre, ter bons ouvidos para escutar o choro de longe, bons olhos para perceber a tristeza, braços fortes para carregar uma criança embalando a noite inteira, nunca deixar faltar a comida e assim por diante. E novamente o autor volta-se para sua autorreferência familiar: “duvido que consigam fazer uma mãe verdadeira. Duvido que consigam fazer uma mãe como foi a minha mãe” (SCLIAR, 1996, p. 56).

Pietá e o Casaco Perdido

Nessa última seção do artigo, valendo-se das nossas preferências de leitura, pretende-se apresentar melhor duas crônicas que em nossa ótica a autorreferência nas questões da mãe judia se faz mais marcante.

Inserida no livro *Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar*, “Pietà” é uma crônica comovente na qual se verifica a autorreferência em sua elaboração. Nesse texto Scliar fala como foi perder a sua mãe para o câncer. Tomado por extremo sentimentalismo, o autor inicia seu texto deixando claro que não há drama maior que o sofrimento de uma mãe que carrega o filho morto nos braços. Lembra, então, a morte esculpida na frieza do mármore, referindo-se à então escultura *Pietà* de Michelangelo:

Talvez não exista imagem mais dramática, mais dilacerante de amor materno que a Pietà, de Michelangelo. A Mãe que segura o filho morto ao colo traduz, apesar de frieza do mármore (ou justamente por causa dela, por causa do contraste que proporciona aquela superfície lisa, branca e fria com o medonho sofrimento), toda a dimensão que pode atingir esta que é a mais singular das formas de amor, o amor que a natureza criou para assegurar a perpetuação da espécie. (SCLIAR)

Em muitas entrevistas, o escritor afirma que foi através de sua mãe que ele adquiriu o gosto pela leitura. Que mesmo pobres, não faltava dinheiro para os livros. E é em homenagem às mães e, também, aos pais, que o autor explica o título do livro, retirado do trecho do samba de Adoniran Barbosa – *Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar*. Na introdução dessa obra, Scliar explica que, de maneira geral, os pais não dormem. Desde os gemidos dos bebês até a fase das festas adolescentes, os pais fingem dormir, mas sempre estão preocupados com os filhos.

Voltando ao conteúdo da crônica, Scliar completa dizendo que não há amor mais incondicional que o de uma mãe, e ainda assim, as mães morrem. A partir disso, Scliar relata o intenso sofrimento que teve na morte de sua mãe, uma autêntica “mãe judia” que tanto cuidou dele. Quando sua pobre mãe estava prestes a falecer tomada por um câncer – Moacyr a segurou nos braços e sentiu piedade – *pietà*.

E, assim, finaliza ressaltando a necessidade que os filhos possuem em cuidar de suas mães, de se reconhecer e perceber as fragilidades das mães. E que, para tanto, deve-se fazer isto com a mesma paciência que Michelangelo esculpiu *Pietà* (SCLIAR, 1996, p. 44-46). Nesse texto, o olhar médico também se faz presente, pois ele é um médico que não consegue salvar sua própria mãe.

A outra crônica tocante é “O casaco perdido”. Postada no site do jornal *Zero Hora* em 26/03/2014 e ainda não editada em livro, nesse texto Scliar comenta acerca do sentimento de culpa que abrange a mãe judia.

A matinê de domingo à tarde era um programa ansiosamente esperado pela turma do Bom Fim. Filmes de aventura, desenhos animados, aquilo excitava nossa febril imaginação; acorriamos em massa aos dois cinemas do bairro, o Baltimore, na Oswaldo Aranha, em frente ao parque, e o Rio Branco, na Protásio Alves. Ao Baltimore, próximo à minha casa, eu ia sozinho; quando se tratava do mais distante Rio Branco, minha mãe me levava e me buscava. Uma tarde o filme terminou e ela não apareceu. Tinha se atrasado; essas coisas que aconteciam com as sobrecarregadas mães de família. Fiquei andando pelas cercanias do Rio Branco, na Rua Miguel Tostes (que então se chamava, e, como vocês já verão, não sem simbólica ironia, Rua Esperança) quando ela finalmente surgiu, aflita como qualquer culpada mãe judia. Depois do alívio que sentiu ao me ver, uma estranheza: onde estava o meu casaco? (SCLIAR)

Como mãe judia, a mãe de Scliar se culpava pelo atraso em buscá-lo no cinema e isso se deveu ao seu excesso de compromissos domésticos. Nesse texto, Moacyr fala também de frustração. Da sua própria frustração quando sua mãe esqueceu de buscá-lo no cinema. Que inclusive, em um ato de revolta impensada, que ele acredita ter sido em razão do esquecimento de sua mãe, ele deve ter soltado o seu casaco na rua, talvez como forma de protesto inconsciente. Tal

fato gerou uma fixação por casacos. Ele confessa que passou a vida comprando casacos exagerada e inconscientemente, e com uma esperança confusa de encontrar aquele casaco esquecido naquela ocasião e todas as memórias envolvidas, principalmente no que se refere à sua mãe, para ele a inesquecível “mãe judia”.

Considerações finais

Por meio dessa pesquisa, verifica-se que a autorreferência está muito presente quando Scliar elabora seus textos de diversos gêneros, mas, principalmente, nas suas crônicas. Por se ter o objetivo de procurar verificar o enfoque que o autor dá às mães em todo o conjunto da sua obra de cronista, além dos livros do autor, foram consultados os textos scliarianos publicados no site do escritor e no portal digital do jornal *Zero Hora*, para o qual o ficcionista contribuía. Assim, procedeu-se ao levantamento de suas crônicas publicadas e não publicadas em livros, o que constitui um aporte à fortuna crítica do escritor. Nem todas as crônicas sobre maternidade foram mencionadas nesse artigo, pois, por serem muitas, se entendeu que apenas citar os títulos delas sem realizar análises não seria algo coerente. Mas, com o corpus obtido, a intenção é continuar desenvolvendo estudos nessa linha de investigação.

A metodologia dessa investigação constituiu-se primeiramente em separar todas as crônicas que abordavam aspectos da maternidade, para, depois, destacar os textos que tematizavam a “mãe judia” quando esta estava atrelada à figura da mãe de Scliar. Assim, constatou-se que no conjunto das crônicas de Scliar há textos que abordam a temática da mãe judia sem que o escritor esteja se referindo a sua mãe. Foi verificado que Scliar escreveu sobre mães/maternidade de 1988 (p. ex. o texto “História de mãe”) até 2010 (p. ex. o texto “Mães e antimães”). Como ele faleceu em 2011, observa-se que durante todo esse período a questão das mães interessou ao escritor.

Algo muito relevante foi conhecer as origens do “conceito” da “mãe judia”. Scliar explica que esse conceito surgiu entre o final do século 12 e início do século 20. Diante das repressões aos judeus, expõe-se que a mãe judia é a genitora que ficava encarregada pela casa e pelos filhos enquanto o chefe de família, de profissão humilde, trabalhava fora de casa. A partir disso, essa mãe desenvolveu um perfil de mulher ansiosa por diversas razões como a pobreza, as doenças e as ameaças constantes. A precariedade da existência traz a necessidade de proteger, cuidar, abrigar, defender, prover, sobretudo - alimentar. Tais fatos trazem então a ideia de superproteção e superalimentação.

Quanto à tematização da mãe judia em suas crônicas, observa-se que Scliar tinha muito apreço por esse assunto, não somente porque ele se dedicou a divulgar aspectos da cultura judaica – como se nota em muitos dos seus ensaios – mas também por causa das questões autobiográficas: os cuidados inesquecíveis de sua mãe, uma autêntica “mãe judia”, ficaram perpetuados na sua mente e na sua literatura de exímio contador de histórias.

Referências

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: COUTINHO, Afrânio. (Org.). *A literatura no Brasil*. v. 6, 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Global, 2004. p. 117-143.

DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida*. Tradução de Marileide Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

FISCHER, Luís Augusto (Org.). *Moacyr Scliar*. São Paulo: Global, 2004. (Coleção Melhores Crônicas / Direção Edla van Steen)

Moacyr Scliar – 16/08/2010. Entrevista concedida ao Programa Roda Viva. Disponível em: <https://youtu.be/LARRXzsmvGI>. Acesso em: 07 out. 2021.

Moacyr Scliar – Perfil do acadêmico – Página da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/moacyr-scliar/biografia> –. Acesso em: 05 nov. 2021.

REMÉDIOS, Maria Luiza. *Literatura confessional: autobiografia e ficcionalidade*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

SCHNEIDER, Talita Felix. Moacyr Scliar: contador de histórias e formador de leitores. In: Anais XI Semana de Letras PUCRS. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/XISemanaDeLetras/pdf/talitaschneider1.pdf>. Acesso em: 24 out. 2021.

SCLIAR, Moacyr. *A poesia das coisas simples: crônicas*. Organização e prefácio de Regina Zilberman. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCLIAR, Moacyr; FINZI, Patrícia; TOKER, Eliahu. *Do Éden ao divã: humor judaico*. 5. ed. São Paulo: Shalom, 1991.

SCLIAR, Moacyr. *Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1996. (Coleção A leitura é uma aventura).

SCLIAR, Moacyr. *Território da emoção: crônicas de medicina e saúde*. Organização e prefácio de Regina Zilberman. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SCLIAR, Moacyr. Mães e antimães. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2010/05/moacyr-scliar-maes-e-antimaes-cjpmnsnzdl011xvtcn1nkieea1.html>. Acesso em: 7 out. 2021.

SCLIAR, Moacyr. O casaco perdido. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2009/12/moacyr-scliar-o-casaco-perdido-cjpn0dpon01b7aqcnmo40e2od.html>. Acesso em: 7 out. 2021.

SCLIAR, Moacyr. *O imaginário cotidiano*. 2. ed. São Paulo: Global, 2002.

SCLIAR, Moacyr. O ocaso da mãe judia. Disponível em: <https://www.moacyrscliar.com/cronicas/o-ocaso-da-mae-judia/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SCLIAR, Moacyr. *Mãe judia, 1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (Coleção Vozes do Golpe).

ZILBERMAN, Regina. Do Bom Fim para o mundo: entrevista com Moacyr Scliar. *WebMosaica: revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, v. 1, n. 2, p. 116-120, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.seer.ufrgs.br%2Fwebmosaica%2Farticle%2Fdownload%2F11987%2F7128&ei=uwt7U63bG8SBqgbEp4H4CA&usg=AFQjCNE68PxXEbR5VSKFGeWVYgkBaOKliQ>. Acesso em: 12 nov. 2021.

DESVELAMENTOS DO DISCURSO LITERÁRIO

Eduardo de Lima Beserra*

Maria do Socorro Pereira de Almeida**

Resumo: O objetivo central aqui perseguido é discutir fatores que possam auxiliar-nos no processo de leitura do texto de natureza literária. Nesse sentido, buscamos lançar luz sobre algumas possibilidades de apreço das obras de literatura. Para além do esquadrinhamento de categorias narrativas, como tempo, espaço, personagens, enredo, ensejamos observar como os elementos de uma estória, ou de um poema, por exemplo, projetam-se para fora daquilo que os instauram linguisticamente. Dessa maneira, interessamos investigar meios permissivos de desvelar, isto é, pôr à vista discursos que o texto literário pode abrigar. Ainda, é de nosso interesse desmistificar determinadas ideias que bordejam e atingem a obra literária negativamente. A fim de alcançarmos nossos intentos, acionamos os estudos de Ezra Pound (2006), Alfredo Bosi (2015), Paul Zumthor (2010), Antonio Candido (2004), Terry Eagleton (2019), Zygmunt Bauman (2020), entre outros teóricos e críticos da literatura que também nos respaldaram no tocante às discussões às quais nos propomos neste trabalho. Com este estudo, foi possível observar que dilatar as perspectivas do texto literário, desestabilizando formas estanques de encarar as obras de literatura, pode dirimir noções que, por vezes, abrem abismos entre o leitor e a obra.

Palavras-chave: Discurso Literário. Leitura. Texto Literário.

* Mestrando em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL-UFAL). E-mail: eduardogserra@gmail.com.

** Professora Adjunta II da Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE-UAST). Pesquisadora CNPq. E-mail: socorroalmeidalettras@gmail.com.

DISCOVERY OF LITERARY DISCOURSE

Abstract: The main objective pursued here is to discuss factors that can help us in the reading process of the literary text, that is, we seek to shed light on some possibilities for appreciating works of literature. In addition to scrutinizing narrative categories, such as time, space, characters, plot, we wanted to observe how the elements of a story, or a poem, for example, project themselves outside of what linguistically establishes them. In this way, we are interested in investigating permissive means of arousing the discourses that the literary text houses. Still, it is in our interest to demystify certain ideas that border and affect the literary work negatively. In order to reach our intentions, we used the studies of Ezra Pound (2006), Alfredo Bosi (2015), Paul Zumthor (2010), Antonio Candido (2004), Terry Eagleton (2019), Zygmunt Bauman (2020), among other theorists and literature critics who also supported us with regard to the discussions we propose in this work. With this study, it was possible to observe that expanding the perspectives of the literary text, destabilizing watertight ways of looking at works of literature, can resolve notions that, at times, open abysses between the reader and the work.

Keywords: Literary Discourse. Reading. Literary Text.

O texto de natureza literária se manifesta como um desafio ante os estudantes não somente do ensino básico, mas também diante daqueles que estão em cursos de graduação, especialmente os de Letras. Quando indagados sobre por que tendem a vilipendiar as obras de literatura, as respostas são quase sempre as mesmas: “são textos muito difíceis/ enfadonhos”, “os vocabulários dos escritos impedem a compreensão deles”, “geralmente são textos muito longos/ cansativos”...

Mediante isso, somos levados a refletir acerca dos motivos que giram em função desse sentimento de “repulsa” em relação às obras literárias. Para isso, interpelamos a própria literatura e a sua expressão

suprema: o texto literário. No entanto, antes de qualquer coisa, não pretendemos tremular nessa discussão noções que defendem que essa natureza textual é efetivamente simples, despreziosa e que, portanto, o que falta aos interlocutores é o interesse de se debruçar sobre um romance, um conto, ou um poema. Desse modo, objetivamos, sobretudo, questionar as expressões literárias e desmistificar determinadas ideias as quais orbitam em torno das obras de literatura.

De acordo com Coutinho (2015), a literatura deve ser entendida como um fenômeno estético. Isto é, a princípio não tem a pretensão de ensinar, doutrinar ou exortar os sujeitos a pensar e/ou agir de uma dada maneira. Em todo caso, se isso acontecer, é importante levarmos em conta que se tratam de consequências literárias, pois a literatura é perpassada por diversos elementos que integram o corpo social: crenças, valores, ideologias, e o escritor, assim como o leitor, não está incólume a isso e aquele, acima de tudo, sente vontade de comunicar algo a partir da criação literária.

Por conseguinte, essa expressão estética se coloca como uma metamorfose da realidade possível e sensível, criando mundos outros, organizando-se em função de fórmulas de prazer que apenas os leitores podem sentir. Nesse ponto, deparamo-nos com uma bifurcação: como sentir a fruição se existe a rejeição e como aderir ao processo crítico sem desprezar o gozo? De todo modo, faz-se imprescindível considerarmos que uma coisa não pode anular a outra. À luz disso, caímos na desembocadura do ensino de literatura, decerto como o meio “macro” para ponderar a questão.

É fato que existem diversas formas de levar a literatura ao leitor aprendente, porém esses meios talvez não tenham surtido efeitos muito positivos, tanto é que o desprezo pelo texto literário ainda reina nas paixões de muitos estudantes. As abordagens histórica e filológica são as mais comuns, pois tomam o texto literário como um meio de análise linguística, isto é, sondam apenas a matéria verbal do texto,

apossam-se da obra literária apenas como referência para a formação de memória escolar, em que se abrigam nomenclaturas de tendências literárias, datas, nomes de autores e fragmentos biográficos deles.

Desse modo, o contato mais profundo que se pode ter com a literatura não acontece, haja vista o texto literário ser reduzido a análises sem grandes propósitos, de tal modo que o deleite prometido pelo efeito estético da obra não se consolida na experiência de leitura. À sombra disso, outras questões surgem, e todas elas se sustentam numa indagação maior: *o que fazer ou como proceder ao ensino de literatura?*

As repostas a esse incômodo não são delicadas, também não desprezam completamente as abordagens já mencionadas. Nesse sentido, a melhor maneira de trabalhar com o discurso literário é através dos gêneros por meio dos quais ele se expressa, tendo em vista que o contato do discente com tais escopos textuais é profundamente essencial.

As problemáticas relativas aos gêneros textuais, particularmente os literários, são fervorosas, pois se trata da dificuldade de lidar com “objetos” maleáveis, que estão passíveis de transmutação constantemente. Sendo assim, vem à tona a necessidade de procurar esquadrinhar não apenas os aspectos verbais dos textos de literatura, mas também de sondar os discursos que se articulam não apenas no que está expresso verbalmente. Dessa maneira, é mediante essa clarividência que o processo crítico/analítico do texto literário começa a ganhar contornos.

Seja em forma de verso, seja na conjuntura da prosa, a literatura gera em cada leitor sensações e impressões díspares. Isso se estabelece como ponto de partida para que sentidos em torno das obras literárias sejam constantemente atualizados. No entanto, como comenta Compagnon, [...] “na crítica, os paradigmas não morrem nunca, juntam-se uns aos outros, coexistem pacificamente e jogam indefinidamente com as mesmas noções – noções que pertencem à linguagem popular” (2006, p. 17).

Nesse sentido, há sempre algo a ser dito. Basta pensarmos em estudos que se voltam para a condição feminina em face de estruturas de poder fundadas sob os signos do patriarcado. Assim, emerge dos tecidos textuais a necessidade de se falar a respeito de noções de gênero (relativas à sexualidade), da luta da mulher para obter espaços mais favoráveis na sociedade, entre outros aspectos.

Necessariamente, os estudantes não precisam conhecer todas as sutilezas de um gênero literário, pois devemos prezar pela interação que eles devem ter com o texto a fim de que sentidos sejam suscitados a partir do processo de leitura. Sendo assim, não é necessário falar das angústias teóricas da literatura, mas criarmos meios para que os aprendentes possam dialogar com os escopos textuais. Como segure Eagleton (2019, p. 12, grifo do autor), “devemos tomar o *que* é dito nos termos *como* é dito”. Eis a preocupação mais intensa que se pode ter quando tratamos da leitura do texto literário. Como meio de ilustrar o que vínhamos explanando até então, tomemos o seguinte poema da poeta brasileira Orides Fontela:

TRANSPOSIÇÃO

Na manhã que desperta
o jardim não mais geometria
é gradação de luz e aguda
descontinuidade de plano.

Tudo se recria e o instante
varia de ângulo e face
segundo a mesma vidaluz
que instaura jardins na amplitude

que desperta as flores em várias
cores instantes e as revive
jogando-as lucidamente
em transposição contínua
(FONTELA, 2015, p. 29).

Neste poema, o percurso do silêncio obedece à passagem dos instantes, mediante a incidência da luz do alvorecer no espaço. Percebe-se isso não somente nas palavras remissivas, mas também nas imagens forjadas pelo eu poético. O título do texto se harmoniza com a totalidade das estrofes – em cada uma apreendemos a *Transposição*, compreendida, aqui, como mudança/ modificação de estados.

Nas sutilidades da primeira estrofe, percebe-se a oposição entre a noite e o dia. Este é aludido pela luz que eclode com o amanhecer; aquela é referenciada como lugar da estabilidade e da continuidade. Quando amanhece, *o jardim não mais geometria*, pois as horas noturnas denotam inércia, a estagnação das formas componentes do ambiente. A noite é o véu opaco caído sobre a íris do eu lírico. No fulgor do dia, tudo sucumbe ao movimento, os raios de luz dão liquidez, maleabilidade, às coisas: fonte luminosa penetrando no estado das formas.

Com a aurora, os instantes transpõem perspectivas e superfícies pelos mesmos fulcros que revelam, em elã, a vastidão do jardim: *Tudo se recria e o instante/ varia de ângulo e face/ segundo a mesma vidaluz/ que instaura jardins na amplitude*. O eu lírico se depara com a desestruturação e a recriação silente do espaço, isto é, em concomitância, a luz ergue e faz desmoronar os elementos apreciados pela voz lírica.

O amanhecer tudo desperta, faz desabrochar, ressuscitar de um sono mórbido a flora desaparecida pela escuridão da noite ida. Em silêncio, a luminosidade desencadeia, num processo natural e cativo da efemeridade, as metamorfoses com as quais o eu poético se deleita: [...] *desperta as flores em várias/ cores instantes e as revive/ jogando-as lucidamente/ em transposição contínua*.

Na análise do poema, não colocamos em segundo plano a arquitetura das palavras, pelo contrário, foi por meio delas, do que elas sugerem, que a investigação se tornou possível. Toda a interpretação desprende-se do que não está visível, mas sugerido pelos vocábulos, pela forma como estão articulados.

Nem sempre é preciso aplicar recursos de análise de poemas, como a metrificação, indicar os tipos de versos, o nome das estrofes, entretanto é importante que sejam operadores conhecidos, haja vista, na literatura, forma e conteúdo serem elementos indissociáveis. Em razão disso, Pound (2006) observa que o mecanismo de estudar poesia reside no exame minucioso, cuidadoso e direto na matéria. Ele ainda aponta que o intento analítico não deve sustentar-se unicamente em impressões, assim, é vital descortinar o que o verbo exprime.

Por outro lado, reconhecer categorias narrativas não é o suficiente para compreender uma narrativa plenamente. No entanto, é fundamental ter ciência das nuances do espaço, do tempo, de como os personagens se articulam no interior de uma história sim, pois são fatores, coordenadas ou provisões com as quais conseguimos desvelar o discurso literário. Percebemos como as categorias espaço, personagem e contexto de produção estão articulados no conto *Uma rosa para Emily*, de William Faulkner (2002).

Em *Uma rosa para Emily*, de William Faulkner, os traços do modernismo são patentes tanto na construção das personagens como na categoria de espaço; ainda, nos temas que abarca. Não só os elementos narrativos, mas também os temáticos exprimem alterações de paradigmas humanos e sociais.

As personagens centrais da narrativa apresentam alto grau de densidade psicológica, marcada, principalmente, pela introspecção e pelo enclausuramento íntimo e social. Atesta-se isso no comportamento de Emily Grierson e do seu empregado, Tobe. Este tem como emblema de si o silêncio; aquela se faz imperiosa, austera, envolta em véus de mistério. As demais personagens se manifestam como objeção ao modo de vida assumido por Emily – são como a persistência de formas de conduta e de tradições as quais, pouco a pouco, vão-se desvanecendo.

O espaço apresentado no conto alude à desintegração, fragmentação, o que é salientado com frequência na narrativa. A casa de Emily,

arquitetura que ainda conserva características góticas, impõe-se ao que se ergue em redor. A partir disso, nota-se tanto pelo comportamento de Emily quanto pela desgastada arquitetura um aspecto de resistência da aristocracia decadente, que ignora as transformações sociais e tenta segurar-se nos ínfimos fios de sustentação de uma oligarquia que não tem mais respaldos financeiros: “A casa de Miss Emily era a única, levantando sua decrepitude teimosa e faceira acima dos vagões de algodão e das bombas de gasolina” (FAULKNER, 2002, p. 636). Essa ausência de base para a continuação dos privilégios financeiros se revela na morte do Coronel Sartóris, pois as pessoas que passam a administrar as cidades não aceitam os argumentos anteriores: [...] “Quando a geração seguinte, com suas ideias modernas, deu, por sua vez, prefeitos e intendentes municipais, essa concessão provocou alguns descontentamentos. No primeiro dia do ano, dirigiram a Miss Emily uma notificação de impostos [...]” (FAULKNER, 2002, p. 637).

Por outro lado, a crise da década de trinta que atingiu o ocidente vem à tona de forma primorosa, esteticamente, uma vez que se personifica não apenas no ambiente, mas também na personagem. A mudança na aparência de Emily sugere a passagem do tempo e das ideias de uma sociedade que envelheceu junto com ela. O cadáver do marido, ainda na cama, remete à tentativa de sustentação do patriarcalismo que, à época, já se encontrava desafiado, assim como os privilégios herdados de gerações familiares anteriores.

Os avanços tecnológicos vão ganhando lugar na conjuntura da vida das pessoas. O narrador demarca tais avanços nas passagens em que enuncia as metamorfoses dos ambientes e descreve os elementos internos do casarão de Miss Emily. Esses aspectos mostram a discrepância entre o externo em constante transformação, o que mostra mais nitidamente a passagem do tempo, e o espaço de vivência da protagonista que se fecha em um mundo à parte, tentando manter resquícios de tempos passados.

Na narrativa, observam-se mudanças nos planos administrativos e ideais, os quais emolduram o quadro social da época representada na história. De um sistema coronelista, instala-se um modo de governo cujas ideias e práticas são enunciadas como modernas. A maneira como as pessoas dialogam com as instâncias governamentais sofre alterações, isto é, a interferência direta dos representantes governamentais na vida privada dos indivíduos se torna comedida. Contudo, o contrário ocorre em situações nas quais as ações desses indivíduos vacilam, explicitamente, as dinâmicas de organização social (podemos ter acesso a isso na ocasião em que as autoridades vão à residência de Emily lhe cobrar os impostos).

No tocante aos temas abordados na narrativa, encontramos referências à reificação humana – no que diz respeito à objetificação do outro. No contexto familiar em que Emily se encontrava, desvençar-se do corpo do pai, quando ele morre, foi um ato pesaroso, haja vista o velho ter sido o sustentáculo dela ao longo de uma vida não só de refreios, mas também de obliterações que suplantavam as intenções de mocidade da então jovem. Nisso, apreendem-se restos de um objeto de desejo pairando sobre a existência de Miss Emily.

Essa ligação ávida a um objeto de desejo, do mesmo modo, é percebida quando Emily se relaciona com Homer Barron. O vínculo era fugaz, tendo em vista as características de Barron – dado a farras, prazeres levianos, a coisas que lhe engrandeciam o espírito (bel-prazer). Contudo, as diferenças de personalidade entre Homer e Emily gerou uma atmosfera de desassossegos, sobressaltos que foram elididos com a morte de Barron, mais um mistério na trama.

Homer Barron se ausentou do vicejar da vida. Depois de algum tempo, quando Emily perece, o corpo dele é encontrado no casarão, no leito nupcial. Nesse ponto, o narrador nos mostra indícios de uma possível prática de necrofilia – uma mecha de cabelo prateado, evidentemente, pertencente à Emily, é encontrada ao lado do corpo

putrefato. Com isso, instaura-se uma relação mordaz entre um objeto de desejo e um ser desejanete.

Faz-se interessante observarmos que o servo de Emily, um negro, também é mantido como um objeto do qual ela se utiliza durante toda a vida. O envelhecimento dele mostra esse apego da personagem às práticas burguesas do passado, pois o dinheiro domina a sociedade, compra pessoas e se apossa da vida de muitos em diferentes situações. Emily se nega a aceitar mudanças que comprometam suas perspectivas fundamentais de vida, que são status, privilégio e posse. Porém, o contexto modernista em que se encontra a obra não aceita tais aspectos, até porque a classe trabalhadora passa a inquirir sobre seus direitos e lutar por eles.

O modernismo, na literatura, colocou em xeque discussões sutis a respeito da condição vital do humano. Retirou os densos véus que escondiam não só o lado frenético como o opaco do ser. Em *Uma rosa para Emily*, apreendemos as sutilezas disso, essencialmente, no modo como personagens e espaço estão fundidos.

O direito à literatura, observado por Candido (2011), fomenta o texto literário como algo importante para a vida das pessoas, porque leva a refletir sobre as condições de ser e de estar no mundo. Além disso, os aspectos observados no texto de Faulkner remetem à premissa da modernidade benjaminiana (BENJAMIN, 1994). Embora tenhamos acionado a tendência literária na investigação da narrativa, não a tomamos como o eixo gravitacional em torno do qual o conto orbita. Ele foi reclamado para que pudéssemos ter mais respaldo quanto à análise das particularidades, tanto das características espaciais quanto dos traços das personagens. No tocante a isso, Alfredo Bosi diz que na perspectiva da ficção contemporânea:

O conto cumpre a seu modo o destino. Posto entre as exigências da narração realista, os apelos da fantasia e as seduções do jogo verbal, ele tem assumido formas

surpreendentes de variedades. Ora é quase o documento folclórico, ora quase crônica da vida urbana, ora o quase **drama do cotidiano burguês**, ora o quase poema do imaginário às soltas, ora, enfim, grafia brilhante e preciosa votada às festas da linguagem (BOSI, 2015, p. 7 - grifo nosso).

No caso do conto em apreço, a narrativa nos brinda com ousadias estilísticas. A história é contada de modo desarticulado, começando com a morte da protagonista já em um passado que não sabemos se é próximo ou distante: “Quando Miss Emily Grierson morreu, toda a nossa cidade compareceu ao enterro” (FAULKNER, 2002, p. 636). O narrador, por sua vez, leva o leitor a adentrar nesse mundo, colocando-se sempre na primeira pessoa do plural, expediente que atinge não um determinado leitor, mas qualquer um, em qualquer lugar, tempo ou classe social, bem como desconstrói as fronteiras das percepções eletivas sobre a literatura e foca um elemento basilar dela – que é a experiência humana e os sentidos gerados a partir da leitura.

É perceptível, também, em alguns momentos da narrativa, a ambiguidade, por vezes, notada na protagonista a qual, segundo o narrador, era “estimada e perversa”. Do mesmo modo, a ironia também é um fator a ser observado em alguns momentos da história:

Viva, Miss Emily fora uma ‘tradição, um dever e um aborrecimento: espécie de obrigação hereditária, pesando sobre a cidade desde o dia em que, em 1894, o Coronel Sartóris (o prefeito que baixou o decreto proibindo às negras saírem à rua sem avental) a isentara do pagamento de impostos, isenção definitiva, que datava da morte de seu pai. Isto não quer dizer que Miss Emily aceitasse a caridade. O Coronel Sartóris inventara a complicada história de um empréstimo em dinheiro, feito pelo pai de Miss Emily à cidade e que a cidade, por conveniência própria, preferia reembolsar dessa maneira. Só um homem da geração e com as idéias do Coronel Sartóris poderia ter imaginado

semelhante coisa, e só uma mulher poderia ter acreditado (FAULKNER, 2013, p. 1).

Emily é a última pessoa da família a receber os benefícios do dinheiro público como herança, daí ser considerada pelo narrador como um peso para a cidade. Esse fato remete à crise e a decadência do Sul dos EUA no pós-guerra. A ironia está no modo como, para que não seja preciso ela fingir que não aceita, o coronel inventa o empréstimo, assim, nem ele nem ela teria que dar maiores explicações, embora seja evidente que uma família em decadência não poderia emprestar dinheiro à cidade.

Nesse contexto, o narrador ainda complementa que: “só um homem da geração e com as ideias do Coronel Sartóris poderia ter imaginado semelhante coisa, e só uma mulher poderia ter acreditado” (FAULKNER, 2002, p. 637). Fica ainda a questão do porquê só uma mulher aceitaria a mentira do coronel – se seria pelo fato de ser ingênua a tal ponto ou se seria a capacidade de se aproveitar da situação. Esse discurso mordaz e de efeito malicioso e sugestivo do narrador fica para o leitor analisar, fazer suas ponderações.

O narrador é bastante sagaz e solta em “conta-gotas” a vida da Miss Emily, enquanto vai brincado com o tempo e prendendo o leitor. Sendo assim, trazemos aqui a nossa visão, mas outros olhares poderão enxergar a narrativa de modos diversos. Os temas são revestidos por figuras que se oferecem ao leitor de formas muito particulares.

Ainda com o intuito de mostrar meios de análise do texto literário, retornamos ao gênero poema. Procuramos traçar algumas considerações sobre “*In a station of the metro*”, de Ezra Pound, e “*The Hollow Men*”, de T. S. Eliot, que apresentam similaridades quanto ao conteúdo que abordam. O primeiro tem uma composição simples, constituído apenas por duas sentenças nominais; o segundo é extenso, composto por cinco partes. No que concerne ao assunto, ambos esquadrinham as facetas da existência. Começamos por:

Numa estação de metrô

A aparição destas faces na multidão; Pétalas
num ramo orvalhado e escuro
(POUND, s.d).

Numa estação de metrô, o eu poético se coloca numa posição contemplativa, ele observa o que sugere ser o frenesi prosaico de uma estação de metrô. O poema é forjado com duas sentenças nominais. Isso insinua que a ausência de verbos projeta um efeito imagético, haja vista a não presença do elemento verbo provocar a sensação de estagnação, anulação da temporalidade. No primeiro verso, a voz do poema enuncia o surgimento de faces no agrupamento de pessoas: *A aparição destas faces na multidão [...]*. Os rostos são vistos como em relance, sem a apreensão de traços determinantes da feição. Isso é ratificado pelo item lexical *aparicação*, o qual denota espectro, no contexto do poema.

No segundo verso, iniciado por uma quebra sintagmática do primeiro, as faces são comparadas às peças constituintes de uma flor, numa ramificação molhada e opaca: *Pétalas num ramo orvalhado e escuro*. A conjunção dos dois versos cria a imagem da efemeridade, o modo como os rostos são vistos aludem à condição do ser, a qual não é perene – expande-se e se retrai a cada instante. O intento de capturar a essência humana, em certa medida, tanto se configura no recurso vocabular, atestado pela ausência de estruturas verbais, quanto no ícone da flor concebido pelo sujeito poético, num espaço não só de acelerações, mas também de passagem, paragem fugaz (a estação de metrô).

Já no poema *Os homens ociosos*, de T. S. Eliot, o eu lírico faz alusões à vida e à morte por meio de um estado de ânimo angustiante, em que a esperança se faz perdida e as alegrias soterradas por conflitos íntimos e a ausência de pontos de equilíbrio no fato da existência.

OS HOMENS OCOS

I

Nós somos os homens ocos
Os homens empalhados
Uns nos outros amparados
O elmo cheio de nada. Ai de nós!
Nossas vozes dessecadas,
Quando juntos sussurramos,
São quietas e inexpressas
Como o vento na relva seca
Ou pés de ratos sobre cacos
Em nossa adega evaporada

Forma sem forma, sombra sem cor
Força paralisada, gesto sem vigor;

Aqueles que atravessaram
De olhos retos, para o outro reino da morte
Nos recordam – se o fazem – não como violentas
Almas danadas, mas apenas
Como os homens ocos
Os homens empalhados.

II

Os olhos que temo encontrar em sonhos
No reino de sonho da morte
Estes não aparecem:
Lá, os olhos são como a lâmina
Do sol nos ossos de uma coluna
Lá, uma árvore brande os ramos
E as vozes estão no frêmito
Do vento que está cantando
Mais distantes e solenes
Que uma estrela agonizante.

Que eu demais não me aproxime
Do reino de sonho da morte
Que eu possa trajar ainda
Esses tácitos disfarces
Pele de rato, plumas de corvo, estacas cruzadas
E comportar-me num campo
Como o vento se comporta
Nem mais um passo

– Não este encontro derradeiro
No reino crepuscular

III

Esta é a terra morta
Esta é a terra do cacto
Aqui as imagens de pedra
Estão eretas, aqui recebem elas
A súplica da mão de um morto
Sob o lampejo de uma estrela agonizante.

E nisto consiste
O outro reino da morte:
Despertando sozinhos
À hora em que estamos
Trêmulos de ternura
Os lábios que beijariam
Rezam as pedras quebradas.

IV

Os olhos não estão aqui
Aqui os olhos não brilham
Neste vale de estrelas túbias
Neste vale desvalido
Esta mandíbula em ruínas de nossos reinos perdidos
Neste último sítio de encontros
Juntos tateamos

Todos à fala esquivos
Reunidos na praia do túrgido rio

Sem nada ver, a não ser
Que os olhos reapareçam
Como a estrela perpétua
Rosa multifoliada
Do reino em sombras da morte
A única esperança
De homens vazios.

V

Aqui rondamos a figueira-brava
Figueira-brava figueira-brava
Aqui rondamos a figueira-brava
Às cinco em ponto da madrugada

Entre a ideia
E a realidade
Entre o movimento
E a ação
Tomba a Sombra
Porque Teu é o Reino

Entre a concepção
E a criação
Entre a emoção
E a reação
Tomba a Sombra
A vida é muito longa

Entre o desejo
E o espasmo
Entre a potência
E a existência
Entre a essência
E a descendência

Tomba a Sombra
 Porque Teu é o Reino
 Porque Teu é
 A vida é
 Porque Teu é o

 Assim expira o mundo
 Assim expira o mundo
 Assim expira o mundo
 Não com uma explosão, mas com um suspiro

 (ELIOT, s/d, s/p).

Na primeira parte do poema, o eu poético se reporta ao vazio dos homens, à vagueza interior, ao acontecimento do ser não percebido e à aridez da vida – da qual é impossível escapar porque já não há mais elementos de embriaguez. Os homens se tornaram concreção letal: *Fôrma sem forma, sombra sem cor/ Força paralisada, gesto sem vigor [...]*. Além disso, o eu lírico cria um oposto em relação às almas que foram para o reino da “morte” e as que permanecem no espaço da vida. Contudo, a maneira como isso se reflete sugere que tanto a vida quanto a morte dão o mesmo estatuto ao homem: [...] *De olhos retos, para o outro reino da morte/ Nos recordam – se o fazem [...]* Como os homens ocos/ Os homens empalhados.

O não desejo de aproximar-se demasiadamente da ânsia de morrer, apesar do peso de existir, é patente na segunda parte do poema. A voz lírica teme conhecer as nuances do reino da morte ainda que em sonhos: [...] *Lá, os olhos são como a lâmina/ Do sol nos ossos de uma coluna/ Lá, uma árvore brande os ramos/ E as vozes estão no frêmito/ Do vento que está cantando/ Mais distantes e solenes que uma estrela agonizante*. Ademais, a voz do poema, a qual se faz como a voz de todos os homens, anseia uma permanência no espaço da vida sustentada por elementos que lhe consagrem um quê de apaziguamento bem como almeja o distanciamento do lugar cativo da ambiguidade que

*lhe confere batalhas íntimas: [...] Que eu possa trajar ainda / Esses táci-
tos disfarces [...] / E comportar-me num campo/ Como o vento se comporta/
Nem mais um passo! / - Não este encontro derradeiro/ No reino crepuscular.*

Na terceira parte do poema, a voz poética reflete acerca da morte da terra, onde imagens de pedra são erguidas para receber a súplica dos homens, simbolicamente, mortos. Isso insinua a projeção de espaços sacralizados, hierofânicos. No entanto, para esse eu poético, a interação constante e severa do homem com as coisas sagradas oblitera o (re)conhecimento da existência, o que implica perda de autoconhecimento e não aceitação da angústia do ser ou das branduras possíveis enquanto se *vive*: *E nisto consiste/ O outro reino da morte:/ Despertado sozinho/ À hora em que estamos/ Trêmulos de ternura/ Os lábios que beijariam/ Rezam a pedras quebradas.*

A anulação do poder da palavra (derrocada de reinos/impérios), os olhos não vívidos (que sugerem tristeza) e o esmaecimento dos homens (em seus traços físicos) são aspectos colocados pelo eu lírico na quarta parte do poema: *[...] Aqui os olhos não brilham/ Neste vale de estrelas tibias/ Neste vale desvalido/ Esta mandíbula em ruínas de nossos reinos perdidos [...]*. Ainda, a voz do poema torna patente o quanto o homem está desprotegido no vale da vida. Contudo, há uma esperança reservada a qual transborda o plano sensível – onde imperam não só os dissabores radicais, como a inquietação do espírito: *Sem nada ver, a não ser/ Que os olhos reapareçam/ Como a estrela perpétua/ Rosa multifoliada/ Do reino em sombra da morte/ A única esperança/ De homens vazios.*

Na quinta e última parte do poema, a voz que se levanta dos versos sobreleva que, em que pese viver seja árduo bem como angustiante, é preciso persistir sob os signos que, em alguma medida, orientam o mundo e a vida. Em virtude disso, ele elenca fatores basilares na regência da existência, elementos opostos sobre os quais nós, homens ocios, vazios, cujo elmo está prenhe de nada, operam: ideia

vs realidade; movimento vs ação; concepção vs criação; emoção vs reação... Entre cada par de opostos a vida curva-se: Entre o desejo/ E o espasmo/ Entre a potência/ E a existência/ Entre a essência/ E a descendência/ Tomba a Sombra/ Porque Teu é o Reino [...]. O mundo não somente é múltiplo, como é povoado de angulações diversas, portanto cada morte é particular, íntima: Assim expira o mundo [...]/ Não como uma explosão, mas com um gemido.

Muito ainda se pode discutir acerca dos dois poemas, que se espriarem largamente sobre as condições do ser existente. Em especial *Os homens ocos*, o qual forja um simulacro acerca das facetas e dos limites humanos após as experiências das guerras que vacilaram os pontos de equilíbrio da humanidade.

A literatura, em especial a de tendência moderna, desprende bastante liberdade tanto de expressão quanto de criatividade. A estrutura pode permanecer sequencial e coesa, contudo também pode ir de encontro a essa arquitetônica, o que implica a desestabilização da linearidade das tramas. Esse fenômeno de vacilo mostra-se comum desde a segunda década do século XX e pode ser percebido nas obras *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa; *A festa*, de Ivan Ângelo; *O voo da guará vermelha*, de Maria Valéria Rezende; entre outras.

A propósito de conclusão, conforme Bauman (2020), a literatura é ambivalente, é fluida, mas também sólida, flexível, áspera, e as palavras carregam uma rebeldia inerente a elas, algo que nos desloca para zonas de silêncio frente à obra literária. Em contrapartida, o desconhecido pode ser uma força que impulse o leitor a ir em busca do que as obras de literatura sugerem/ esmaecem. Ademais, o papel fundamental da literatura não é apenas o de determinar as relações entre autor, obra e público, mas também o de propiciar o contato entre corpo, voz e performance (ZUMTHOR, 2010).

Dessa forma, caminhamos com a visão sempre clara de que os sentidos emergidos de um texto serão sempre íntimos (varia de

leitor para leitor) e que o trabalho com os gêneros textuais, apesar de parecer espinhoso, faz-se como um meio frutífero para o contato verdadeiro com a literatura e o texto literário. Para além disso, ansiamos que as entrelinhas não sejam esmagadas com o fortuito, com o banal, mas que sejam encaradas, sobretudo, pelas condições insuspeitadas por meio das quais conserva os discursos.

Sendo assim, a análise de um texto literário se faz por meio de descobertas pelo leitor e o aspecto do prazer vem desse fator, de deixar o leitor como desbravador de sentidos nas “florestas” de palavras. O analista é o que encontra o caminho no emaranhado das letras, no tumulto de termos e colocações, caminhando junto com o texto e interpretando, indo e voltando com as ideias até achar um sentido, uma luz que guiará os olhos atentos e, de repente, é como se abrisse uma larga passagem e a magia acontecesse.

Ainda, assumimos a não existência de fórmulas as quais se ajustem a todas as leituras de obras literárias, bem como reconhecemos o quanto delicados e desafiadores determinados textos são. Contudo, o exercício da leitura nos torna mais ternos diante desses desafios, e otimiza nosso olhar crítico conforme nos tornamos sujeitos mais experientes no contato com a literatura. Ademais, para qualquer pergunta feita dentro dos limites do texto, ele mesmo conduz o leitor às respostas possíveis. Mediante isso, dá-se o desvelar das sutilezas discursivas que estão sob a égide do texto de natureza literária.

Referências

BALMAN, Zygmunt; MAZZEO, Ricardo. *O elogio da literatura*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre a história da cultura*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Alfredo. *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Cultrix, 2015.

- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria, literatura e senso comum*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- COUTINHO, Afrânio. *Notas de Teoria Literária*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.
- EAGLETON, Terry. *Como ler literatura*. Porto Alegre: L&PM, 2019.
- ELIOT, T. S. *Os homens ociosos*. Disponível em: <http://www.culturapara.art.br/opoema/tseliot/tseliot.htm>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- FAULKNER, Willian. Uma rosa para Emily. In: COSTA, Flavio Moreira da (Org.). *Os 100 melhores contos de crime e mistério da literatura universal*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- FONTELA, Orides. *Poesia completa*. São Paulo: Hedra, 2015.
- POUND, Ezra. *ABC da Literatura*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- POUND, Ezra. *Numa estação de metrô*. Disponível em: <http://cultura.fm.cmais.com.br/radiometropolis/lavra/hai-kais-no-ocidente-ezra-pound-uma-estacao-de-metro>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Tradução de Jerusa Pires, Maria Lúcia Pochat, Maria Inês de Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Normas da Revista

A Revista **Rascunhos Culturais** aceita textos inéditos sob forma de artigos e, eventualmente, traduções, entrevistas, resenhas, ensaios, resumos de livros e ficção de interesse para os estudos das ciências humanas, especialmente os que abrangem as pesquisas em torno das áreas de Letras, História e Educação. Os textos são submetidos a parecer *ad hoc* do Conselho Científico e devem atender às seguintes exigências:

I. Formatação:

1. Extensão: 8 a 15 laudas, considerando dentro desse limite todas as partes do artigo;
2. Fonte: Times New Roman, tamanho 12;
3. Espaço entrelinhas: 1,5;
4. Formato da página: A4;
5. Margens: 3 cm (esquerda e superior), 2cm (direita e inferior) com recuo de 1 cm em início de parágrafo;
6. Alinhamento do parágrafo: Justificado;
7. Título centralizado, palavras em maiúsculas e em negrito (um espaço em branco depois);
8. Nome do autor(a), obedecendo maiúsculas e minúsculas conforme necessário. Colocar em nota de rodapé (na primeira página) informações sobre o autor (a), tais como: Instituição – SIGLA (Universidade a que esta filiado) do proponente, titulação e e-mail (esse último, apenas se o autor quiser que seja divulgado na revista) em fonte Times New Roman, tamanho 10, espaço 1, alinhamento justificado, numeradas a partir de 1, usando-se para tal fim o recurso automático do Word para criação de notas de fim. Não precisam ser enviados em arquivo separado;

9. **Resumo:** (escrito em maiúsculas e minúsculas conforme necessário e negrito). Texto de no mínimo 80 e no máximo 200 palavras que explicita a proposta delimitada de discussão vinculada ao tema geral proposto, digitado em espaço simples, Times New Roman, tamanho 12, sem adentramentos ou parágrafos (um espaço em branco);

10. **Palavras-chave:** (escrito em maiúsculas e minúsculas conforme necessário e negrito), 3 a 5 palavras-chave digitadas em espaço simples, Times New Roman, tamanho 12, sem adentramentos, que direcionem para a área específica do artigo (um espaço em branco);

11. Resumo e palavras-chave em língua estrangeira (espanhol, inglês, francês ou italiano), seguindo as mesmas regras usadas para o resumo e palavras-chave em português;

12. Subtítulos (se houver): (escrito em maiúsculas e minúsculas conforme necessário e negrito), com recuo de 1 cm em início de parágrafo;

13. Tipo de arquivo: Word for Windows (extensão doc);

14. Nome do arquivo: Artigo_NomedoArtigo (Exemplo: Artigo_Das imagens e tintas)

15. Páginas não numeradas;

16. Uso de itálico para destacar palavras e expressões em língua estrangeira (evitar expressões sublinhadas ou em caixa alta);

I.II. Ordem das partes dos artigos:

1. Título;

2. Resumo e palavras-chave em português;

3. Resumo e palavras-chave em língua estrangeira;

4. Corpo do artigo;

5. Subtítulo;

5. Referências;

6. As notas explicativas, se houver, devem aparecer na mesma página da indicação, em fonte Times New Roman, tamanho 10, espaço 1, alinhamento justificado, numeradas a partir de 1, usando-se para tal fim o recurso automático do Word para criação de notas de fim.

7. Anexo(s), se houver.

II. Obras citadas (válido para artigos, monografias e dissertações):

1. Citações com menos de 3 linhas: dentro do corpo do texto, entre aspas duplas, sem uso de itálico;

2. Citações com mais de 3 linhas: destacadas do texto, com recuo de 2 cm com relação à margem do texto em que não há parágrafo, sem aspas, fonte Times New Roman tamanho 11, espaço 1,0, alinhamento justificado.

3. Em ambos os casos, o autor deve ser citado ao final da citação, entre parênteses pelo sobrenome, em maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação. Ex: (SILVA, 1987). Quando for necessário, a especificação da(s) página(s) deverá seguir a data, separada por vírgula e precedida de “p.” Ex: (SILVA, 1987, p.100). Se o nome do autor estiver citado dentro do texto, pode-se apenas indicar a data e a página (se necessário), entre parênteses. Ex: “Silva (1987) assinala que etc...” As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento. Ex: (SILVA, 2000a). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por ponto e vírgula. Ex: (SILVA; SOARES; SOUZA, 2000). Quando houver mais de três autores, indica-se o primeiro seguido de “et al”. Ex: (SILVA et al., 2000).

4. As referências, limitadas aos trabalhos efetivamente citados no texto, deverão obedecer às normas mais recentes da ABNT. A título de exemplificação, reproduz-se a seguir o padrão a ser adotado para citação de livro, capítulo de livro, artigo e obra acessada via Internet:

Livro: SOBRENOME DO AUTOR, Nome do autor. Título do Livro. Tradução (Quando necessário). Local de publicação: Editora, Ano de publicação (Ano da publicação original, quando necessário). Exemplo:

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética, a teoria do romance*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998 (1978).

Capítulo de livro:

SOBRENOME DO AUTOR DO CAPÍTULO, Nome do autor do capítulo. “Título do Capítulo”. In SOBRENOME DO AUTOR/EDITOR DO LIVRO, Nome do autor/editor do livro. Título do Livro. Local de publicação: Editora, Ano de publicação (Ano da publicação original, quando necessário). Número das páginas, precedidos de “p.” Exemplo:

HALL, Stuart. "The Question of Cultural Identity". In HALL, S., HELD, D. e McGREW, T. (eds). *Modernity and its Futures*. Cambridge: Polity Press, 1992. p. 274-325.

Artigo publicado em periódico:

SOBRENOME DO AUTOR, Nome do autor. "Título do artigo". In Nome do Periódico. Local de publicação: Editora ou entidade responsável pela publicação, volume ou número, ano de publicação (ano da publicação original, quando necessário). Números inicial e final das páginas do artigo, precedidos de "p." Exemplo:

LANGER, Eliana Rosa. "A estrutura do livro Esaías". In *Revista de Estudos Orientais*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, n. 3, 1999, p. 95-106.

Obra acessada via Internet:

SOBRENOME DO AUTOR, Nome do autor. "Título do artigo" ou Título do Livro. Disponível em: endereço da página. Acesso em: data do último acesso (Ano da publicação original, quando necessário). Números das páginas inicial e final (se houver), precedidos de "p." Exemplo:

OLIVEIRA, Bernardo B. C. "Leitura irônica do texto urbano. Apontamentos sobre uma frase de Walter Benjamin, à luz de Poe e Auster".

Disponível em: <<http://www.revistaipotesi.ufjf.br/volumes/14/cap06.pdf>>. Acesso em: 22 Feb 2008 (2004). p. 79-89.

Observação: 1) deve-se pular uma linha antes e depois no caso de **citações recuadas** e de **subtítulo**. 2) usar as mesmas exigências da citação em recuo para a construção da **epígrafe**. 3) Não pular linha na **página de referências**.

Originais formatados fora das normas serão automaticamente descartados.

* Conceitos teóricos, ideias e adequação vocabular e linguística são de responsabilidade dos autores.

* Os autores dos trabalhos aceitos para publicação receberão dois exemplares do número da *Rascunhos Culturais* em que seu texto estiver publicado.

Os originais devem ser enviados em arquivo anexado à mensagem de e-mail para o endereço eletrônico revistarascunhos@gmail.com.

Contato (67) 3291 0210/0202 Professora Geovana Quinalha de Oliveira

Dossiê: A era do Traviaricado

Flávio Adriano Nantes

Regiane Corrêa de Oliveira Ramos

Sara Wagner York / Sara Wagner Pimenta Gonçalves Jr.

Diálogos TRANSversais: a Travesti quer um beijo

Entrevista com Letícia Carolina Nascimento

Flavio Adriano Nantes

Um Pouco Além do Cistema: reflexões queer a partir do Pantanal de MS

Tiago Duque

As Fronteiras do Feminino na Metrópole: um olhar para a relação do espaço com as personagens trans e prostitutas de Elvira Vigna e Carlos Henrique Schroeder

Luana Della-Flora

Corpos Trans e Violência: a arte como instrumento de denúncia na música de Jup do Bairro e na poesia de Nena Callejera

Roberta Moura Cavalcanti

Paula Korey da Silva

Natanael Duarte de Azevedo

Uma Leitura Transfeminista da Morte de Personagens Trans como Desfecho Cisnormativo em Três Narrativas Brasileiras Contemporâneas

Virgínea Novack Santos da Rocha

Georgette, de Cassandra Rios: os sujeitos da existência precária

Flávio Adriano Nantes

“Mas a Rua é Rua, né, Então a Luta Continua”: considerações sobre o papel do movimento trans brasileiro na resistência à violência transfóbica e na luta por uma vida vivível

Daniella Chagas Mesquita

Jow Oliveira Araujo

Esmael Alves de Oliveira

As Vias Sócio-Política da Transexualidade e da Travestilidade sob a Luz da Psicanálise e da Psicologia Social

Fernanda de Moraes da Silva

Transcrição Literária de Elvis e Madona

Luiz Roberto Lins Almeida

Travestilidades e Psicanálise: corpo fetichizado, violência e o (in)familiar

Rosilene Caramalac

Angelo Luiz Ferro

TEMÁTICA LIVRE

Traces of Lesbian Existence in Adrienne Rich's “Twenty-One Love Poems”

Janaina Mirian Rosa

Ketlyn Mara Rosa

A Autorreferência e a Tematização da Mãe Judia nas Crônicas de Moacyr Scliar

Lemuel de Faria Diniz

Grasiele Reisdörfer

Desvelamentos do Discurso Literário

Eduardo de Lima Beserra

Maria do Socorro Pereira de Almeida